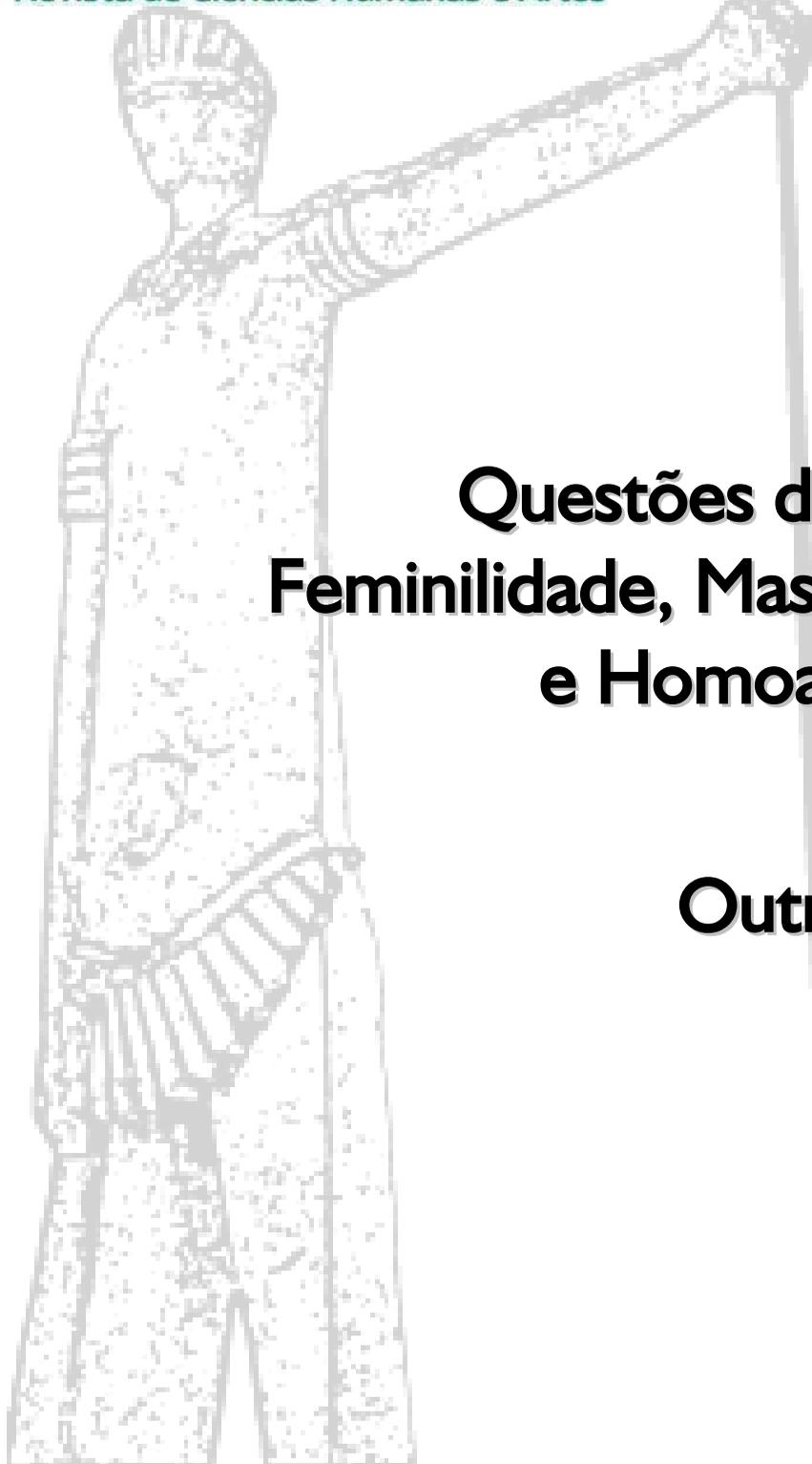


# ariús

Revista de Ciências Humanas e Artes

Volume 18  
Número 01  
Janeiro/Junho, 2012



Dossiê:

## Questões de Gênero: Feminilidade, Masculinidade e Homoafetividade

Leia Também:

## Outros Temas



# ariús

Revista de Ciências Humanas e Artes

Volume 18, Número 01, janeiro/junho, 2012

**CENTRO DE HUMANIDADES**

**ARIÚS – Revista de Ciências Humanas e Artes  
Centro de Humanidades – UFCG  
Rua Aprígio Veloso, 882 – Bairro Universitário  
58.429-900 – Campina Grande – PB.**



# ariús

Revista de Ciências Humanas e Artes



UNIVERSIDADE FEDERAL DE  
CAMPINA GRANDE

A Ariús é uma publicação semestral do Centro de Humanidades da UFCG. Publica trabalhos inéditos nas áreas de Ciências Humanas, Ciências Sociais Aplicadas e Artes.

## EDITOR

Roberto Mendoza (UFCG).

## EDITOR DA VERSÃO ON-LINE

Antônio Gomes da Silva (UFCG).

## CONSELHO EDITORIAL (UFCG)

André Augusto Diniz Lira • Antônio Gomes da Silva • Carmen Verônica de Almeida Ribeiro • Fabíola Cordeiro de Vasconcelos • Fernando José Torres Barbosa • Garibaldi Dantas de Oliveira • Gervácio Batista Aranha • José Benjamim Montenegro • José Irivaldo Alves Oliveira Silva • Magnólia Gibson Cabral da Silva • Mércia Rejane Rangel Batista • Paulo Matias de Figueiredo Júnior • Renato Kilpp • Roberto Mendoza • Severina Sueli da Silva Oliveira • Sinara de Oliveira Branco.

## COMISSÃO CIENTÍFICA

Afrânio-Raul Garcia Júnior (EHESS-CRDC) • Antonio de Pádua Carvalho Lopes (UFPI) • Antônio Paulo Rezende (UFPE) • Antônio Torres Montenegro (UFPE) • Bernardete Wrublevski Aued (UFSC) • Denise Lino de Araújo (UFCG) • Durval Muniz de Albuquerque Júnior (UFRN) • Eliane Moura da Silva (UNICAMP) • Eli-Eri Luiz de Moura (UFPB) • Gesinaldo Ataíde Cândido (UFCG) • José Roberto Pereira Novaes (UFRJ) • Lemuel Dourado Guerra (UFCG) • Lia Matos Brito de Albuquerque (UECE) • Luiz Francisco Dias (UFMG) • Maria da Conceição Ferrer Botelho Sgadari Passeggi (UFRN) • Maria de Nazareth Baudel Wanderley (UNICAMP/UFPE) • Maria Stella Martins Bresciani (UNICAMP) • Reinaldo Antonio Carcanholo (UFES) • Suerde Miranda de Oliveira Brito (UEPB).

## Revisores

Língua Portuguesa: Fabiana Ramos de Lima, Nadege da Silva Dantas • Língua Inglesa: Garibaldi Dantas de Oliveira, Sinara de Oliveira Branco • Língua Francesa: Carmen Verônica de Almeida Ribeiro.

## Normalização Técnica

Severina Sueli da Silva Oliveira CRB-15/225.

Ficha Catalográfica elaborada pela Biblioteca Central da UFCG

A718

ARIÚS: revista de ciências humanas e artes. – v. 1, n. 1, (out./dez. 1979) – v. 18, n. 1 (jan./jun. 2012). – Campina Grande: EDUFCG, 2012. 215 p.: il.

Annual: 1979. Suspensa: 1980-1989.

Annual (com alguma irregularidade): 1990-2006.

Semestral: 2007-Editor: Universidade Federal da Paraíba de 1979 a 2001; Universidade Federal de Campina Grande 2002-.

**ISSN 0103-9253 versão impressa – ISSN 2236-7101 versão online**

1- Ciências Humanas 2- Ciências Sociais 3- Lingüística 4- Artes 5- Periódico I- Título.

## REITOR

Thompson Fernandes Mariz

## VICE-REITOR

José Edilson de Amorim

## CENTRO DE HUMANIDADES

### Diretora

Rosilene Dias Montenegro

### Vice-diretor

Luciênio de Macêdo Teixeira

### Disponível em:

[www.ch.ufcg.edu.br/arius](http://www.ch.ufcg.edu.br/arius)

e-mail: [arius@ch.ufcg.edu.br](mailto:arius@ch.ufcg.edu.br)

e-mail: [editor\\_arius@ch.ufcg.edu.br](mailto:editor_arius@ch.ufcg.edu.br)

## ARIÚS

Revista de Ciências Humanas e Artes  
CENTRO DE HUMANIDADES –  
UFCG

Rua Aprígio Veloso, 882

Bairro Universitário

58.429-900 – Campina Grande – PB

### Editoração Eletrônica

Antonio Gomes da Silva



# ariús

Revista de Ciências Humanas e Artes

ISSN 0103-9253 versão impressa – ISSN 2236-7101 versão online

## Sumário

### 5 | EDITORIAL

*Roberto Mendoza*

### 11 | A mulher e a política nas revistas *Veja* e *Realidade*: anos de 1967, 1994 e 2010

*Elizabeth Christina de Andrade Lima*

### 25 | Imagem, representação e masculinidade: considerações sobre as capas da *G Magazine*

*Fábio Ronaldo da Silva, Rosilene Dias Montenegro*

### 48 | A construção escolar da (in)diferença: a identidade homossexual diante da produção/reprodução do saber/poder sobre a sexualidade no ambiente da escola

*Adriano de Sousa Barros*

### 68 | As personagens femininas em Lygia Fagundes Telles: encontros e desencontros entre o eu e o mundo/ o eu e o outro

*Elizabeth Pedrosa da Silva*

### 89 | Identidades desviantes: do macro ao microcosmo

*Alexey Dodsworth Magnavita de Carvalho*

### 117 | Mulheres “imorais”, “arruaceiras” e “desordeiras”: jogos discursivos da imprensa

*Gilmária Salviano Ramos*

### 143 | A alimentação como um tema político das mulheres

*Emma Siliprandi*

### 160 | Avatares del estudio sobre el pensamiento social

*Cuauhtémoc Chávez Zavaleta*

### 182 | El dibujo y la mirada (Ensayo breve sobre psicología de la percepción)

*Thomas Moro Simpson*

### 184 | Sindicalismo e democracia no Brasil, de Roberto Vêras

*Resenha, por Dra. Márcia de Paula Leite*

### 189 | Mulheres negras são maioria entre jovens que não trabalham nem estudam

*Juventude, Desigualdade e o Futuro do Rio de Janeiro (Faperj)*

### 194 | Resumos

*Dossiê “Questões de gênero: feminilidade, masculinidade e homoafetividade”*

### 205 | Instruções aos Autores

*Publishing Guidelines (Instructions to Authors)*

### 214 | Links Úteis



# ariús

Revista de Ciências Humanas e Artes

ISSN 0103-9253 versão impressa – ISSN 2236-7101 versão online

## Editorial

---

Com um olhar múltiplo se aborda neste numero da **Revista Ariús, Volume 18 n°1 – 2012**, um tema sempre atual na modernidade: as relevantes controvérsias de gênero e sexualidade.

Primeiramente oferecemos o **Dossiê** titulado “Questões de gênero”, apresentado pela Dr.<sup>a</sup> Latif Antonia Cassab, da Universidade Estadual de Paraná. Nele, sobre múltiplos olhares se analisa esta questão complexa. O imaginário sobre a figura feminina, sua sexualidade e comportamento se acompanha do imaginário sobre a homossexualidade, assuntos muito pertinentes hoje pela sua relevância pública, isto é, política destes temas. Agradecemos a Professora Rosilene Montenegro pela organização deste dossiê.

Este não é só uma temática singular, mais ou menos eficaz no imaginário social. Na verdade esta atravessada por outras temáticas como raça, classe, discriminação laboral, violência, etc. Noutras palavras, o contexto é relevante para entender essa temática.

Na Paraíba, por exemplo, segundo a Secretaria de Estado do Desenvolvimento Social (SEDES), 122 mulheres foram assassinadas no ano 2012, das quais 32% foram vitimas de violência familiar. A maioria, mulheres jovens e pertencentes a setores populares. Igualmente impressionantes são os dados sobre homofobia. De janeiro a junho de 2012 foi documentado, no Brasil, o assassinato de 165 gays, travestis e lésbicas: uma morte a cada 26 horas. Proporcionalmente, a Paraíba é, segundo o SEDES, o Estado mais perigoso para os

homossexuais, pois tendo população dez vezes inferior a São Paulo, registrou 15 mortes, apenas 4 a menos que SP.

Na Categoria “**Outros temas**” se oferece um artigo em espanhol, do Professor Cuauhtémoc Chávez Zavaleta, da *Universidad Nacional Autónoma de México* (UNAM), sobre os *Abatares del estudio sobre el pensamiento social*.

Já na categoria “**Literárias**” apresentamos um belo poema do professor, filósofo e poeta Thomas Moro Simpson: *El dibujo y la mirada (Ensayo breve sobre psicología de la percepción)*.

Em **Resenhas**, a Dra. Márcia de Paula Leite (Unicamp) apresenta o livro recentemente publicado em São Paulo, de um destacado docente de nossa universidade, o Professor Roberto Vêras: “*Sindicalismo e Democracia no Brasil – do Novo Sindicalismo ao Sindicalismo Cidadão*”.

Finalmente, na categoria **Notícias**, mostram-se alguns dados oficiais sobre a discriminação da mulher negra no Brasil.

Lembramos a nossos leitores que a **Ariús** tem aderido ao tipo de **Licence CC Creative Commons** (atribuição não comercial – vedada a criação de obras derivadas 3.0 United States (CC BY – NC – ND 3.0), que é um tipo de Direitos de Autor Copy Left, típico das revistas eletrônicas acadêmicas.

Para terminar, recomendamos aos professores/pesquisadores consultar na página web da UFCG/Ariús (<http://www.ch.ufcg.edu.br/arius/index.htm>), nossas normas de publicação, dado que tem sido ligeiramente reformuladas no sentido de motivar e sugerir, que os pesquisadores citem em seus trabalhos autores de revistas latino-americanas, tal como aconselhado pelos expertos em edição científica de nosso continente.

*Roberto Mendoza*

**Editor Geral**

**Dossiê**

---

**QUESTÕES DE GÊNERO:  
FEMINILIDADE, MASCULINIDADE E HOMOAFETIVIDADE**



# ariús

Revista de Ciências Humanas e Artes

ISSN 0103-9253 versão impressa – ISSN 2236-7101 versão online

## APRESENTAÇÃO

---

*Dra. Latif Antonia Cassab*

*Existem momentos na vida onde a questão de saber, se pode pensar diferentemente do que se pensa e perceber diferentemente do que se vê, é indispensável para continuar a olhar ou a refletir. (Michel Foucault)*

Nos últimos trinta anos, inúmeros foram os estudos e pesquisas relacionados a questões de gênero no Brasil. Os quais propiciaram maior compreensão acerca das interações humanas.

Indubitavelmente, a distribuição de poder entre homens e mulheres é desigual e, frequentemente, sua disputa ocorre de forma violenta. Ou seja, o conceito de gênero pode ser compreendido como uma relação de poder e dominação do homem sobre a mulher. Demonstrando que o papel masculino é consolidado historicamente e reforçado por modelos sociais – como a patriarcal. Essa dinâmica social culminou em relações violentas entre os sexos e demonstra que a submissão das mulheres não é algo espontâneo, mas sim, uma indução no processo de socialização das pessoas.

Associado aos movimentos feministas, os conhecimentos sobre as questões de gênero constroem e reconstroem a categoria em um evolver histórico, expressando como

homens e mulheres se organizam socialmente, evidenciando como a parceria entre tais movimentos e a academia, através de diversos laços, validam e valorizam as ações políticas empreendidas pelos coletivos, subsidiando-os teoricamente e, como também, em inúmeras situações, concedendo aos mesmos sua infraestrutura, possibilitando a integração entre ambas as instâncias.

Neste sentido, a Revista Ariús, do Centro de Humanidades da Universidade Federal de Campina Grande, representa importante agente difusor de conhecimentos pluralistas, apresentando a diversidade e a contribuição desses para os que militam – na perspectiva acadêmica e política – à frente das questões humanas e sociais.

Neste Dossiê a Revista oferece artigos que contemplam temáticas pertinentes às “Questões de Gênero”, em específico com temáticas referentes à sexualidade, relações de gênero, imprensa escrita, literatura e política pública, cujos autores detêm formação privilegiada, atuantes no âmbito acadêmico, a maioria em espaços públicos, como estudantes e pesquisadores. Em outras palavras, pessoas que se dedicam às temáticas privilegiadas neste Dossiê.

Destarte, este Dossiê apresenta, **“A mulher e a política nas revistas Veja e Realidade: anos de 1967, 1994 e 2010”**, problematizando a divulgação de pesquisas realizadas pelas supracitadas revistas, sobre a participação das mulheres na militância política brasileira. A autora apresenta um mapa histórico, “(...) da forma como a mídia apresentou a percepção da mulher sobre a política e quais as suas contribuições para a construção de uma visão atual sobre a relação mulher e política e a inserção da mulher nos espaços de poder.” embasada nas informações obtidas e interpretadas no percurso investigativo.

Em instigante estudo, **“Imagem, representação e masculinidade: considerações sobre as capas da G magazine”** problematiza a produção e reprodução da imagem do corpo viril do homem, suas posições corporais ou expressões faciais, em seu vestuário e os impactos dessas imagens ao público-alvo da revista, ou seja, em específico, aos homossexuais.

Em outra perspectiva, o artigo, **“A construção escolar da (in) diferença: a identidade homossexual diante da produção/reprodução do saber/poder sobre a sexualidade no ambiente da escola”** aborda a questão da homossexualidade, percorrendo

sobre o papel da escola na formação da sexualidade e a construção da identidade “(...) a partir de uma reflexão em torno dos sistemas simbólicos de representação construídos e disseminados nas práticas pedagógicas desta instituição.”

**“As personagens femininas em Lygia Fagundes Telles: encontros e desencontros entre o eu e o mundo / o eu e o outro”** discorre sobre “(...) a narrativa da referida escritora, centrando a atenção nos contos Pomba Enamorada ou uma história de amor, O Menino e Natal na Barca, observando as formas de relacionamento das personagens consigo e com outro, a fim de analisar o fenômeno de construção da identidade na modernidade”

**“Identidades desviantes: do macro ao microcosmo”**, apresenta uma reflexão sobre a necessidade que o ser humano tem em nomear, a partir de uma perspectiva essencialista, as orientações sexuais. O autor desenvolve sua argumentação através dos questionamentos "por que eu sou o que eu sou?" substituindo-o pelo "como eu posso extrair prazer de minha própria existência?", embasado na teoria de Michel Foucault.

**“Mulheres ‘imorais’, ‘arruaceiras’ e ‘desordeiras’: jogos discursivos da imprensa”** apresenta os modos de condutas e comportamentos de mulheres denominadas e/ou classificadas como desviantes, pelo jornal Diário da Borborema. As informações são interpretadas à luz dos estudos de gênero e, como *locus*, a cidade de Campina Grande/Paraíba, nas décadas de 1960-1970.

Finalmente outro interessante artigo refere-se a **“A alimentação como um tema político das mulheres”**, contextualizando-o através de um viés dos direitos humanos, do direito ao acesso à alimentação, em qualidade e quantidade, defendendo tal condição a partir da instituição de políticas públicas.

Nesse *embaralhamento* de estudos e pesquisas, em forma de artigos inter e multidisciplinares, convidamos os leitores ao sabor da leitura, com a certeza de estarmos contribuindo com a difusão e o debate sobre as “Questões de Gênero”.



# ariús

Revista de Ciências Humanas e Artes

ISSN 0103-9253 versão impressa – ISSN 2236-7101 versão online

## A MULHER E A POLÍTICA NAS REVISTAS VEJA E REALIDADE: ANOS DE 1967, 1994 E 2010

---

*Elizabeth Christina de Andrade Lima<sup>1</sup>*

### RESUMO

O presente artigo tem por objetivo analisar os dados de uma pesquisa realizada pelas revistas Realidade e Veja nos anos de 1967, 1994 e 2010, em suas edições especiais: "A mulher brasileira hoje", "Especial Mulher: a grande mudança no Brasil" e "Edição Veja Especial Mulher: as herdeiras de uma revolução", respectivamente. Além da análise dos dados da pesquisa realizada pela Editora Abril e IBOPE Inteligência intitulada: "Projeto Mulheres Maio de 2010", com vistas a apresentar a visão e a participação das mulheres na vida política brasileira. Através dos referidos dados, pretendemos apresentar um traçado histórico da forma como a mídia apresentou a percepção da mulher sobre a política e quais as suas contribuições para a construção de uma visão atual sobre a relação mulher e política e a inserção da mulher nos espaços de poder.

**Palavras-chaves:** Mulher e Política. Cultura e Política. Espaços de Poder

---

<sup>1</sup> Doutora em Sociologia pela Universidade Federal do Ceará. Professora da Universidade Federal de Campina Grande.

## WOMAN AND POLITICS IN MAGAZINES, VEJA AND REALITY: YEARS 1967, 1994 AND 2010.

---

### ABSTRACT

This article aims to analyze the data from a survey conducted by magazines *Realidade* and *Veja* for the years 1967, 1994 and 2010 in their special editions: "The Brazilian woman today," "Special Women: the big change in Brazil" and "Veja Special edition Woman: the heirs of a revolution", respectively. Besides the analysis of data from research conducted by Editora Abril and IBOPE Intelligence entitled "Women Project in May 2010", aiming to present the vision and participation of women in Brazilian politics. Through these data, we intend to present a track record of how the media presented the woman's perception of politics and what their contributions to the construction of a current view on the relationship between women and politics and the inclusion of women in positions of power.

**Keywords:** Women and political opinions. Culture and Politics. Powers.

### 1. INTRODUÇÃO

No ano de 1967 a Revista Realidade, em sua edição do mês de janeiro, ano 1, número 10, realizou uma pesquisa com 1.200 mulheres, em todo o Brasil, de diferentes idades, grau de instrução e classe social, buscando saber delas opiniões sobre diversificados temas, desde a concepção sobre direitos entre homens e mulheres, grau de satisfação pessoal, até a visão e participação dessas mulheres na vida política.

A revista Realidade da Editora Abril e dirigida por Roberto Civita, foi intitulada "Edição Especial A Mulher Brasileira, Hoje", com uma tiragem de 475.000 exemplares. Tal revista sai de circulação no ano de 1976, e em seu lugar, surge a Revista Veja. O que chama atenção na presente edição, além da pesquisa realizada, é que ela foi censurada pela Ditadura Militar e retirada das bancas através do Juiz de Menor Artur de Oliveira Costa que mandou

apreender a edição por nela estar contida a foto de uma mulher dando a luz em um parto normal.

É interessante destacar esse acontecimento para demonstrarmos um pouco os valores vigentes na década de 60, num país sob o regime de ditadura militar e censura das liberdades individuais. A publicação de tal foto gerou a época, um verdadeiro escândalo, um exemplo de forte atentado ao pudor, à moral e aos bons costumes, o que demonstra os valores e a opressão vivida na sociedade e particularmente pelas mulheres brasileiras nesta época.

São visíveis as transformações pelas quais vem passando as mulheres nos últimos anos, seja do ponto de vista da atuação na vida pública, principalmente com a inserção da mulher na educação e no mercado de trabalho, seja pela recomposição dos direitos no espaço privado, onde homens e mulheres negociam e redefinem, todo o tempo, as atividades e atribuições de esposa, esposo, mãe, pai, amante e cuidador da casa e dos filhos; é pensando nessas transformações ao longo das décadas que se seguiram aos anos 60, que tomamos como dados de campo para nosso artigo a publicação de duas outras edições da revista da Editora Abril, a Revista Veja, em duas edições especiais, uma, de agosto/setembro de 1994, ano 27, intitulada: “Veja Especial Mulher: A Grande Mudança no Brasil” e outra, de junho de 2010, ano 43 n. 2166, com o título “Edição Veja Especial Mulher: As Herdeiras de uma Revolução. Tomamos também como base de dados a pesquisa realizada pela Editora Abril e IBOPE Inteligência intitulada: "Projeto Mulheres Maio de 2010", com o objetivo de analisar as transformações no que diz respeito as visões e participação da mulher na vida política do país.

## **2. REVISTA REALIDADE: A MULHER BRASILEIRA, HOJE**

A Revista Realidade chegou às bancas em abril de 1966, no terceiro ano de regime militar no Brasil, e sob o governo do marechal Humberto de Alencar Castelo Branco. A Revista foi, desde o seu surgimento, destinada a um público leitor de classe média, à elite nacional, que frequenta as universidades e participa dos grandes debates nacionais, principalmente construindo e formando opinião. As reportagens longas e o texto cuidadosamente escrito contribuíram para fazer da Revista Realidade um marco na imprensa

brasileira e revelam o interesse estratégico da revista em dialogar com um público capaz de compreender e repercutir tal expressão de um jornalismo inovador; tais características imprimem a revista à fama de ser uma publicação revolucionária, ousada e livre dos ditames e cerceamentos da censura imposta pelo regime autoritário.

No entanto, sobre este suposto caráter revolucionário pondera Moraes (2007, p. 17) que a revista Realidade:

[...] sempre cuidou para manter relação amistosa com os governos militares, à frente da Presidência da República desde abril de 1964, ao publicar constantemente perfis de presidentes e ministros ao lado de reportagens sobre temas tão diversos quanto a fome no Nordeste brasileiro e a sexualidade na juventude [...].

A revista Realidade, em sua edição especial, no ano de 1967, além da pesquisa realizada, que logo abaixo passamos a analisar, produziu matérias que para a época, poderiam perfeitamente ser classificadas como ousadas e corajosas, pois trouxeram para o leitor temas como o parto normal, inclusive com fotos sobre o mesmo; sobre os “mistérios” do corpo da mulher e suas diferenças em relação ao corpo do homem; sobre a inserção da mulher no mercado de trabalho exercendo o cargo de chefia; a opção da mulher em permanecer solteira e a questão do desquite e como a mulher encara tal experiência etc.

No que diz respeito especialmente à questão política e principalmente sobre a visão das mulheres entrevistadas sobre este tema<sup>2</sup> a revista Realidade elaborou e aplicou junto às mulheres as seguintes questões:

---

<sup>2</sup> As outras questões foram agrupadas em: a mulher e os homens; a mulher e os parentes; a mulher e a religião; a mulher e o dinheiro; a mulher, os esportes e as diversões; a mulher e a moral; a mulher e seus ideais.

→ **A senhora vota?** E a partir das respostas obtidas construiu-se o seguinte comentário:

Todas as entrevistadas eram maiores de 18 anos, mas apenas dois terços delas são eleitoras. Como se podia esperar, os maiores índices de mulheres que votam estão as de formação universitária (92%) e as ricas (85%). Duas surpresas: as solteiras (73%) votam mais que as casadas (69%) e as mulheres do interior (76%) mais que as das capitais (64%). (REALIDADE, 1967, p. 21).

Ao que tudo indica, pelos resultados obtidos na pesquisa, o ato de votar,<sup>3</sup> de participar da vida política de seu País, não é prioridade entre todas as mulheres. E de fato, a cultura política da época, marcada não só pelo autoritarismo e pelo regime de ditadura militar, mas pelo patriarcalismo e dominação e autoridade masculina, destina ao homem, em grande medida, a função de cuidar dos assuntos do espaço público e da política. O comentador da pesquisa afirma ser uma surpresa as mulheres solteiras serem as que mais comparecem às eleições para votar e não as casadas, no entanto, aos olhos de hoje, isso seria absolutamente plausível, pois as mulheres solteiras estariam mais livres da dominação e mando de seus maridos a definir-lhes o que fazer e igualmente mais livres para tomarem as suas próprias iniciativas e decisões.

→ **A aparência dos candidatos influencia o seu voto?**

Que os feios não se preocupem: apenas 19% das mulheres dizem dar importância ao aspecto físico dos candidatos. Nesta pergunta, muito mais do que nas outras, há quase unanimidade entre todos os tipos de entrevistadas. Apenas as ricas escapam da média geral, pois somente

---

<sup>3</sup> Para maiores informações sobre o voto consultar Nicolau (2002).

7% delas dão importância à **beleza** do futuro deputado, governador ou presidente. (REALIDADE, 1967, p. 23).

Para entender melhor o nível de desinteresse com a construção da imagem, basta observarmos que nas décadas de 50, 60 e até mesmo a de 70, a política era construída principalmente pela capacidade oratória de seus representantes. O talento para o convencimento via discurso, para conquistar o eleitor, era o que contava; as falas muitas vezes inflamadas e emocionadas valiam muito mais do que a beleza plástica e a visibilidade<sup>4</sup>. É só em fins das décadas de 80 e seguintes, que a imagem passa a ocupar o lugar do discurso e entra em crise o discurso para dar lugar à imposição da imagem<sup>5</sup>.

→ **A senhora gostaria que seu marido fosse político?**

Não, é a resposta de 79% das entrevistadas. E as que não gostariam são 88% das ricas, 84% da classe média e 74% entre as pobres. O maior índice de candidatas à posição de mulher de político apareceu entre as analfabetas: 41%. (REALIDADE, 1967, p. 23).

A ideia da política como carreira profissional é uma invenção recente; nas décadas de 50, 60 e 70, e em pleno auge da ditadura militar, ser político era muito mais associado ao dedicar-se à nação e ao seu povo, era pensada quase como uma atitude e ação altruísta, boa parte das eleições, em plena ditadura, se dava de forma indireta, o povo assistia a disputa eleitoral pelas notícias que chegavam através dos meios de comunicação, talvez por isso, a práxis política fosse algo tão distante da realidade da maioria do povo brasileiro.

---

<sup>4</sup> Para saber mais sobre a crise do discurso e a ascensão da imagem consultar Courtine (2003, p. 21-34).

<sup>5</sup> O conceito de imposição da imagem é proposto por Gomes (2004).

→ **Se o Brasil fosse governado por mulheres, iria melhorar?**

Apesar de todos os pesares, 77% das mulheres pensam que como está – os homens no poder – está muito bom. Mas parece que, com o passar do tempo, a autoconfiança aumenta: enquanto apenas 19% das moças achariam melhor um governo de mulheres, 27% das senhoras de idade o escolheriam. (REALIDADE, 1967, p. 21).

Aqui se observa nitidamente a resistência e dúvidas quanto à capacidade e/ou prioridade da mulher em exercer um cargo público. Ora, numa sociedade, como já afirmado acima, marcada pelo autoritarismo e dominação do homem na ocupação do espaço público, como imaginar uma mulher, que socializada para ser esposa, mãe e dona do lar, tenha pretensões à vida pública? Tal coisa era muito provavelmente, algo que sequer era cogitado. Quem diria que há exatos 43 anos depois duas mulheres concorreriam à Presidência do Brasil e com reais chances de vitória! Prova mais do que suficiente para demonstrar o caráter dinâmico da cultura.

→ **A senhora acha que vivemos numa democracia?**

Aqui as entrevistas se dividem em duas partes iguais: 53% acham que sim; 45% disseram não; 2% não quiseram opinar. De lado do sim estiveram as pobres (59%), as de meia idade (58%), as analfabetas (69%), as casadas (58%) e as católicas (55%). Com o não ficaram as ricas (63%), as jovens (50%), as de nível universitário (68%), as solteiras (53%) e as sem religião (74%). (REALIDADE, 1967, p. 23).

As entrevistadas demonstraram com suas respostas, particularmente a questão sobre a democracia, um destacado grau de consciência política, pois como defender a coexistência da democracia num regime autoritário e de cerceamento das liberdades individuais e

coletivas? Ficou igualmente claro que cidadania e seus direitos, se conquistam no dia-a-dia, na luta incessante por uma sociedade justa e igualitária.

→ **A senhora confia nos homens que dirigem a nação?**

Novamente, as opiniões quase se equilibram: 51% confiam, 48% não confiam e 1% não respondeu. Há um crédito de confiança ligeiramente maior entre as mulheres de classe média (53%), as de meia idade (58%), as casadas (56%) e as católicas (52%). E a desconfiança aumenta entre as ricas (54%), as jovens (56%), as de formação universitária (62%), e as sem religião (67%). (REALIDADE, 1967, p. 23).

No conjunto de respostas dadas pelas entrevistadas merece destaque à coragem em responder negativamente o grau de confiança nos militares que assumiram o poder de Estado. Numa cultura marcada pela perseguição política, por toda sorte de atrocidades para com aqueles que se voltassem contra o regime militar, assumir-se como desconfiadas ou descontentes com os seus “comandantes” é, no mínimo, uma atitude ousadamente corajosa.

→ **A senhora tem medo do comunismo?**

72% das mulheres brasileiras têm medo do comunismo. Paradoxalmente, as que mais o temem são as pobres (75%) e as analfabetas (81%). Entre as católicas (73%), a preocupação é maior do que entre as protestantes (67%). E quanto maior o nível educacional, menor o medo: apenas 41% das com curso universitário estão assustadas com o comunismo, comparadas com 67% das com curso colegial e 76% das com curso primário. (REALIDADE, 1967, p. 23).

O discurso em torno do medo do comunismo foi uma das grandes armas discursivas do regime militar. Por isso, criou-se uma visão extremamente deturpada sobre o significado do sistema comunista e seus desdobramentos na sociedade brasileira. Muitas, a partir dessa visão deturpada, criaram um verdadeiro pavor do comunismo e dos comunistas. Daí a grande expressão de mulheres tementes ao comunismo.

### **3. REVISTA VEJA – MULHER: A GRANDE MUDANÇA NO BRASIL**

No ano de 1994, 27 anos depois do lançamento da pesquisa da Revista Realidade, a Revista Veja, lança uma edição especial, buscando refazer vinte das 110 perguntas originais e para tanto, contrata o mesmo Instituto de Estudos Sociais e Econômicos, INESE. Desta feita, foram ouvidas “607 mulheres das classes A/B/C/D em nove cidades com mais de 100 000 habitantes em todo o país”. (VEJA, 1994, p. 101). Dentre as perguntas realizadas e respostas recebidas, destacam-se:

→ **Se o Brasil fosse governado por mulheres, iria melhorar?**

Sim, sustenta 55% do eleitorado feminino, refletindo o descrédito da classe política predominantemente masculina (VEJA, 1994, p. 102).

O que se depreende da resposta das mulheres é que ao contrário de 1967, quando 77% delas afirmaram estar satisfeitas com o governo dos homens, agora já cansadas de assistir a vida política, quase exclusivamente, através das lentes dos homens, começam a reivindicar uma participação mais efetiva da representação feminina e talvez essa mudança no imaginário coletivo, tenha permitido a inserção da mulher na vida pública e nos espaços de poder. A mulher ganhou em autonomia, independência e direito para ocupar todos os espaços do social.

→ **A senhora gostaria que seu marido fosse candidato?**

Não, confirmaram 90% das entrevistadas. Por classe social a tendência se inverte: são as mulheres da classe mais baixa (91%) as que menos querem maridos na política. (VEJA, 1994, p. 103).

A tendência de certa visão negativa da política permanece no imaginário coletivo; No ano de 1994 o número de mulheres aumenta para 90%, em 1967, este percentual era de 79%; isto é, o que se depreende é uma forte visão de que a práxis política não é algo desejável para a carreira dos maridos. O ano de 1994 é marcado pela proximidade da segunda eleição direta para Presidência da República, no entanto, os anos que antecedem essa eleição são marcados pelo governo Collor, seguido pelo mandato “tampão” de seu vice, Itamar Franco e uma total descrença no futuro político do país enlameado pela corrupção, injustiça e desigualdade social.

→ **A senhora acha que vivemos numa democracia?**

Não, respondem 51% das entrevistadas, às vésperas da segunda eleição direta consecutiva para presidente. (VEJA, 1994, p. 103).

A corajosa resposta das mulheres tanto em 1967, quanto em 1994, ao afirmarem que não vivemos numa democracia plena, 45% e 51%, respectivamente, trazem à tona a análise de que não é suficiente um regime democrático onde verdadeiramente as liberdades e direitos dos cidadãos não são respeitados; onde o eleitor não se sinta totalmente livre para exercer o seu direito ao voto e veja-se representado e protegido por um estado que o trate com total igualdade em comparação com todos os outros cidadãos, indistintamente.

#### 4. REVISTA VEJA – AS HERDEIRAS DE UMA REVOLUÇÃO

No ano de 2010 a Editora Abril novamente encomenda uma nova pesquisa, desta feita ao IBOPE Inteligência, para realizar uma nova comparação entre as três pesquisas nos anos de 1967, 1994 e 2010. Foram entrevistadas 1000 mulheres, das classes A/B/C, com idade a partir de 18 anos e moradoras de 10 cidades metropolitanas brasileiras.

O objetivo principal da presente pesquisa foi criar um perfil da mulher brasileira e dentre os variados temas trabalhados, destacamos o tema política, e sobre esse tema, foram feitas as seguintes perguntas às mulheres:

→ **Seria melhor se o Brasil fosse governado por mulheres?**

<b>1967</b>	<b>1994</b>	<b>2010</b>
<b>77%</b>	<b>55%</b>	<b>56%</b>
<b>NÃO</b>	<b>SIM</b>	<b>SIM</b>

Fonte: Veja (2010, p. 72).

Nas três pesquisas realizadas observa-se que a aceitação da mulher em relação a sua inserção na vida pública vem, mesmo que paulatinamente, mudando para uma otimização, com tal visão se justifica as fortes candidaturas de Dilma Rousseff e Marina Silva nas atuais Eleições Presidenciais. O que era uma destacada resistência em 1967, passa a ter uma grande aceitação em 2010. Este é um claro sinal da chamada “revolução feminina”.

→ **Gostaria que o marido/companheiro fosse político?**

<b>1967</b>	<b>1994</b>	<b>2010</b>
<b>79%</b>	<b>90%</b>	<b>91%</b>
<b>NÃO</b>	<b>NÃO</b>	<b>NÃO</b>

Fonte: Veja (2010, p. 72).

No que diz respeito ao desejo de ver o marido atuando na vida política a rejeição só aumentou ao longo das décadas. A visão negativa da política foi uma constante entre as mulheres entrevistadas. Infelizmente a prática política e os recentes exemplos de nossa história política, eivados de práticas de corrupção, favorecimentos, impunidade e práticas de condutas vedadas, tem sido um fardo e desfavorável conjunto de elementos a servir para as mulheres terem uma visão tão negativa da política.

→ **Vivemos numa democracia?**

<b>1967</b>	<b>1994</b>	<b>2010</b>
<b>53%</b>	<b>51%</b>	<b>36%</b>
<b>SIM</b>	<b>NÃO</b>	<b>NÃO</b>

Fonte: Veja (2010, p. 72).

Apesar de todas as crises políticas vividas pela nossa ainda jovem República, a visão e a crença sobre a democracia vêm sendo, ao longo dos anos, revista e positivada, ao modo de apenas 36% das mulheres não defenderem que vivemos numa democracia. As eleições diretas para todos os cargos eletivos em nosso país, a solidez e defesa das instituições democráticas, o direito a livre expressão, o direito de votar e ser votado e tantas outras conquistas, ao longo da história política do Brasil, certamente ajudaram a que as mulheres mudassem a sua percepção sobre a democracia; mesmo com todos os seus problemas, a defesa da democracia ainda é uma bandeira de luta da maioria da população brasileira.

## **5. CONSIDERAÇÕES FINAIS**

Não foi nosso objetivo nesse artigo fazer uma discussão crítica sobre a parcialidade das matérias e/ou pesquisas produzidas pelas revistas Realidade e Veja, nosso intento, assumindo inclusive essa parcialidade, foi tão somente nos utilizarmos das pesquisas realizadas sobre alguns aspectos da política do ponto de vista das mulheres.

Observamos o caráter vanguardista dessas mulheres, a superação e contundente embate no rompimento de valores altamente preconceituosos presentes no imaginário coletivo e praticado na cultura e sociedade brasileiras tais como: a ideia de que a mulher não sabe votar; que não tem a mínima consciência política; que não se interessa por política; que é submissa ao homem, inclusive no saber político; que não tem capacidade de assumir cargos eletivos e que, principalmente, as próprias mulheres não acreditariam no potencial e capacidade da própria mulher.

As referidas pesquisas ajudaram a romper com essas visões nos apresentando um novo perfil dessas mulheres: conscientes, astutas, espertas e principalmente, corajosas em se posicionar, defendendo sem medos, o seu pensamento e opinião, seja sob o regime da ditadura militar, seja na abertura política.

Dito isto, podemos afirmar que a emancipação da mulher se deu não apenas no campo da sexualidade ou do mercado de trabalho, mas também no campo da política, revendo valores e ressignificando o seu lugar no mundo, no fazer político e no se colocar no mundo da política.

## REFERÊNCIAS

- COURTINE, Jean-Jacques. Os deslizamentos do espetáculo político. In: GREGOLIN, M. do R. (Org.). *Discurso e mídia: a cultura do espetáculo*. São Carlos: Clara Luz, 2003.
- GOMES, W. *Transformações da política na era da comunicação de massa*. São Paulo: Paulus, 2004.
- MORAES, L. N. de. *Leituras da revista 1966-1968*. São Paulo: Alameda, 2007.
- MULHER: a grande mudança no Brasil. *Veja Especial*. São Paulo: Editora Abril, ano 27, ago./set. 1994.
- \_\_\_\_\_: as herdeiras de uma revolução. *Veja Especial*. São Paulo: Editora Abril, ano 43, n. 2166, jun. 2010.
- NICOLAU, J. *História do voto no Brasil*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2002.
- REALIDADE. São Paulo: Editora Abril, ano 1, n. 10, jan. 1967.

VEJA. São Paulo: Editora Abril, ano 27, ago./set. 1994. Edição especial.

\_\_\_\_\_. São Paulo: Editora Abril, ano 43, n. 2166, jun. 2010. Edição especial.

Recebido o 10/02/2012 – Aceito o 20/03/2012



# ariús

Revista de Ciências Humanas e Artes

ISSN 0103-9253 versão impressa – ISSN 2236-7101 versão online

## IMAGEM, REPRESENTAÇÃO E MASCULINIDADE: CONSIDERAÇÕES SOBRE AS CAPAS DA *G MAGAZINE*

---

*Fábio Ronaldo da Silva*<sup>6</sup>

*Rosilene Dias Montenegro*<sup>7</sup>

### RESUMO

A fotografia é um produto social e cabe ao historiador perceber como as imagens constituem uma maneira discursiva de colocar em cena questões e fragmentos da história, percebidos no encaixe de uns documentos com os outros na tentativa de se entender sua forma evolutiva e, ao mesmo tempo, descontínua. Desta forma, a história aproxima-se do presente, com a fotografia, permitindo entender a história oficial, a secreta, a individual e a coletiva. Partindo dessa premissa, faremos uma discussão acerca das capas da *G Magazine* – revista homoerótica que está em circulação no Brasil desde 1998, sendo a primeira desta especialidade a fazer parte da Associação Nacional de Editores de Revistas do Brasil. A escolha pela análise das capas se deve pelo fato de que elas apresentam aquilo que deve ser considerado o conteúdo mais importante da revista e que, por isso, chamam para a leitura. O

---

<sup>6</sup> Mestre em História pela Universidade Federal de Campina Grande. Professor da FIP. Email: [fabiocg@gmail.com](mailto:fabiocg@gmail.com).

<sup>7</sup> Doutora em História pela Universidade Estadual de Campinas. Professora da Universidade Federal de Campina Grande. Email: [rosilenedm@hotmail.com](mailto:rosilenedm@hotmail.com).

artigo aqui apresentado tem como proposta identificar, nas capas da *G Magazine*, o corpo do homem viril como significado através de diferentes imagens que a revista produz e reproduz; sejam estas através do vestuário, posições corporais ou expressões faciais. É importante perceber que, ao mesmo tempo em que mostra apenas homens viris ou que simulam a virilidade em suas capas, a *G Magazine* sugere que apenas os homens viris e másculos são desejados pelos homossexuais e essas capas acabam refutando a imagem do homossexual afeminado; e mesmo sendo uma revista voltada para homossexuais, a existência deste tipo de publicação não confere, automaticamente, um lugar de fala para tal grupo na sociedade.

**Palavras-chave:** Fotografia. *G Magazine*. Representação e Virilidade.

## **IMAGES, REPRESENTATIONS AND MASCULINITY; CONSIDERATIONS ON THE COVERS OF G MAGAZINE.**

---

### **ABSTRACT**

Photography is a social product and it is the historian to understand how the images are a discursive way of putting issues on the scene and fragments of history, perceived fit in some documents with others in an attempt to understand its evolutionary way and at the same time, discontinuous. Thus, the history approaches the present, with the picture, allowing understanding the official story, the secret, the individual and collective. From this premise, we will have a discussion about the cover of G Magazine - homoerotic magazine that is in circulation in Brazil since 1998, the first part of this specialty of the National Association of Magazine Publishers of Brazil. The choice of covers if the analysis due to the fact that they have what should be considered the most important content of the magazine and that, therefore, call for reading. The article presented here has the purpose to identify, on the covers of G Magazine, the man's virile, meaning through different images that produces and reproduces the magazine, whether it be through clothing, body positions and facial expressions. It is important to realize that, while showing only men or manly virility that simulate on their covers, G Magazine suggests that only men are manly and virile desired by

homossexuais and those covers just refuting the image of the effeminate homosexual, and even as a magazine for homosexuals, the existence of this type of publication does not, automatically, a place of speech for that group in society.

**Keywords:** Photography. G Magazine. Representation and Virility.

## 1. INTRODUÇÃO

Falar do Outro é tão complexo quanto o ser. O Outro pode ser aquele que tem alguma deficiência ou limitação física, o mendigo que fica pedindo um trocado lá no centro da cidade, a mulher que faz faxina na minha ou na sua casa ou o travesti que faz programas em alguma rua da cidade. Convivemos com o Outro, e o somos para eles, todos os dias, em vários ambientes e situações. Mas, na maioria das vezes, fingimos que não existem ou os toleramos.

Tolerância é algo que buscamos colocar em prática para tentar conviver, pacificamente, com aqueles que fogem daquilo que, conscientemente ou não, taxamos de “normal”. Entretanto, isso não é uma regra, principalmente quando se trata de sexualidade. É no Brasil, por exemplo, que existe o maior número de assassinatos de homossexuais apenas por que eles assim o são<sup>8</sup>. É o país também conhecido pelo “preconceito velado”, onde se finge ser tolerante, mas pelas costas...

Todavia, há momentos onde esse “preconceito velado” se faz aparecer em pesquisas publicadas pela mídia. Em 19 de junho de 2005, a Folha de São Paulo no caderno “Mais” publicou uma matéria intitulada “Só os viris e discretos serão amados?” que trazia uma pesquisa feita entre os participantes da Parada Gay paulista com a seguinte informação:

---

<sup>8</sup> Segundo dados de pesquisa realizada pelo Grupo Gay da Bahia (GGB) apenas em 2010, no Brasil, foram registrados 260 crimes por homofobia. Segundo o Relatório de Assassinatos a Homossexuais no Brasil, a região mais homofóbica é o Nordeste, onde o homossexual tem mais chances de ser assassinado apenas por causa da orientação sexual. Mais sobre o assunto ver: <<http://www.ggb.org.br/Assassinatos%20de%20homossexuais%20no%20Brasil%20relatorio%20geral%20compilado.html>>.

Na pesquisa do Datafolha, chamou a atenção o fato de 76% dos entrevistados concordarem, total ou parcialmente, com a ideia de que “alguns homossexuais exageram nos trejeitos, o que alimenta o preconceito contra os gays”. A mesma pesquisa no Rio de Janeiro revelou que, entre os homens homossexuais, 44,6% preferem parceiros “mais masculinos”, contra apenas 1,9% que os preferem “mais femininos”. Para alguns, por aumentar o preconceito, a feminilidade parece politicamente incorreta nos homens. Para outros, deve ser cuidadosamente policiada pelos que se aventuram no mercado dos afetos e paixões. (FOLHA DE SÃO PAULO, 2005).

Trocando em miúdos, mais de 40% afirmavam que nunca teria nenhum tipo de relacionamento com homossexuais não viris, ou seja, com aqueles homossexuais chamados, no cotidiano, de “bicha”, aqueles que “dão pinta”, também chamados, vulgarmente, de “viado”. Esse Outro é o outro do homem “a categoria serve para assinalar sujeitos cujo processo de materialização enquanto homem de verdade fracassaria” (OLIVEIRA, 2006, p. 1) e o Outro do homossexual. Esse Outro não virilizado seria então uma figura abjeta, que, quando trazido pela mídia televisiva, por exemplo, será, na maioria das vezes, representado como um pícaro, alguém que serve para divertir e, quando muito, ajudar quem esteja passando por alguma situação difícil.

Escolhemos então, fazer uma análise dos modelos que posam nas capas da revista *G Magazine* – publicação voltada para homossexuais masculinos e que está há mais de dez anos, sem nenhuma interrupção, em circulação no mercado editorial brasileiro – no intuito de perceber qual a representação de masculinidade que ela apresenta para o público que consome a revista. Para tanto, será feita não apenas uma análise da representação do modelo que posa na capa, mas o personagem que ele representa o gestual, bem como os elementos que vão compor o cenário que, juntos, contribuem para reafirmar a virilidade do personagem ali representado.

É importante informar que não será feita aqui, uma pesquisa de recepção de imagem, mas sim, da produção da mesma e como esta forja representações.

Para trabalhar com representações visuais na historiografia, uma das possibilidades seria a aproximação com a história cultural, pois esta se constitui em uma tendência privilegiada para os estudos sobre representações.

A fotografia é um produto social e cabe ao historiador perceber como as imagens constituem certa maneira discursiva de colocar em cena questões e fragmentos da história, percebidos no encaixe de uns documentos com os outros na tentativa de se entender sua forma evolutiva e, ao mesmo tempo, descontínua. Desta forma, a história aproxima-se do presente, com a fotografia, permitindo entender a história oficial, a secreta, a individual e a coletiva. A história do sentido das fotografias, a cada período, sofre renovação de suas funções: a fotografia social, a popular, a mediática dentre outras. As imagens fotográficas são todas plausíveis à ação dos campos, das influências, das filiações, das referências, das determinações sociais e dos códigos de leitura, não estando atreladas ao determinismo tecnológico, pois, antes de tudo, são produtos sociais.

Todavia, antes de falar sobre o tema escolhido, é interessante explicar um pouco acerca da Nova História Cultural<sup>9</sup> que contribui para que determinados assuntos sejam trabalhados no âmbito historiográfico, trazendo novos ares ao trabalho do historiador e, em seguida, trabalharemos a questão da representação. O arcabouço intelectual que vai dar origem à Nova História Cultural está intimamente ligado ao surgimento, no final da década de 1920, na França, de uma nova forma de se pensar as questões historiográficas, identificada como História das Mentalidades. Segundo Vainfas (2002) esta, mais tarde, devido a grande quantidade de críticas sofridas, vai se juntar a Nova História Cultural. Isso pelo fato de que,

---

<sup>9</sup> Utiliza-se o termo Nova História Cultural para distingui-la da chamada Velha História Cultural onde, na primeira, segundo Pesavento (2004, p. 15-6), foram deixadas de lado concepções de viés marxista, que entendiam a cultura como integrante da superestrutura, como mero refluxo da infra-estrutura, ou mesmo da cultura como manifestação superior do espírito humano e, portanto, como domínio das elites. Também foram deixadas para trás concepções que opunham a cultura erudita à cultura popular, esta ingenuamente concebida como reduto do autêntico. Longe vão também as assertivas herdeiras de uma concepção da Belle Époque, que entendia a literatura e, por extensão, a cultura, como o sorriso da sociedade, como produção para o deleite e a pura fruição do espírito.

de acordo com Vainfas (2002, p. 55-6) “a chamada História das Mentalidades abriu-se de tal modo a outros saberes e questionamentos que, no limite, pôs em risco a própria legitimidade da disciplina”.

A nova forma de se interpretar os fatos históricos procurava fugir da história historicizante, ou seja, uma história que evitava dialogar com as outras Ciências Humanas. Ainda segundo o autor, era preciso adotar:

[...] uma história problematizadora do social, preocupada com as massas anônimas, seus modos de viver, sentir e pensar. Uma história com estruturas em movimento, com grande ênfase no mundo das condições de vida material, embora sem qualquer reconhecimento da determinância do econômico na totalidade social, à diferença da concepção marxista da história. Uma história não preocupada com a apologia de príncipes ou generais em feitos singulares, senão com a sociedade global, e com a reconstrução dos fatos em série passíveis de compreensão e explicação. (VAINFAS, 2002, p. 17).

Para justificar essa afirmação de que a Nova História Cultural trouxe um novo ar à História, basta observarmos a exaustão das explicações oferecidas por modelos teóricos com tendências à totalidade, nos quais o historiador era refém da busca da verdade. Essas explicações globais, por sua incapacidade de interpretar novos agentes históricos, passaram, portanto, a ser questionados.

Nas últimas décadas é perceptível um aumento do número de autores falando de cultura, de identidade e diferença tendo como base o estudo cultural, na história cultural e na chamada antropologia cultural e na sociologia da cultura. Segundo Burke (2001) há, atualmente, um momento de efervescência dos chamados Estudos Cultural.

[...] O desafio aos velhos modelos foi especialmente rigoroso na escola dos Annales. Embora a história econômica, social e

demográfica tenha permanecido dominante na própria *Annales*, a história intelectual e cultural passou a ocupar um sólido segundo lugar [...]. (HUNT, 1995, p. 08).

Pesavento (2004) afirma que hoje, 80% da produção historiográfica nacional são produzidas com base na Nova História Cultural. Tal produção pode ser vista tanto nas publicações especializadas (sob forma de livros e artigos) quanto nas apresentações de trabalhos, em congressos e simpósios ou ainda nas dissertações e teses, defendidas e em andamento, nas universidades brasileiras.

Esta “revolução” historiográfica desencadeada pelos teóricos da Escola dos Annales impulsionou diferentes perspectivas de escrever e estudar a história. Assim, também o desenvolvimento da História Oral e da Micro-História<sup>10</sup>, as quais o processo se confunde com a própria história cultural, pois aparecem no bojo dos anseios de historiadores que buscavam um novo modo de compor a historiografia, como veremos mais adiantes.

Todavia, Burke (2001) aponta para uma fragmentação no tocante a esses estudos e para a dificuldade em definir o que é “cultura”.

A chamada História Cultural Clássica estava ancorada na arte, na literatura e na descrição das ideias. De acordo com Burke (2001) e Chartier (1998), a cultura era considerada patrimônio e pairava no ar enquanto uma unidade transcendente, descolada da economia, da política e das relações sociais. A nova história ou História Cultural, renovada pelas contribuições das ciências sociais, pretende colocar em causa seus objetos e dar primazia ao modo de como os construímos ao estabelecer relações entre os acontecimentos.

Segundo Hunt (1995, p. 16), ao falar sobre a história cultural, Robert Darton afirmava é “a história de natureza etnográfica. [...] A modalidade antropológica de história [...] parte da premissa de que a expressão individual ocorre no âmbito de um idioma geral”. O que reforça, ainda mais, as possibilidades que abarcam esse fazer historiográfico.

---

<sup>10</sup> Gênero historiográfico que surgiu na Itália, tendo, dentre os principais expositores, Carlo Ginzburg e Giovanni Levi.

Chartier (1998) vai assegurar uma história cultural que busca o confronto, onde se devem localizar as lutas discursivas e de poder no campo do saber. Também afirma a ruptura da história cultural com um sujeito universal e abstrato e a descontinuidade das formações sociais e culturais.

Ainda de acordo com Chartier (1998) a cultura era pensada sob a perspectiva de um legado recebido e também como transmissão de hábitos e costumes de uma geração a outra. Todavia, o próprio autor afirma que os objetos não são simplesmente aceitos de modo passivo, isto é, eles não são recebidos como uma herança perpetuada por uma tradição. Há um processo de recepção, de apropriação cultural dos objetos, que são utilizados de formas diferentes. A realidade não é recebida como um arquivo e congelada na memória em diferentes espaços. Desta feita, as realidades sociais estariam sempre sendo construídas e não simplesmente repassadas.

Certeau (2003) propõe, juntamente com Chartier (1998), a pensarmos a cultura no plural ao invés de percebê-la como um objeto natural ou como uma unidade. Os autores citados propõem a realização de uma sociologia da cultura, em que nos preocuparíamos em interrogar os modos de produção da cultura, como ela é difundida e quais são seus meios de circulação. É necessário, hoje, começarmos a enxergar a cultura como um conjunto de significados partilhados e construídos pelos homens para explicar o mundo.

Diante de uma gama de possibilidades, muitos historiadores passaram a trabalhar com diversos temas até então, não explorados pelos historiadores e merecem destaque Carlo Ginzburg, Roger Chartier e Michael de Certeau. Mesmo sabendo da importância dos mesmos para a História, será dado destaque aqui, apenas aos dois primeiros, pois ambos trabalham com tema que será bastante utilizado durante nosso artigo. O italiano Ginzburg, no final da década de setenta lança “O queijo e os vermes”, livro que se tornou um referencial tanto para a Nova História quanto para a Micro-História. Esta última torna possível a historiografia dos anônimos, dos esquecidos, buscando nesses elementos os pressupostos da história social e cultural, rompendo com a história positivista, tradicional. O foco se situa para o particular e não mais para o geral, para a curta duração, para a diacronia, de uma história vista de baixo, cuja abordagem “deve permitir o enriquecimento da análise social, torna-la mais complexa,

pois levam em conta aspectos diferentes, inesperados, multiplicado na experiência coletiva” (LEVI, 1992, p. 207).

Nele, o autor discorre sobre um moleiro condenado como herege pela Inquisição Papal no século XVI. Podemos considerar essa obra uma obra-síntese, uma vez que foi nela que Ginzburg abandonou o conceito de mentalidades e adotou o de cultura, definindo-a como “o conjunto de atitudes, crenças, códigos de comportamento próprios das classes subalternas em um certo período histórico” (GINZBURG, 1986, p. 16).

Decorre de esta definição ser possível, agora, recuperar o conflito de classes em uma dimensão sociocultural, deixando-se entrever no campo das discussões teóricas aquilo que o historiador italiano chamou de circularidade cultural, conceito que se opõe ao velho paradigma cultura popular *versus* cultura erudita.

Do ponto de vista metodológico, a Micro-História avança nas pesquisas historiográficas por romper com a prática calcada na retórica e na estética. Segundo Levi (1992, p. 136), a micro-história possui, portanto, um papel muito específico dentro da chamada Nova História Cultural: “refutar o relativismo, o irracionalismo e a redução do trabalho do historiador a uma atividade puramente retórica que interprete os textos e não os próprios acontecimentos.” Assim, o historiador de orientação micro-histórica, amparado pelos conceitos da Nova História Cultural, pode “visualizar” acontecimentos, fatos que a historiografia tradicional não percebe e trazer à tona dados que estavam adormecidos. Retomando a discussão feita anteriormente sobre cultura e a produção da mesma, Burke nos diz como o processo de canonização de artistas, de diversos autores e dos denominados cientistas e pesquisadores vem sendo estudado pelos historiadores. Exemplos que ilustram esta afirmação são os estudos realizados sobre história dos intelectuais, a história da leitura, a interrogação da função-autor, dentre outros.

Desta feita, a divisão entre cultura letrada e cultura popular tem sido alvo de interrogações pelos historiadores e estudiosos das ciências sociais. Para Certeau (2003), não existe uma cultura de elite homogênea, assim como não existe uma cultura popular oposta, também homogênea, compartilhada por classes sociais distintas. Os costumes e hábitos, comportamentos, modos de ser e modos de existir entrecruzam-se. Há um processo de

circulação das práticas culturais entre os diversos grupos sociais. Chartier (1998) afirma que a categoria “cultura popular” é uma classificação erudita, produzida para separar as condutas situadas fora de um modelo tomado como referência que é o da cultura erudita. Os vários etnocentrismos têm se mantido em função de práticas que classificam modos de existir de primitivos, não civilizados, carentes, não desenvolvidos diante das práticas de grupos específicos que se agenciam para controlar a produção e reprodução dos bens culturais.

Há um espaço entre as normas impostas e o vivido. O autor não vai negar que haja modos de agir, viver, sentir e pensar afirmados e outros negados em diferentes épocas, assim como não nega que existam regras coercitivas estabelecidas por certos grupos que formam alianças políticas e impõe um conjunto de regras aos outros. A crítica coloca-se negando uma suposta homogeneidade cultural, “tanto os bens simbólicos como as práticas culturais continuam sendo objeto de lutas sociais, em que estão em jogo sua classificação, suas hierarquizações, sua consagração ou desqualificação” (CHARTIER, 1998, p. 184-5). Para Chartier (1995) apud Hunt (1995), os historiadores que trabalham com cultura não devem esquecer que os textos com os quais trabalham afetam o leitor de formas variadas e individuais.

Chartier mostra que, nos primórdios da Europa moderna, o significado dos textos dependia de uma grande diversidade de fatores, desde a idade dos leitores até as inovações tipográficas, como a multiplicação de indicações cênicas. Seu enfoque da relação triangular entre o texto do modo como é concebido pelo autor, impresso pelo editor e lido (ou ouvido) pelo leitor lança dúvidas sobre as clássicas concepções da história da cultura, em especial sobre a dicotomia entre cultura popular e cultura erudita ou de elites. (HUNT, 1995, p. 19).

Na história da arte e na crítica literária, a representação é, há muito tempo, reconhecida como o problema central da disciplina. Para Chartier (1998), a cultura não se situa acima ou a baixo das relações econômicas e sociais e tampouco pode ser alinhadas com

elas. Assim, todas as práticas, sejam econômicas ou culturais, dependem das representações utilizadas pelos indivíduos para darem sentido ao mundo.

## 2. SOBRE REPRESENTAÇÃO E A *G MAGAZINE*

Ginzburg (2001) nos mostra que nas Ciências Humanas, há muito tempo vem se falando de representação, algo que se deve, sem dúvida, à ambiguidade do termo, pois, de um lado, a representação se faz às vezes da realidade representada e, portanto evoca a ausência; de outro, torna visível a realidade representada e, portanto, sugere a presença. Para o autor esse é um aborrecido jogo de espelhos e ele não se detém nisto. Para ele, a imagem é ao mesmo tempo presença e sucedâneo de algo que não existe.

A origem do termo “representação”, segundo Ginzburg (2001) remota ao século XIII onde se denominava *représentation* os manequins que podiam ser de cera, madeira ou de couro. Estes eram colocados junto do corpo dos soberanos ingleses e franceses durante o funeral. Enquanto o rei era velado, a presença do manequim era um testemunho da transcendência do rei e a sua presença no mundo dos mortos. Os manequins tinham como função, lembrar aos presentes que o rei, a partir daquele momento, estava assumindo outra forma e que outra nova vida estava começando para aquele morto e “a *imago* funerária substituíva o cadáver ausente” (GINZBURG, 2001, p. 91).

Etimologicamente, “representação” provém da forma latina *repraesentare* – fazer presente ou apresentar de novo. Fazer presente alguém ou alguma coisa ausente, inclusive uma idéia, por intermédio da presença de um objeto.

Segundo Chartier (1998), o principal objetivo da Nova História Cultural é identificar o modo como, em diferentes espaços e períodos, determinada realidade social é construída, pensada, dada a ler. São estes esquemas intelectuais incorporados que criam as figuras graças às quais o presente pode adquirir sentido, o outro tornar-se inteligível e o espaço a ser decifrado. Dessa forma, as representações do mundo social são sempre determinadas pelos interesses de grupo que as forjam. Portanto, para cada caso, torna-se necessário relacionar os discursos proferidos com a posição de quem os utiliza.

Representação, segundo o autor, é um instrumento de conhecimento mediato que faz ver um objeto ausente, através de sua substituição por uma “imagem” capaz de reconstituir em memória e de figurá-lo da forma como ele é. O surgimento da noção de representação mostra duas famílias de sentidos aparentemente contraditórios: por um lado, a representação permite ver algo ausente, o que supõe uma clara distinção radical entre o que representa e aquilo que é representado. Por outro, a representação é a exibição de uma presença, a apresentação pública de algo ou de alguém.

É através do modo como representamos as coisas nos diferentes espaços sociais e culturais que elas adquirem significados. De acordo com essa colocação, entendemos que, neste estudo, o corpo do homem viril, másculo é significado através de diferentes imagens que a *G Magazine* produz e reproduz.

Não é à toa que vamos encontramos nas capas da revista *G Magazine*, apenas modelos com corpos malhados, viris, com uma masculinidade a flor da pele, bem como elementos que compõem a cena que venha a reforçar isso ao invés, por exemplo, de serem exibidos nessas capas, modelos que não apresentam uma virilidade ou que possuem traços femininos. O que nos faz pensar que apenas os homens viris e másculos são desejados pelos homossexuais e essas capas acabam refutando a imagem do homossexual afeminado.

Como sabemos, “nas culturas modernas, que adotam como eixo de orientação o investimento no material em detrimento do coletivo, definindo identidade como um problema do sujeito ligado exclusivamente à ordem no privado.” (NOLASCO, 2001. p. 25). Desta feita, começaram a emergir grupos sociais que buscaram recodificar suas representações sociais, uma vez que estas não lhes conferiam o reconhecimento e valores desejados. Entretanto, ao reafirmar um novo tipo de representação, outra é negada.

Pela natureza do material analisado, esse artigo vai estar inserido numa perspectiva discursiva verbo-visual. Isso significa que os aspectos visuais devem receber um tratamento analítico tão sério quanto os verbais, uma vez que os primeiros são tão importantes quanto os segundos para a produção de efeitos de sentido suscitados na discursividade da imprensa especializada. É preciso ter em mente que a visão envolve algo mais do que o mero fato de ver ou de que algo seja mostrado (DONDIS, 1997).

As capas da revista *G Magazine*, em especial, usam as relações sógnicas na construção de sua unidade, que se alicerça justamente na pluralidade significativa e utiliza precisamente a composição sógnica, que perpassa o histórico-cultural chegando ao psíquico. Dessa forma, um homem loiro, por exemplo, é ícone quando tomado como imagem, mas é símbolo quando representa “glamour”, “beleza”. Elementos como carro, uma bola de futebol ou objetos de couro, por exemplo, podem ser tomados como ícones, quando imagens, mas símbolos quando representam ideias abstratas como “status”, “sofisticação”, “potência”.

As capas da *G Magazine*, as quais apresentam aquilo que deve ser considerado o conteúdo mais importante da revista e que, por isso, chamam para a leitura, anunciam e, em alguns momentos sugerem o nu frontal que está por vir, mas, apesar de ser a “estrela principal” dos ensaios fotográficos, a genitália não é mostrada nem anunciada de imediato. Talvez pelo desejo de se afastar da imagem pornográfica pejorativa, e/ou pela regulamentação da imprensa que proíbe a exibição de genitálias nas capas. Há toda uma representação do corpo que tem como efeito a erotização do caráter pornográfico correntemente atribuído à exibição da genitália desnuda. Essa encenação constrói uma cenografia da revelação de uma intimidade, a partir da invasão consentida da privacidade, que dá sentido a essa nudez.

A fotografia será aqui entendida como uma imagem associada a um ato inseparável de sua enunciação e de sua recepção. Assim, o fotógrafo, o dispositivo técnico, a cena e seu(s) ator(es) e, por fim, o espectador, faz parte do processo de significação. Ao abordar e fazer um itinerário histórico da questão do realismo fotográfico, nos seus primórdios, com sua ênfase no fascínio da representação da realidade, a imagem técnica funda um discurso que perdura até os dias de hoje, de localizá-la no âmbito da analogia. Com um discurso da imagem técnica existindo como um espelho, em que a realidade se projeta mecânica e quimicamente, essa abordagem define-a como uma visão automática da realidade e, portanto, objetiva, quase natural, especular.

Fotografias, principalmente as de capas de revistas, quase sempre e, especificamente, as da *G Magazine*, são montadas, representam a mistura de intencionalidades do fotógrafo, do observador e do editor. Escolhemos analisar capas pelo fato de que elas, por si só, já vendem a revista, logo, a produção das mesmas passa por um maior rigor, além do mais, imagens não

servem apenas para ilustrar, elas possuem informações que, quando decodificadas, transpassam a própria imagem, pois, como sabemos, antes de tudo, imagem é um símbolo.

É em meio a essa intencionalidade que podem se encontrar o visível e o invisível, do positivo para o negativo, do ver para o sentir. No meio dessas variantes, podemos encontrar a chamada subjetividade, que deixa marcas visuais no objeto. E é no próprio objeto que devemos procurar identificar as subjetividades existentes. A imagem indica algo que, embora nem sempre visível, é sempre resultado da produção de um sujeito.

E é essa quase naturalidade das imagens técnicas que vai permear o imaginário dos leitores e daqueles que vêm as capas da revista *G Magazine*. Nela estarão sempre presentes homens másculos ou o que a isso representa, querem se mostrar para os outros e tal virilidade é reafirmada não apenas pelo corpo, mas pelo semblante e elementos de cena que constituem a fotografia da capa da revista. Não é por acaso que nas capas da *G Magazine* aparecem modelos representando ser um vaqueiro, um boxeador, um mecânico ou um jogador de futebol e, para reforçar a imagem de tal “personagem” viril, eles vão se apropriar de elementos para dar maior veracidade ao “personagem” encarnado.

Como nos mostra Chartier (1998), a representação é instrumento de conhecimento imediato que revela um objeto ausente, substituindo-o por uma imagem, capaz de trazê-lo à memória e de o figurar tal como ele é. A relação de representação é entendida deste modo como correlação de uma imagem presente e de um objeto ausente, um valendo pelo outro. Chartier (1998) também atenta para a distinção fundamental entre representação e representado, isto é, entre signo e significado, que é pervertida pelas formas de teatralização do antigo regime. Ou seja, todas têm o objetivo de fazer com que a identidade do ser não seja outra coisa senão a aparência da representação, corroborando assim, ao que foi dito acima.

Historicamente, a definição de masculino se dá em oposição ao feminino, isto é, o que é do masculino é definido como aquilo tudo que não pode ser feminino. Se, desde muito cedo, a família como grupo socializador primário modela, através de ritos, regras e limites, comportamentos diferentes para homem e mulher, mais tarde, outros grupos sociais, como escola, comunidade e outros espaços prosseguem na inculcação desse modelo hegemônico, através da multimídia, divulgando conhecimentos e saberes. A partir dos movimentos de

liberação de minorias, como o feminista e o sexual, estudos e pesquisas sobre sexualidade feminina ou feminilidades se multiplicaram. Com esses movimentos, o masculino, baseado num modelo de oposição a tudo o que é feminino, sofre abalos na sua estrutura.

Autores como Nolasco (2001) e Goldenberg (2000) apontam uma crise da masculinidade ao surgirem tensões entre o padrão tradicional de identidade masculina e a possibilidade de viverem novas formas de ser homem. Assim também o estudo de Oliveira (2006), sobre a construção social da masculinidade, aborda uma possível crise da masculinidade em um contexto específico da sociedade, mas não a defende como algo generalizado, pois, diz ele, nas camadas populares o modelo tradicional de hegemonia masculina predomina. Todavia, de modo geral, tanto homens como mulheres ainda alimentam o ideal de comportamento dos homens baseado na força, no poder e na virilidade, de acordo com Goldenberg (2000), mas o que vive é um modelo em que o comportamento tradicional já não é mais valorizado. A virilidade fica ameaçada.

A masculinidade é social e culturalmente *construída*, sendo secundária, frágil e desenvolvida a partir da feminilidade original. É fácil constatar quanto os homens se preocupam em demonstrar, comprovar e reafirmar sua virilidade.

Historicamente, as diversas sociedades sempre criaram instituições ou instâncias hierarquizadas de *poder* com o objetivo de exercer o necessário controle sobre seus cidadãos através de mecanismos de inclusão e de exclusão. Quer se trate da pedagogia homoerótica da Grécia antiga, da educação viril dos cavaleiros da Idade Média, dos “rituais de iniciação masculina” de meninos e adolescentes nas sociedades ditas primitivas, ou mesmo das manifestações atenuadas e disfarçadas - mas ainda presentes - nas sociedades contemporâneas, todas visavam a instalar e a garantir a masculinidade de seus filhos. Esses rituais de iniciação, de passagem ou de confirmação da masculinidade geravam, ao mesmo tempo, terror e fascinação nos jovens, pois o reconhecimento como *macho* era não apenas uma meta a ser dolorosamente alcançada, mas também ansiosamente desejada (CASTORIADIS, 1995).

As capas da revista analisada usam as relações sógnicas na construção de sua unidade, que se alicerça justamente na pluralidade significativa e utiliza precisamente a

composição sígnica, que perpassa o histórico-cultural chegando ao psíquico. Dessa forma, um homem loiro, por exemplo, é ícone quando tomado como imagem, mas é símbolo quando representa “glamour”, “beleza”. Elementos como carro, uma bola de futebol ou objetos de couro, por exemplo, podem ser tomados como ícones, quando imagens, mas símbolos quando representam ideias abstratas como “status”, “sofisticação”, “potência”.

As capas da *G Magazine*, as quais apresentam aquilo que deve ser considerado o conteúdo mais importante da revista e que, por isso, chamam para a leitura, anunciam e, em alguns momentos sugerem o nu frontal que está por vir, mas, apesar de ser a “estrela principal” dos ensaios fotográficos, a genitália não é mostrada nem anunciada de imediato. Talvez pelo desejo de se afastar da imagem pornográfica pejorativa, e/ou pela regulamentação da imprensa que proíbe a exibição de genitálias nas capas. Há toda uma representação do corpo que tem como efeito a erotização do caráter pornográfico correntemente atribuído à exibição da genitália desnuda. Essa encenação constrói uma cenografia da revelação de uma intimidade, a partir da invasão consentida da privacidade, que dá sentido a essa nudez.

A imagem fotográfica, sendo um material de registro visual com conteúdo cultural transformou totalmente a memória. Ela dá uma precisão de imagem que não precedentes na história e permite uma repetição que, de certa maneira, populariza essas imagens de lembrança marcando cronologicamente a imagem no tempo. Por isso, para se ler fotografias, é necessário ir além dos relatos de narração das fotos. É preciso compará-las e compreender o texto fotográfico, o significado da produção fotográfica e, também, interpretar as imagens e, nesse movimento, não perder do horizonte a ambiguidade que a informação imagética da fotografia traz consigo, já que esta apresenta seus elementos constitutivos de maneira aberta, isto é, sem regras rígidas de leitura. Dessa forma, a fotografia apresenta-se como um material rico para o desenvolvimento de ficções. Ficções no sentido de que uma mesma fotografia dá vazão a uma liberdade de criação de histórias narrativas que provêm da interpretação da imagem.

A imagem fotográfica é uma obra aberta, contudo, em sua interpretação, não devemos nos esquecer de que porta mensagens de uma época e lugar, mesmo com toda a

possibilidade de ambiguidade que sua leitura tenha. A produção fotográfica, seja esta qual for, traz não a reprodução do real, mas uma representação do mesmo, um recorte.

Tomando a fotografia como “elemento que congela o real” servindo, dessa forma, como documento, podemos citar alguns autores que comentam sobre esse assunto:

A fotografia transforma em cena o que vivemos. A eficácia social da foto é tanta que, em alguns momentos, é possível conduzir nossas vidas na lembrança da representação, como se fôssemos legitimados pelo registro do acontecimento (NEIVA JÚNIOR, 1986, p. 64), nas diversas realidades contidas pela fotografia (KOSSOY, 1989, p. 37), na perspectiva da imagem ser uma espécie de ponte entre a realidade retratada e outras realidades, e outros assuntos, seja no passado ou presente, na ideia de que as “fotografias não são decodificadas como uma linguagem, elas são interpretadas criativamente” (BITTENCOURT, 1998, p. 231), na concepção de que “a foto torna-se o referente de si mesma”, de que as imagens fotográficas são antes de tudo “objetos culturais autônomos” (FERNANDES JÚNIOR; LAGO, 2001, p. 33) que pertencem ao “particular absoluto, a contingência soberana, impenetrável e quase animal” (BARTHES, 1989, p. 17), e, conseqüentemente no aspecto polissêmico da linguagem fotográfica, o que permitiria diversas e infinitas interpretações.

Como afirma Dantas (1999, p. 55):

Entre o leitor, a fotografia e o autor há um campo de intencionalidade impossível de ser registrado, mas que impregna o acontecimento [...] Assim, o que emerge é resultado da impossibilidade de redução, sendo sempre o espaço reservado a criação que alimentam e reciclam leituras do mundo.

Desta feita, a fotografia será aqui entendida como uma imagem associada a um ato inseparável de sua enunciação e de sua recepção. Assim, o fotógrafo, o dispositivo técnico, a cena e seu(s) ator (es) e, por fim, o espectador, faz parte do processo de significação. Ao abordar e fazer um itinerário histórico da questão do realismo fotográfico, nos seus primórdios, com sua ênfase no fascínio da representação da realidade, a imagem técnica funda

um discurso que perdura até os dias de hoje, de localizá-la no âmbito da analogia. Com um discurso da imagem técnica existindo como um espelho, em que a realidade se projeta mecânica e quimicamente, essa abordagem define-a como uma visão automática da realidade e, portanto, objetiva, quase natural, especular.

Na *G Magazine* a única forma que os homossexuais são representados é como pessoas másculas, fortes, viris. A representação masculina nessas capas é o próprio objeto, isto é, o corpo dos modelos que posam para as capas, sobre o qual as culturas definem seus padrões de masculinidade, neste caso, a valorização, pelos homossexuais, de homens que sejam dotados, no mínimo, do modelo de masculinidade hegemônica onde o homem, antes de qualquer coisa, é viril.

Essa virilidade é mostrada através dos músculos do corpo, por expressões faciais e por adornos naturais ou não, neste caso entrariam respectivamente, a questão do uso de barba ou a presença de pêlos pelo corpo e também o uso de determinadas roupas ou elementos que reforçam a imagem de homem viril, como por exemplo, uma arma ou a própria roupa de couro.

Courtine (1995) ao fazer uma análise sobre a questão do poder, diz que na busca de corresponder a um modelo de masculinidade hegemônica, ele é, ou pode ser, exercido na relação sobre outros homens, também. Daí que a ideia de ascensão social, liderança, pode representar um dos papéis da masculinidade, isto é, o de homem forte e viril. Todavia, é preciso perceber que, os modelos que aparecem nas capas da *G Magazine* quase sempre estarão dentro do modelo de masculinidade tido por alguns como hegemônico, isto é, aquela que teria como modelo máximo homens brancos, de setores médios da população, e que tenderia a se configurar como o conjunto de práticas dominantes na construção da subjetividade masculina, servindo como referência a ser atingida.

Desde quando surgiu em quase todas as capas da *G Magazine* os modelos se encontram sozinhos, o que sugere que esse outro para quem olham e sorriem e com quem tentam estabelecer um diálogo pode ser o fotógrafo que está por trás das lentes, o qual, também ausente na fotografia, dá seu lugar ao leitor, que passa a ser o interlocutor da cena.

Marcar a própria presença, chamar a atenção, pôr ênfase em determinadas partes do corpo, denotar com uma imagem clara e muitas vezes mesmo codificada com precisão alguns significados, e dar a conhecer outros de maneira explícita, mas, sempre sensível, eis o objetivo principal do vestuário.

A instauração de uma interlocução se dá no jogo enunciativo “eu-tu”, denunciado nas revistas pelo olhar dos modelos fotografados, que se volta constantemente ao leitor, o que atrai, de alguma maneira, o olhar do leitor para o corpo fotografado, como se o convidasse a participar dessa cena. Esse convite começa como é de se imaginar, já nas capas. A capa, considerada como o espaço de apresentação da revista, constitui o primeiro contato entre o leitor, e anuncia em destaque o conteúdo mais importante da edição; no caso das publicações consideradas aqui, os ensaios de nu.

Ao anunciar esses ensaios, as capas não oferecem apenas fotos de homens seminus e, em alguns momentos nus como se fosse uma amostra do que vão ser exibidas nas revistas, elas instauram de imediato uma interlocução com o leitor que se dá desde esse primeiro contato - o momento em que o leitor visualiza a revista nas bancas ou que recebe seu exemplar de assinante, conforme nas figuras que virão nas páginas seguintes.

A representação do corpo, em algumas capas aparece supondo movimento – superando obstáculos, medindo sua força, desafiando limites – pressupõe que, para se ter um corpo forte, saudável e definido, são necessários muitos exercícios e esforços físicos. São os exercícios que propiciam um corpo bonito e um corpo bonito pressupõe satisfação. A expressão corporal dos homens que aparecem nas capas da revista analisada pressupõe esforço e determinação, mostrando que, para alcançar o corpo perfeito, tem de se chegar ao limite, ao esforço máximo, logo, o corpo musculoso é a recompensa para tanta dedicação. Tais imagens correspondem às expectativas do imaginário coletivo que guarda em sua memória as diferenças sociais de papéis entre os representantes dos sexos opostos.

Como podemos perceber, as capas da *G Magazine* estão cheias de elementos signícos que reforçam a imagem de virilidade masculina. Ao mesmo tempo, serve para reforçar o preconceito existente entre os próprios gays no que tange aos estereótipos “afeminados” e “não-afeminados”. Sobre isso Paglia (1993) afirma que o desdém que há entre os gays com

relação aos “afeminados” se dá pela apreciação à masculinidade aperfeiçoada, que simbolizará nos “não-afeminados” a forma “masculina musculosa”, tensa e de arquitetura arrogante, que fora primeira e plenamente imaginada pelos povos da Grécia.

O “culto ao corpo” é um mecanismo altamente eficiente de individualização – como mencionado por Nolasco (2001) anteriormente, ao responsabilizar cada indivíduo por sua aparência, isto é, instaurando uma nova moralidade, a da “boa forma”, referida à juventude, beleza e saúde e, conseqüentemente, acentuando particularismos ao fazer de cada indivíduo uma espécie de escrutinador de cada detalhe de seu corpo e aparência, mas não deixa de fazer coexistir, ao lado desses movimentos que promovem ou acirram uma espécie de individualização, alguns outros imperativos, igualmente eficazes, porém opostos e contraditórios.

Quanto mais se impõe o ideal de autonomia individual, mais aumenta a exigência de conformidade aos modelos sociais do corpo. Se é bem verdade que o corpo se emancipou de muitas de suas antigas prisões sexuais, procriadoras ou indumentárias, atualmente encontra-se submetido a coerções estéticas mais imperativas e geradoras de ansiedade do que antigamente. (BOURDIEU, 1987, p. 9).

Pode-se dizer que, sob a moral da “boa forma”, um corpo trabalhado, cuidado, sem marcas indesejáveis é o único que, mesmo sem roupas, está decentemente vestido. “Um corpo de homem, se é musculoso, não está jamais verdadeiramente nu.” (COURTINE, 1995, p. 68).

A concepção da masculinidade, competitiva, hierárquica e agressiva, não é propícia ao estabelecimento de amizades íntimas e duradouras com outros homens. Logo, reforça a ideia da virilidade dos mesmos.

As capas da revista homoerótica *G Magazine* nos permitem articular três modalidades da relação com o mundo social trazida por Chartier (1998). Em primeiro lugar, o trabalho de classificação e de delimitação que produz as configurações intelectuais múltiplas, através das quais, a realidade é contraditoriamente construída pelos diferentes grupos.

Segundo, as práticas que visam fazer reconhecer uma identidade social, exibir uma maneira própria de estar no mundo, significar simbolicamente um estatuto e uma posição. E em terceiro lugar, as formas institucionalizadas e objetivadas graças às quais uns “representantes” marcam de forma visível e perpetuada a existência do grupo, da classe ou da comunidade.

Mais do que um corpo masculino, o corpo retratado nessa revista é o de um homem que recusa, ou tenta se afastar de qualquer aproximação possível da homossexualidade, em especial, do estereótipo atribuído à homossexualidade, isto é, a não virilidade ou o efeminado. Aparentemente, não é com o homem delicado e frágil que o suposto leitor deseja se relacionar e nem é o corpo desse tipo de homem que o leitor deseja admirar e ao qual deseja ser identificado. Masculinidade e virilidade na *G Magazine* são sinônimos de heterossexualidade, e qualquer qualificação que ponha em xeque essas características é desvalorizada. Os modelos não apenas enunciam e representam sua heterossexualidade, como rejeita uma possível atribuição à homossexualidade. Há a valorização do homem másculo e a consequente recusa do homossexual afeminado e do homem delicado e frágil.

## REFERÊNCIAS

- BARTHES, R. *A câmara clara*. Lisboa: Edições 70, 1989.
- BITTENCOURT, L. A. Algumas considerações sobre o uso da imagem fotográfica na pesquisa antropológica. In: FELDMAN-BIANCO, B.; LEITE, M. M. (Orgs.). *Desafios da imagem*. Campinas: Papirus, 1998.
- BOURDIEU, P. O sentimento da honra na sociedade cabília. In: PERISTIANY, J. G. *Honra e vergonha: valores das sociedades mediterrânicas*. 2. ed. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian, 1987.
- BURKE, P. *A escrita da história*. São Paulo: Unesp, 2001.
- CASTORIADIS, C. *A instituição imaginária da sociedade*. 3. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1995.
- CERTEAU, M. de. *A cultura no plural*. Campinas: Papirus, 2003.

- CHARTIER, R. *A história cultural entre práticas e representações*. Rio de Janeiro: Difel, 1998.
- COURTINE, J. J. Os staknovistas do narcisismo: body-building e puritanismo ostentatório na cultura americana do corpo. In: SANT'ANNA, D. B. *Políticas do corpo*. São Paulo: Estação Liberdade, 1995.
- DANTAS, M. E. *Educação-fotografia: impressões e sentidos*. Caicó: UFRN, 1999. Disponível em: <<http://www.anped.org.br/0209t.htm>>. Acesso em: 27 dez. 2005.
- DONDIS, D. A. *Sintaxe da linguagem visual*. São Paulo: Martins Fontes, 1997.
- DUBOIS, P. *O ato fotográfico e outros ensaios*. Campinas: Papirus, 2004.
- FERNANDES JUNIOR, R.; LAGO, P. C. *O século XIX na fotografia brasileira*. Rio de Janeiro: Francisco Alves, 2001.
- FOLHA DE SÃO PAULO. 19 jun. 2005. Caderno Mais.
- GINZBURG, C. *Olhos de madeira: nove reflexões sobre a distância*. São Paulo: Companhia das Letras, 2001.
- \_\_\_\_\_. *O queijo e os vermes*. São Paulo: Companhia das Letras, 1986.
- GOLDENBERG, M. *Os novos desejos: das academias de musculação às agências de encontros*. Rio de Janeiro: Record, 2000.
- HUNT, L. *Apresentação: história, cultura e texto*. São Paulo: Martins Fontes, 1995.
- KOSSOY, B. *Fotografia e história*. São Paulo: Ática, 1989.
- KOURY, M. G. P. Fotografia: realidade ou ilusão. *Revista Política & Trabalho*, João Pessoa, 1998. Disponível em: <<http://www.geocities.com/CollegePark/Library/8429/13-koury.html>>. Acesso em: 23 dez. 2005.
- LE GOFF, J. *História e memória*. Campinas: UNICAMP, 1994.
- LEVI, G. Sobre a micro-história. In: BURKE, P. *A escrita da história*. São Paulo: UNESP, 1992.
- NEIVA JÚNIOR, E. *A imagem*. São Paulo: Ática, 1986.
- NOLASCO, S. *De Tarzan a Homer Simpson: banalização e violência masculina em sociedades contemporâneas ocidentais*. Rio de Janeiro: Rocco, 2001.

- OLIVEIRA, L. de. As realizações polimorfas da figura da bicha. In: SEMINÁRIO FAZENDO GÊNERO, 7., 2006, Rio de Janeiro. *Anais...* Rio de Janeiro: UERJ, 2006.
- PAGLIA, C. *Sexo, arte e cultura americana*. São Paulo: Companhia das Letras, 1993.
- PARKER, R. *Corpos, prazeres e paixões: a cultura sexual no Brasil contemporâneo*. São Paulo: Best-Seller, 1991.
- PESAVENTO, S. J. *História e história cultural*. Belo Horizonte: Autêntica, 2004.
- PRONI, M. W. *A metamorfose do futebol*. Campinas: UNICAMP, 2000.
- SOUZA, M. A. de. *A nação em chuteiras: raça e masculinidade no futebol brasileiro*. 1996. 87 f. Dissertação (Mestrado em Antropologia Social)- Universidade de Brasília, Brasília, 1996.
- VAINFAS, R. *Os protagonistas anônimos da história*. Rio de Janeiro: Campus, 2002.

Recebido o 10/02/2012 – Aceito o 20/03/2012



# ariús

Revista de Ciências Humanas e Artes

ISSN 0103-9253 versão impressa – ISSN 2236-7101 versão online

## **A CONSTRUÇÃO ESCOLAR DA (IN)DIFERENÇA: A IDENTIDADE HOMOSSEXUAL DIANTE DA PRODUÇÃO/REPRODUÇÃO DO SABER/PODER SOBRE A SEXUALIDADE NO AMBIENTE DA ESCOLA**

---

*Adriano de Sousa Barros*<sup>11</sup>

### **RESUMO**

A partir de um olhar diferenciado daquele produzido e reproduzido pela medicina moderna, que normatiza a sexualidade humana sob a perspectiva do modelo heterossexual, as Ciências Sociais mudam o foco de análise para uma sexualidade objeto da cultura, relacionando-a diretamente com a formação das identidades. Essa “desnaturalização” volta-se às discussões sobre gênero, permitindo pensar as diversas manifestações das identidades sexuais (e suas dimensões política, social e cultural) tornado possível o desenvolvimento de uma reflexão crítica sobre o binarismo intrínseco à relação das categorias heterossexual/homossexual e sua inerente desigualdade. A escola, como instituição social normatizadora e produtora/reprodutora de um poder/saber sobre os corpos, pratica, neste contexto, uma pedagogia da sexualidade que tem como base o discurso hegemônico e binário das ciências biológicas, não problematizando a identidade sexual enquanto constructo social e cultural em

---

<sup>11</sup> Doutorando em Sociologia pela PUC-SP. Mestre em Sociologia pela UFPB. Professor da FMN.  
E-mail: adriano\_sbarros@yahoo.com.br.

movimento. A identidade homossexual, nesse caso, acaba envolvida em um conjunto de representações que se baseiam na busca de suas causas psicossomáticas e patológicas, sem percebê-la como um elemento formador da identidade dos sujeitos ou como uma orientação sexual possível e saudável. O presente texto visa, portanto, problematizar teoricamente o papel da escola na construção da identidade sexual (homossexual) a partir de uma reflexão em torno dos sistemas simbólicos de representação construídos e disseminados nas práticas pedagógicas desta instituição. Para tanto, foram utilizadas como base uma pesquisa bibliográfica e documental focando, esta última, numa breve análise dos Parâmetros Curriculares Nacionais.

**Palavras-chave:** Identidade Sexual. Educação. Homossexualidade.

## **SCHOOL CONSTRUCTION OF THE (IN)DIFFERENCE: GAY IDENTITY IN FACE OF THE PRODUCTION/REPRODUCTION OF POWER/KNOWLEDGE ABOUT SEXUALITY AT SCHOOL**

---

### **ABSTRACT**

From a different angle than the one produced and reproduced by the modern medicine, which normatize human sexuality under the heterosexual model perspective, the social science changes the analyses focus to culture object sexuality, relating it directly with the identity formation. Those “denaturalization” turns into gender, allowing to think about the various sexual identities manifestations (and its political, social and cultural dimensions) making possible the development of a critical reflection about the binarism intrinsic to the heterosexual/homosexual categories relation and its inherent inequality. The school, as a normitizing social institution and producer/reproducer of a power/knowledge about the bodies, makes, in this context, a sexuality pedagogy which has the biologic science’s hegemonic and binary speech as a base, not questioning the sexual identity as a social and cultural element in movement. The homosexual identity, in this case, ends up involved in a representation entirety based in its psychosomatic and pathologic causes, without seeing it as

an individual's identity creator element or as a healthy and possible sexual orientation. The current text aims, hence, theoretically problematize the school paper in the sexual identity construction (homosexual) from a reflection about the representative symbolical systems constructed and disseminated in these institution pedagogic practices. For this, has been used as a base, a bibliographic and documental research, focusing, this last, in a short analysis of the National Curricular Parameters.

**Keywords:** Sexual Identity. Education. Homosexuality.

## 1. INTRODUÇÃO

As ciências sociais, a psicanálise e a própria filosofia têm problematizado a sexualidade também como objeto da cultura, na qual a relação do homem com o meio é mediada semioticamente produzindo significados diversos.

A construção social da sexualidade mantém uma relação direta com as identidades contemporâneas, percebidas como fragmentadas, inacabadas e em crise permanente (HALL, 2006; BAUMAN, 2005). Elas emergem atreladas a não fixidez no espaço/tempo dos “papéis” sociais tradicionalmente constituídos, possibilitando escolhas e combinações nunca antes imaginadas (GIDDENS, 2002).

A sexualidade tende a ser “desnaturalizada” na superação do binarismo sexual macho/fêmea, o que faz emergir as questões de gênero e a multiplicidade de papéis sociais encarnados por homens e mulheres nas identidades sexuais, sociais e culturais (PRADO; MACHADO, 2008). Dessa forma, o reconhecimento da vertente política da sexualidade - e nesse ponto o movimento feminista como crítica teórica e social imprimi grande influência - torna possível uma reflexão sobre a construção binária heterossexual/homossexual, na qual um dos lados é sempre considerado anormal e sem direitos políticos (WOODWARD, 2007).

A escola nesse contexto, como instituição também responsável pela constituição do sujeito e suas subjetivações, tem abordado essas discussões muito sutilmente, ou, simplesmente as ignorado (LOURO, 2007b). O saber/poder sobre os corpos disseminado pela

escola ainda se baseia numa pedagogia sexual normatizadora e sem compreensão sócio-cultural dos processos.

## 2. SEXUALIDADE, PRECONCEITO E POLÍTICA

Os chamados “novos movimentos sociais” (LGBT, Feministas, Negro) deslocam categorias centrais como o da classe social, até então vista pelas análises marxistas como categoria “mestra”, fazendo emergir a chamada Política de Identidade (WOODWARD, 2007). Muitos e diferentes lugares surgem os “novos sujeitos” emergentes são vistos pela sociedade a partir da expressão e identificação com o gênero, a etnia, a idade, a limitação física e psíquica e a preocupação com o meio ambiente.

Esse movimento desnaturaliza a sexualidade colocando-a em oposição a visão determinista baseada nos processos biológicos, os quais tendem a aprisionar os corpos dentro de um modelo meramente voltado a reprodução da espécie, passando, o eu, a representar um projeto reflexivo (GIDDENS, 2002). A política de identidade pressiona esse modelo e reivindica o espaço e o reconhecimento das chamadas identidades sexuais não hegemônicas a exemplo da homossexualidade, estigmatizada por “[...] um amplo processo histórico e cultural de normalização da sexualidade, ou seja, de institucionalização da heterossexualidade como única forma ‘normal’ de identidade sexual [...]”. (MADUREIRA, 2007, p. 83).

De acordo com Louro (2001), a política de identidade defendida pelo Movimento Gay, por exemplo, corre o risco de acabar cúmplice do que ele combate, na medida em que o discurso político e teórico também possui um efeito regulador que propõe contornos e limites ao sujeito, identificando-o única e exclusivamente por seu objeto de desejo. Portanto, essa linguagem que identifica os corpos ou o sexo,

[...] não faz apenas uma constatação ou uma descrição desses corpos, mas no instante mesmo da nomeação, constrói, ‘faz’ aquilo que nomeia, isto é, produz os corpos e os sujeitos. Esse é um processo constringido e limitado desde seu início, pois o sujeito não decide

sobre o sexo que irá ou não assumir, na verdade, as normas reguladoras de uma sociedade abrem possibilidades que ele assume, apropria e materializa (BUTLER, 1999 apud LOURO, 2007b, p. 549).

Essa normatização que acaba por influenciar, inclusive, as ações dos movimentos sociais, liga-se diretamente ao preconceito social que se apresenta como mecanismo de manutenção da hierarquização entre grupos sociais e legitimação da inferiorização histórica que se concretiza na violência e no ódio. Esse processo que naturaliza a ordem social oculta à hegemonia de determinados grupos, regulando e impedindo que as relações de subordinação/marginalização transformem-se em direitos políticos. Um amplo processo de invisibilidade que legitima práticas de inferiorização, como a homofobia, baseadas em atribuições sociais negativas ligadas à moral, à religião e mesmo às ciências, produzindo uma hierarquia sexual que tem como topo a heteronormatividade. Em outras palavras: “[...] quanto mais uma orientação sexual não-heterossexual assume o status de doença, perversão, pecado, degeneração ou anomalia, maior será a legitimidade da heterossexualidade compulsória [...]”. (PRADO; MACHADO, 2008, p. 73).

O preconceito é um fenômeno psicossocial e sua superação é uma questão de deslocamento da homossexualidade do âmbito individual para o social (do privado para o público). O sujeito inferiorizado assimila à sua identidade características psicológicas e sociais negativas, legitimando os mecanismos do preconceito que incidem sobre ele mesmo – fenômeno definido como homofobia internalizada – um sofrimento individual com raízes sociais. Isso impede a vivência legítima da homossexualidade que tem na homofobia a repressão do esforço individual de se “assumir” - o paradoxo do “sair do armário” – exigindo uma resignificação do negativo assimilado, ou seja, um enfrentamento público, político e psicológico dos fundamentos da subalternidade. Esse processo impõe, no geral, a busca de novos espaços de socialização a exemplo do gueto, impulsionado pela necessidade de criação de um sentimento de pertença, já que a família e a comunidade são espaços de conservação de valores morais e religiosos avessos a diversidade.

O movimento LGBT tem buscado, também no Brasil, inserir as questões da homossexualidade no campo dos direitos humanos, construindo uma identidade política a partir do reconhecimento público das relações de opressão, num processo de desconstrução, reconhecimento e resignificação. Uma tarefa voltada principalmente à sensibilização do próprio grupo para uma dinâmica de participação social, processo de visibilidade tão necessário, porém, não insuficiente por si só, pois “(...) mesmo quando nos posicionamos contrariamente aos valores hegemônicos os fazemos a partir dos valores nos quais fomos socializados” (PRADO; MACHADO, 2008, p. 74).

### **3. A ESCOLA NA CONSTRUÇÃO DA IDENTIDADE SEXUAL**

A escola enquanto instituição social possui grande responsabilidade no processo de socialização dos indivíduos e de construção de suas identidades em níveis diversos. Por outro lado, ainda predomina nesta instituição um olhar determinista sobre os corpos no qual se reproduz um saber/poder baseado no discurso binário que tem como efeito uma pedagogia que ainda ignora a construção social da sexualidade.

Um exemplo disso, quando se trata de educação formal, é a perspectiva dos Parâmetros Curriculares Nacionais – PCN’s em relação à proposta da educação sexual como tema transversal. Percebe-se claramente que predomina nos textos dos PCN’s o ponto de vista biológico atrelado a experimentação erótica e as funções hormonais, uma preocupação direta com a prevenção da gravidez precoce e das Doenças Sexualmente Transmissíveis – DST’s e da AIDS. Uma influência Higienista voltada ao auto-cuidado, oficializando a aproximação da escola com o modelo biológico normativo: “A educação sexual na escola é, antes de tudo, uma educação sobre reprodução e o corpo que fundamenta esse ensino é um corpo orgânico e funcional, conhecido primordialmente a partir de seu interior” (ALTMANN, 2007, p. 148). Esse sistema hegemônico de representação biológica dos indivíduos alimenta a imposição heteronormativa sobre a identidade sexual, estimulando significados constituintes de um campo imaginário que produz corpos “perfeitos” e “naturalmente” opostos e normais.

É importante destacar que as práticas de significação e os sistemas simbólicos produzidos/reproduzidos na instituição escola também posicionam os sujeitos nas relações sociais, permitindo que as representações, enquanto processos culturais estabeleçam identidades individuais e coletivas. A homossexualidade, nesse contexto, seria atingida por um conjunto de representações negativas baseadas na busca por suas causas psicossomáticas dentro de uma perspectiva patológica, sem possibilitar pensá-la como parte integrante da identidade do sujeito e como uma orientação sexual possível (CAMINO; LACERDA; PEREIRA, 2002).

A escola assume um papel importante na orientação sexual dos educandos. Historicamente ela também esteve ligada ao controle e a docilização dos corpos, incluindo uma pedagogia que reprimia fisicamente a expressão “não adequada” dos aprendizes (a exemplo do uso da palmatória), bem como da própria sexualidade quando da obrigação no uso do fardamento, nos moldes militares, que escondem qualquer expressão de erotismo. Esses exemplos remetem ao que Foucault (2007) chama de disseminação de micro poderes sobre os corpos, possibilitando a vigilância e o acesso ao privado e ao público via produção de poder e saber sobre a sexualidade (ALTIMANN, 2007).

Por outro lado, essa vocação normatizadora da escola vê-se cada vez mais ameaçada pelo crescimento da diversidade e da instabilidade das identidades sexuais e de gênero, que impõem uma oposição aos esquemas biologizantes e binários que os educadores estão acostumados, deixando-os:

[...] quase sempre perplexos, desafiados por questões para as quais pareciam ter, até pouco tempo atrás, respostas seguras e estáveis. Agora as certezas escapam, os modelos mostram-se inúteis, as fórmulas são inoperantes. Mas é impossível estancar as questões. Não há como ignorar as ‘novas’ práticas, os ‘novos’ sujeitos, suas contestações ao estabelecido. [...] O anseio pelo cânone e pelas metas confiáveis é abalado. A tradição pragmática leva a perguntar: que fazer? (LOURO, 2001, p. 542).

As identidades sexuais, geralmente, são consideradas nas práticas e sistemas simbólicos da escola como entidades estáticas e intrapsíquicas sem relação direta com os contextos socioculturais, o que se justificaria pela valorização do “corpo natural” enquanto essência biologicamente definida e defendida por esta instituição. Visão que justifica, por exemplo, a busca incessante e obsessiva pela causa genética ou psicológica da homossexualidade, antes definida como *Homossexualismo*<sup>12</sup>.

O conceito de homossexualismo surge no século XIX em substituição à sodomia<sup>13</sup>, permitindo a construção do sujeito que possui determinadas características definidas a partir de um quadro patológico e normativo ligado ao campo da medicina psiquiátrica e do direito. O caminho conceitual que vai da sodomia ao homossexualismo, do metafísico à racionalidade científica, promove a criação uma nova “identidade” sexual desviante da norma heterossexual, a qual estaria fadada a se encaixar num processo histórico excludente, opressor e subalterno (PRADO; MACHADO, 2008).

Esse corpo desviante precisaria no contexto sócio-escolar ser moldado, disciplinado, medido, avaliado, aprovado (ou não) nos bancos escolares, nos quais o caráter de referência deveria ancorar a identidade. Um corpo supostamente que deveria ser inequívoco, evidente, o qual ditaria a identidade sem ambiguidades e inconstâncias, num processo de formação inquestionável de homens e mulheres de “verdade” (LOURO, 2007b).

Um corpo escolarizado é capaz de ficar sentado por muitas horas e tem, provavelmente, a habilidade para expressar gestos ou comportamentos indicativos de interesse e de atenção, mesmo que falsos. Um corpo disciplinado pela escola é treinado no silêncio e num

---

<sup>12</sup> Termo utilizado nos manuais de Medicina Legal e Sexologia Forense (pelo uso do prefixo ismo, ex.: autismo) conceituando uma parafilia, anormalidade e patologia. A homossexualidade passa a ser despatologizada principalmente por influência da luta pelos Direitos Humanos: em 1970 a *American Psychology Association*, em 1985 o nosso Conselho Federal de Medicina e desde 1993 a Organização Mundial de Saúde excluíram o código 302.0 da Classificação Internacional de Doenças, deixando a homossexualidade de ser considerada “desvio e transtorno sexual”, em 1999 o Conselho Federal de Psicologia promulga a portaria ratificando a normalidade da homossexualidade, condenando as teorias e terapias homofóbicas. (MOTT, 2006.).

<sup>13</sup> Termo criado e ligado à tradição da Igreja significando uma ação pecaminosa a qual todo e qualquer indivíduo estaria vulnerável. ((MOTT, 2006).

determinado modelo de fala; concebe e usa o tempo e o espaço de uma forma particular. (LOURO, 2007, p. 21-22).

Essa suposta estabilidade na formação sexual “conduzida” pela escola acaba por ser abalada pela emergência das novas identidades sexuais e de gênero, evidenciando a fluidez, a instabilidade e a heterogeneidade das identidades sexuais tradicionais e hegemônicas produzidas e reproduzidas por esta instituição: “As identidades são diversas e cambiantes, tanto nos contextos sociais nos quais elas são vividas quanto nos sistemas simbólicos por meio dos quais damos sentido as nossas próprias posições” (WOODWARD, 2007, p. 33).

A importância, portanto, da escola é legitimada por seu papel de reprodutora de “verdades” científicas, as quais acabam por influenciar a vida sexual de jovens em várias instâncias (ALTIMANN, 2007), difundindo um discurso (poder) racionalista sobre o corpo, uma verdade sobre o sexo que pode promover (e assim o faz) o preconceito e a discriminação sobre os sujeitos “desviantes” dessa normatização excludente em várias dimensões – política, econômica, cultural e afetiva.

#### **4. ESCOLA, VIOLÊNCIA E HOMOFOBIA: O CORPO ESTRANHO ARCADO**

O papel de reprodução do conhecimento científico assumido pela escola traz, em seu arcabouço de projeto social, a ilusão de uma essência que tem como principais características a neutralidade e a objetividade. Porém, através desse mito positivista revela-se uma instituição produtora, também, do preconceito entendido como fenômeno cultural que se expressa na ideologia da pureza/normalidade de um lado e da sujeira/anormalidade de outro, justificada na dominação daquela sobre esta. Uma expressão social totalitária que conformaria o indivíduo à cultura “dominante”, a qual privilegia a força e legitima a exclusão do mais frágil por aqueles que, muito provavelmente, não podem viver sua própria fragilidade. (CHOCHÍK, 2006).

Uma das características do preconceito é a fixidez da reação de repúdio, a qual se volta contra o objeto – o sujeito pré-conceituado – e também para outras situações similares e com motivos diversos em esferas do cotidiano também diverso, podendo ser definido a partir

do conceito de *pensamento estereotipado*. Esse fenômeno não se constitui apenas como oriundo da natureza íntima do sujeito, numa vertente unicamente psicológica que fortaleceu, por exemplo, as teses essencialistas como o nazismo, mas surge no seio da cultura a partir de um movimento dialético de conversão desse indivíduo natural em sócio-cultural. A cultura precisa ser vista como expressão própria da natureza humana, referendando ao pensamento marxista do homem como produto e produtor do seu meio.

O preconceito com o corpo homossexual – leia-se sujeito – é um fenômeno complexo que se constitui como resultante de conflitos nas esperas sociais, individuais e culturais. Conforme Chochík (2006) o fato da civilização ocidental se desenvolver pautada na “dialética do esclarecimento” - movimento ligado a livrar o homem do mito e do medo, e também da submissão ao poder metafísico representado pelo domínio religioso – não garante um desenvolvimento livre da barbárie, a qual se torna uma sombra que a persegue essa mesma civilização como algo inerente. O voltar-se para fora na busca de um “saber agir” no mundo, uma dependência direta para como um comando inclusive dos sentidos e dos sentimentos gerando, por sua vez, indivíduos frágeis e com uma necessidade constante de segurança, os quais acessariam o preconceito como forma auto-afirmação sobre aquilo/aquele que se mostra estranho ao padrão estabelecido como fonte dessa segurança.

Essa pseudo estabilidade do sujeito paralisa seu poder de autonomia diante da cultura, promovendo a ansiedade e o medo de se perder a “estrutura” conquistada em detrimento de um suposto medo do desconhecido, defendido e utilizado como justificativa pelo senso comum para o pensar e o agir preconceituoso. Por outro lado, a identificação subjetiva com aquilo que se contém desse “desconhecido”, representaria uma ameaça de desintegração do eu “estruturado”. Afinal, sendo a consciência também composta de elementos culturais introjetados e, muitas vezes, não manifestos na cultura, a socialização/educação teria como tarefa principal a domesticação de pulsões de vida e de morte, transformando a cultura em expressão da natureza humana enquanto entidade que defenderia o homem dos perigos da “bestialidade”. Porém, a exclusão produzida pelo preconceito mostra uma cultura tão ameaçadora quanto à natureza, promovendo nesse espaço

coletivo o encontro dos diversos tipos de conflitos promotores da violência simbólica e física sofridas pelos sujeitos de identidade homossexual, como o caso da homofobia na escola.

Uma reflexão interessante sobre esse fenômeno foi proferida por Janaina Dutra no Seminário realizado pela Associação Brasileira Interdisciplinar de AIDS (ABIA), publicado em 2004<sup>14</sup>:

A relação conflituosa e preconceituosa do homem moderno com a homossexualidade tem como pilar as três instituições que fundamentam a nossa sociedade: o Estado, a Igreja e a Família. Um bom exemplo da dificuldade de diálogo com o Estado pode ser encontrado na própria Constituição Brasileira, em seu artigo 15, que versa sobre as garantias e direitos individuais. O artigo afirma que todos nós somos iguais perante a lei, sem nenhum tipo de discriminação de cor, sexo e credo religioso, no entanto, quando analisamos as relações sociais notamos uma distinção na classificação dos cidadãos. Todos os que fogem do padrão heterossexista dessa sociedade, que tem como elemento legítimo o homem, de pele branca, com uma boa conta bancária, sofrem algum tipo de discriminação. (DUTRA, 2004).

Essas instituições que dão base a sociedade constantemente têm sido questionadas por seu discurso preconceituoso e por sua ação discriminatória e violenta. A família, por exemplo, apresenta-se como um ambiente onde o preconceito é mais problemático e as

---

<sup>14</sup> Janaína Dutra foi registrada na certidão de nascimento com o nome de Jaime César Dutra Sampaio. Cearense do município de Canindé tornou-se Dr. Jaime ao se formar em Direito. A tendência ao travestismo, porém, foi mais forte do que as convenções sociais e Jaime se assumiu como travesti, passando a viver como Janaína. Foi a primeira e talvez a única vez em toda história do Brasil, que uma travesti conseguiu sua carteira e filiação junto à OAB. Em 1989, tornou-se militante dos direitos humanos dos homossexuais, ocupando a vice-presidência do Grupo de Resistência Asa Branca (GRAB), de Fortaleza. Fundou a ATRAC (Associação de Travestis do Ceará), exerceu o cargo de Secretária de Direitos Humanos (suplente) da Associação Brasileira de Gays, Lésbicas e Travestis. Foi também presidenta da ANTRA (Articulação Nacional de Transgêneros) e membro do Conselho Nacional de Combate à Discriminação.

relações mais dolorosas, na medida em que seria em tese o espaço do acolhimento e do apoio afetivo na construção da estrutura psicossocial do sujeito. Porém, é na família que os sujeitos homossexuais têm sentido a intensidade de uma discriminação direta, um estranhamento por parte daqueles são mais próximos em relação àquele corpo de padrões tão diferentes dos estabelecidos como normais pela sociedade, os quais são transformados em polo captador de um ódio cego e agressivo, muitas vezes baseado no discurso religioso a partir de uma interpretação literal e fundamentalista dos livros religiosos<sup>15</sup>.

Seguindo a família como espaço de socialização, a escola possui grande responsabilidade no processo de constituição desses corpos/sujeitos, o que deveria ser um ambiente propício às mais variadas discussões sobre sexualidade. Porém, tem-se percebido que esta instituição aborda tais temas muito sutilmente, encarando-os como um tabu e ignorando as demandas sociais por diálogos cada vez mais intensos em torno das chamadas identidades sexuais, dentre elas as de caráter homoafetivo.

A falta de discussão sobre o que a sociedade já percebe como um debate inevitável, coloca a escola no lugar de reprodutora das desigualdades sociais e da negação dos direitos humanos. Reforçando assim seu caráter normatizador dos corpos pedagogicamente moldados e discursivamente reproduzidos via matéria biológica que, em caráter político, assume o papel de oposição inferior dentro do modelo binário no qual um dos lados é sempre o inferior.

Essa referência negativa reproduzida pela visão escolar do corpo homossexual atinge a dimensão psicossocial do sujeito, na medida em que as características de inferioridade podem ser assimiladas no âmbito individual e sustentadas na hierarquização promovida pelo modelo binário hetero/homo = normal/anormal. Dessa forma:

[...] indivíduos inferiorizados assimilam, na construção de suas identidades sociais, as características sociais e psicológicas negativas

---

<sup>15</sup> Sobre o tema ver o filme “Orações para Bobby”, baseado na história verdadeira de um jovem homossexual, que aos 20 anos suicida-se. A sua mãe, “Mary Griffith”, interpretada por Sigourney Weaver, sabedora da sexualidade do filho acredita “curá-lo” com base na religião e em terapias, para quatro anos depois (1979) Bobby lançar-se de uma ponte. Um filme intenso, dramático e que espelha ainda hoje a realidade de muitos jovens no mundo. (PRAYERS... 2009).

atribuídas a eles, fortalecendo ainda mais essas características e legitimando os mecanismos e as formas de preconceito que incidem sobre eles [...]. No caso da não-heterossexualidade, isso acontece através do fenômeno que se define como homofobia internalizada, fenômeno este que denota claramente o quanto sofrimentos individuais podem ter suas raízes na estrutura social do preconceito. (PRADO; MACHADO, 2008, p. 76).

As raízes da estrutura social do preconceito discutidas acima se concretizam na escola através da homofobia, aqui compreendida como um tipo de *bullying* que afeta violentamente jovens das mais variadas idades. Esse fenômeno pode ser entendido como um amplo processo de subjugação dos sujeitos considerados estranhos a partir de um conjunto de:

[...] atitudes agressivas, intencionais e repetitivas que ocorrem sem motivação evidente, adotado por um ou mais alunos contra outro(s), causando dor, angústia e sofrimento. Insultos, intimidações, apelidos cruéis, gozações que magoam profundamente, acusações injustas, atuação de grupos que hostilizam, ridicularizam e infernizam a vida de outros alunos levando-os à exclusão, além de danos físicos, morais e materiais. (FANTE, 2005 apud AZEVEDO, 2009, p. 5).

A proliferação da violência na escola via homofobia, se apresenta a partir de fatores diversos classificados como exógenos - gênero, relações raciais, família, mídia, contexto social, e endógenos - idade, série, sistema disciplinar e punitivo, professores, qualidade do ensino, entre outras. Esses fatores acabam influenciando diretamente o cotidiano da escola, criando assim uma espécie própria de violência, a qual descola seu lugar nas representações sociais, necessitando de uma análise multidimensional e pluricausal (AZEVEDO, 2009).

A visão biologizante do corpo já apresentada antes, encontra força no discurso oficial da educação promovendo as atitudes de rechaça, descriminação e violência contra alunos

homossexuais, representados por um conjunto de ideias coletivas que ainda buscam as causas psicossomáticas dessa orientação sexual, patologizando aquilo que é considerado normal inclusive pela ciência médica e psicológica, entrando num contra-senso discursivo.

Por outro lado, os esquemas biologizantes e binários que os educadores se habituaram utilizar estão sendo questionados e descolados do lugar comum, principalmente no tocante a sua hegemonia normatizadora diante da “ameaçada” das discussões em torno da diversidade emergente na modernidade, afinal, nem a biologia se limita mais a classificação que leva em consideração a existência de dois sexos, destacando mais três possibilidades de genitália - o hermafrodita, o pseudo-hermafrodita masculino e o pseudo-hermafrodita feminino (FAUSTO-STALING, 2000). Nessa contramão das demandas sociais, as manifestações da sexualidade humana são percebidas pela escola como estáticas, psicológicas e sem ligação com o social, um corpo essencial que teria uma expressão meramente genética pertencente ao discurso médico-legal.

A homofobia na escola é um tema que tem provocado um amplo debate social, envolvendo profissionais da educação e pesquisadores de todo o país, principalmente por ser uma situação que afeta os alunos no seu desempenho em sala de aula, aumentando a evasão e o fracasso escolar, chegando até o desenvolvimento de processos depressivos e ao suicídio de muitos jovens.

Em 2008, na Conferência Nacional de Educação Básica, a Associação Nacional de Gays, Lésbicas, Bissexuais, Travestis e Transexuais (AGLBT) apresentou os dados de uma pesquisa realizada em 2000 pela UNESCO intitulada “Juventudes e Sexualidades” que contou com a participação de 14 capitais brasileiras contando com 241 escolas, 16422 alunos, 3099 educadores e 4532 pais de alunos (ABRAMOVAY; CASTRO; SILVA, 2004). Abaixo alguns dados importantes que expressam esse contexto social de discriminação e preconceito:

- 39,6% dos alunos (M) não gostariam de ter colegas de classe homossexuais;
- 35,2% dos pais não gostariam que os filhos tivessem colegas de classe homossexuais;

- 59,5% dos professores admitiram não ter conhecimento suficiente sobre a homossexualidade.
- Em relação aos pais, 69,6% admitiram não ter conhecimento suficiente sobre a homossexualidade. (ABRAMOVAY; CASTRO; SILVA, 2004).

O quadro adiante apresenta algumas falas importantes que marcam a relevância desse estudo, apresentando um pouco dessa construção social/escolar da indiferença/violência contra o aluno homossexual.

**Quadro 1** – Falas colhidas em grupos focais nas cidades de Maceió e Porto Alegre.

<b>Grupo focal com alunos de escola pública – Maceió</b>	<b>Grupo focal com professores de escola privada - Porto Alegre</b>
“Tem preconceito porque tem um menino que é meio afeminado. Travesti. Muitos jogam ovos nele. Muitos ficam tirando “sarro”. Muitos não chegam perto dele. Parece que ele tem uma doença contagiosa. Eles julgam pela aparência e não conhece para saber o que é e como ele se sente”.	“Respeitar o negro, respeitar a mulher, respeitar o homossexual, mas tem coisas que eu mesma... eu tenho dificuldades de aceitar. Eu respeito, mas eu não aceito ainda. Eu vi dois homossexuais caminhando de mãos dadas, dois homens... e eu fiquei olhando e não acreditava no que eu estava vendo.”
“Teve um menino que era homossexual, os alunos ficavam chateando ele e os professores não ligavam, até que ele desistiu de estudar.”	

**Fonte:** Abramovay; Castro; Silva, 2004.

As falas destacadas no (Quadro 1) remetem diretamente aos dados antes apresentados, o foco na falta de conhecimento sobre sexualidade e principalmente sobre a homossexualidade gera uma demanda que na maioria das vezes não é atendida adequadamente pelo espaço de saber que a escola deveria representar, gerando o preconceito

e sua face concreta: discriminação, violência simbólica (e física), evasão e fracasso escolar, em fim, exclusão.

Corroborando esses dados, em 2008 foi realizada também em nível nacional uma pesquisa qualitativa coordenada pelas ONGs Reprolatina, Pathfinder e ECOS, com o apoio do Ministério da Educação (MEC) dentro do Projeto Escola Sem Homofobia (BRASIL, 2009), na qual participaram escolas de 11 (onze) capitais brasileiras visando identificar o comportamento de alunos, professores e gestores em relação aos jovens homossexuais. As cidades envolvidas foram Manaus, Porto Velho, Goiânia, Cuiabá, Rio de Janeiro, São Paulo, Natal, Curitiba, Porto Alegre, Belo Horizonte e Recife, nas quais foram realizadas 1.406 entrevistas. O estudo intitulado “Diversidade Sexual na Educação: problematizações sobre homofobia nas escolas” detectou, dentro outros dados que: os jovens homossexuais não recebem apoio da família e não são acolhidos pela escola; do lado dos docentes estes não se sentem preparados para abordar temas ligados à homofobia, alguns estudantes, educadores e gestores “culpam” os pais pela orientação sexual dos filhos, pois “não souberam educar”. Os alunos travestis e transexuais são os que mais sofrem, existindo um alto índice de abandono escolar, em Goiânia, por exemplo, 17% dos travestis são analfabetos. (JUNQUEIRA, 2009).

Essas pesquisas forneceram dados importantes que subsidiaram as ações desenvolvidas pelo MEC dentro do Projeto Escola sem Homofobia, a partir das quais foi elaborado um material educativo (popularmente chamado de “kit homofobia”) em parceria com instituições que lutam pela causa LGBT. Os dados mostram que cerca de 40% da comunidade escolar tem demonstrado preconceito e discriminação contra alunos homossexuais, sendo a proposta desse material justamente esclarecer e auxiliar os educadores no enfrentamento da homofobia, transformando o espaço escolar em um ambiente democrático e de respeito à diversidade e aos direitos humanos.

O kit deve chegar em breve às 6000 escolas públicas juntamente com a capacitação de técnicos educacionais a partir de parcerias com os movimentos sociais, contando com o parecer favorável da UNESCO e do Conselho Federal de Psicologia - CFP, o que não tem, entretanto, modificado a resistência de frações religiosas fundamentalistas representadas no Congresso Nacional.

A homofobia e suas consequências na vida desses cidadãos é uma realidade negada pela escola, na medida em que trata o corpo como um aparelho meramente biológico que prepara as pessoas para a reprodução, esquecendo a importância dos elementos simbólicos e culturais que perpassam a dinâmica das sexualidades e das identidades humanas. Ninguém nasce homofóbico, machista, fundamentalista. A homofobia é um fenômeno psicossocial e cultural produzido historicamente, o combate a esse crime social se dá através do acesso à informação, respeito ao cidadão e a compreensão da subjetividade humana a partir de um olhar científico, sensível, laico e que cultive a paz na produção de um meio ambiente saudável para todos.

## 5. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Identidade e sexualidade acabam sendo dimensões interdependentes, extrapolando o privado e o natural e atingindo o âmbito do aprendido, do social, do político – a sexualidade torna-se um dispositivo histórico (FOUCAULT, 2007). Nesse processo, a escola, como espaço de produção e reprodução de subjetividades, também organiza e normatiza os corpos dentro de uma perspectiva hegemônica que limita as “escolhas” ao que é dado como normal, deixando a margem de todo o processo aqueles e aquelas que não cabem nesse formato “pedagógico”. É perceptível que ela não problematiza a sexualidade e a identidade como categorias em movimento e sim como entidades fixas, rígidas e definitivas, inexistindo a preocupação em desvincular a sexualidade dos tabus e preconceitos socialmente construídos (ALTIMANN, 2007).

Mesmo na perspectiva de reprodutora das “verdades” científicas, provavelmente não compreende nem discute a homossexualidade dentro de sua perspectiva não hegemônica e enquanto possibilidade humana de orientação e vivência sexual. Muito próximo, provavelmente, da pedagogia que tratou durante muito tempo, ou ainda trata, a sexualidade feminina como intrinsecamente ligada à reprodução, reprimindo e/ou ignorando o prazer/desejo da mulher e seu papel político.

Nossa reflexão, ainda no campo exploratório e teórico, está ligada a necessidade de problematizar a influência do olhar da escola sobre o corpo e a sexualidade, a partir dos dispositivos constitutivos de subjetividades na geração dos processos de produção/reprodução das “verdades” sobre os indivíduos por meio das relações sociais, dos discursos e das representações que forjam as identidades sexuais e, portanto, os próprios indivíduos.

Não querer enxergar o processo de mudança relacionada à identidade sexual transforma a escola, espaço do conhecimento, no lugar da ignorância e do desconhecimento (LOURO, 2007a). Ela produz/reproduz a suposição de que o desejo sexual é uniforme e que sempre terá no sexo oposto seu objeto de amor, negando, por exemplo, dentro desse desconhecimento, a homo-afetividade. Impedindo e/ou dificultando, provavelmente, que os sujeitos possam vivenciar sem culpa os seus desejos e afetos e, principalmente, acessar seus direitos de cidadão diante de uma sociedade que possa respeitar a diversidade.

## REFERÊNCIAS

- ABRAMOVAY, M.; CASTRO, M. C.; SILVA, L. B. *Juventude e sexualidade*. Brasília: UNESCO Brasil, 2004.
- ALTIMANN, H. Uma etnografia da Educação Sexual em uma escola. In: DAUSTER, T. (Org.). *Antropologia e educação: um saber de fronteira*. Rio de Janeiro: Forma & Ação, 2007.
- \_\_\_\_\_. Orientação sexual nos parâmetros curriculares nacionais. *Estudos Feministas*. ano 9, jul./dez. 2001.
- ARANHA, A. Tolerância se aprende na escola. *Época*. São Paulo, 27 abr. 2009.
- AZEVEDO, L. F. *Bullying e homofobia na escola: processo de construção de identidades e o estranhamento do outro*. (Projeto de Pesquisa). Universidade Federal de Juiz de Fora, Juiz de Fora, 2009.
- BAUMAN, Z. *Identidade*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2005.
- BRASIL, Ministério da Educação. *Parâmetros Curriculares Nacionais*. Brasília: MEC/SEF, 1997.

- \_\_\_\_\_. Resolução/CD/FNDE Nº 17 de 8 de abril de 2009. Estabelece orientações para a apresentação, a seleção e o apoio financeiro a projetos de instituições públicas de educação superior e da Rede Federal de Ensino Profissional e Tecnológico (com educação superior) para a formação continuada de profissionais da educação da rede pública de educação básica voltados para o enfrentamento, no contexto escolar, das diferentes formas de violências contra crianças e adolescentes. *Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil*, Brasília, DF, 09 abr. 2009. Disponível em: <[www.fnde.gov.br/index.php/arq...2009/...res01608042009/download](http://www.fnde.gov.br/index.php/arq...2009/...res01608042009/download)>. Acesso em: 12 out. 2010.
- BRITZMAN, D. Curiosidade, sexualidade e currículo. In: LOURO, C. P. (Org.) *O Corpo educado: pedagogias da sexualidade*. 2. ed. Belo Horizonte: Autêntica, 2007.
- CAMINO, L.; LACERDA, P.; PEREIRA, C. Um estudo sobre formas de preconceito contra homossexuais na perspectiva das representações sociais. *Psicologia: Reflexão e Crítica*, v. 15, n. 1, p. 165-178, 2002.
- CROCHÍK, J. L. *Preconceito, indivíduo e cultura*. 3. ed. São Paulo: Casa do Psicólogo, 2006.
- DUTRA, J. Desconstruindo as sexualidades. In: RIOS, L. F. et. al. (Orgs.). *Homossexualidade: produção cultural, cidadania e saúde*. Rio de Janeiro: ABIA, 2010. Disponível em: [http://www.abiaids.org.br/\\_img/media/extraG%207-8.pdf](http://www.abiaids.org.br/_img/media/extraG%207-8.pdf). Acesso em: 10 out. 2010.
- FAUSTO-STALING, A. The five sexes, revisited. *The Sciences*, v. 40, p. 13-23, jul./aug. 2000.
- FOUCAULT, M. *História da sexualidade: a vontade de saber*. 18 ed. São Paulo: Graal, 2007.
- GIDDENS, A. *Modernidade e identidade*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2002.
- \_\_\_\_\_. *As consequências da modernidade*. São Paulo: UNESP, 1991.
- GUIMARÃES, C. D. *O homossexual visto por entendidos*. Rio de Janeiro: Garamond, 2004.
- HALL, S. *Identidade cultural na pós-modernidade*. 11. ed. Rio de Janeiro: DP&A, 2006.
- HILL, T. *Homem, cultura e sociedade*. Rio de Janeiro: Lucerna, 2006.
- JUNQUEIRA, R. D. (Org.). *Diversidade sexual na educação: problematizações sobre homofobia nas escolas*. Brasília: MEC, 2009.

LOURO, G. L. *Gênero, sexualidade e educação: uma perspectiva pós-estruturalista*. 9. ed. Petrópolis: Vozes, 2007a.

\_\_\_\_\_. Pedagogias da sexualidade. In: \_\_\_\_\_. (Org.). *O corpo educado: pedagogias da sexualidade*. 2. ed. Belo Horizonte: Autêntica, 2007b.

\_\_\_\_\_. *Um corpo estranho: ensaios sobre sexualidade e teoria queer*. Belo Horizonte: Autêntica, 2004.

\_\_\_\_\_. Teoria queer: uma política pós-identitária para a educação. *Estudos Feministas*, ano 9, jul./dez. 2001.

MADUREIRA, A. F. A.; BRANCO, A. M. C. U. A. Identidades sexuais não-hegemônicas: processos identitários e estratégias para lidar com o preconceito. *Psicologia: Teoria e Pesquisa*, v. 23, n. 1, p. 081-090, jan./mar. 2007.

MOTT, L. Homo-afetividade e direitos humanos. *Estudos Feministas*, Florianópolis, v. 14, n. 2, p. 509-521, maio/ago. 2006.

PRADO, M. A. M.; MACHADO, F. V. *Preconceito contra homossexuais: a hierarquia da invisibilidade*. São Paulo: Cortez, 2008.

PRAYERS for Bobby. Direção: Russell Mulcahy. Roteiro: Leroy F. Aarons. Intérpretes: Sigourney Weaver; Ryan Kelley; Henry Czerny; Dan Butler. Exibido: TV Norteamericana. Canal Lifetime. Los Angeles: [s. n.], 2009. 1 DVD (90 min), widescreen, color. 1,57gb, sample 46,5mb.

OUTHWAITE, W.; BOTTOMORE, T. *Dicionário do pensamento social do século XX*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1996.

WOODWARD, K. Identidade e diferença: uma introdução teórica e conceitual. In: SILVA, T. T. da (Org.) *Identidade e diferença: a perspectiva dos estudos culturais*. 7. ed. Petrópolis: Vozes, 2007.

Recebido o 10/02/2012 – Aceito o 20/03/2012



# ariús

Revista de Ciências Humanas e Artes

ISSN 0103-9253 versão impressa – ISSN 2236-7101 versão online

## AS PERSONAGENS FEMININAS EM LYGIA FAGUNDES TELLES: ENCONTROS E DESENCONTROS ENTRE O EU E O MUNDO/ O EU E O OUTRO

---

*Elizabeth Pedrosa da Silva*<sup>16</sup>

### RESUMO

A escritora contemporânea Lygia Fagundes Telles vem construindo uma obra singular, caracterizada por um estilo marcado pela criação de climas envolventes, muitas vezes trágicos e mórbidos, no qual as personagens, sobretudo femininas, vivenciam dramas existenciais. Nesse contexto, o presente trabalho tem como objetivo principal discutir a narrativa da referida escritora, centrando a atenção nos contos *Pomba Enamorada ou uma história de amor*, *O Menino* e *Natal na Barca*, observando as formas de relacionamento das personagens consigo e com outro, a fim de analisar o fenômeno de construção da identidade na modernidade. Para tanto, recorreremos às contribuições teóricas de Holmfeldt (1988) e Moisés (1979, 2001) a fim de discutirmos o perfil dos contos produzidos nas décadas de 60 e 70, Giddens (2002) e Hall (1999) no que diz respeito à construção da identidade na contemporaneidade, bem como outros estudiosos no que se refere às especificidades estéticas da autora em estudo.

**Palavras-chave:** Conto. Personagens-femininas. Identidade.

---

<sup>16</sup> Dra. do Programa de Pós Graduação em Linguagem e Ensino (POSLE) Universidade Federal de Campina Grande.

## FEMININE CHARACTERS IN LYGIA FAGUNDES TELLES; ENCOUNTERS AND DISENCOUNTERS BETWEEN THE SELF AND THE WORLD/THE SELF AND THE OTHER

---

### ABSTRACT

The contemporary writer Lygia Fagundes Telles has built a unique work, characterized by a style marked by the creation of compelling climates, often tragic and morbid, in which the characters, especially women, experience existential dramas. In this context, this paper aims to discuss the main narrative of this writer, focusing attention on the *Pomba Enamorada ou uma história de amor*, *O Menino e Natal na Barca*, observing the forms of relationship with you and the other characters, the to analyze the phenomenon of identity construction in modern times. For this purpose, we use the theoretical contributions of Holthfeldt (1988) and Moisés (1979, 2001) to discuss the profile of the stories produced in the 60's and 70's, Giddens (2002) and Hall (1999) regarding the construction of identity in contemporary as well as other scholars with regard to the specific aesthetic of the author study.

**Keywords:** Story. Characters. Women. Identity.

### 1. INTRODUÇÃO

O presente trabalho tem como objetivo principal fomentar discussão sobre a narrativa de Lygia Fagundes Telles, levando em consideração sua contemporaneidade e a de seus temas, para isso selecionamos três contos de sua vasta antologia: *Pomba enamorada ou uma história de amor*, *O menino e Natal na barca*. O foco de nossa investigação nestes contos recai sobre as personagens femininas, nas quais observamos suas formas de relacionamento consigo mesmo e com o OUTRO, com os eventos do seu mundo interno e externo, para analisar o fenômeno de construção da identidade na modernidade. Para tanto, consideramos o discurso das personagens, os detalhes de seus gestos, a simbologia inserida na trama, enfim, as miudezas da linguagem e a estruturação narrativa.

As figuras centrais dos textos de Lygia Fagundes Telles são quase sempre femininas, o que revela a atenção que a escritora dispensa ao universo da mulher. Salta aos olhos dos leitores a quantidade de mulheres que nos espera ao longo dos seus contos e romances: Virginia, Raíza, Marfa, Patrícia, Lorena, Lião, Ana Clara, Leontina, Luisiana são alguns exemplos, em meio a tantas outras mulheres sem nomes mencionados.

Assim, a obra da escritora se constrói numa abordagem que olha antes de tudo a mulher, dispendo, como num quebra cabeças, as diversas facetas que compõem o interior feminino. Os contos e romances de Lygia, ambientados em atmosferas densas e carregadas, cheiram a feminino; a autora transpõe-nos para um mundo cruzado de percepções e desejos próprios da mulher: desde o desejo de vida tranquila alcançada com o casamento, até o desejo de autoafirmação da condição feminina, de independência e quase auto-suficiência.

Sabendo como poucos investigar a subjetividade e trafegar pelas sutilezas das emoções, Lygia faz da linguagem um instrumento preciso para a tradução de estados interiores do ser humano em suas nuances mais delicadas. Seus personagens vão se desvendando aos poucos, até o instante em que deparamos com o que há neles de mais essencial e verdadeiro.

Falar de seres humanos implica tratar sobre conquistas, mas também sobre mazelas. A este respeito concordam Moisés (2001) e Holhfeldt (1988) quando afirmam que Lygia Fagundes Telles cultua a “arte do desencontro”, como expressa no título de uma de suas obras. O cotidiano oferece-lhe a situação, o objeto ou a personagem, que revela destinos malogrados, a incomunicabilidade dos seres, a ambiguidade das relações, o absurdo. Suas personagens estão sempre em conflito, não se entendem nunca, são descontraídas de si e do mundo.

Estas personagens de Lygia estão, basicamente, em busca de respostas que deem sentido à vida: Como interagir da melhor forma com o mundo externo? Como conciliar as necessidades do “eu” e os papéis que a sociedade nos força a viver? São perguntas que nascem nas entrelinhas da obra da autora, atravessam seus contos e romances e ficam remoendo na cabeça de nós leitores. Definitivamente, sua literatura, não é literatura de evasão. É de mergulho e de reconhecimento nos outros e do próximo. Ou em nós e de nós.

Envolvidas em seus dramas, as personagens vivem uma imensa “solidão interior (por vezes inconsciente) profundamente trágica, pois se revela de natureza ontológica... portanto irremediável”, conforme Coelho (1971 apud HOLHFELDT, 1988, p. 121). Estas criaturas já nascem condenadas à solidão, que é uma parte constitutiva do ser humano, criando-se, porém, uma tensão, na medida em que nós leitores e elas próprias têm certa consciência de que o homem não é um ser que subsista isolado dos outros. Por isso o drama que oprime suas personagens solitárias que enfrentam a oposição acompanhada de quem se vê incapaz de assumir sua consciência como um projeto de vida.

Neste contexto, consideramos que um texto literário é fruto de uma sensibilidade imaginativa, lírica e subjetiva e que além de proporcionar prazer ao leitor, pode muitas vezes constituir-se como objeto de estudo/leitura/compreensão do sujeito e de seu comportamento no espaço cultural em que habita. A literatura, neste ínterim, possui um caráter eminentemente discursivo.

Sob esse prisma, este trabalho constitui-se como um espaço de análise do fenômeno da crise de identidade do sujeito contemporâneo, a partir da reflexão acerca do comportamento feminino diante da conduta masculina, diante do amor (ou ausência dele) e até mesmo diante de si. Universos no qual se baseia grande parte da literatura Lygiana, espaço propício para dialogarmos com Stuart Hall, compreendendo que vivenciamos, na contemporaneidade, a quebra da tríade unidade – identidade – totalidade, uma vez que sujeito e objeto não devem ser compreendidos de maneira isolada, de forma dicotômica, mas interagindo-se integralmente.

É o que destaca também a Psicanálise freudiana, a identidade passa a ser vista como território desabitado: quando nos referimos ao EU, aludimos inevitavelmente ao OUTRO. Sendo assim, como as realidades são múltiplas e diferenciadas, as identidades também são o que acarreta, na pós-modernidade, a crise de identidade pela qual passamos, enquanto sujeitos sociáveis que vivem em um mundo “globalizado” que rompe fronteiras, e ao invés de homogeneizar, heterogeniza, diferencia e, por muitas vezes, exclui.

É neste cenário, que encontramos as protagonistas dos contos aqui estudados. Como elas são? O que fazem? Quais os seus nomes? Como são estabelecidas suas relações? A busca pelas respostas para estes questionamentos corresponde à matéria dos próximos tópicos.

## **2. PERFIS FEMININOS E UNIVERSALISMO: A DISCUSSÃO SOBRE IDENTIDADE NA CONTEMPORANEIDADE**

### **2.1. O (des) enredo do conto *Pomba Enamorada ou uma história de amor*<sup>17</sup>**

Uma jovem se apaixona por um rapaz e mesmo não sendo correspondida, leva ao extremo sua persistência doentia na espera por conquistar definitivamente o seu amor. Este, um enredo ironicamente típico da fase Romântica da Literatura, é o eixo gerador de uma trama pós-moderna, contada na quarta edição do livro “Oito Contos de Amor”, da paulista Lygia Fagundes Telles. O título deste conto e de outros da autora, como por exemplo, *O menino, Venha ver o pôr-do-sol e Natal na Barca*, apontam para uma atmosfera idealista, harmônica, mas na realidade abordam a desarmonia, crise, sobretudo vivenciada pelas personagens femininas.

Do título ao final do texto, uma sucessão de passagens e elementos simbólicos permite ao leitor desvendar uma protagonista que anula sua identidade em nome de um amor impossível, visto que ela não é correspondida. A figura central do conto, como já dito, é uma mulher. Mas uma mulher sem nome mencionado, o primeiro indício que nos encaminha a perceber a crise de identidade vivida pela personagem, que segundo Hall (1999) é um efeito da constante mudança do mundo contemporâneo. “As identidades modernas estão sendo ‘descentradas’, isto é, deslocadas ou fragmentadas”. (HALL, 1999, p. 8). Sobre ela se sabe apenas de sua simplicidade: jovem, ajudante de cabeleireiro, tem uma falha no dente da frente e um dia, durante um baile em que é coroada Princesa da Primavera, apaixonase

---

<sup>17</sup> A expressão (des) enredo tomamos por empréstimo de Guimarães Rosa que escreveu um conto chamado “Desenredo”, pertencente à obra Tutanéia – Terceiras Estórias, nele encontramos a história de Jó Joaquim e suas desilusões amorosas. (ROSA, 1967).

irremediavelmente. Ficamos conhecendo-a como “Pomba Enamorada” (P. E.), e assim, simbólica e metaforicamente, ela se apresenta e se traduz: uma pomba, um animalzinho pacífico e passivo, incapaz de fazer mal, sujeito à domesticação:

Assinou Pomba Enamorada, mas na hora de mandar as cartas, rasgou as eróticas, foram só as outras. Ainda durante esse período começou pra ele um suéter de tricô verde, linha dupla (...) e duas vezes pediu ao Rôni que lhe telefonasse disfarçando a voz, como se fosse o locutor do programa Intimidade no ar, pra avisar que em tal e tal horário a Pomba Enamorada tinha lhe dedicado um bolero especial. (TELLES, 2005, p. 26-27).

Quando não Pomba Enamorada, a protagonista apresenta-se como “a Princesa do Baile”, aliás, como também passam a chamá-la seus amigos, uma referência que denota carência de outros atributos, de outras conquistas ou realizações. Na verdade é como se aquele tivesse sido o dia mais importante de sua vida. Primeiro, por ter sido coroada princesa no Baile da primavera. Segundo, por ter conhecido Antenor.

De acordo com o saber coletivo, concebemos princesa como uma figura de beleza incomparável, nobre, rica e irresistível, pois desperta sempre o amor. Entretanto, a princesa Iygiana não corresponde a essas características, ao menos no que diz respeito às últimas qualidades aventadas, como podemos ver a seguir: [...] “de pernas bambas abriu-lhe os braços e o sorriso meio de lado para esconder a falha no canino esquerdo que prometeu a si mesma arrumar no dentista do Rôni, o Doutor Élcio, isso se subisse de ajudante para cabeleireira” [...]. (TELLES, 2005, p. 24).

Se nos contos de fada, a princesa, mesmo depois de muitos percalços, será feliz para sempre com seu príncipe encantado, a “princesa” do conto moderno em análise está fadada a amar para sempre, incondicionalmente, um homem que não a ama, nem tão pouco a respeita ou considera:

[...] Encontrou-o pela primeira vez quando foi coroada princesa no Baile da Primavera e [...], [...] pensou: acho que vou amar ele pra sempre.[..]. [...] Disse que era a princesa do baile, riu quando negou ter ligado outras vezes e convidou-o pra ver um filme nacional [...]. [...] Não podia namorar com ninguém, estava comprometido, se um dia me der na telha, EU MESMO TELEFONO certo? Ela que espere, porra [....]. [...] Seria melhor que ela tivesse morrido porque assim parava de encher o saco, Antenor teria dito quando recebeu o bilhete que picou em mil pedaços [...]. (TELLES, 2005, p. 30).

De acordo com Hall (1999, p. 11), “a identidade é formada na ‘interação’ entre o eu e a sociedade”, o núcleo interior do sujeito não é autônomo e auto-suficiente, mas formado na relação com outras pessoas importantes para ele. É o que temos na personagem do conto, o amor incondicional por Antenor comandando toda sua conduta, determinando seu modo de agir e pensar, não importando o fato de a relação ser malograda e frustrante. Antenor também não possui características nobres, heróicas. Ao contrário, através de suas atitudes, podemos considerá-lo um homem rude e malandro. A linguagem desse personagem incorpora palavrões, palavras e expressões grosseiras e coloquiais, num tom áspero, que conota sua indiferença aos apelos da princesa.

A Pomba Enamorada não desiste de tentar entender-se com seu príncipe (às avessas), mesmo depois de uma série de humilhações, continua fechando os olhos para realidade e mais uma vez aventura-se: “pediu à dona do salão que lhe fizesse o penteado da Catherine Deneuve que foi capa do último número de Vidas Secretas (...)” (TELLES, 2005, p.28). Com esta passagem confirmamos novamente a falta de personalidade, de criatividade da protagonista. Ela imita o penteado de uma atriz, alguém tão distante de sua realidade e mais uma vez dialogamos com Hall (1999, p. 12), quando afirma:

Projetamos a “nós próprios” nessas identidades culturais, ao mesmo tempo que internalizamos seus significados e valores, tornando-os

“partes de nós”, contribuindo para alinhar nossos sentimentos subjetivos com os lugares objetivos que ocupamos no mundo social e cultural.

Por si só, deixando para trás seus valores, de olhos vendados para realidade, com uma identidade em evidente processo de contradição, a “princesa” jamais chega a alcançar seu objetivo principal. Recorre então aos Santos da Igreja Católica e a Centros Espíritas ao mesmo tempo, reza novenas, age de acordo com o que dita o horóscopo, envia presentes para o amado, dorme com um galhinho de arruda no travesseiro, tenta feitiços e acredita nas cartas do baralho. Este é o retrato da alienação da personagem, não sendo agente de seu próprio destino, apela para mitos de ordens diversas. Este fato também aponta para a miscelânea de crenças e rituais presentes nas práticas culturais dos sujeitos.

A partir da leitura do conto observamos além da crise de identidade, o fenômeno de inadaptação vivido pela protagonista que insiste numa realidade que a renega todo o tempo. O conto inteiro representa um percurso inverso ao da narrativa clássica, elementos metafóricos encaminham-nos à percepção de um mundo real contraposto ao ideal, onde prevalece a artificialidade das relações, baseadas no ter em detrimento do ser. O tradicional versus o moderno. Uma “heroína” que provoca o próprio destronamento.

A figura masculina mais uma vez representada como o avesso da figura feminina. Ele, sempre firme, senhor de suas decisões, insensível. Ela dispersa, tenta suicídio, constitui família com outro homem (ou seja, não rompe com o “destino” /determinação de mulher), envelhece, mas não amadurece, continuando a alimentar ilusões infundadas.

Assim é a narrativa de Lygia Fagundes Telles, como já dizia Massaud Moisés, recheada de um realismo que se diria de uma testemunha apaixonada, a detectar os traços mais distintivos de sua contemporaneidade.

Sobre a questão da identidade, compreendemos que é algo realmente formado ao longo do tempo através de processos inconscientes, na relação com o outro e com o mundo. Ela permanece sempre incompleta, está sempre “em processo” sempre “sendo formada”. O sujeito pós-moderno, que vive a realidade das rápidas transformações do mundo, está e estará

sempre tendente a passar pelas crises de identidade. A ficção literária será sempre palco para retratar esse acontecimento. Na contemporaneidade não há como pensar na identidade, mas, sim, em reflexos identificatórios. A este respeito passemos para a leitura do conto *O menino* no qual nos deparamos com uma personagem cuja identidade caracteriza-se não pela unidade, mas pela duplicidade.

## 2.2. A Santa e a Dama: uma mulher

Uma aparente atmosfera de harmonia é verificada do título até as primeiras linhas do conto *O Menino*, de Lygia Fagundes Telles, presente na coletânea *Venha ver o pôr-do-sol e outros contos*. Uma história que de início tem todos os ingredientes para a composição de uma trama idealizadora, retrato do amor e da cumplicidade entre um filho e sua mãe, aborda um tema bastante complexo e recorrente nas obras lygianas: a desagregação familiar, neste caso, fruto da traição.

Segundo Pellegrini (1994), a narrativa brasileira contemporânea é palco de uma temática mais urbana, e nesse espaço, ainda permanece a noção de família, mas questionada e colocada em xeque pela solidão, pela ansiedade e angústia relacionada a todos os problemas existenciais. O conto que agora analisamos é o cenário propício para validarmos esta opinião da estudiosa, visto que a imagem de uma família de classe média unida e feliz, em realidade, é só a máscara encobridora de uma situação de adultério, esfacelamento e decadência.

Como ocorre em outros contos de Lygia Fagundes Telles, neste, os personagens principais também não têm nome. São “o menino” (o filho), “a mãe” e “o pai”, indício de lugar-comum, ou seja, vive uma situação que poderia ser a de qualquer família: certo dia um filho sai pra passear com sua mãe e flagra-lhe com um amante. No entanto, mais do que lugar comum, a ausência de nome conota crise de identidade, sobretudo do filho, que descobre um relacionamento extraconjugal da mãe. Como já dito, a traição, que por sua vez provoca a desagregação familiar, é um tema bem recorrente nas obras de Lygia, a exemplo de *Ciranda de Pedra*, seu primeiro romance, em que Laura trai Natércio e abandona-o juntamente com duas de suas filhas para viver com seu amado Daniel. Diferente desta situação, em que a

mulher assume sua nova condição e sai de casa, responsabilizando-se por todas as consequências, a protagonista de *O Menino* não abandona o casamento, permanecendo com a família, embora fuja ao comportamento exigido convencionalmente a uma mulher casada.

A leitura atenta dos contos lygianos encaminha-nos à percepção de um mundo narrativo em que quase não há paisagens e nem acontecimentos, é o símbolo da redução espacial de quase todas as ficções da autora. Coronado (1987) afirma que “uma boa quantidade dos personagens de Lygia Fagundes Telles vive seu presente, o tempo do discurso narrativo em recintos reduzidos”. “Recintos frequentemente fechados, “entre quatro paredes”, em que a possível ressonância de Sartre não tira originalidade e força de expressão a uma vivência e a uma visão da condição humana vibrantemente pessoal” (CORONADO, 1987, p. 49).

A análise dos espaços no conto *O Menino* é fundamental para examinarmos as identidades da personagem feminina. Neste, coabitam dois lugares principais: a casa e o cinema. Este é o “outro - lugar”, representação da quebra do interdito, espaço de realização dos desejos. Neste espaço, os personagens não vivem segundo o comportamento que a sociedade espera. Assim, a mulher “casada” não se reconhece esposa e quebra a ordem familiar. Ela é a diferença, é a ruptura do espaço doméstico. A mulher vive a sua liberdade sexual:

[...] a mão pequena e branca, muito branca, deslizou pelo braço da poltrona e pousou devagarinho nos joelhos do homem que acabara de chegar. O menino continuou olhando, imóvel. Pasmado. Por que a mãe fazia aquilo?! Por que a mãe fazia aquilo?![...]

Ficou olhando sem nenhum pensamento, sem nenhum gesto. Foi então que as mãos grandes e morenas do homem tomaram avidamente a mão pequena e branca.

Apertaram-na com tanta força que pareciam querer esmagá-la.  
(TELLES, 1998, p. 75)

Por sua vez a casa é o lugar ideal, símbolo do casulo protetor, o espaço da esposa carinhosa e da mãe dedicada, que retém a admiração do filho:

[...] sentou-se num tamborete, fincou os cotovelos nos joelhos, apoiou o queixo nas mãos e ficou olhando para a mãe. “Através do espelho, olhou para o menino. Ele sorriu também, era linda, linda, linda! [...].

[...] Em todo o bairro não havia uma moça linda assim [...]. [...] \_ Ela inclinou-se para beijá-lo. \_ Você é um nenenzinho, ouviu bem? É o meu nenenzinho [...] (TELLES, 1998, p. 70).

[...] \_ Então, meu amor, lendo o seu jornalzinho? \_ perguntou ela, beijando o homem na face. \_ Mas a luz não está muito fraca? [...] (TELLES, 1998, p. 78).

Em outra ocasião, a mulher mostra-se defensora da moral e dos bons costumes, repreendendo o filho que infantilmente age em desacordo:

\_ Posso te contar uma anedota, mãe? Posso?

\_ Se for anedota limpa, pode.

\_ Não é limpa não.

\_ Então não quero saber.

\_ Mas por que, pô!?

\_ Eu já disse que não quero que você diga pô. (TELLES, 1998, p. 71).

E assim, de forma dúbia, a protagonista segue sua vida. Se num determinado momento, num determinado espaço, trai o marido, fere os sentimentos do filho, corrompendo a instituição familiar, em outra circunstância, acarinha e cuida, voltando à casa, à ordem e conduta preestabelecida. Presenciamos a simbologia de espaços, comportamentos e discursos diversificados. Não há um discurso ou uma única postura.

É facilmente perceptível que Lygia Fagundes Telles cultua a “arte do desencontro”, seus personagens estão sempre em conflito consigo mesmos, com a realidade exterior, ou resumindo, com o OUTRO. Hohlfeldt (1988, p. 120) para tratar este conflito cita José Paulo Paes, quando o mesmo afirma que os personagens lygianos “se debatem entre o desejo de afirmar a própria autenticidade e a impossibilidade de fazê-lo no contexto familiar ou social a que se sentem irremediavelmente presas”, essa é a realidade da protagonista do conto que agora analisamos o perfil de uma mulher cuja identidade é pelo menos dupla: mãe/amante; moralista/infel; de casa/de rua; Santa/Dama.

Assim como Virgínia de “Ciranda de Pedra”, o *Menino* do conto em estudo sofre profundamente ao presenciar sua mãe relacionando-se intimamente com outro homem que não seu pai...

[...] o menino estremeceu. Sentiu o coração bater descompassado, bater como só batera naquele dia na fazenda, quando teve de correr como louco, perseguido de perto por um touro. O susto ressecou-lhe a boca [...]. [...] ele não queria, não queria ouvir! – o ciciar delicado dos dois num diálogo entre os dentes [...]. Fechou os olhos para prender as lágrimas. Envolveu o pai num apertado abraço (TELLES, 1998, p. 78).

O sofrimento do menino decorre não pela possibilidade de dissolução de sua família, mas em decorrência do esfacelamento da imagem idealizada que ele tinha da mãe: “Através do espelho, olhou para o menino. Ele sorriu também, era linda, linda, linda! Em todo o bairro não havia uma moça linda assim” (TELLES, 1998, p. 70).

O encantamento do menino pela mãe deixa (re) velar uma relação edipiana, conforme destaca Chevalier e Gheerbrant (2002, p. 356), fixação amorosa no progenitor do sexo oposto e pela agressividade hostil em relação ao do mesmo sexo, o qual é preciso destruir para atingir sua própria maturidade.

Esta relação pode ser observada no trecho abaixo:

Na rua ele andava pisando forte, o queixo erguido, os olhos acessos. Tão bom sair de mãos dadas com a mãe. Melhor ainda quando o pai não ia junto porque assim ficava sendo o cavalheiro dela. Quando crescesse haveria de casar com uma moça igual. (TELLES, 1998, p. 71).

Desmorona todo o orgulho que o menino sentia pela mãe até a hora em que chegaram ao cinema. Achava-a melhor que a mãe de todos os seus colegas, as quais se enquadram na figura da “mãe do lar”, presa ao espaço doméstico e às responsabilidades com os filhos e o marido: “E lembrou-se deliciado que a mãe de Júlio era grandalhona e sem graça, sempre de chinelo e consertando meia.” (TELLES, 1998, p. 72). Haveria de ser como a própria mãe a mulher que um dia chegasse a casar. Inesperadamente depara-se com uma realidade inaceitável, nega-se a ouvir a conversa dos amantes e desaba ao encontrar o pai em casa, tão passivo, feio e bom. No entanto, o menino cala, sofre, mas não fala no assunto, refletindo o problema crucial e mais generalizado dos personagens de Lygia: certa incapacidade de comunicação e a conseqüente tendência a fechar-se, a isolar-se, de acordo com Coronado (1987). Mais do que tentar prender as lágrimas diante do pai ou tentar esquecer, negar a realidade agora existente, o ato do menino fechando os olhos é um gesto deste isolamento, um gesto polissêmico de insegurança e de estranhamento, tão evidente em tantos personagens da autora.

Este ato revela também o fim da rivalidade entre filho e pai. “Fechou os olhos para prender as lágrimas. Envolveu o pai num apertado abraço.” (TELLES, 1998, p. 78).

O foco de nossa investigação neste trabalho recai sobre a identidade feminina dos personagens lygianos. O conto *O Menino* é um dos poucos da autora em que figura um protagonista masculino. É de comum acordo entre os críticos, que a mesma dispensa uma atenção especial ao universo da mulher. No entanto, Lygia vai muito além da personagem feminina: através dela, permite ao leitor, uma reflexão sobre a condição humana. Rastrear a identidade da protagonista do conto só tornou-se possível graças à análise de seu comportamento, e, sobretudo, seus relacionamentos consigo mesma e com os outros. Se

outrora afirmamos que a protagonista do conto *Pomba enamorada ou uma história de amor* vive presa ao ideal de mulher e de amor presente nas histórias clássicas e nas telenovelas, neste conto encontramos uma mulher com duas identidades: no recôndito do lar uma mãe e esposa carinhosa, fora de casa, uma adúltera.

Toda essa trajetória vivenciada pelo menino na relação com a mãe: encantamento – desilusão diante da traição – solidarização com o pai encontra-se marcada pela simbologia do toque das mãos. No início da narrativa o menino fica feliz ao sair de mãos dadas com a mãe; no cinema ele presencia a mãe e o amante se tocarem [...] a mão pequena e branca, muito branca deslizou pelo braço da poltrona e pousou devagarinho nos joelhos do homem. [...] que as mãos grandes e morenas do homem tomaram avidamente a mão pequena e branca [...]; de volta para casa ele não aceita mais que a mãe pegue na sua mão [...] o nenenzinho cresceu? cresceu? [...] não anda mais de mão dada? [...]; e ao chegar em casa procura as mãos do pai. (TELLES, 1998, p. 78).

O entrelaçamento das mãos simboliza ligação, união. Assim, ao rejeitar andar de mãos dadas com a mãe, o filho revela o rompimento do vínculo com a mesma e estabelece um novo vínculo, agora com o pai.

Transeuntes de espaços distintos, as personagens principais do conto (mãe, filho e pai) também apresentam formas de pensar e de agir diversas, algumas vezes contraditórias, dependendo do lugar que ocupam na relação. Esta característica que representa uma marca das relações entre as personagens de Lygia Fagundes Telles, pode ser melhor observada no conto *Natal na Barca* enfocado a seguir.

### **2.3. Entre mulheres: encontros, desencontros, aprendizagens...**

*Natal na Barca* é mais um conto de Lygia Fagundes Telles que vem explorar as nuances da vida humana. Vida de duas mulheres que vão aos poucos se revelando, aos poucos dando a conhecer suas histórias de tristezas, alegrias, medos, e, sobretudo, esperança.

O enredo, aparentemente simples, iniciado por um título que conota harmonia, deixa intervir uma série de elementos que corroboram para uma reflexão mais apurada acerca do

universo feminino. Numa barca, em plenas comemorações das festas natalinas, encontram-se quatro pessoas a velejar num rio: um velho, duas mulheres e uma criança. A trama se desenvolve a partir da conversa dessas duas mulheres, sendo que uma delas é a mãe da criança, a outra, a narradora.

A *barca* adquire um significado essencial neste conto. Ela pode ser tomada como uma referência ao isolamento e à exclusão de certos grupos sociais, dentre eles velhos, mulheres e crianças. No início do texto, a narradora salienta:

Não quero nem devo lembrar aqui por que me encontrava naquela barca. Só sei que em redor tudo era silêncio e treva. E que me sentia bem naquela solidão. Na embarcação desconfortável, tosca, apenas quatro passageiros. Uma lanterna nos iluminava com sua luz vacilante: um velho, uma mulher com uma criança e eu. (TELLES, 1998, p. 20)

Nesse fragmento, a narradora procura esquecer as razões que a levaram àquela barca, ou seja, ela busca ignorar os reais motivos que a induziram à sua segregação. Essa tentativa de apagar de sua memória o passado está vinculada à imagem negativa do meio onde se encontra. Essa ideia é assegurada no instante em que ela afirma que, em seu redor, “tudo era silêncio e treva”.

Segundo Lucena (2006), em *Lygia* tem-se três configurações de lembrança e esquecimento: há personagens que querem esquecer, mas não conseguem, e que lembram a contragosto; há aqueles que gostariam de lembrar, mas não conseguem; e, por fim, existem personagens que lembram nostalgicamente. Em resumo, são personagens que alegam esquecer parte do passado; dizem não conseguir recordar e, por último, relembram o vivido com saudosismo. Esta instância da lembrança saudosista é perfeitamente exemplificável por uma das mulheres do conto, quando se lembra de um filho que morreu:

[...] O meu primeiro morreu o ano passado. Subiu no muro, estava brincando de mágico quando de repente avisou, vou voar! A queda não foi muito grande, o muro não era alto, mas caiu de tal jeito... Tinha pouco mais de quatro anos. [...]

[...] \_\_ E, noutro tom, *inclinando a cabeça para o ombro*: \_\_ Era um menino tão bonzinho, tão alegre. Tinha verdadeira mania com mágicas [...] (TELLES, 1998, p. 22, grifos nossos).

Assim, o conto *Natal na Barca* carrega um sentimento trágico de vida, de solidão, retraimento e melancolia. Mesmo que o passado signifique “matéria” de recuo, para a narradora, algo que deve ser esquecido, este esquecimento não triunfa sobre a memória e acaba revelando as mulheres, descobrindo-as, isso porque, embora encobertos, os fatos surgem e as desmascaram tudo devido aos laços humanos, impossíveis de serem rompidos. Deste modo, confirmamos a declaração de Monteiro (1980) a respeito de as personagens Lygianas viverem imersas na temporalidade. Para ele, elas não se livram da memória, do passado, das coisas antigas que se entranham no presente, do ontem que está no hoje e da “impossibilidade de fazer parar a roda do tempo e começar tudo de novo” (MONTEIRO, 1980, p. 103).

O conto *Natal na Barca* traz à tona elementos que definem a exclusão das mulheres e também dos velhos e das crianças, grupos sociais muitas vezes marginalizados pela sociedade patriarcal. A narradora caracteriza a referida embarcação como “desconfortável” e “tosca”. Essa caracterização remete a ideia de que a vida da mulher era relativamente desprestigiada em qualquer instância social.

A sociedade ocidental tem mostrado um grande preconceito em relação à mulher. Por muitos séculos, a figura feminina não tem sido devidamente valorizada por suas capacidades. Ela foi vista por um longo tempo exclusivamente como geradora e não enquanto sujeito capaz de desempenhar outras funções. No conto em estudo, uma mulher carrega consigo o seu filho, enquanto o marido a troca por outra mulher. Essa relação remonta certas estruturas familiares definidas pela ideologia patriarcal: à mulher cabe a tarefa de cuidar e educar os filhos.

A figura central de mulher sugerida por Lygia Fagundes Telles neste conto é aquela que precisa satisfazer uma série de atividades concernentes à sua vida doméstica e também profissional. Ao mesmo tempo em que ela é uma mãe compromissada com tarefas que visam ao bem-estar dos filhos, ela também é “professora”. Portanto, a mulher mantém uma dupla jornada de trabalho: embora tenha um emprego como forma de garantir o seu sustento, realiza serviços de casa, o que não é muito comum ao homem.

É esta mesma mulher, um exemplo de força e superação, pois se de início a concebemos nas palavras da própria narradora, como uma mulher “jovem e pálida”, encoberta por um “manto escuro”, que “dava-lhe o aspecto de uma figura antiga”, como a simbolizar sua nulidade, seu apagamento diante do mundo, em seguida compartilhamos de uma história de vida de muitas lutas, esperança e fé. Seu filho mais velho morre tragicamente, seu marido abandona-a logo após este momento tão difícil, e ainda assim esta mulher segue a vida em frente com muita dignidade, sem demonstrar qualquer revolta.

É necessário atentarmos para o fato de a personagem mudar de espaço para poder continuar sua vida. Embora ela não tente um desvencilhamento com o passado, visto que recorda os fatos com naturalidade, ela muda de casa, deixando para trás o lar onde viveu com o filho e o marido, ou seja, ocorre “o estranhamento entre o ser e o espaço e a busca desesperada por lugares de conforto, de novas moradas” (GUIMARÃES, 2006, p. 12), em decorrência das ininterruptas transições pelas quais passa o ser humano enquanto vivente.

De acordo com Coronado (1987), Lygia insiste no caráter de distanciamento psico-espacial como protetor contra as misérias da existência, que vistas de perto, obrigariam a um comprometimento. É esse medo de envolvimento com o OUTRO que acomete a narradora do conto. Vem à tona um traço característico da modernidade, o individualismo, que nem sempre pode sobressair os “tais laços humanos”. A mulher queria ficar só, sem piedade, mas depois do primeiro contato, tornara-se impossível não continuar a conversa, não se solidarizar com a história da companheira, afinal, “estavam todos num mesmo barco”. O diálogo flui, e as indagações constantes inserem no espaço hostil do presente um tempo marcado pela humanidade e pelo amor. Não podíamos deixar de mencionar o pavor da narradora ao

imaginar a criança morta no colo da mãe e posteriormente, sua alegria e paz ao descobrir que o menino estava apenas dormindo.

As mulheres sempre tiveram seus limites definidos por uma sociedade patriarcal, no entanto, elas continuamente lutaram para fazer a sua história. Em certa altura do conto a narradora sugere a forma como elas eram tratadas frente à sociedade. Pode-se inferir que elas eram vistas com indiferença e descaso: “Ali estávamos os quatro, silenciosos como mortos num antigo barco deslizando na escuridão. Contudo, estávamos vivos”. (TELLES, 1998, p. 20). Se a barca for tomada enquanto uma referência à exclusão e às limitações impostas a certos grupos, então, pode-se dizer que as mulheres sempre foram resistentes às pressões sociais. Isso porque a figura feminina, de uma forma ou de outra, sempre esteve presente nos rumos da sociedade, embora suas ações tenham sido ocultadas. Foram justamente essas pequenas reações que ganharam impulso e fizeram com que elas fossem conquistando espaço na sociedade.

Conforme o título do conto, o Natal se passa na barca. O Natal é a festa da família, a barca é o cotidiano em que transita a figura feminina. Portanto, a figura da mulher é ressaltada como elemento importante na relação familiar.

Mais uma vez Lygia Fagundes Telles possibilita-nos refletir sobre as identidades da mulher através de sua narrativa, aqui a ausência dos nomes das personagens ressalta este caráter universal dos sujeitos representados. Não se trata da história de uma mulher em particular, mas de todas aquelas que durante séculos foram marginalizadas.

O rio representa o fluxo da vida daquelas pessoas, correndo sempre em frente, sobretudo daquelas mulheres que se (re)velam. Este rio de água verde e quente pela manhã vem simbolizar esta vitalidade e a esperança, pois descobrimos uma mulher feliz apesar dos percalços da vida e uma outra que embora silencie diante da vida e do Outro, em determinado momento mostra-se humana, solidária com a condição social da Outra: “Debrucei-me na grade da barca e respirei penosamente: era como se estivesse mergulhada até o pescoço naquela água. Senti que a mulher se agitou atrás de mim.” (p. 24)

Assim sendo, o título Natal na Barca pode ser lido como símbolo dessa “travessia” da indiferença, do medo, da morte/ vida porque passam todas as personagens femininas em

que se enquadram perfeitamente as palavras do mestre Guimarães Rosa, isto é: “Mire, veja: o mais importante e bonito do mundo é isto: que as pessoas não estão sempre iguais, ainda não foram terminadas \_ mas que elas vão sempre mudando. Afinam e desafinam”. (ROSA, 2001).

### 3. CONSIDERAÇÕES FINAIS

O conto brasileiro contemporâneo apresenta-se diversificado, múltímodo, seja do ponto de vista formal, seja do temático. Este, praticado nos últimos decênios do século xx carrega as tendências da modernidade: discursos fragmentados, técnicas de montagem inspiradas no cinema, a visão surreal, a intromissão do grotesco como fator de crítica ao poder, a tendência ao estilo coloquial.

Na produção literária de Lygia Fagundes Telles predominam os livros de contos sobre os romances. A narrativa curta é a estrutura que melhor se adapta à sua visão de mundo, pois impondo a concisão da forma e da matéria presta-se convenientemente ao propósito de oscilar entre o realista e o “literário”, entre o documental e o imaginário, permitindo-lhe a notação intimista de acentos simbólicos e, não raro, fantásticos, enquanto o romance atenua o impacto da minúcia em favor da ideia de conjunto.

Neste trabalho, discutindo as formas utilizadas pela escritora Lygia Fagundes Telles para representar a(s) identidade(s) assumida(s) pelas personagens femininas, corroboramos a ideia de Hall (1999), de que na modernidade não podemos falar de identidade como um aspecto acabado, mas falar de *identificação*, e vê-la como um processo em andamento. A identidade surge não da plenitude dos indivíduos, mas de *uma falta* de inteireza que é preenchida a partir do nosso exterior.

Nos três contos estudados, *Pomba Enamorada ou uma história de amor*, *O Menino e Natal na Barca*, deparamo-nos com a representação de mulheres em ativo processo de (re)construção da(s) identidades(s) na interação com o(s) OUTRO(S) ou com o mundo exterior.

A protagonista de *Pomba Enamorada ou uma história de amor* reflete claramente uma inadaptação à realidade, é evidente que o relacionamento amoroso insatisfatório é

decorrência de uma “não-identidade”, de uma crise de reconhecimento de sua própria condição.

No segundo conto, *O Menino*, encontramos o perfil de uma mulher cuja identidade caracteriza-se pela duplicidade: mãe/amante; moralista/infiel; de casa/ de rua. Uma mulher com o discurso totalmente avesso ao comportamento, mas que não se mostra em crise com sua opção de vida adúltera.

Por fim, em *Natal na Barca* há o encontro entre duas mulheres, que através do diálogo permitem ser descobertas, expõem seus dramas, seus medos e evidenciam que a identidade é construída a partir das experiências de vida, como o casamento, a maternidade, a profissão, a condição na sociedade. Temos nesse conto bem representada uma mulher forte, uma mãe que se desdobra entre os cuidados com o filho, com a casa, e ainda provém o sustento da família com dignidade, embora tenha passado por problemas complexos como o abandono do marido e a morte de um filho. A outra mulher, narradora do conto, é humana e solidária, embora no início da trama revele certa necessidade de isolamento.

Deste modo, vimos que Lygia Fagundes Telles, mesmo sem nomear os personagens femininos dos três contos estudados, apreende e traduz a essência da alma da mulher, constituindo-se o texto literário como objeto de estudo/leitura/compreensão do sujeito e do seu comportamento no espaço cultural em que habita.

## REFERÊNCIAS

CHEVALIER, J.; GHEEBRANT, A. *Dicionário de símbolos: mitos, sonhos, costumes, gestos, formas, figuras, cores, números*. 17. ed. Rio de Janeiro: José Olympio, 2002.

CORONADO, G. de La Cruz. Lygia e a condição humana. *Letras de Hoje*, Porto Alegre, n. 1, p. 37-59, mar. 1987.

FREUD, S. *Obras completas*. Rio de Janeiro: Imago, 1980.

GIDDENS, A. *Modernidade e identidade*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2002.

- GUIMARÃES, K. N. *Três cantos da melancolia em Lygia Fagundes Telles*: indicações críticas e ensino. 2006. 142 f. Dissertação (Mestrado em Letras)- Universidade Federal da Paraíba, João Pessoa, 2006.
- HALL, S. *A identidade cultural na pós-modernidade*. 3. ed. Rio de Janeiro: DP&A, 1999.
- HOHLFELDT, A. C. *Conto brasileiro contemporâneo*. 2. ed. Porto Alegre: Mercado Aberto, 1988.
- LUCENA, S. C. de. *A memória em Lygia Fagundes Telles*. Suplemento Cultural Augusto, Jornal da Paraíba, p. 7, 8 de Jan. 2006.
- MOISÉS, M. *A criação literária: prosa*. 9. ed. São Paulo: Melhoramentos, 1979.
- \_\_\_\_\_. *História da literatura brasileira*. 5. ed. São Paulo: Cultrix, 2001. v. 3.
- MONTEIRO, L. et al. *Literatura comentada: Lygia Fagundes Telles*. São Paulo: Abril Educação, 1980.
- PELLEGRINI, T. A narrativa brasileira contemporânea: emergência do pós-Modernismo. *Revista Letras*, Campinas, v. 13, n. 1/2, p. 48-59, dez. 1994.
- ROSA, J. G. *Grande sertão: veredas*. 19. ed. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2001.
- \_\_\_\_\_. *Tutameia: terceiras histórias*. Rio de Janeiro: Jose Olympio, 1967.
- TELLES, L. F. *Ciranda de pedra*. 31. ed. Rio de Janeiro: Rocco, 1998.
- \_\_\_\_\_. *Oito contos de amor*. 4. ed. São Paulo: Ática, 2005.
- \_\_\_\_\_. *Venha ver o pôr-do-sol e outros contos*. 16. ed. São Paulo: Ática, 1998.

Recebido o 10/02/2012 – Aceito o 20/03/2012



# ariús

Revista de Ciências Humanas e Artes

ISSN 0103-9253 versão impressa – ISSN 2236-7101 versão online

## IDENTIDADES DESVIANTES: DO MACRO AO MICROCOSMO

---

*Alexey Dodsworth Magnavita de Carvalho*<sup>18</sup>

### RESUMO

As tentativas de diagnosticar as assim chamadas "aberrações sexuais" podem ser traçadas nos últimos dois mil anos da história ocidental. Se a ciência oficial contemporânea centra-se em genes e moléculas (o mundo microcósmico), antigamente o foco era sobre os planetas e as estrelas (o mundo macrocósmico). De acordo com Michel Foucault, essa obsessão em aprender, diagnosticar, esconde um intenso desejo de controlar e subjugar. Uma abordagem científica ingênua, ainda que bem intencionadas, é perigosa, porque muitas vezes ignora as forças políticas que usam o discurso científico para impor a sua vontade de poder. Para Foucault, ao invés de uma "scientia sexualis", precisamos de uma "ars erotica". A questão principal não é "por que eu sou o que eu sou?", Mas "como eu posso extrair prazer de minha própria existência?". A vida como uma obra de arte. O fim do mundo das essências.

**Palavras-chave:** Sexualidade. Diagnóstico. Identidade.

---

<sup>18</sup> Mestrando em Filosofia Política e Ética pela Universidade de São Paulo. E-mail: alexey.dodsworth@gmail.com.

## MISSING IDENTITIES; FROM MACRO TO MICROCOSMOS

---

### ABSTRACT

The attempts to diagnose the so-called "sexual aberrations" can be traced in the last two thousand years of western history. If contemporary official science focuses on genes and molecules (the microcosmic world), formerly the focus was on the planets and stars (the macrocosmic world). According to Michel Foucault, this obsession to learn, to diagnose, hides an intense desire to control and subdue. A naïve scientific approach, though well intentioned, is dangerous because it often ignores the political forces who use the scientific discourse to impose their will to power. For Foucault, rather than a "scientia sexualis", we need an "ars erotica". The main question is not "why am I what I am?", but "how can I extract pleasure of my own existence?". Life as a work of art. The end of the world of essences.

**Keywords:** Sexuality. Diagnosis. Identity.

### 1. INTRODUÇÃO

Michel Foucault é considerado um dos mais expoentes pensadores das questões de sexualidade e gênero, tendo dedicado grande parte de sua vida a pesquisar a questão dos indivíduos que, por suas diferenças eróticas, são estigmatizados. Inicialmente, a postura de Michel Foucault diante da problemática dos desviantes sexuais foi mais investigativa e histórica, foi a atitude de um intelectual que se debruça sobre um tema sem se envolver diretamente nele. Ao longo dos anos 80, Michel Foucault assumiu uma postura mais militante, sobretudo em relação à questão gay, uma vez que ele mesmo era um homem que se sentia sexualmente atraído por outros homens.

Os pesquisadores que abordam Michel Foucault em seus estudos são unânimes em afirmar que a busca por desvendar a(s) suposta(s) causas da homossexualidade e da transexualidade é muito recente na história humana, data do século XIX e deriva do fato de um *desejo* ter sido convertido discursivamente numa *identidade*, numa *essência*. O próprio

Michel Foucault corrobora esta teoria, e a sustenta a partir da apresentação de uma série de documentos históricos. De fato, a literatura médica oficial passou a incorporar o termo “homossexual” muito recentemente, descrevendo as mais diversas teorias explicativas para a causa da homossexualidade. O termo “homossexual” tem data e local de nascimento, e antes do século XIX ninguém “era” homossexual. Dentro do paradigma cristão/católico, a prática homossexual era um *comportamento a ser corrigido* e, enquanto comportamento, não descrevia uma essência. A confissão possibilitaria a liberação, e as orações permitiriam a remissão do pecado.

Todavia, passou despercebido para estes pesquisadores e para o próprio Foucault um fato também historicamente documentado: não derivam da pura Medicina as primeiras tentativas de identificar causas para a homossexualidade, e também não é da pura Medicina o primeiro movimento que busca converter o desejo pelo mesmo sexo numa essência diferenciada. Verdadeiros compêndios que ensinam detalhadamente como identificar pessoas que desejam o mesmo sexo existem pelo menos desde o primeiro século depois de Cristo. Refiro-me aos mais famosos livros de Astrologia, escritos por grandes autoridades europeias neste assunto, livros estes que funcionavam como verdadeiros manuais de diagnóstico de supostas essências desviantes. Tais obras realizavam em sua época o que os compêndios médicos buscaram fazer a partir do século XIX: identificar *a marca*, o agente diferenciador que permitiria diagnosticar desviantes. O objeto diagnosticado num manual astrológico do século II não é meramente “o homossexual”, e sim “o pederasta”, o que implica em outras características morais atribuídas à pessoa que iam além do que ela fazia na cama, num procedimento que Michel Foucault chamava de *juízos dobrados*, descrito detalhadamente em sua obra *Os Anormais*: se o sujeito é homossexual, *logo* ele só pode ser criminoso, inclinado ao roubo ou ao assassinato, ou a diversos outros atos ilícitos e ameaçadores. O astrólogo dos dezesseis primeiros séculos da Era Cristã, também uma autoridade médica, era como uma espécie de “Lombroso cósmico”, à procura de traços identificatórios desviantes.

Vale lembrar que, ao longo dos séculos e antes do banimento da Astrologia do esteio da Universidade, um médico incorporava a Astrologia em seu processo de estudo. Hipócrates

(460-377 a.C.), patrono da Medicina, autor do juramento que os médicos ocidentais fazem ao se formar, afirma em seus *Aforismos* que um médico ignorante da Astrologia não pode se considerar um bom médico. Ao longo de sua obra, Hipócrates relaciona constantemente doenças a forças planetárias. Na Idade Média, a Astrologia era uma das artes liberais e fazia parte do corpo de estudos do *quadrivium*, que incluía a Aritmética (a teoria do número), a Geometria (a teoria do espaço), a Música (aplicação da teoria do número) e a Astrologia (aplicação da teoria do espaço). O astrólogo era aquele que estudava os fenômenos celestes e, também, os supostos significados terrestres decorrentes do movimento dos planetas. Astronomia e Astrologia se separam propriamente na segunda metade do século XVII. Dito isso, e considerando que a Astrologia era um conhecimento oficial antes do século XVII, servindo de orientação não apenas para a Medicina como também para o Direito, não é possível ignorar seu peso como instrumento de diagnóstico ao longo de quase dezessete séculos. Foucault não conhecia Astrologia, isso é fato. E, justamente por desconhecê-la, não travou contato com seus manuais de diagnóstico diferencial que possibilitariam um entendimento muito distinto sobre a questão dos desviantes sexuais categorizados como *uma espécie*.

Considerando os documentos astrológicos, o que se verifica é que a categorização dos desviantes sexuais como espécie diferenciada se dá pelo menos desde o século I depois de Cristo, segue até algo em torno do século XVI, quando então a Igreja Católica se encarrega de elaborar um novo paradigma. A religião cristã praticamente apaga o conceito do desviante sexual como uma pessoa portadora de uma essência diferenciada, tornando-o “uma pessoa que pecou”. Após um intervalo de quase quatrocentos anos, o conceito de “identidade essencial diferenciada” retorna com força através da Medicina, mas desta vez a partir de um discurso psiquiátrico, não mais astrológico. O conceito de essência, conforme veremos, se apropria do discurso vigente, e se sustenta a partir dele. Não se trata de uma verdade descoberta, mas de uma verdade *produzida* que irá nortear as autoridades de sua época. Não há “mais verdade” nos discursos científicos (ou que se pretendem científicos) e acadêmicos sobre a homossexualidade do que havia no discurso - hoje tido como supersticioso - da Astrologia. O que temos é uma confiança na autoridade vigente que, se um dia foi astrológica

e se fixava numa perspectiva macroscópica, atualmente é biológica e se além à perspectiva microscópica. Do cósmico ao molecular, o que muda é a perspectiva, mas não o intento: diagnosticar uma essência diferenciada que revele e justifique o desviante sexual.

Em seu *Matheseos Libri VIII*, o astrólogo e advogado do Império Romano, o siciliano Julius Firmicus Maternus (nascido em torno do começo do século IV d.C.) descreve pormenorizadamente todos os indícios astrológicos de uma identidade desviante. Especificamente no capítulo XXV do *Liber Septimus*, intitulado *Eunucos, Hermafroditas e Pervertidos*, ele diz:

Se o Sol e a Lua estiverem em signos femininos, quer juntos ou em casas diferentes, Vênus num signo feminino em qualquer ângulo, e se a Lua e Marte estiverem em signos masculinos, e Vênus também estiver num signo masculino no mapa de uma mulher, nascerão mulheres que tomam o caráter de um homem e desejam relações com mulheres como homens.<sup>19</sup>

Temos, aqui, uma pré-sexologia já ciente da existência de distinções entre sexo biológico, identidade de gênero e preferência sexual. O livro em questão é um claro manual de diagnósticos diferenciais elaborados em torno de um saber que, em sua época, norteava tanto a Medicina quanto o Direito. Firmicus Maternus estabelece, ao longo de sua obra, diversas outras regras diagnósticas.

Considerando que Julius Firmicus Maternus foi não apenas um astrólogo, como também um advogado de alta notoriedade, e também considerando que a Astrologia gozava de estatuto privilegiado em sua cultura (tanto num sentido médico quanto num sentido jurídico), é de esperar que o *Matheseos Libri VIII* fosse levado a sério como a declaração de uma autoridade. Diagnósticos poderiam ser feitos a partir de suas instruções, com a finalidade

---

<sup>19</sup> “Signos masculinos” e “signos femininos” são definidos de acordo com sua elementaridade estrutural. Os signos de Fogo e Ar são chamados de “masculinos”, o que corresponde a Áries, Gêmeos, Leão, Libra, Sagitário e Aquário. Os signos de Terra e Água são denominados “femininos”, e correspondem aos signos de Touro, Câncer, Virgem, Escorpião, Capricórnio e Peixes.

de detectar “indivíduos desviantes”. Vale ressaltar que o *Matheseos Libri VIII* não se restringe ao diagnóstico de desviantes sexuais, mas estabelece regras de identificação também para criminosos e deficientes mentais. Mas Firmicus Maternus parecia especialmente preocupado com a questão do desvio sexual, pois dedica não apenas o capítulo XXV de sua obra a este tipo de diagnóstico. O capítulo XV é especialmente dedicado às normas de identificação de desviantes sexuais masculinos:

Mercúrio e Marte em conjunção, no ascendente, fazem amantes de rapazes. Se os dois estiverem num signo estranho<sup>20</sup>, a indicação será mais forte. Também, se Vênus estiver no signo de Mercúrio e Mercúrio estiver mal localizado<sup>21</sup>, os nativos são levados pelo desejo amoroso para a cama de rapazes. Para ser exato: isto ocorre quando Vênus está no signo de Mercúrio e Mercúrio está no IC ou no descendente<sup>22</sup>, ou na casa seis, oito, nove ou doze, ou na anáfora<sup>23</sup> do ascendente, ou na sua debilidade<sup>24</sup>. Se a Parte do Casamento<sup>25</sup>, calculada com exatidão, cair no signo de Mercúrio<sup>26</sup>, e se Mercúrio estiver num ângulo<sup>27</sup>, num signo masculino, isto fará amantes de rapazes que nunca desejam ter relações com mulheres. E se Marte e Mercúrio trocarem de signo<sup>28</sup>, de forma a Marte estar no signo de Mercúrio e vice versa, isto ainda fará amantes de rapazes,

<sup>20</sup> Não há nenhuma referência tradicional para o que significa “signo estranho”. Se o termo se refere a um signo cuja natureza seja estranha aos planetas envolvidos, poderíamos nos referir aos signos de queda ou exílio de Mercúrio ou Marte, que seriam, respectivamente, Sagitário, Peixes, Touro, Libra e Câncer.

<sup>21</sup> O significado de “má localização de Mercúrio” varia de acordo com o autor. Pode se referir, por exemplo, à presença do planeta nas casas 9 ou 12.

<sup>22</sup> Ponto, no mapa, equivalente ao horizonte oeste.

<sup>23</sup> “Anáfora do ascendente”, aqui, tem o sentido de casa zodiacal onde se encontra o regente planetário do signo ascendente.

<sup>24</sup> “Debilidade do ascendente” pode sugerir a casa onde se encontra o planeta que se exila no ascendente.

<sup>25</sup> Elemento da Astrologia Árabe, incorporada ao conhecimento astrológico europeu.

<sup>26</sup> Ou seja: nos signos de Gêmeos ou Virgem.

<sup>27</sup> Ou seja: no ascendente, no descendente, no fundo do céu ou no meio do céu.

<sup>28</sup> Isso implicaria em Mercúrio estar nos signos tradicionalmente associados a Marte (Áries ou Escorpião), e Marte se encontrar – por sua vez – nos signos tradicionalmente associados ao planeta Mercúrio (Gêmeos ou Virgem).

especialmente se os dois assim localizados estiverem no signo de Marte. Se Mercúrio estiver no signo de Marte e Marte lhe fizer uma oposição ou quadratura, isso faz amantes de rapazes. Do mesmo modo, se Marte estiver no signo de Mercúrio e Mercúrio lhe fizer uma oposição ou quadratura, isto indica os mesmos vícios lascivos. Se a Lua estiver no signo ou termos de Mercúrio<sup>29</sup>, e Mercúrio estiver no signo da Lua<sup>30</sup>, isto terá o mesmo efeito.

Julius Firmicus Maternus não está só em suas classificações e diagnósticos, e o *Matheseos Liber VIII* nem de longe constitui um caso isolado na história da cultura ocidental. Retroagindo ainda mais no tempo, chegamos ao século I depois de Cristo e encontramos a figura de Dorotheus de Sidon, autor do famoso *Carmen Astrologicum*, originalmente escrito em grego e com evidentes influências do conhecimento astrológico persa e árabe. O capítulo 7 da obra de Sidon é intitulada *Conhecimento da Sodomia* e constitui um manual com instruções detalhadas de como identificar o indivíduo desviante, sendo as descrições algo similares às de Firmicus Maternus.

Contemporâneo a Sidon é Claudio Ptolomeo, cientista grego e autor de vários livros – dentre eles, o *Tetrabiblos*, um tratado que reúne conhecimento astrológico babilônico, egípcio e grego. No livro III da obra, num capítulo intitulado *Os monstros*, Ptolomeo claramente defende a tese de que existem condições astrológicas que propiciam o surgimento de criaturas que não poderiam sequer ser consideradas como pertencentes à raça humana, ainda que tenham nascido de um ser humano. Vê-se que, em sua obra, Ptolomeo afirma a existência de uma categoria desviante extrema, totalmente à parte da humanidade. É possível ler na parte 8 do Livro III do *Tetrabiblos*, onde Ptolomeo cita especificamente os hermafroditas, o “tipo misto” que caracteriza os “monstros e anormais” tão amplamente estudados por Foucault (2001).

---

<sup>29</sup> Ou seja: Lua em Gêmeos ou em Virgem.

<sup>30</sup> Ou seja: Mercúrio em Câncer.

O desejo sexual é, muito provavelmente, o único tipo de desejo que, ao longo da história, foi convertido em essência. Não falamos mais em “desejo pelo sexo oposto” ou “desejo pelo mesmo sexo”, mas antes discursamos sobre essências: o homossexual, o heterossexual, sempre a partir de definições binárias que evocam a obrigatoriedade da escolha. Os discursos mudam, deixam de ser astrológicos para se tornarem psiquiátricos (e, em ambos os casos, evocam sobre si a autoridade de “ciência” e o estatuto de “verdade”), navegamos dos céus aos genes, mas ainda verificamos o que Foucault (2001) denuncia ao longo de sua obra: o desviante é considerado um monstro. E é como “monstro” que classificamos tudo o que não se enquadra nas definições binárias. “Identidade” evoca o que é “idêntico”, e quando surgem fenômenos que inviabilizam paralelos com o já-conhecido, classificamos tais fenômenos como “monstruosidades”.

A Astrologia, todavia, persistiu como conhecimento profundamente intrincado no discurso médico então vigente. A partir da convicção filosófica de que o homem é a representação microcós mica do céu inteiro, a crença astrológica marca a Medicina até a Idade Moderna. Vivemos, então, três movimentos: o desviante sexual como uma essência diferenciada, passível de diagnóstico, a suspensão deste paradigma a partir da Igreja Católica e seu conceito de “indivíduo que pecou” em contraponto à idéia do “sou assim” (algo em torno do final do século XVI) e o retorno, no século XIX, do desviante sexual como uma essência diferenciada, diagnosticável.

A conversão de desejo em identidade veio acompanhada, ao longo dos séculos XIX e XX, de uma mobilização em torno da compreensão de uma causalidade a partir do universo micro. Considerando o ponto de vista de Foucault, de que tudo acoberta um perigo, é pertinente questionar que tipos de perigo se ocultam por detrás desta incansável busca pela causalidade.

A busca por uma “essência biológica” para o homossexual persiste no imaginário popular do nosso século atual, sobretudo por conta da divulgação de pesquisas (refutadas) em torno de um suposto gene gay. Deixamos a amplitude macrocós mica dos céus e dos planetas e voltamos nossos olhos para o microcosmos, células, genes e moléculas, com a mesma

intenção de vinte séculos atrás. A crença na essência é persistente, mas mais persistente ainda é a *vontade de saber* e a vontade de poder sobre aquilo que se conhece, que se diagnostica.

A pesquisa mais conhecida sobre homossexualidade e biologia foi a realizada por Dean Hamer, em 1993. Nesta pesquisa, Dean Hamer afirma categoricamente que a homossexualidade tem uma origem genética. A pesquisa de Hamer é – mesmo refutada – ainda citada por muitos homossexuais, como forma de explicar que a homossexualidade é biologicamente causada, e que, portanto as pessoas nascem homossexuais, assim como se pode nascer com os olhos azuis, canhoto, albino e tantas outras características geneticamente estabelecidas. Foucault não teve a oportunidade de se deparar com a pesquisa de Dean Hamer, uma vez que já era falecido, mas os acontecimentos envolvendo o suposto gene gay na década de 90 têm relação direta com as denúncias e percepções de Michel Foucault em sua *História da Sexualidade* e em *Ditos e Escritos*.

Um ponto muito mal compreendido acerca do discurso de Foucault está em sua crítica em relação aos movimentos de liberação gay. O que ele critica não é a afirmação do desejo gay, e sim a afirmação deste desejo a partir de argumentos biológicos e naturalistas. Ou seja: a conversão de desejo em identidade biologicamente determinada. Em uma entrevista realizada em Toronto em 1982, Foucault diz:

O que eu quis dizer é que, na minha opinião, o movimento homossexual hoje precisa mais de uma arte de viver do que de uma ciência ou um conhecimento científico (ou pseudocientífico) daquilo que é a sexualidade. A sexualidade faz parte de nossas condutas. Faz parte da liberdade de que gozamos neste mundo. A sexualidade é algo que nós mesmos criamos – ela é nossa criação, além de ser a descoberta de um aspecto secreto de nosso desejo. Devemos compreender que, com os nossos desejos, instauram-se novas formas de relações, novas formas de amor, novas formas de criação. (FOUCAULT, 1984).

Michel Foucault jamais se refere à prática homossexual como uma “identidade”, e sim como um “desejo”. A rejeição ao determinismo biológico e a uma suposta origem física e monocausal para a homossexualidade (posições astrológicas, alterações hormonais, cerebrais ou mesmo genéticas) amplia a questão e coloca o desejo homossexual como algo passível de ser vivenciado por toda e qualquer criatura humana. Acerca da polêmica do determinismo biológico *versus* o caráter adquirido, Sigmund Freud demonstrou prudência alguns anos antes:

Nem a hipótese de que a inversão é inata, nem tampouco a conjectura alternativa de que é adquirida explicam sua natureza. No primeiro caso, é preciso dizer o que há nela de inato, para que não se concorde com a explicação rudimentar de que a pessoa traz consigo, em caráter inato, o vínculo da pulsão sexual com determinado objeto sexual. No outro caso, cabe perguntar se as múltiplas influências acidentais bastariam para explicar a aquisição da inversão, sem necessidade de que algo no indivíduo fosse ao encontro delas. A negação deste último fator, segundo nossas colocações anteriores, é inadmissível (FREUD, 2002).

Tal posicionamento prudente e cauteloso irrita principalmente algumas correntes gays militantes, que apregoam a certeza de um determinismo biológico como uma forma de convencer a sociedade de que a homossexualidade deve ser aceita. Que a preferência homossexual das pessoas deve ser aceita e respeitada nem entra em questão para Foucault, é um fato. Mas o que alguns militantes mal percebem é que a defesa do desejo homossexual como uma identidade biologicamente determinada é combustível perfeito justamente para aqueles que combatem sua prática. Afinal, se provamos que o desejo homossexual é fruto de alterações cerebrais, hormonais ou genéticas, tudo isso poderia ser fisicamente alterado por drogas, terapias e outras biotecnologias, do mesmo modo que corrigimos a miopia ou outra singularidade fisiológica incômoda. Cabe aqui salientar a pergunta foucaultiana por excelência: *a quem realmente interessa o conhecimento das causas do desejo homossexual?*

A postura de Michel Foucault em relação aos argumentos biologicísticos talvez decorra do fato de ele ser fruto da cultura francesa. Aos olhos dos autores e pesquisadores franceses em geral, a ideia de um “gene gay” parece tão reacionária quanto afirmar que nascemos com um potencial intelectual geneticamente determinado, conforme pesquisa realizada pelo psicólogo Cyril Burt na Inglaterra ao longo das décadas de 40, 50 e 60 do século XX, pesquisa esta que se revelou totalmente fraudulenta em investigações posteriores, com dados manipulados e inventados aparentemente com o propósito de referendar a ideologia eugenística de Burt, conforme denunciado por Pracontal (2002). Já nos EUA, onde a sexualidade não parece ser um assunto tão privado, como atestam as leis antisodômia existentes ainda em muitos Estados (incitando processos de total invasão ao desejo privado de adultos), as teses de uma homossexualidade inata foram acolhidas com estardalhaço por vários grupos gays. A estes gays norte-americanos, a pesquisa de Hamer parecia funcionar como um excelente argumento para combater as leis puritanas. Afinal, se a homossexualidade é tão biológica quanto o albinismo e outras diferenciações fisiológicas, sua prática não poderia ser delituosa. O sistema legal poderia ser induzido a definir os homossexuais como um grupo que dispõe de direitos específicos.

É justamente dentro deste cenário dos anos 90 dos EUA que o biólogo molecular Dean Hamer, do *National Cancer Institute* de Bethesda, Maryland, publicou na edição de 16 de julho de 1993 da revista *Science* um artigo intitulado “*Uma ligação entre marcadores de DNA sobre o cromossomo X e a orientação sexual masculina*”. O artigo causou imenso impacto na imprensa da época, suscitando posicionamentos entusiasmados por parte dos militantes gays. Ironicamente, com igual entusiasmo reagiram os homofóbicos, afinal – no raciocínio deles – se há uma causa biológica para a homossexualidade, ela poderia ser curada. Vale aqui lembrar que os anos 90 foram conhecidos no meio científico como a década em que o mapeamento do genoma foi iniciado. Se era realmente possível identificar um gene anômalo como causador do desejo homossexual, algum tipo de “terapia gênica” poderia ser proposta. Curiosamente, entre entusiastas prós e antigays, quase nenhum investigou o conteúdo científico do artigo que causou tamanho tumulto. Em verdade, Dean Hamer não havia identificado um gene gay. Seria possível dizer, no máximo, que ele transpôs as primeiras

etapas que poderiam *eventualmente, mas não indubitavelmente*, identificar um gene gay. O que fez então, exatamente, Dean Hamer? Em genética molecular, há uma abordagem chamada “estudo de localização”, utilizada para identificar doenças hereditárias. O processo funciona conforme descrito a seguir:

1. Presumimos que uma característica “A” (por exemplo: a homossexualidade) está associada a um gene, mas não sabemos qual;
2. Procuramos em qual região cromossômica o gene tem maior probabilidade de estar;
3. Para isso, valemo-nos de famílias nas quais o caráter “A” é freqüente (no caso da pesquisa de Hamer, pesquisas onde havia muitos homens homossexuais na família);
4. Buscamos, nestas famílias, um ou mais marcadores típicos para o caráter “A”. Marcadores vale dizer, não são genes, mas sim pequenos segmentos de DNA;
5. Descobriram-se uma variante rara na população geral (e a homossexualidade é relativamente incomum, se comparada à prática majoritária), porém comum em determinadas famílias que possuem o caráter “A”, presumimos que um gene ligado ao caráter “A” esteja na mesma região cromossômica do marcador.

Foi exatamente o procedimento de cinco passos acima descrito que Dean Hamer realizou em sua pesquisa, a partir do estudo de 114 famílias de homossexuais do sexo masculino, sendo que 40 destas famílias comportavam dois irmãos gays cada uma. Por fim, Dean Hamer demonstrou que 33 pares de irmãos possuíam marcadores concordantes numa região do cromossomo X (ou seja, transmitido pela mãe), região esta que leva o nome de Xq28.

Ressalte-se aqui a imensa diferença entre “prova” e “indício”. Com esta pesquisa, Dean Hamer no máximo tinha uma presunção, um indício de algo, mas jamais poderíamos divulgar que um gene gay foi descoberto. A prudência, tão fundamental para o pensamento científico criterioso, foi praticamente anulada em prol de ideologias de grupos políticos particulares. Desde gays militantes, que se utilizaram da pesquisa para apregoar a naturalidade de seus desejos a partir de argumentos biológicos, até homofóbicos, que se valeram da mesma

pesquisa para apregoar a “prova” de que o desejo homossexual era uma falha genética. O fato de existirem marcadores concordantes entre trinta pares de irmãos gays pode muito bem ter diversas outras explicações que nada têm a ver com preferências sexuais. E Dean Hamer sabia disso, mas pareceu ignorar as alternativas. Tanto que sua pesquisa foi contestada por vários trabalhos posteriores como, por exemplo, uma investigação realizada em 1999. (RICE et al., 1999). Mas se Dean Hamer sabia que sua pesquisa estava muito distante de ser conclusiva, se ele sabia que existiam muitas outras hipóteses para o que ele havia verificado, por que não se posicionou de maneira mais clara quando a grande imprensa tratou de divulgar – falsamente e com estardalhaço – que um gene gay havia sido identificado? Segundo Michel de Pracontal, doutor em ciências da informação sobre divulgação científica, Hamer se prestou ao jogo por estar envolvido com uma ideologia. Vejamos o que relata Pracontal (2002) sobre seu encontro com Dean Hamer:

Encontrando-o em 1994, em sua casa em Georgetown, equivalente do Quartier Latin parisiense em Washington, lembro-me de uma longa discussão que abordava tanto os aspectos sociais e políticos do seu trabalho como igualmente seu conteúdo científico. Totalmente envolvido em seu assunto, Hamer contou-me, principalmente, que tinha testemunhado em processos suscitados pelas leis anti-sodomia; o sentido de sua intervenção era dar crédito à idéia de que a homossexualidade é um ‘caráter permanente’ – permanent trait – e não uma escolha voluntária, de tal modo que ela diz respeito ao direito constitucional e não pode mais ser reprimida. Hamer havia empreendido essas ações em ligação com Simon LeVay, um neurobiólogo de Los Angeles que militava em associações homossexuais e definia a si próprio como um militante gay. LeVay tinha publicado em 1991 um estudo segundo o qual o cérebro dos gays diferia dos heterossexuais: uma estrutura do hipotálamo era duas ou três vezes menor nos homos do que nos heteros (LEVAY, 1991).

Esse estudo não foi confirmado e suscita problemas metodológicos que não escaparam a Simon LeVay. Eu o entrevistei alguns dias depois de Dean Hamer, e ele me confiou que não tinha certeza se sua hipótese sobre o cérebro gay era exata, mas desejava que fosse, no interesse dos homossexuais. (PRACONTAL, 2002, p. 85-6).

Ainda que Hamer faça parte da tradição anglo-saxônica que apregoa o inatismo genético, note-se que ele é um progressista favorável à liberdade individual. Contudo, não se deu conta de que sua pesquisa incompleta serviria de combustível justamente para os homofóbicos que ele buscava combater. Além disso, vale salientar o quanto a pesquisa de Hamer escapa à busca da verdade dos fatos e se submete a uma ideologia específica, criando o tipo de situação de comprometimento que era alvo de recorrentes alertas proferidos por Michel Foucault.

Do determinismo astrológico ao genético, muda-se o discurso, mas não a crença na essência desviante. Em seu artigo *Os genes não somos nós*, o biólogo Richard Dawkins declara: já deveríamos ter enterrado o cadáver do determinismo genético há muito tempo. E mais: indivíduos homossexuais erram fragorosamente ao buscar uma justificativa biológica para serem aceitos, tanto quanto homofóbicos e preconceituosos também se equivocam ao supor que o desejo sexual diferenciado se trata de uma doença. Escreve Dawkins (2007), sobre supostos genes gays:

E daí? Estarão tremendo as bases da sociologia? Estarão os teólogos torcendo as mãos de preocupação e os advogados esfregando as suas de ganância? Será que esse achado nos diz algo de novo em relação a idéias como ‘culpa’ ou ‘responsabilidade’? Será que ele acrescenta algo, numa ou noutra direção, à acalorada controvérsia em torno da idéia de que a homossexualidade poderia, ou deveria, ser curada? Esse achado deveria, por acaso, tornar os indivíduos homossexuais mais ou menos orgulhosos, ou envergonhados, de suas predileções? A resposta

a todas essas perguntas é ‘não’. Se você sente orgulho, pode continuar sentindo. Se você prefere se sentir culpado, continue se sentindo culpado. Nada mudou. [...]. (DAWKINS, 2007, p. 188).

Em seguida, Dawkins (2007) recorre à alegoria da planta e da receita para explicar o porquê da crença em genes gays ser tão tola quanto a crença em posições astrais gays. Segundo o biólogo, uma planta possibilita a reversibilidade. Se dispusermos de uma planta de um carro, por exemplo, podemos desconstruir este carro passo a passo, e remontá-lo novamente. A receita, todavia, não permite o mapeamento um-a-um. Não é possível “reverter” um prato aos seus ingredientes originais. Genes, diz Dawkins (2007), têm a ver com plantas e receitas ao mesmo tempo. Se por um lado é perfeitamente possível mapear o genoma e frações de proteína, por outro lado é impossível garantir que os mesmos ingredientes desencadearão o mesmo prato. Questões ambientais, impossíveis de controlar totalmente, são tão poderosas quanto os genes que formam a receita. O “sabor resultante” pode ser absolutamente distinto do imaginado.

Na medida em que se verifica que Hamer “pulou” etapas importantes do processo científico de investigação por estar comprometido com uma ideologia partidária (ainda que progressista e bem intencionada), não é possível deixar de perceber os perigos que emergiram a partir de tudo isso, a possibilidade da estigmatização de homens não-homossexuais portadores do “gene suspeito” Xq28, rotulando-os como “enrustidos”, ou mesmo a possibilidade de induzir ao aborto mulheres que, uma vez grávidas, fizessem testes de identificação deste específico marcador genético, com a finalidade de evitar filhos gays. A sujeição da pesquisa a uma ideologia incorre naquilo que os cientistas anglo-saxões atentos costumam chamar de *wishful thinking*, cuja tradução livre poderia ser “pensamento desejoso”, processo no qual o desejo de que algo seja verdade faz com que o pesquisador seja menos honesto e menos criterioso em seu trabalho, uma vez que já crê fortemente no resultado de uma pesquisa. A ciência, aqui, fica comprometida a uma ideologia partidária, a interesses políticos de um grupo específico, e perde o seu teor de busca da verdade, tornando-se antes enunciadora de uma verdade.

Esta ocorrência dos anos 90, muito embora não testemunhada por Michel Foucault, não lhe era estranha. A investigação histórica deixa claro o quanto um suposto discurso científico se encontra atrelado a ideologias específicas, prejudicando o espírito de pesquisa e tornando toda a ciência como um instrumento a serviço de grupos particulares. Não é a verdade dos fatos que está implicada, e sim os interesses especiais. Deste modo, por exemplo, a ciência econômica desempenha um papel na sociedade capitalista, servindo aos interesses burgueses. Não há uma relação excludente entre ciência e ideologia; haveria isso sim, uma retroalimentação. A ciência, ao contrário do que se teoriza, não está imune aos jogos políticos e interesses partidários, mas antes serve a estes interesses.

O que subjaz ao discurso essencialista, segundo Foucault (2007c), não é o que a pessoa faz ou fez, e sim o que ela em tese “é”, o que pressupõe alguém com características inatas de quem se pode esperar isto ou aquilo, numa constante manifestação do naturalismo do século XIX: o negro preguiçoso e malandro, a mulher romântica e emocional etc. No que tange aos homossexuais, só o fato de nos referirmos a um desejo (gostar do mesmo sexo) como uma identidade (“ser” algo) já conduz a interpretações equivocadas, a partir das quais se infere que existe um comportamento comum, características de personalidade, destinos específicos ligados a uma “essência homossexual”, e estes discursos não são produzidos apenas pelo senso comum, mas antes se infiltram no senso comum a partir de um jogo híbrido que mescla ciência oficial e mídia. Seja na forma de críticas altamente questionáveis (“homossexuais são mais promíscuos e traem mais”), seja na forma de elogios igualmente improváveis (“homossexuais são mais sensíveis e inteligentes do que heterossexuais”), é impossível deixar de ver o que está implicado neste discurso: a ideia de uma essência inata do homossexual, a ideia de uma especificidade biologicamente determinada que torna todos os desejantes do mesmo sexo como fazendo parte de um subconjunto modelar. Até mesmo entre grupos de militantes gays contemporâneos, o mais importante parece ser a afirmação de uma identidade (“eu sou gay”) do que as implicações do desejo (“o que eu desejo? Como posso experimentar a vida a partir dos meus desejos?”) e, assim, deixam-se de buscar as diferenças que singularizam (“no que eu, gay, difiro dos outros gays?”).

Em todas as situações confessionais (a confissão sacerdotal, a psicanálise, a sessão psiquiátrica etc.), o “sujeito desejante” produz um discurso sobre sua própria sexualidade, que será conseqüentemente interpretado por uma autoridade. Ocorre que, para Foucault, a verdade revelada neste processo não se trata de uma descoberta, e sim de uma *produção*. Trata-se de um *espaço de veridicação*, ou seja, de construção de um discurso que estará necessariamente vinculado a uma ideologia e a interesses que estão além do sujeito desejante, incluindo este sujeito e dissolvendo toda a sua singularidade num conjunto de universais que ajustam as pessoas a um todo que confirma – e na verdade constrói – uma identidade. Sem se dar conta, o homem homossexual paulatinamente se converte naquilo que é instituído como sendo “a identidade gay”, uniformizando seu caráter, submetendo-se a um modelo de conjunto.

Um dos pontos mais provocativos da obra de Michel Foucault está em sua afirmação de que “o homossexual” enquanto categoria tem data de nascimento (a partir da década de 1870), e que a sexualidade é uma categoria construída do conhecimento, e não uma descoberta. Aqui, é importante salientar o que Foucault (2007c) não disse, a fim de dirimir eventuais mal entendidos: em momento algum ele diz que homens não faziam sexo com homens ou mulheres não faziam sexo com mulheres antes de 1870. A diferença fundamental entre a questão homossexual a partir de 1870 e de antes desta data é que, no século XIX, o discurso vigente falava a respeito de “uma espécie”, “uma categoria” de criaturas a quem chamamos “o homossexual”. Antes de 1870, segundo Foucault (2007c), havia a recriminação contra *atos* homossexuais, mas sequer se aventava que existisse algo como uma “identidade homossexual”. É evidente que Michel Foucault não teve a oportunidade de pôr suas mãos sobre os manuais astrológicos de diagnóstico expostos neste artigo, caso contrário se daria conta de que a crença numa essência sexual desviante é muito mais antiga do que ele sequer imaginou.

Na perspectiva católica, um indivíduo que praticasse o coito homoerótico não era rotulado como pertencente a uma subclasse específica da humanidade, e bastava a ele que – após o ato confessional – se redimisse a partir de algumas práticas que o purificariam do ato. O sujeito não *era* algo, ele *tinha feito* algo. A mudança de perspectiva, evidentemente, não muda muita coisa neste caso: se “ser” sodomita é “um horror”, como descreviam os manuais

astrológicos, “cometer sodomia” é igualmente péssimo no paradigma católico. O investimento das instituições de poder vigentes (a Igreja, mais especificamente) nesta direção se limitava a prescrever orações como forma de redenção contra o ato torpe, conforme se pode verificar na transcrição confessional abaixo proferida no Estado da Bahia do final do século XVI:

Aos vinte e nove dias do mês de julho de mil quinhentos e noventa e um anos, nas casas de morada do senhor visitador Heitor Furtado de Mendonça, perante ele apareceu em esta mesa o padre Frutuoso Álvares, vigário de Nossa Senhora da Piedade de Matoim, dizendo que tinha que confessar nesta mesa, sem ser chamado.

Pelo que lhe foi dado juramento dos Santos Evangelhos em que pôs sua mão direita, sob cargo do qual prometeu dizer verdade. E, confessando-se, disse que de quinze anos a esta parte que está nesta capitania da Bahia de Todos os Santos, cometeu a torpeza dos tocamentos desonestos<sup>31</sup> com algumas quarenta pessoas pouco mais ou menos, abraçando, beijando, a saber, com Cristóvão de Aguiar, mancebo de dezoito anos, então que era ora há dous ou três anos, filho de Pedro D’Aguiar, morador na dita sua freguesia, teve tocamentos com as mãos em suas naturas ajuntando a uma com a outra e havendo poluição<sup>32</sup> da parte do dito mancebo duas vezes. E assim também tocou no membro desonesto a Antônio, moço de dezessete anos, criado ou sobrinho de um mercador que mora nesta cidade que chamam fuão<sup>33</sup> de Siqueira e com este moço não houve poluição, haverá um mês um pouco mais ou menos. E assim também teve congresso por diante ajuntando os membros desonestos um com outro sem haver poluição

---

<sup>31</sup> A palavra *desonestidade* mantinha, na época, forte conotação de indecência ou sensualidade, de sorte que “*tocamentos desonestos*” significavam tocamentos sensuais, indecentes. O mesmo vale para a expressão “*membro desonesto*”, recorrente das confissões de sodomia, termo alusivo ao pênis. (VAINFAS, 2005).

<sup>32</sup> Para as mulheres, o termo utilizado para se referir ao orgasmo era *deleitação*.

<sup>33</sup> Forma arcaica de “fulano”.

com um mancebo castelhano que chamam Medina, de idade de dezoito anos, morador que era na ilha de Maré, sendo feitor do mestre de capela desta cidade, e por outra vez com este mesmo teve abraços e beijos e tocamentos nos rostos, e isto com este castelhano foi há três ou quatro anos. E assim com outros muitos moços e mancebos que não conhece nem sabe os nomes, nem onde ora estejam, teve tocamentos desonestos e torpes em suas naturas e abraços, e beijando, e tendo ajuntamento por diante e dormindo com algumas vezes na cama, e tendo cometimentos alguns pelo vaso traseiro<sup>34</sup> com alguns deles, sendo ele o agente<sup>35</sup>, e consentindo que eles o cometessem a ele pelo seu vaso traseiro, sendo ele o paciente, lançando-se de barriga para baixo e pondo em cima de si os moços e lançando também os moços com a barriga para baixo, pondo-se ele confessante em cima deles, cometendo com seu membro os vasos traseiros deles e fazendo da sua parte por efetuar, posto que<sup>36</sup> nunca efetuou o pecado de sodomia penetrando. E, em especial, lhe lembra que cometeu isto desta maneira algumas dez vezes nesta cidade onde ele ora é vigário com um moço que chamam Gerônimo, que então podia ser de idade de doze ou treze anos, e isto poderá haver como dois ou três anos, o qual moço é irmão do cônego Manuel Viegas, que é ora estudante nesta cidade. E assim também lhe aconteceu isto com outros muitos moços e mancebos a que não sabe os nomes, nem onde estão, nem suas confrontações que acaso iam ter com ele. (...) E perguntado se dizia ele a estas pessoas com quem pecava que cometer aquelas torpezas não era pecado, respondeu que não, mas que alguns deles entendiam ser pecado, e alguns, por serem pequenos, o não

---

<sup>34</sup> Ânus, na linguagem inquisitorial;

<sup>35</sup> Na linguagem inquisitorial, “agente” é o que penetra, e “paciente” se referia àquele que era penetrado.

<sup>36</sup> “*Posto que*”, na época, não tinha valor explicativo, e sim adversativo, significando “ainda que” e “apesar de que”.

entenderiam, mas que ele confessante sabe muito bem quão grandes pecados sejam estes que tem cometido, e deles está muito arrependido e pede perdão, e do costume<sup>37</sup> disse nada. E foi admoestado que se afaste da conversação destas pessoas e de qualquer outra que lhe possa causar dano em sua alma, sendo certo que fazendo o contrário será gravemente castigado, e lhe foi mandado que torne a esta mesa no mês que vem, e assinou aqui com o senhor visitador. (...) E por não dizer mais o senhor visitador o admoestou muito que, pois era sacerdote e pastor de almas, e tão velho, pois disse que é de sessenta e cinco anos pouco mais ou menos, e tem passado tantos atos torpes em ofensa de Deus Nosso Senhor, e ainda há um só mês que os deixou de cometer, que se afaste deles e das ruins ocasiões, e torne a esta mesa no dito tempo que lhe está mandado, e ele disse que assim o faria e assinou aqui. Manuel Francisco, notário do Santo Ofício o escrevi – Heitor Furtado de Mendonça – Frutuoso Álvares. (VAINFAS, 2005, p. 45-51).

Quando Foucault (2007c) afirma que “o homossexual” é construído, ele não está necessariamente querendo dizer que as pessoas se tornam homossexuais por conta de influências ambientais. O fato é que se descobrir desejando o mesmo sexo a partir da década de 1870, segundo Foucault (2007c), passou a ter uma implicação diferenciada: o sujeito não estava apenas tendo um desejo, mas ele descobria que fazia parte de um subconjunto da humanidade. Esta marca, este estigma, recaía sobre o sujeito como um ferro de marcar gado. Afinal, ele pertencia a uma classe que havia se tornado alvo de estudo científico. Como se viu, contudo, este procedimento não surge depois de 1870, mas era comum nos primeiros séculos da Era Cristã. É entre os séculos XVI e XIX que os homens e mulheres eram estimulados a

---

<sup>37</sup> Segundo Vainfas (2005), quando os inquisidores perguntavam “*do costume*”, queriam saber o tipo de relacionamento que o confessante mantinha com seu cúmplice, ou seja, se eram naquele momento amigos, inimigos, se havia pendência de dívidas entre eles etc.

confessar que haviam realizado “práticas sexuais contrárias às leis divina e terrena”, e a remissão vinha por intermédio do ato confessional.

Após o século XIX, a crença numa “essência desviante” retorna com toda a força, e quem tivesse relações sexuais com alguém do mesmo sexo era induzido a se qualificar como “homossexual”. Tal qualificação ainda perdura e foi prontamente absorvida pelos próprios gays, o que pode ser verificado nas constantes afirmações do senso comum, de que um homem heterossexual que eventualmente tenha incorrido numa relação homo é indiscutivelmente homossexual, mas não se aceita, ou seja, é um “homossexual recalcado”. O estigma é tão marcante que a homossexualidade se revela como elemento dominante no imaginário popular, pois o contrário não vale, ou seja, se um homem homossexual tem eventual relacionamento sexual com uma mulher, ele não é um “heterossexual recalcado”, e sim “um homossexual que tenta se negar”.

O começo do século XX foi marcado pelo surgimento de diversas “tecnologias do sexo” e “ciências da sexualidade” que se encontravam assaz comprometidas com o objetivo de preservar e promover a força laboral produtiva e procriadora, servidora de um sistema capitalista em desenvolvimento cujo centro fundamental era à família burguesa. Deste modo, homossexuais evidentemente incomodavam por constituírem uma anomalia no sistema que exigia a procriação. Segundo Foucault (2007c, p. 51):

A homossexualidade apareceu como uma das figuras da sexualidade quando foi transferida, da prática da sodomia, para uma espécie de androginia interior, um hermafroditismo da alma. O sodomita era um reincidente, agora o homossexual é uma espécie.

É justamente a partir de 1870, com o artigo de Westphal (1870) que se (r)estabelece a conversão de ato reincidente em essência inata, a partir de um discurso psiquiátrico ao invés de astrológico. Passamos ao pensamento de que tudo no homossexual se resume ao sexo, ele está imerso em sua própria sexualidade e, deste modo, as identidades são construídas a partir desta crença – exatamente conforme os manuais astrológicos dos primeiros séculos da Era

Cristã, sem diferença alguma. Tudo se resume a este pequeno detalhe: com quem nos deitamos. Todo o resto é considerado secundário, se alguém é homossexual tudo em sua vida se resume a isto e nada mais importa, e mais: a pessoa se torna convencida disso por conta do discurso estabelecido pelos outros. Conforme diz Foucault (2007c, p. 52):

O homossexual do século XIX torna-se uma personagem: um passado, uma história, uma infância, um caráter, uma forma de vida; também é morfologia, com uma anatomia indiscreta e, talvez, uma fisiologia misteriosa. Nada daquilo que ele é, no fim das contas, escapa à sua sexualidade. Ela está presente nele todo: subjacente a todas as suas condutas, já que ele é o princípio insidioso e infinitamente ativo das mesmas; inscrita sem pudor na sua face e no seu corpo já que é um segredo que se trai sempre. É-lhe consubstancial, não tanto como pecado habitual, porém como natureza singular.

E, conforme podemos averiguar “o homossexual” não apenas supostamente disporia de uma essência espiritual diferenciada. Quando Foucault aponta para o fato de que o discurso posterior ao século XIX apostaria numa “fisiologia misteriosa”, ele mal sabia o quanto estava coberto de razão, se considerar pesquisas como as efetuadas por Hamer e seu polêmico “gene gay”. Visto por este prisma, a celeuma criada por Dean Hamer na década de 1990 nada mais era do que uma releitura da tecnologia biodeterminante elaborada por Westphal mais de cento e vinte anos antes, e também uma reconstrução em escala microscópica do discurso astrodeterminante de vinte séculos atrás. Dean Hamer não está só: Amar Klar, do Centro de Pesquisa de Câncer em Maryland, EUA, escreveu um artigo sobre uma suposta relação entre a homossexualidade masculina e a direção dos redemoinhos capilares, trazendo à tona mais uma vez a busca por traços de identificação de desviantes sexuais (KLAR, 2004). Médicos a serviço da Alemanha no período do Nazismo se empenharam arduamente em identificar traços fisiológicos que poderiam associar homens e mulheres ao desejo homossexual, a partir de metodologias e teorias que evocam Lombroso e seus estereótipos de fisionomia. Em sua

pesquisa, Klar (2004) tenta demonstrar razões genéticas para o desejo homossexual masculino, relacionando a direção dos redemoinhos capilares como traço fenotípico identificante do comportamento sexual. Os redemoinhos são determinados geneticamente e não se alteram com o ambiente e, segundo Klar, nos homens homossexuais este redemoinho está orientado no sentido anti-horário. Ocorre que tanto nossos cabelos quanto os hemisférios cerebrais são originados do mesmo tecido embrionário, a camada ectodérmica. Segundo Klar (2004), alterações cerebrais embrionárias incorreriam numa determinação do desejo homoerótico, e isso seria revelado fenotipicamente através da orientação do redemoinho capilar. Tal pesquisa foi prontamente alvo de diversas refutações, teve sua publicação negada pela revista *Science*, mas ainda assim encontrou eco na mídia e foi aceita como “real” por muitos homossexuais desavisados que, mesmo tendo seus redemoinhos capilares no sentido horário, parecem querer descobrir uma explicação biodeterminante para seus desejos diferentes e, assim, se sentirem “naturais”.

Se tudo isso parece ridículo para muitos, ressalte-se que o exposto é um discurso produzido pelo academicismo científico. Enquanto hoje temos um discurso sobre redemoinhos capilares invertidos, em 1906 tínhamos teses sobre assobios. O médico Pires de Almeida, em 1906, cita um pretense discurso científico que permite identificar homossexuais a partir de sua suposta incapacidade de assobiar:

Ulrichs diz que os uranistas, bem como as mulheres, não sabem assobiar, e – mais ainda – que encontram grande dificuldade em aprendê-lo; entretanto, Moll, interrogando-os em grande número, teve resultado contrário, isto é, tanto assobiam e podem assobiar os homens normais como estes. Há aqui, parece-me, um erro de observação de parte a parte – os que não sabem assobiar são unicamente os pederastas passivos; uns, pelo abalo incômodo que produz, no reto, não só esse, como outros movimentos mais ou menos violentos; a tosse, o espirro etc.; outros, pelos pontos de contato que aproximam o

feminista da mulher, igualmente avessa a esse gênero de música.  
(ALMEIDA, 1906).

Podemos considerar ridículo este discurso do princípio do século passado tanto quanto nos parece ridículo, atualmente, o discurso sobre forças planetárias homossexualizantes, mas isso não muda o fato de que o mesmo tipo de procedimento que visa a identificar traços característicos em pessoas que desejam o mesmo sexo é ainda hoje verificado, ainda que esparsamente, no meio acadêmico. E, não obstante o discurso atual possa parecer mais sofisticado, na medida em que falamos de genes e cromossomos, a moral que norteia tais teses é basicamente a mesma: o desvio está no corpo, o homossexual é o resultado de sua biologia e o fato de desejar o mesmo sexo tem implicações que vão além da sexualidade. Afeta o redemoinho dos cabelos, afeta a capacidade de assobiar, e tudo isso está no céu ou nos genes.

Na larga maioria das vezes, o discurso que - pretendendo-se científico - busca afirmar verdades sobre a homossexualidade, está comprometido com uma moral heteronormativa. Na década de 1930, no contexto brasileiro, o maior expoente de teorias biológicas sobre a homossexualidade foi o médico Leonídio Ribeiro, que escreveu longa obra que relacionava a homossexualidade ao mau funcionamento endócrino. Esta obra, intitulada *Homossexualismo e Endocrinologia*, data de 1938 e chegou a ser traduzida na Itália, onde encontrou grande receptividade, sobretudo entre médicos nazistas, que tentavam reverter à homossexualidade de prisioneiros a partir de superdoses de hormônios. O princípio envolvido é evidente: busca-se a causa da homossexualidade como forma de poder ter, sobre ela, algum controle. E até mesmo uma pretensa “cura”. Para Ribeiro, seria possível a intervenção médica para tratar o indivíduo classificado como “homossexual”. No excerto abaixo, podemos conhecer os procedimentos defendidos por Ribeiro (1938), tão experimentados – sem sucesso – pelos nazistas:

Provado que o homossexualismo é, em grande número de casos, uma consequência de perturbações do funcionamento das glândulas de secreção interna, logo surgiu a possibilidade de seu tratamento. Era mais um problema social a ser resolvido pela medicina. Ao pesquisador vienense Steinach coube [...] o mérito de haver conseguido modificar os caracteres sexuais dos animais. A partir de 1910, depois de castrar cobaias machos e enxertar a glândula do sexo oposto, provocou neles o aparecimento de sinais físicos femininos. As mesmas experiências foram repetidas, em sentido inverso, com idênticos resultados. A masculinização ou feminilização nunca eram, porém, absolutas, porque permaneciam também vários fatores do outro sexo. Sand, Pezard, Lipschutz confirmaram o fato, em outros animais, de acordo com as experiências que citamos. Verificando-se, assim, que é possível, no laboratório, não só masculinizar fêmeas e feminilizar machos, com transplantações ovarianas ou testiculares, como ainda obter, no mesmo animal, o chamado ‘hermafroditismo experimental’, estava indicado o verdadeiro caminho para o tratamento médico dos casos de inversão sexual. (RIBEIRO, 1938).

O discurso científico é oras utilizado a favor, oras utilizado contra a aceitação da homossexualidade. Se em alguns momentos tem o claro objetivo de descrever a homossexualidade como “normal”, por ser biológica, em diversas outras circunstâncias serve como base para a ideia da “cura”, patologizando o desejo. O discurso está sempre implicado com uma ideologia. Deste modo, não é a partir do discurso científico que deveríamos pleitear o respeito pelos direitos humanos. A questão é filosófica, é ética, e não científica.

Ao longo de toda sua obra, Foucault se mostrou extremamente cauteloso com a noção de “ideologia” na descrição da história e do exercício do poder. Diz Foucault (2003), acerca das ideologias:

A noção de ideologia me parece dificilmente utilizável por três razões. A primeira é que, quer se queira, quer não, ela está sempre em oposição a algo que seria a verdade. Pois bem, eu creio que o problema não é fazer a divisão entre o que, em um discurso, provém da cientificidade e da verdade e aquilo que provém de outra coisa, mas sim ver historicamente como se produzem efeitos de verdade dentro do discurso que não são em si mesmos nem verdadeiros nem falsos. Segundo inconveniente: creio que ela se refere necessariamente a algo assim como o sujeito. E, em terceiro lugar, a ideologia está em uma posição secundária em relação a algo que funciona para ela como infraestrutura ou determinante econômico, material, etc. Por essas três razões, creio que é uma noção que não se pode utilizar sem precaução (FOUCAULT, 2003, p. 07).

Note-se que, por ocasião de repetidas manifestações de violência física contra jovens gays na Avenida Paulista no segundo semestre de 2010, o médico Drauzio Varella escreveu:

[...] A homossexualidade entre primatas não humanos está fartamente documentada na literatura científica. Já em 1914, Hamilton publicou no 'Journal of Animal Behaviour' um estudo sobre as tendências sexuais em macacos e babuínos, no qual descreveu intercursos com contato vaginal entre as fêmeas e penetração anal entre os machos dessas espécies. Em 1917, Kempf relatou observações semelhantes. Masturbação mútua e penetração anal estão no repertório sexual de todos os primatas já estudados, inclusive bonobos e chimpanzés, nossos parentes mais próximos. Considerar contra a natureza as práticas homossexuais da espécie humana é ignorar todo o conhecimento adquirido pelos etologistas em mais de um século de pesquisas [...] (VARELA, 2010).

As críticas de Foucault não envolvem a negação de eventuais indícios biológicos para as preferências sexuais, como os apontados no texto acima por Varela (2010), como justificativa para a tolerância. A questão é: a que serve este conhecimento? Com qual ideologia ela está implicada? São perguntas que não permitem uma atitude ingênua e deveriam ser consideradas, para que possamos finalmente sair do círculo vicioso de discursos diagnósticos que mudam de uma perspectiva macro para uma perspectiva micro. No final das contas, trata-se de mera repetição do mesmo e que pouco ou nada colabora para a aceitação das diferenças. Conforme denuncia Foucault, o Ocidente parece obcecado com a *scientia sexualis*: “por que sou assim? Por que gosto disso? Quais as explicações científicas para a minha diferença?” Já o Oriente, sobretudo o Oriente antigo, sempre se voltou para uma *ars erotica*: importante não é entender os porquês, e sim aperfeiçoar a arte do gozo e do prazer. Enquanto ocidentais escrevem manuais científicos ou pseudocientíficos sobre a sexualidade, orientais escrevem o *Kama Sutra*, ensinando técnicas de prazer e gozo. Manuais de *scientia sexualis* parecem servir a políticas de controle. Um pouco mais de *ars erotica* abriria a possibilidade de vidas mais plenas e felizes. O corpo que goza se torna menos suscetível a fascismos políticos, científicos ou religiosos.

## REFERÊNCIAS

- AL-BIRUNI, A. R. M. A. *Elementos da arte da astrologia*. Lisboa: Sadalsuud, 2005.
- ALMEIDA, J. R. P. de. *O homossexualismo (a libertinagem no Rio de Janeiro)*: estudo sobre as perversões e inversões do instinto genital. Rio de Janeiro: Laemmert, 1906.
- DAWKINS, R. *O capelão do diabo*. São Paulo: Companhia das Letras, 2007.
- ERIBON, D. *Reflexões sobre a questão gay*. Rio de Janeiro: Companhia de Freud, 2008.
- FREUD, S. *Três ensaios sobre a teoria da sexualidade*. Rio de Janeiro: Imago, 2002.
- FOUCAULT, M. *Os anormais*. São Paulo: Martins Fontes, 2001.
- \_\_\_\_\_. *História da sexualidade: o cuidado de si*. São Paulo: Graal, 2007a.
- \_\_\_\_\_. \_\_\_\_\_.: o uso dos prazeres. São Paulo: Graal, 2007b.
- \_\_\_\_\_. \_\_\_\_\_.: a vontade de saber. São Paulo: Graal, 2007c.

\_\_\_\_\_. *Ditos e escritos V: ética, sexualidade, política*. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2010.

\_\_\_\_\_. Michel Foucault, une interview: sex, power and the politics of identity. *The Advocate*, n. 400, p. 26-30, 7 aug. 1984. (Entrevista com B. Gallagher e A. Wilson, Toronto, 22 de junho de 1982).

\_\_\_\_\_. *Microfísica do poder*. Rio de Janeiro: Graal, 2003.

KLAR, A. J. S. Excess of counterclockwise scalp hair-whorl rotation in homosexual men. *Journal of Genetics*, v. 83, n. 3, p. 251-5, dec. 2004. Disponível em: <[www.ias.ac.in/jgenet/Vol83No3/251.pdf](http://www.ias.ac.in/jgenet/Vol83No3/251.pdf)>. Acesso em: 12 dez. 2010.

LEVAY, S. A difference in hypothalamic structure between homosexual and heterosexual men. *Science*, v. 253, n. 5023, p. 1034-7, 30 aug. 1991.

MATERNUS, J. F. *Matheseos libri VIII*. Lisboa: Sadalsuud, 2005.

PRACONTAL, M. *A impostura científica em dez lições*. São Paulo: Unesp, 2002.

PTOLOMEU. *Tetrabiblos*. Lisboa: Sadalsuud, 2005.

RIBEIRO, L. *Homossexualismo e endocrinologia*. Rio de Janeiro: Francisco Alves, 1938.

RICE, G. et al. Male homosexuality: absence of linkage to microsatellite markers at Xq28. *Science*, v. 284, n. 5414, p. 665-7, apr. 1999.

SIDON, D. de. *Carmen astrologicum*. Lisboa: Sadalsuud, 2005.

VAINFAS, R. (Org.). *Santo ofício da inquisição de Lisboa: confissões da Bahia*. São Paulo: Companhia das Letras, 2005.

VARELA, D. Violência contra homossexuais. *Folha de São Paulo*, São Paulo, 4 dez. 2010.

WESTPHAL, C. Die konträre sexuellempfindung: symptom eines neuropathologischen (psychopathischen) zustandes. *Archiv für Psychiatrie und Nervenkrankheiten*, Berlin, v. 2, p. 73-108, 1870.

Recebido o 10/02/2012 – Aceito o 20/03/2012



# ariús

Revista de Ciências Humanas e Artes

ISSN 0103-9253 versão impressa – ISSN 2236-7101 versão online

## MULHERES “IMORAIS”, “ARRUACEIRAS” E “DESORDEIRAS”: JOGOS DISCURSIVOS DA IMPRENSA

---

*Gilmária Salviano Ramos*<sup>38</sup>

### RESUMO

Neste artigo faço uma incursão pelos estudos de gênero, tendo como *locus* espacial, a cidade de Campina Grande/Paraíba, nas décadas de 1960-1970. Busco analisar modos de condutas e comportamentos de mulheres nomeados e/ou classificados como desviantes pelo jornal *Diário da Borborema*. Reconstituir imagens sobre mulheres que através de suas atitudes (re)significaram formas de percepção acerca de como deviam se portar ou agir naquela sociedade. Demonstrar um entrelaçamento de práticas consideradas desviantes; mulheres que não operacionalizam os princípios moralizantes tecidos pelos discursos jurídicos, noticiados pelo referido jornal.

**Palavras-chave:** Mulheres. Relações de Gênero. Discursos. Imprensa.

---

<sup>38</sup> Doutoranda em História pela Universidade Federal de Santa Catarina. Pesquisadora do Grupo de Estudos Culturais da Universidade Federal de Campina Grande. E-mail: [gilmarariamos@gmail.com](mailto:gilmarariamos@gmail.com).

## “INMORAL”, “TROUBLEMAKER” AND “DISTURBED” WOMEN: DISCURSIVE GAMES OF THE PRESS.

---

### ABSTRACT

On this article I make a foray into the gender studies having as a spatial locus the city of Campina Grande/Paraíba during the decades of 1960-1970. I aim to analyze the modes of conduct and behavior of women named and/or adverted as deviant by the news paper *Diário da Borborema*. I seek also to reconstruct images about women who through their attitudes (re) signified forms of perception around of how they were supposed to behave or act in that society. I intend to demonstrate an interlacement of practices seen as deviants; women who did not behaved through the moralizing principles weaved by the legal discourse, reported by the referred news paper.

**Keyword:** Women. Genre Relations. Discourse. Press.

### 1. INTRODUÇÃO

*Regina Moreira*, a “desordeira”, *Sebastiana Freire da Silva*, vulgo “maxixe arruaceiro” e, deste cenário de epítetos também faziam parte as “strip-teases” *Maria Bezerra* e *Odete Silva* (DIÁRIO DA BORBOREMA, 1967, 1968a, 1968b, 1968c). Num jogo discursivo entre estigmas e estereótipos não podia faltar Da Luz, “muié macha” que ao ser detida “encontrava-se praticando desordens estando em visível estado de embriaguês, e, armada com uma tesoura e um canivete, ameaçando todos [...], dizendo aos berros que era muié macho” (DIÁRIO DA BORBOREMA, 1966). Talvez, a primeira vista podem parecer nomes comuns, nomes que já não dizem nada. Todavia aquelas mulheres tiveram suas vidas marcadas pela singularidade, pelo estranhamento, pela alteridade<sup>39</sup>. Isto por que os seus nomes foram

---

<sup>39</sup> Dosse (2004, p. 198) afirma que “o sujeito histórico só se conhece como tal pela alteração que lhe causa o encontro com diversas formas da alteridade”.

inscritos nas páginas de um jornal campinense em virtude de algumas intrigas e tramas em que estiveram envolvidas.

Trata-se de mulheres “ordinárias”, mulheres sem “qualidade”, “anônimas”, ou simplesmente personagens femininas que não operacionalizavam os preceitos normativos, imputados pelo discurso moralizante da época, o qual dispensava às mulheres, atitudes de discrição, “comportamentos castos, puros e maternais” (CAVALCANTI, 2000, p. 45). Aqueles nomes registrados pelo jornal, iguais às tantas Marias, parecem prescindir de um lugar comum, talvez, sem notoriedade, suas vidas, ao contrário, tiveram momentos de “verdadeiros” espetáculos.

Espectáculos que só foram possíveis em razão de seus encontros com o poder<sup>40</sup>, primeiro com autoridades, como o escrivão Matos da polícia, o cabo José Henrique, o sargento Abelardo e, finalmente, foi necessário que um feixe de luz, ao menos por um instante, as viesse iluminar, isto é, imortalizá-las para sempre através do *metier* de contar histórias. “Luz essa que lhes vem do exterior. Aquilo que as arranca à noite em que elas poderiam, e talvez devesse sempre, ter ficado, é o encontro com o poder: sem este choque, é indubitável que nenhuma palavra teria ficado para lembrar o seu fugidio trajecto” (FOUCAULT, 1994, p. 97). Luz e ação! São os focos das lentes da imprensa jogando seus feixes e fochos de “luz” sobre vidas “desregradas”, “desqualificadas”, “vidas nuas”: Zoé, “um modo particular de vida”, nas palavras do filósofo italiano Agamben (2010).

Feito esse preâmbulo, o artigo analisa como são constituídas as relações de gênero<sup>41</sup>, tomando por base o discurso do jornal *Diário da Borborema (DB)*<sup>42</sup>, bem como

---

<sup>40</sup> Para Foucault (1987, p. 117-119), o poder é algo que produz enquanto relação, não é algo que se apropria, emana de um centro ou algo que se possua unitário ou localizável, mas é fluído, efêmero, inapreensível, atravessa os corpos e perpassam todas as relações sociais, inclusive as afetivas. É algo que se exerce através das mais variadas formas de saber-poderes, se exerce a partir da instituição e legitimação de discursos construídos nos diversos tipos de sociedades ao longo dos tempos.

<sup>41</sup> A categoria gênero é compreendida com base no pensamento das filósofas, Joan Scott e Judith Butler, como são constituídas as relações sociais e de poder entre homens e mulheres, entre mulheres e mulheres, entre mães e filhos/as, etc. Ainda assim, como as construções culturais acerca dos papéis são atribuídas a homens e mulheres. Como cada personagem dessa investigação se apresentava ou performatizava várias identidades de acordo com as circunstâncias nas quais estiveram envolvidas.

problematizar quais características o citado jornal demarcava como sendo atributos de feminilidade e masculinidade vigentes no período em Campina Grande. Tal movimento possibilitará fazer constituir imagens sobre vidas obscuras através de outras tintas impressas por meio do relato histórico; constituindo uma “antologia de existências. Vidas mortas que jazem, mas que parecem tomar formas vivificadoras a partir de algumas linhas ou páginas que vêm a lume a partir do exercício da escrita; “desditas e aventuras sem número [...] vidas breves, achadas a esmo em livros e documentos” velhos (FOUCAULT, 1994, p. 89-90), empoeirados, fúnebres. Constitui-se aqui outro espaço de poder e de saber, o qual reemprega outras maneiras de operar visibilidade e dizibilidade acerca de mulheres a partir de lugares que vão sendo a todo instante (re)significados/reelaborados através das cambalhotas inventivas de intrigas e tramas de outras narrativas. Ao transcrever e analisar os relatos do jornal, aqueles casos assumem outros sentidos, os quais nunca mais serão tal como foram registrados pelas tintas da linguagem jornalística, específica de um dado tempo e espaço.

Todavia, isto não significa resgatar<sup>43</sup>, recuperar, “dar vozes às mulheres”<sup>44</sup>, objetivos que perseguem alguns trabalhos<sup>45</sup> escritos acerca dos chamados dos “de baixo”, do submundo, das minorias, da gente miúda. Longe estejam tais pretensões, pois partem de um

---

<sup>42</sup> O *Diário da Borborema* foi um dos jornais que compunha o Grupo Associados, de Assis Chateaubriand. Foi inaugurado em 1957, e, desde então é tido como um dos jornais de maior circulação na cidade de Campina Grande, Paraíba.

<sup>43</sup> A palavra resgate parece ter sido chave de arquivo quando algumas historiadoras buscam escrever a cerca do gênero feminino. Refiro-me, especialmente a dissertação de Silva (1999), em que a autora afirma pretender “resgatar a historicidade dos discursos da justiça com relação às mulheres”. Contudo, ao que se percebe tal pretensão não tem razão de o ser, uma vez que, não se pode ir aos documentos e resgatá-los como se pudesse livrá-los do cativeiro, onde estes estariam presos à espera que alguém viesse tirar-lhes as amordaças e salvá-los da situação perigosa. É preciso, sim, reconhecer a distância que o pesquisador tem do seu recorte temporal e da alteridade (o ausente ou o passado) que pretende lançar-se. É preciso, sim, reconhecer que não se trata de um resgate, mas de (re)apropriações do documento, atribuindo-lhe outros sentidos, outros signos e significados. Deste modo, a história poderá falar de uma sociedade e de seus indivíduos, como categoricamente assinala Certeau (2000, p. 81), a partir dos “gestos de separar, de reunir, de transformar em ‘documentos’ certos objetos distribuídos de outra maneira”. Outra autora que utiliza o termo resgate é Esteves (1989, p. 130), ao trata acerca do anonimato de milhares de mulheres pobres, a autora afirma que estas, “só conseguiram permanecer como indivíduos na medida em que eu resgatei, num instante de suas vidas, como criminosos”.

<sup>44</sup> Assim como Certeau (2000, p. 108), entendo a historiografia se servindo da morte para articular uma lei, a do presente. Segundo o autor, essa não descreve as práticas silenciosas que a constroem, mas efetua uma nova distribuição de práticas já semantizadas. Trata-se, sim, da operação de outra ordem que a da pesquisa.

<sup>45</sup> Priore (2003, p. 217-220), pretender a partir deste trabalho “dar vozes às mulheres, extraíndo-as do limbo da memória, tirando-lhes o seu próprio limo”.

universo de “veleidades literárias” em que se apregoam a negação ou esquecimento das mulheres, como se, somente a partir das décadas de 60 e 70, estudiosos/as e/ou pesquisadores/as lançaram-se na pretensão de fazer alçar suas vozes. Ora, as falas das mulheres, ao contrário, já se ouviam inscritas no tempo da escrita, pois lá está a fonte jornalística, o *DB* ou, quem sabe, nas narrativas criadoras da imaginação cartografada no inconsciente de algum contador de histórias ou de estórias. Trata-se, aqui, de deslocar sua historicidade no tempo (décadas de 1960 e 1970) e no espaço (os *locus* onde ocorrem os episódios), através do poder “midiático-espetacular” (AGAMBEN, 2010, p. 13). Consiste aqui em um tratamento específico, problematizando os discursos do jornal não como prova verídica do passado, mas como registros de acontecimentos, condições de possibilidades sobre o que supostamente aconteceu.

Tal movimento permite pensar como a pesquisa histórica é dinâmica e descontínua. Não existem leituras capazes de suprimir a particularidade dos casos analisados aqui, de onde se fala (neste caso o *DB*) e do domínio em que se realiza uma investigação (CERTEAU, 2000, p. 65). Busco deslocá-las da escrita jornalística e mostrar as imagens acerca de histórias de mulheres que jogam com os mecanismos da disciplina, alterando-a ou não, a partir de suas práticas em que, por alguns momentos, estas se deixam ver sem máscaras e tripudiam com suas várias performances pelo ato de dizer, de agir como sujeitos históricos de suas próprias vidas desregradas.

Neste sentido, que deslocamentos aí se insinuam na arte da história? Que inversões norteiam suas vidas desviantes? Que práticas incomuns permeiam a vida daquelas mulheres? Que relações possíveis podem-se estabelecer entre os gêneros desviantes das normatizações impostas pela sociedade campinense? Com base nessas questões busco demonstrar uma antologia de significados, (re) edificando outros signos através de seus encontros com o poder; o da imprensa. Poder da linguagem jornalística que permitiu desnaturalizar o lugar que foi destinado às mulheres: dócil e recatada.

## 2. MULHERES NO E PELO MOVIMENTO DA HISTÓRIA: DESNATURALIZANDO O LUGAR DE VÍTIMAS

A linguagem inscrita em uma página do jornal joga luz sobre a vida de uma “mundana”. É assim que o periódico fez alusão à mulher. Trata-se do caso de Ângela Guiomar, que segundo a matéria foi atendida no Hospital do Pronto Socorro após ser agredida por conta de ciúme de uma colega, Cícera Cassiano do Nascimento que, com uma gilete a teria ferido, provocando vinte pontos na região nasal. Mas, do que é que estou falando? Briga de mulheres em plena via pública? Onde está o sargento Abelardo com sua tropa de soldados para por fim a essa “arruaça”? O comissário Abelardo era o sargento de polícia credenciado por “colocar nas grades” mulheres que provocavam a tranquilidade dos moradores nas ruas por onde elas faziam caminhar as florestas de seus desejos e interesses. Aquela figura, “homem macho”, vestido com o uniforme do poder policial/jurídico, parecia representar a autoridade máxima quando se tratava de “apaziguar” os espíritos mais inquietos de algumas mulheres classificadas como “arruaceiras”.

O jornal chama a atenção pelo discurso empregado sobre casos de mulheres dotadas de um caráter incomum e moralmente “desviante” ou “defeituoso”, se comparado aos princípios e condutas que atribuíam ou esperavam de outras mulheres naquelas décadas. Percebe-se, a partir dos registros do *DB*, como eram vistas como sujeitos ativos que protagonizavam cenas de suas “desventuradas” vidas no palco da via pública.

Trata-se de estereótipos que possibilitam iluminar um conjunto de narrativas acerca de imagens de mulheres que podem significar um questionamento aos valores naturalizados pelos mecanismos de coerção disciplinar. Um modelo que constituía certo ideal pautado por qualidades como resignação, honestidade e discrição.

Antes, porém, quero chamar a atenção do leitor para um postulado metodológico: o objetivo deste trabalho em ressaltar casos excepcionais de mulheres (assim construídos pela imprensa) que deslocam o lugar do modelo feminino, isto é, a ideia de que as mulheres são personagens naturalmente dóceis e recatadas, signos construídos através do poder da

linguagem e da produção histórico-cultural não consistem de outra parte, naturalizar outros enunciados, como o de burla, o de desviante, de transgressão, imoral ou outro qualquer.

Todavia, como toda pesquisa é parcial, esta também está sujeita a incorrer ou reforçar tais enunciados ou estereótipos sobre mulheres, isto é, o da burla, o do desvio, da transgressão, pois, optar por tais enunciados implica levantar subsídios que propiciem fundamentar teórico e metodologicamente a problematização aqui proposta. Implica se posicionar ou se apropriar de termos ou fundamentações, tendo em vista o auxílio teórico que inspire o(a) pesquisador(a) e lhe dê respaldo para sua pesquisa.

Ao passo que busco mostrar como algumas mulheres acionavam outros lugares a partir de suas atuações no que se referem à atitude, comportamento, etc., acabo por convergir o olhar para dada questão. Deste modo, ao passo que se focaliza o olhar para aquilo que constitui o centro de nossas atenções, o objeto de análise, lança-se o olhar para a construção de uma teoria, apropriando-se de uma série de indícios, episódios, categorias, fontes e métodos que deem sustentação ou amparem a tese que se pretende defender.

Contudo, isto não significa uma regra, pois a fonte é “essencialmente” ordinária, é parenta da tática, isto é, nos leva como o vento que não sabe para onde vai e, às vezes, nem de onde vem, o que modifica, muitas vezes, as problematizações e/ou o percurso da pesquisa histórica pelo ato da escrita. O olhar é seletivo, parcial e, por isso, as imagens e discursos acerca das mulheres que norteiam a presente investigação são narrados, tomando por base um interesse que corresponde ao meu lugar social, isto é, o lugar institucional de onde falo.

Um trabalho desta natureza consiste em pensar o que está sendo posto como modelo fixo, cristalizado para as mulheres naquela temporalidade. As matérias do jornal são constitutivas de várias imagens que permeiam condutas e comportamentos femininos construídos como sendo a verdade sobre o acontecimento. Deste modo, o *DB* se colocou ao que parece, em mais uma maneira argumentativa que parece querer nos convencer de seu discurso conforme crenças e valores que se pretendiam difundir a partir das formas de percepção sobre certos códigos de condutas e princípios morais vigentes naquela sociedade.

Narrar acerca de vidas desventuradas significa aqui contar sobre as imagens que aquele periódico divulgava acerca de práticas pouco comuns de mulheres que rasuravam e

deslocavam, com suas resistências sub-reptícias e, às vezes não, o modelo estereotipado de mulher honesta, virtuosa, pura e resignado. Ou seja, uma identidade fixa e universalista que comprometia suas ações, desejos e os interesses constitutivos e particulares daqueles sujeitos históricos. Maria Izilda Santos de Matos, analisando os discursos e práticas médicas nos anos de 1920, afirma que “construíram o modelo da mãe-esposa, frágil, sensível, dependente e assexuada, em confronto com o da mulher degenerada, pública, sexuada, identificada com a prostituta” (MATOS, 2005, p. 37). Ponto de vista que se aproxima dos casos analisados aqui. Ao investigar as páginas do jornal *DB* foram encontrados casos de mulheres que aparecem como protagonistas de algumas histórias pouco comuns, que romperam com o credo de uma suposta moral inquestionável.

Sorj (1992 apud LOURO, 2001), afirma que “a ‘sociedade moderna construiu um ideal de esfera pública e instituições políticas fundadas numa moral racional’ e dessa moral racional estão excluídos ‘o desejo, a empatia, afetividade, sentimentos’”. Tais características são entendidas como “manifestações irracionais e, portanto inferiores e são identificadas com as mulheres” (LOURO, 1997, p. 148). Com base nesta citação, é possível pensar como os discursos do *DB* enfatizavam os comportamentos de mulheres que talvez destoassem de alguns ditames daquela moral universal construída pelos lugares de poder acerca de como deveriam ter sido suas atuações frente ao momento.

Trata de uma matéria divulgada no mês de novembro de 1967, tendo como protagonista Regina Morreira (sic) da Silva que, segundo a nota, aparecia praticando desordens e, por isso, teria sido detida pela polícia várias vezes. Segue-se a seguinte passagem: “Regina Morreira (sic) da Silva foi prêsna na noite de ontem [...] quando esta se encontrava fazendo desordens na Rua Índios Cariris. Depois de prêsna Regina foi conduzida à Delegacia onde tem várias entradas” (DIÁRIO DA BORBOREMA, 1967, P. 5).

O jornalista não especificou quais “desordens” Regina teria cometido, mas fez menção ao fato de a mulher ter várias entradas na delegacia. A ordem moralista construída como meio de disciplinar as condutas femininas foi instituída a partir de mecanismos de controles judiciais, responsáveis por assegurar “a boa conduta” e o respeito aos princípios morais comuns às sociedades ocidentais.

Fundado com base em princípios moralista-religioso e jurídico o *DB* investiu em outro caso com a intenção de chamar a atenção da população, eis o título da nota: “No bacanal das lésbicas houve faca e pornografia”. Tratava-se de “duas mulheres portadoras de anormalidades sexuais que estão colocando em polvorosa a Rua Obdedon Licarião - Nova Brasília” (DIÁRIO DA BORBOREMA, 1971a, p. 5). A repercussão do caso partiu de que “as ‘avançadas’ vêz por outra promovem cenas degradantes em seus bacanais provocados por excesso de álcool e dão evasão às anormalidades” (DIÁRIO DA BORBOREMA, 1971a, p. 5).

Em se tratando da noção anormalidade, Esteves (1989, p. 37) demonstrou como desde o início do século XX, especialmente na cidade do Rio de Janeiro, o discurso de um jurista, Viveiros de Castros, espantava a introdução de um saber novo, um saber médico e jurídico, pois, este teria passado a penetrar nas relações humanas, estabelecendo condutas doentias e sadias, patológicas e normais.

Ao que parece, o discurso moralizante e o discurso jurídico se entrecruzam no modo como o jornal narrou o caso das mulheres, uma vez que este investiu em (in) formar ao conjunto da população que estas “promoveram um verdadeiro quebra-quebra, acordando com pornografias os vizinhos. Quando reclamadas saíram à rua, quase completamente despidas, estando uma armada com afiada faca-peixeira” (DIÁRIO DA BORBOREMA, 1971a, p. 5).

Ao referenciar o episódio protagonizado pelas duas mulheres, a linguagem acabou estereotipando ainda mais suas condutas frente àquela sociedade, colocando em cena certas práticas que destoavam uma variedade de princípios sociais e culturais que vigoravam naquele momento. Aqueles signos linguísticos permeiam certas fronteiras de sentido que consistiam entre os modos e os sentidos de experiências condizentes com teria sido referenciais de boa conduta e comportamentos que deveria se esperar daquelas mulheres. Note-se como o jornal não fez menção aos seus nomes, suas identidades aparecem esvaziadas de sentido próprio, aparecem como sendo destinatários jogados a esmo nas páginas, que só vieram a lume pelo fulgor do discurso jornalístico em razão de seus efeitos transgressores e de suas “anormalidades sexuais”.

É perceptível como o *DB* fixava ou reforçava lugares para ambas ao passo que fazia um jogo de palavras com a seguinte expressão: “No bacanal das lésbicas houve *faca e pornografia*”. O termo “bacanal” é denotativo de farra e orgia e, comumente, tal expressão está associada à desordem; talvez por isso, logo em seguida, o termo “faca”, artefato doméstico também utilizado como arma onde há brigas ou confusão. Contudo, os termos que chamam mais atenção são “lésbicas” e “pornografia”. Veja como o sentido do último complementava o primeiro termo.

Tal assertiva insinua ainda que aquelas mulheres fossem, possivelmente, dotadas de sentimentos e atitudes que corrompessem a imagem das mulheres supostamente puras e fidedignas, no momento em que “desonram” seus corpos entre si ao se entregarem aos desejos e as paixões “infames”. Insinua, ainda, pensar em mulheres que modificam o “uso natural” das coisas, se inflamando em sua sensualidade teriam de ter, como punição, suas condutas prescritas ou marcadas no relato da imprensa como “portadoras de anormalidades sexuais”. Consiste aqui como se davam as relações entre a homossexualidade e a herossexualidade. Esta última vista como sendo o destino de todas as mulheres, associada ao determinismo biológico mediante a genitália que cada uma carregava. Contudo, conforme assinala a filósofa Judith Butler, “os corpos não se conformam nunca às normas pelas quais sua materialização é imposta” (BUTLER, 1999 apud LOURO, 2001), daí a razão por que a noção heterossexualidade tem de ter sido, a todo o momento, repetida na e pela sociedade, como sendo algo natural, destinado a homens e mulheres. Contudo, é preciso atentar para as relações sociais e de poder que produzem conhecimentos locais e situados, com interesses específicos.

Costa (1999), ao demonstrar o discurso médico centrado na normatização das famílias, no início da primeira metade do século XIX no Brasil, analisa como foi constituindo uma arque-genealogia da família brasileira, o processo de submissão das famílias da elite à tutela médica, através da política higiênica. O conceito de higiene, naquela visão, teria sido ampliado, significando não somente higienizar os corpos, mas toda uma política voltada para as características psíquicas e sexuais do indivíduo.

Nesse sentido, o discurso jornalístico aparecia voltado para “regenerar” a mente, purificando-a com base na ideia da “repressão” ou contenção dos desejos sexuais, tornando-a pura e docilizada frente aos “novos” preceitos de organização familiar fomentada pelo chamado “progresso” (COSTA, 1999, p. 51-52). Assim, tal política demonstrou ter sido peça-chave na constituição do papel das mulheres como mães e na construção da civilização brasileira.

Em se tratando de homossexualidade feminina, Engel (1997, p. 300) afirma que estudos referentes a tal questão, nas sociedades contemporâneas, têm tido significados bastante distintos das relações homossexuais, “variáveis não apenas no tempo, no espaço e no universo das hierarquias sociais, mas também entre os sexos”. A autora assinala que a homossexualidade tende cada vez mais a se confirmar “como um ‘terceiro sexo’ como o mesmo estatuto dos outros dois - ou seja, como uma opção legítima na busca do prazer sexual”.

Outro caso semelhante ao de Regina Morreira (sic) da Silva é o de uma mulher apelidada de “Maxixe”. Tal episódio chama a atenção pelo fato do discurso do periódico enfatizar que a mulher teria sido detida várias vezes, o que nos parece ser lugar-comum em se tratando de mulheres que “transgrediam” certas práticas na cidade de Campina Grande, naquele momento. Vejamos como o caso aparece no *DB*:

#### Maxixe arruaceiro

Na tarde de ontem a Polícia colocou mais uma vez nas grades a *desordeira* Sebastiana Freire da Silva, pernambucana de Recife [...] onde é mais conhecida por “maxixe”. Essa pernambucana é o *terror* da Pedreira, no Prado, sendo que vez por outra costuma armar-se com uma faca peixeira, para ajudá-la na suas *arruaças* diárias. “Maxixe”, que já foi prêsá inúmeras vezes, na tarde de ontem foi novamente detida pelo sargento Abelardo, quando se encontrava armada com uma “peixeira”, provocando os moradores das proximidades da Pedreira (DIÁRIO DA BORBOREMA, 1968a, p. 5).

Observa-se a partir de alguns fragmentos da reportagem como o *DB* utilizou uma linguagem irônica para narrar o caso de Sebastiana Freire da Silva. Os termos utilizados pelo *DB* para fazer referência a Sebastiana Freire da Silva, como “maxixe arruaceiro”, “desordeira”, o “terror”... parecem fazer parte de um jogo discursivo e estratégico com vista a reforçar a imagem de má conduta construída em torno da mulher. Basta observar como o jornal enfatizou o fato de Sebastiana Freire ter sido presa por inúmeras vezes pelo delegado Abelardo.

O poder do discurso do jornal “pode se atribuir, e efetivamente se atribuiu a possibilidade de transmitir seus efeitos, e muito mais que isso, de encontrar a origem dos seus efeitos num canto que é manifestamente, explicitamente, voluntariamente desqualificado pelo odioso, pelo infame ou pelo ridículo” (FOUCAULT, 2001, p. 15). Isto pode ser verificado na passagem onde o discurso do *DB* afirma ser a mulher “o terror da Pedreira”.

Apropriando-me das palavras de Foucault, são “presunções que lhe são inerentes, em função dos que as enunciam. São enunciados com efeitos de verdade e de poder que lhes são específicos: uma espécie de suprallegalidade de certos enunciados na produção da verdade judiciária” (FOUCAULT, 2001, p. 14). Enunciados que jogam luz para pensar como era lugar comum as mulheres retornarem a prisão por razões múltiplas. Deste modo, pode-se perceber a presença do delegado Abelardo atento a “desordem moral” que pudesse colocar em cheque a tranquilidade dos moradores da cidade.

O sargento Abelardo, comissário do Prado apresenta presa na seção de Costumes, a mulher Maria Bezerra, de 54 anos de idade [...] por se encontrar fazendo “strip-tease” em plena luz do dia [...]. A mulher que é uma pedinte velha costuma embriagar-se e iniciar verdadeiros “shows” na via pública, com exibições de cenas de nudismo. Para tal Maria Bezerra inicia rasgando a roupa, mas sempre seus “strep-teases” são interrompidos pela policia, sendo esta a sexta vez que é presa pelo mesmo motivo (DIÁRIO DA BORBOREMA, 1968b, p. 5).

Neste sentido, parece ter sido algo comum o fato de Maria Bezerra praticar várias vezes strip-tease e, por isto, ser presa por seis vezes. Pode-se conjecturar que motivos e/ou razões levariam uma mulher de cinquenta e quatro anos de idade (também poderia ser uma jovem) a rasgar suas roupas e ficar despida em plena via pública? Talvez tais oportunidades fossem razões para ela se libertar de sua repressão sexual, a qual teria frustrado seus desejos. Ou, talvez, tivesse sido o desejo de exteriorizar seus sentimentos e desejos após anos de recato, silenciamento e abstenção de prazeres inconfessáveis, recônditos.

Um trecho que chama atenção é a maneira pejorativa como o *DB* relata o episódio colocando-a num lugar de “uma pedinte velha [que] costuma embriagar-se...”. Percebe-se que Maria Bezerra trapaceava as normas que geralmente restringem uma mulher “de idade” fadada a ficar no âmbito de casa, cuidando dos filhos e dos netos. Maria Bezerra escapou às regras de boa conduta, em vez de se esconder atrás do discurso de “velha pedinte”, “coitadinha”, ela parece ter desviado dos padrões de decência e de recato, pregados pela moral e pelas normas jurídicas.

A construção de discursos sobre condutas e comportamentos femininos tem enfatizado, através das relações de poder e saber, uma sondagem minuciosa concernente às práticas femininas. Práticas sorrateiras disseminadas no cotidiano, no dia a dia de mulheres, emergem como fontes riquíssimas para o pesquisador que produz narrativas acerca de mulheres desviantes de certas prédicas jurídicas impostas pela sociedade.

Tal questão estabelece formas estratégicas em que o saber/poder se exerce, transversalmente, a partir da linguagem, dos símbolos, signos ou de quaisquer outras formas de imagens. Contudo, é perceptível como tal poder/saber nem sempre consegue abranger todas e quaisquer formas de conduta e comportamento, supervisionando, sondando e disciplinando.

Outra forma de poder é a abordada por Foucault (1987), ao dar ênfase às maquinarias óticas da disciplina e do controle social. O autor discute os lugares de poder e de saber e como estes são disseminados por toda a sociedade. Nessa engenharia dos corpos, “manipulados pela autoridade”. Segundo ele, não existe o poder, mas relações de poder, feixes de poder. O poder não é algo que hierarquiza, mas que se articula nos espaços, em diversas circunstâncias, tal

como podemos perceber com base nos jogos discursivos do jornal. (FOUCAULT, 1987, p. 132, grifo do autor).

Todavia, embora não negue que haja as estratégias de um poder institucional que busca disciplinar e controlar as ações femininas, também não se pode negar ou deixar de considerar que algumas das condutas e atitudes analisadas no *DB* se configuram naquilo que Certeau (1994), chama de *antidisciplina*<sup>46</sup> a partir das artes inventivas no espaço cotidiano, ou seja, consiste na ideia da burla do sistema disciplinar, isto é, a partir de condutas e comportamentos “desviantes” essas mulheres modificaram o sistema panóptico alterando-o, haja vista não poder dele sair.

Todavia, nem todas as condutas ou comportamentos daquelas mulheres podem ser vistos fundamentados pelas categorias de táticas e estratégias. Isso seria tentar reduzir os atos delas aos sistemas conceituais estritamente fechados e deixar de perceber as particularidades, diferenças e, por que não, o exótico contido em suas artimanhas. É preciso pensar até que ponto as mulheres desviavam o lugar ou buscavam desviar-se dele como modo de se contrapor às maquinarias de poder. São problematizações que merecem tratamento específico e cuidados ao passo que são analisadas ou colonizadas pela escrita de saber.

De outra parte não se pode deixar de colocar que as mulheres nem sempre se mantêm passivas aos produtos culturais disciplinarizantes que lhe são, sorrateiramente ou não, impostos; mas na contingência de suas infames vidas apresentam outros espetáculos de mulheres desordeiras, imorais, desviantes, insubmissas as premissas de um universo normativo, constituído por várias formas de doutrinas que representam imagens sobre o que teria sido o correto, o ordeiro, a moral, etc.

Regina, Sebastiana e Maria Bezerra inventam outros espaços dentro do próprio sistema normalizante. Elas construía feições através de suas próprias atitudes, sem estarem preocupadas em se comportar de acordo com rezavam certos códigos de condutas que eram

---

<sup>46</sup> Certeau (1994, p. 41), trabalha com esse conceito tendo em vista como os usuários se apropriam e reapropriam do espaço organizado pelas técnicas institucionais. A ideia de se pensar a *antidisciplina* consiste em como os indivíduos praticam as diversas *maneiras de fazer* no seio das estruturas microbianas de poder e altera o seu funcionamento por uma multiplicidade de práticas inventivas, uma poética de bricolagens, de criatividade articulada sobre os detalhes, sobre as pequenas coisas do dia a dia.

ditados; elas desarticulavam os enunciados fixos, a partir de suas tramas históricas. Deslocavam-se do anonimato, do lugar de marginalizadas e, através dos feixes de luz da justiça ou da imprensa, metaforizavam outras leituras acerca dos comportamentos ditos femininos, incitando um sentimento de estranhamento aos olhos daqueles que as capturavam em suas intrigas.

É a partir daquelas resistências sub-reptícias ou não que o sistema panóptico se corrói pouco a pouco. Assim, cabe aqui a indagação: onde está a tua vitória, oh disciplina? Aquela ‘vigilância generalizada’ ia sendo a todo instante constituída e construída por outras práticas atípicas de mulheres, práticas incomuns, que iam se fazendo sob as diversas maneiras de consumir os ‘dispositivos’ que vampirizam’ as instituições e reorganizam clandestinamente o funcionamento do poder (CERTEAU, 1994, p. 41).

Em uma matéria de 1970, o *DB* dizia: “Mulheres andam semi-despidas nas Boninas”. Tratava-se de uma rua bastante movimentada da cidade de Campina Grande, onde vários comerciantes “revoltados com a indecência nas Boninas” teriam comparecido na redação do jornal para:

[...] solicitarem das autoridades as providências cabíveis (*refere-se à Delegacia de Vigilância Geral e Costumes*) e denunciar o comportamento das donas que estão ficando mesmo tôdas doidas e endoidando muita gente. Além do avanço das vestes femininas que já tomaram conta de tôda a cidade, quando saia curta e decote baixo não é mais novidade e contra êste estado das coisas investem as mundanas que fazem pousadas nas casas suspeitas das “Boninas” querendo andar completamente despidas (DIÁRIO DA BORBOREMA, 1970, p. 5, grifo nosso).

Transpondo as fronteiras da moralidade, aquelas atitudes de mulheres pareciam “corromper” a tradição e os “bons costumes” daquela sociedade campinense na década de 1970. Talvez, por isso todo um empreendimento do discurso misógino inscrito em valores

conservadores, ainda bem vivos, em defesa da ordem e da decência, embora as mudanças de sensibilidades e sociabilidades decorrentes da inserção das maquinarias do conforto que vinham sendo inseridas na cidade desde o início do século XX<sup>47</sup>.

Era em defesa dos bons costumes que se percebia a preocupação, segundo o *DB*, por parte dos “sentinelas” da ordem e da decência, voltada para possivelmente não macular as condutas e comportamentos femininos que desenhavam modelos a serem seguidos. E não somente isto, mas percebe-se toda uma atenção voltada para a família campinense, visto ter sido a Rua das Boninas, um local tido como ponto estratégico para onde convergiam vários caminhoneiros da região do Cariri, conforme afirma o jornal: “vários transportes procedentes da região do Cariri ali fazem parada e os seus ocupantes que vêm de regiões que ainda continuam *fechadas ‘ao avanço’*, ficam mesmo escandalizadas (sic) com que seus olhos dominam. Famílias completas saem às carreiras, pois não suportam muito tempo no local” (grifo nosso) (DIÁRIO DA BORBOREMA, 1970, p. 5).

Desde as primeiras décadas do século XX, segundo Cipriano (2002, p. 38), as tentativas de inventar “nítidas fronteiras no campo da atuação das práticas das relações de gênero em meio às imagens de ‘mulher cidadã’, ‘mãe dedicada ao lar’, ‘mulher fiel aos princípios sociais’”. Talvez, em razão disso, foi recorrente a construção de múltiplas imagens femininas, tais como mulheres imorais, desordeiras, infames, ou indecentes, metaforizando a imagem desviante da Eva. Esse fato pode ser ilustrado no seguinte trecho relatado pelo *DB*: “pois como está o problema, seus familiares nem pessoa alguma que se preze pode mais transitar pelas ‘Boninas’ sem que soja (sic) tentado pelas ‘evas’” (DIÁRIO DA BORBOREMA, 1970, p. 5).

A invenção da imagem feminina desviante metaforizada pela de Eva é discutida a partir da ótica religiosa citada por Cipriano (2002).

Cipriano (2002, p. 38), afirma que:

---

<sup>47</sup>Araújo (1999), o período que compreende 1940/1960, corresponde à consolidação de Campina Grande como centro comercial mais importante do interior nordestino, em virtude do crescimento urbano, que resultou do acúmulo de capital oriundo da produção e comercialização do algodão e, bem como a expansão do comércio a partir do empreendimento de capital estrangeiro extraído da Segunda Guerra Mundial.

[...] o discurso masculino moralizante do século XX, mesmo inserido no contexto de legitimação do Estado, em detrimento da Igreja, apontava para certa continuidade do discurso religioso, ao se apropriar estrategicamente de metáforas desse universo.

Deste modo, o nome “Eva” é geralmente acionado como contraponto ao sinônimo de fidelidade, moralidade, de decência, entre outros. Como acentua Cavalcanti (2000, p. 154), “necessário se fazia proteger a sociedade das epidemias ‘imorais’”.

Aquelas mulheres driblavam conscientes ou não, os ditames de coerção da tecnologia de um saber de reparação, de reinserção e de correção. Tomando por base os procedimentos - também ‘minúsculos’ e cotidianos - elas parecem ter jogado com os mecanismos da disciplina, não se conformando com ela a não ser para alterá-los.

Outro episódio de strip-tease chama a atenção. Desta vez a matéria trouxe a tona imagens sobre uma mulher que era mais nova, 23 anos de idade, e como Maria Bezerra teria resolvido despir-se “em plena via pública”.

A mulher Odete Silva, de 23 anos de idade e residente à Rua Cassimiro de Abreu [...] resolveu fazer uma farra na noite de ontem (...) na zona de baixo-meretrício. Ingeriu uma grande quantidade de bebidas alcoólicas e quando o seu dinheiro acabou-se, já se encontrava completamente embriagada. Iniciou então um “strep-tease” (sic) em plena via pública, exibindo-se para os homens que ali se encontravam. Acontece, que o Comissário de Polícia daquele setor, cabo José Henrique, flagrou a mulher quando jogava fóra (sic) as últimas peças do seu vestuário e efetuou sua prisão antes que a mesma ficasse completamente nua (sic) sob os olhares de vários curiosos que se postavam nas calçadas. (DIÁRIO DA BORBOREMA, 1968c, p. 5).

O caso de Odete Silva é outro episódio que joga luz sobre uma série de práticas femininas e de acontecimentos díspares, incomuns aos olhos dos defensores da “ordem” de Campina Grande. Embora neste caso o palco da “indecência” se configure na zona do baixo meretrício, a atitude da mulher parece repercutir a tranquilidade dos moradores da cidade, visto ser registrada pelo *DB*. O ato de ter ingerido “uma grande quantidade de bebidas alcóolicas” e depois iniciar “um ‘strep-tease’ em plena via pública, exibindo-se para os homens” nos remete a pensar como ela deslocou e alterou o lugar de recato, de pudor e de submissão da ordenação sociopolítica campinense.

Odete Silva performatizou uma maneira de dizer a inaceitabilidade da ordem estabelecida. Possivelmente a atitude da mulher causaria menos impacto se o ato de despir-se em público fosse algo comum aos “olhos” de nossa sociedade, pois como afirma Thompson (2001), “um modo de descobrir normas surdas é examinar um episódio ou uma situação atípicos”<sup>48</sup>.

Observe-se que o fato de a mulher despir-se em via pública, talvez fosse uma maneira de externalizar vontades e desejos que permaneciam camuflados sob a ótica panóptica. Outro ponto que quero chamar a atenção é no que diz respeito ao excesso de bebida. Isso porque, embora sua conduta incorresse contra os costumes daquele momento, o fato desta estar embriagada parecia ter sido a causa desencadeadora de seu “delírio”.

Percebe-se que tanto no caso de Odete Silva como no de Maria Bezerra, ambas só realizavam o ritual de strip-tease após se embriagarem. Tal atitude se figura por disferir golpes no sistema normalizante de regras e de bons costumes? Pensar como essas imagens femininas se imbrincam e se complexificam é buscar entender como suas vidas são marcadas pelas particularidades de suas tramas e intrigas históricas.

Outro caso relatado pelo *DB* referencia como o discurso da imprensa se colocava em um lugar de poder marcado pela ironia, o que é perceptível na maneira como narra o episódio envolvendo Maria da Luz.

---

<sup>48</sup> Thompson (2001, p. 235) afirma que um motim ilumina as normas dos anos de tranquilidade, e uma repentina quebra de deferência, isto é de respeito aos costumes, as tradições nos permite entender melhor os hábitos de consideração que foram quebrados.

Mulher desordeira dá ‘show’ e faz ‘strep-tease’ (sic) na delegacia. Maria da Luz, residente em Campina Grande, de 23 anos de idade [...]. ‘Da Luz’ ao ser detida encontrava-se praticando desordens estando em visível estado de embriaguez e armada como uma tesoura e um canivete, ameaçando todos os presentes ‘fregueses’ da pensão alegre em que mora. Conduzida à Delegacia, Da Luz resolve dar um ‘show’ especial da sua valentia para os policiais presentes. Assim é que, dizendo aos *berros* que era ‘muié macho’, investiu furiosamente contra os policiais [...] Acontece que ao tentar desferir uma série de pontapés, dentadas e unhas, Maria da Luz foi aos poucos perdendo a sua roupa, que não resistindo aos seus gestos bruscos de violência, terminaram por ir se despregando. Em poucos minutos, os protagonistas verificavam admirados que a *muié macha* havia perdido toda a sua roupa, continuando a dar o seu ‘show’ [...] porém (sic) em trajes de Eva. (DIÁRIO DA BORBOREMA, 1966, p. 5, grifos nossos).

A conduta desviante de Maria da Luz a enquadrrou, sob o ponto de vista jurídico, no lugar de desordeira, isto é, uma espécie de “joio” para uma sociedade “ordeira” e “moralista”. Sua conduta “leviana” apontaria para que houvesse o agenciamento da justiça, haja vista, segundo a percepção do articulista, a mulher encontrava-se no processo de corrupção e devassidão. Notemos como se insinua aí os jogos discursivos colocando em cena, lances, golpes, cujo estratagema consistia em tornar o episódio um acontecimento sensacional, espetacular, que chamava a atenção do público. Uma produção silenciosa tendo em vista reforçar modelos dos gestos “bons” ou “maus” por parte das atitudes daquela mulher.

Maria da Luz foi apresentada, segundo o relato do jornalista, a partir de duas imagens distintas: primeiro, como se colocando como sujeito desejante, sedutor, rompendo com a imagem de pureza e de recato femininos e, segundo, como uma ameaça para os fregueses da pensão onde morava. Ao que parece, teria sido o desejo da mulher em apresentar

o seu espetáculo livremente, “desencaminhando” talvez homens e mulheres. Contudo, quando foi impedida, mais depressa, teria incorrido contra os policiais. Perceber-se aí uma antinomia de comportamentos, isto é, se em um primeiro momento ela parece como sujeito que se queria desejado, em outro, para que isto fosse realizado, ela teria se mostrado como sendo uma ameaça à sociedade.

Maria Da Luz parecia querer de toda maneira “profanar” os princípios de boa conduta que teria sido inscritos em sua formação desde os tenros anos de idade. Para tanto, ela investiu com outras armas que não mais as da sedução, mas “uma tesoura e um canivete”. E, mesmo não conseguindo realizar seu desejo, ainda persistiu. Embora se trate de um espaço que não fosse seu (a pensão alegre, lugar de prostituição). Contudo, houve-se, através das grades, o seu espetáculo. Seus “berros” se ouviam não mais nos gritos de ser uma ‘muié macho’, mas se traduziam em alegria e espontaneidade. Ela não apresentava só um espetáculo, mas performatizava como sendo ela o próprio espetáculo daquela noite, conforme relatou o *DB*, na “Especializada campinense, onde continuou para as outras colegas presas o espetáculo de ‘streep-tease” (DIÁRIO DA BORBOREMA, 1966, p. 5).

As inversões e jogos da linguagem utilizada pelo periódico induziam, através das palavras ou frases, a opinião pública. Observe-se como se trata de duas percepções bem diferentes; “Mulher desordeira dá ‘show’ e faz ‘streep-tease”’. A primeira assertiva lança um conjunto de imagens sobre a conduta e o modo de comportamento da mulher. O termo desordem remete a ideia de falta de ordem; desarranjo, confusão, algazarra, tumulto, briga, desvairamento, loucura, alucinação, arruaça, desordem da mente, etc.

Tais adjetivações teriam sido interpretadas como transgressão das regras socioculturais. A segunda ia de encontro à chamada moral. Uma jovem mulher fazendo strip-tease? Isso seria um desacato, aos olhos das senhoras casadas, e, sobretudo, podia servir de mau exemplo às mocinhas de família, tendo em vista o conservadorismo daquela sociedade a época.

Note-se que o reinado da ordem costura uma rede de retóricas e de práticas que não é inocente, mas que tem todo um jogo estratégico de poder. Trata-se de intenções a partir do sistema da linguagem monopolizado pelos lugares de poder e de um sujeito de saber. É

perceptível como aí se insinuava a narrativa da imprensa infiltrada no texto judiciário, a “muito custo foi 'Da Luz' conduzida para o xadrez das mulheres Especializada campinense”. Da Luz, um corpo “doente” e que necessitava dos “cuidados” jurídicos, visto ir de encontro à “deusa razão”, isto é, a sobriedade, ao recato, a discrição, qualidades que teriam sido atribuídos às mulheres.

Aí também enunciam discursos operatórios que masculinizam a personagem Maria Da Luz, a exemplo das seguintes passagens: “resolve dar um ‘show’ especial da sua valentia para os policiais... gestos bruscos de violência terminaram por ir se despregando. [...] a muié macha havia perdido toda a sua roupa, continuando a dar o seu ‘show’”. Percebe-se como o jornal tecia um conjunto de imagens que são denotativas a homens, tais como “brusco”, “rude”, “bêbado”, etc. Do mesmo modo, estas imagens passam a ser reapropriadas pelo discurso jornalístico, tornando o caso grotesco a partir dos supostos gestos daquela personagem feminina, isto é “a maximização dos efeitos de poder a partir da desqualificação de quem os produz[ia]”<sup>49</sup>.

Segundo Cipriano (2000, p. 54), desde 1916, no estado da Paraíba, havia se construído um conjunto de imagens acerca das mulheres no se referia aos gestos. Ao citar um artigo, “A graça de nossos gestos”, mostra que este determina “como se deve portar uma mulher para manter a nobreza de postura: ‘evitando-se os movimentos bruscos, procurar uma atitude em que ella possa inclinar-se graciosamente de um e de outro lado, o que daria a uma expressão sedutora de timidez”.

Outro caso registrado pelo *DB* refere-se a uma mulher como “mundana”. Observe-se a seguinte manchete: “Cabeludo esfaqueado pela mulher na zona”, mostrava-a “revoltada porque Severino dos Ramos, o ‘cabeludo’, não aceitou os amores que lhe ofereceu a mundana Luzinete Matias Maria Mota [...] residente na Rua Carlos Agra s/n tentou mata-lo (sic) ontem à noite no ‘Bar Bibiana’ com uma peixeirada”. Segundo a reportagem, a mulher teria afirmado que sua “revolta é por ter sido enganada pelo ‘homem’ que lhe prometeu amor

---

<sup>49</sup> Foucault (2001, p. 15-16) faz uma discussão sobre o termo grotesco, empregando a palavra para um discurso ou para um indivíduo, de deter por estatuto efeitos de poder de que sua qualidade intrínseca deveria privá-los.

sincero e depois a largou por Ivonete Lima”. “[...] a mulher foi prêsã e conduzida para o xadrez” (DIÁRIO DA BORBOREMA, 1971b, p. 5).

Parece que aí se insinua o episódio de uma mulher que não teria conseguido dominar suas paixões. Assim, a paixão fora vista pela chamada racionalidade como uma atitude insana e que estaria próximo das crianças e dos loucos. A conduta de meretriz infratora designaria uma transgressão às normas jurídicas, bem como aos fundamentos clínicos da psiquiatria. Inventavam-se os “degenerados” de emoções dominadas pela irracionalidade, pelo desequilíbrio dos sentimentos. Tratava-se de um corpo de mulher que deveria ser medicado, pois poderia “contaminar” as “mocinhas” dotadas de mentes “puras” e “isentas” de tal sentimento.

Conforme afirma Cavalcanti (2002, p. 141):

[...] um corpo dominado pela paixão, pela perturbação dos sentidos, pela perda da razão e pelo uso das emoções, assim tal corpo seria inscrito no lugar da degenerescência e da patologia; um corpo desprovido de razão e encharcado de emoção era um corpo inferior, que não alcançara o estágio superior da civilização.

Se Luzinete Matias esfaqueou o suposto amado por este lhe negar amor sincero, parecia não ter sido este o mesmo motivo pelo qual Alzira Maria da Conceição, segundo a imprensa, espancou seu marido. Refiro ao caso de Pedro de Souza Brito que teria procurado à polícia para pedir providências, “pois está com mêdo que a mulher termine matando-o por conta de uma desavença surgida no Mercado Central, onde trabalham como varredores. Teria dito o denunciante que apanhou de cabo de vassoura da mulher”, Alzira Maria da Conceição (DIÁRIO DA BORBOREMA, 1971c, p. 5).

Segundo o *DB*, Pedro de Souza teria afirmado que “realmente houve o incidente entre êle e Alzira no local de trabalho, no entanto, não pensava nunca que êste viesse provocar a agressão da qual foi vítima, por ser um homem pacato não reagiu e entregou o caso a polícia” (HOMEM..., 1971, p. 5).

A reportagem ilustra duas questões pertinentes em se tratando de relações de gênero, isto é, nos mostra que, primeiro normalmente quem espanca é o homem e não a mulher e, segundo, parece que o termo “pacato” está empregado para o sujeito errado. Isto porque se convencionou a pensar que tal termo está associado à personalidade feminina. O termo pacato ao relacionar ao homem, parece denotar mansidão, passividade e submissão.

Note-se, portanto, como os casos de mulheres “imorais”, “desordeiras” e “mundanas” narrados pelo *DB* iluminam algumas das estratégias de poder, neste caso as do jornal, para se trazer a lume da população campinense como os indivíduos podem ser punidos quando se desviavam das normas de controle, quando cometiam infrações, que desequilibram a segurança e influenciava a tranquilidade da população campinense.

Os meios coercitivos sejam os da imprensa ou os da justiça, ou, da própria inscrição em seus corpos e condutas foram acionados para assegurar as mil práticas de valores, costumes e tradições que são perpetrados pelas maquinarias de controle religioso, visto ter sido “transfigurado” no discurso jurídico. Maquinarias que são sucateadas a partir dos tipos de comportamentos femininos, dos múltiplos perfis de mulheres “desviantes”, das posologias de condutas que vão sendo iluminadas e atravessadas em virtude do choque com o poder.

Mulheres “desviantes” que deslegitimavam o estatuto de dominadas, honestas, de passividade, ou, de docilidade, que ressignificaram o critério da diferença da singularidade, não estando presa a nenhuma essência ou conceito fixo. Talvez, fossem aquelas suas ações que as tornaram amáveis, dignas dos registros de suas ações em um dos jornais de maior circulação na cidade. Eis aí a passagem da potência ao ato, passagem da forma comum à singularidade. “A singularidade qualquer não tem identidade, não é determinada relativamente a um conceito, [...] ela é determinada com a totalidade das suas possibilidades” (AGAMBEN, 1993, p. 53).

Regina Moreira, Sebastiana Freire da Silva, Da Luz, dentre tantas outras que não foram capturadas pelos fochos de luz do poder, com suas *caças não autorizadas* fizeram *bricolagens* nas teias dos discursos do campo judiciário: inventavam, gritavam, ressurgiam do nada, vistas como mulheres “espetaculosas”... E, naquela produção racionalizada, expansionista além de centralizada, barulhenta aqueles nomes surpreenderam com as

migalhas de poder que lhes foram “sobejados”, ou, é a partir delas, que se foi construindo outra produção, qualificada de signos e significados que dão novos sentidos às suas práticas, às suas vidas ordinárias (CERTEAU, 1994, p. 38-39).

## REFERÊNCIAS

AGAMBEN, G. *Homo Sacer: o poder soberano e a vida nua I*. 2. ed. Belo Horizonte: UFMG, 2010.

ARAÚJO, M. L. R. Tempos de crise e decadência na economia paraibana (1945- 1964). In: LIMA, Damião et. al. *Estudando a história da Paraíba*. Campina Grande: Gráfica Marcone, 1999.

BUTLER, J. *Problemas de gênero: feminismo e subversão da identidade*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003.

CAVALCANTI, S. L. O. *Mulheres modernas, mulheres tuteladas: o discurso jurídico e a moralização dos costumes - Campina Grande 1930/1950*. 2000. 215 f. Dissertação (Mestrado em História do Brasil)- Universidade Federal de Pernambuco, Recife, 2000.

CIPRIANO, M. do S. *A adúltera no território da infidelidade: Paraíba nas décadas de 20 e 30 do século XX*. 2002. 166 f. Dissertação (Mestrado em História)- Universidade Estadual de Campinas, São Paulo, 2002.

COSTA, J. F. A higiene das famílias. In: *Ordem médica e norma familiar*. Rio de Janeiro: Edições Graal, 1999.

CERTEAU, M. de. Introdução geral. In: \_\_\_\_\_. *A invenção do cotidiano: artes de fazer*. Petrópolis: Vozes, 1994.

\_\_\_\_\_. A operação historiográfica. In: \_\_\_\_\_. *A escrita da história*. 2. ed. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2000.

DIÁRIO DA BORBOREMA. Campina Grande, n. 2729, p. 5, 1 set. 1966.

\_\_\_\_\_. Campina Grande, n. 3328, p. 5, 12 nov. 1967.

\_\_\_\_\_. Campina Grande, n. 3472, p. 5, 11 maio 1968a.

\_\_\_\_\_. Campina Grande, n. 3481, p. 5, 22 maio 1968b.

\_\_\_\_\_. Campina Grande, n. 3505, p. 5, 21 jun. 1968c.

\_\_\_\_\_. Campina Grande, n. 4163, p. 5, 29 ago. 1970.

\_\_\_\_\_. Campina Grande, n. 4419, p. 5, 4 ago. 1971a.

\_\_\_\_\_. Campina Grande, n. 4438, p. 5, 26 ago. 1971b.

\_\_\_\_\_. Campina Grande, n. 4454, p. 5, 15 set. 1971c.

DOSSE, F. Michel de Certeau e a história: entre o dizer e o fazer. In: \_\_\_\_\_. *História e ciências sociais*. São Paulo: EDUSC, 2004.

ENGEL, M. História e sexualidade. In: CARDOSO, C. F.; VAINFAS, R. *Domínios da História*. Rio de Janeiro: Campus, 1997.

ESTEVES, M. de A. *Meninas perdidas: os populares e o cotidiano do amor no Rio de Janeiro na Belle Époque*. Rio de Janeiro: Paz e terra, 1989.

FOUCAULT, M. *Os anormais: curso no Collège de France (1974-1975)*. São Paulo: Martins Fontes, 2001.

\_\_\_\_\_. A vida dos homens infames. In: \_\_\_\_\_. *O que é um autor*. Lisboa: Presença, 1994.

\_\_\_\_\_. *Vigiar e punir: nascimento da prisão*. Petrópolis: Vozes, 1987.

HOMEM espancado por mulher na Liberdade. Diário da Borborema, Campina Grande, n. 4454, p. 5, 15 set. 1971.

LOURO, G. L. *Gênero, sexualidade e educação: uma perspectiva pós-estruturalista*. Petrópolis: Vozes, 1997.

\_\_\_\_\_. Teoria queer: uma política pós-identitária para a educação. *Estudos Feministas*. Florianópolis, v. 9, n. 2, 2001.

MATOS, M. I. S. de. *Âncora de emoções: corpos, subjetividades e sensibilidades*. São Paulo: EDUSC, 2005.

PRIORE, M. del. História das mulheres: as vozes do silêncio. In: FREITAS, M. C. *Historiografia brasileira em perspectiva*. São Paulo: Contexto, 2003.

SCOTT, J. *Gênero: uma categoria útil para análise histórica*. Recife: SOS-CORPO, 1999.

SILVA, K. Q. *Entre as normas e os desejos: as mutações do feminino e do masculino em 50, 60 e 70 na Paraíba*. 1999. Dissertação (Mestrado em História do Brasil)-Universidade Federal de Pernambuco, Recife, 1999.

THOMPSON, E. P. Folclore, antropologia e história social. In: \_\_\_\_\_. *As peculiaridades dos ingleses e outros artigos*. Campinas: Unicamp, 2001.

Recebido em 10/02/2012 – Aceito em 20/03/2012



# ariús

Revista de Ciências Humanas e Artes

ISSN 0103-9253 versão impressa – ISSN 2236-7101 versão online

## A ALIMENTAÇÃO COMO UM TEMA POLÍTICO DAS MULHERES

---

*Emma Siliprandi*<sup>50</sup>

### RESUMO

O artigo trata das relações entre as questões de gênero e a segurança alimentar, a partir de uma análise das imbricações entre a identidade de gênero e a invisibilidade do trabalho das mulheres no campo da alimentação. Mostra como a segregação desse tema à esfera privada das famílias, aliada a uma deslegitimação da atuação política das mulheres leva a que as políticas de segurança alimentar, muitas vezes, não considerem ou minimizem as demandas e propostas que vem sendo construídas pelos diferentes movimentos e organizações de mulheres. Retomam-se como, nos últimos anos no Brasil, distintos movimentos de mulheres têm incorporado essas discussões em suas pautas políticas. Esses movimentos têm mostrando, por um lado, que existem questões específicas que atingem as mulheres e que não têm sido consideradas; e, por outro, que as mulheres, em função de suas atribuições históricas e experiências acumuladas, têm contribuições próprias a oferecer ao conjunto da sociedade para pensar estratégias de transformação.

**Palavras-chave:** Gênero. Identidades de Gênero. Segurança Alimentar. Movimentos de Mulheres.

---

<sup>50</sup> Doutora em Desenvolvimento Sustentável. Professora da Universidade Estadual de Campinas. Email: [emma.siliprandi@gmail.com](mailto:emma.siliprandi@gmail.com).

## “FEEING AS A POLITICAL MATTER FOR WOMEN”

### ABSTRACT

The article deals with the relationship between gender and food security, from an analysis of the relationship between gender identity and invisibility of women's work in the food system. Shows how the segregation of this issue to the private sphere of families, allied to a delegitimization of the political activity of women makes food security policies often do not consider or minimize the demands and proposals that have been built by different movements and organizations of women. It is explained how, in recent years in Brazil, various women's movements have incorporated these discussions into their political agendas. These movements are showing on the one hand, there are specific issues that affect women and which have not been considered by these policies; and, in the other hand, that women, because of their historical responsibilities and experiences accumulated have contributions to offer to the whole society in order to think about strategies of social transformation.

**Keywords:** Gender. Gender Identity. Food Security. Women Movements.

### 1. INTRODUÇÃO

Segurança Alimentar e Nutricional (SAN) não é um conceito monolítico, mas integra várias dimensões do processo de alimentação e nutrição: diz respeito ao acesso, à qualidade e à quantidade de alimentos que as pessoas dispõem habitualmente; depende das condições de saúde, saneamento e da sustentabilidade do ambiente em que se vive; e da garantia, a todas as pessoas, de terem a sua dignidade respeitada no ato de se alimentar. Esse conceito incorpora ainda um aspecto eminentemente político, a soberania alimentar – o direito dos países e dos povos de estabelecerem suas próprias políticas de produção, abastecimento e consumo, respeitando sua história e cultura. Usufruir de segurança alimentar e nutricional é uma condição básica e indispensável para podermos vivenciar a liberdade e o pleno desenvolvimento de nossas capacidades, enquanto pessoas integrantes de um determinado

grupo social. É um direito humano inalienável, hoje garantido pela Constituição Federal. As políticas públicas voltadas para a garantia desse direito, para serem eficazes, devem se assentar em princípios como a equidade, a intersetorialidade, a sustentabilidade, a descentralização e a participação social, articulando diferentes setores do governo e da sociedade civil.

A segurança alimentar não é uma condição vivida indistintamente entre as pessoas: existem particularidades conforme se é pobre ou rico, homem ou mulher, branco ou negro, morador da cidade ou do campo. A pobreza é um forte fator de insegurança alimentar, porque há maior probabilidade de que as pessoas, sendo pobres, tenham menos acesso aos alimentos do que aqueles de rendas mais altas<sup>51</sup>. Mas a discriminação social (por questões de gênero, raça, etnia, classe) também aumenta a vulnerabilidade das pessoas à insegurança alimentar e nutricional. Situações de opressão podem impedir ou dificultar que as pessoas exerçam livremente o seu direito de se alimentar. O estudo dos condicionantes de cada um desses fatores poderá nos mostrar facetas específicas de insegurança alimentar, para além da renda monetária.

Na II Conferência da ONU sobre a Mulher, em Copenhague, realizada em 1980, foi feita uma estimativa sobre o acesso das mulheres, em nível mundial, aos bens materiais: as mulheres constituíam metade da população mundial, um terço da força de trabalho, mas ganhavam apenas um décimo da renda e possuíam apenas 1% da propriedade mundial. Essa estimativa era uma aproximação grosseira, mas dava uma ideia do contraste gritante entre a situação das mulheres e dos homens com relação ao acesso a recursos produtivos, necessários para a sua sustentação econômica. Hoje, trinta anos depois, essa situação não mudou muito. Considerando a importância dos recursos produtivos na determinação da situação de pobreza e de insegurança alimentar, é fácil deduzir-se porque, em grande parte dos países, especialmente nos denominados “em desenvolvimento”, as mulheres e as crianças são as mais

---

<sup>51</sup> A qualidade dos alimentos, a possibilidade de contaminação, a diversidade da dieta, a regularidade de oferta, também são fatores que afetam diferentemente a alimentação das pessoas conforme a sua condição social. Outras questões como o acesso ao sistema de saúde, ao saneamento e à educação, também têm impactos sobre o consumo alimentar, e devem ser analisadas em conjunto.

afetadas pela fome e pela desnutrição<sup>52</sup>. Este é um primeiro aspecto a considerar sobre as relações entre gênero e segurança alimentar.

As mulheres, em geral, são responsáveis pela aquisição e preparação dos alimentos para a família. No meio rural é também parte de suas responsabilidades a produção direta dos alimentos, por meio das hortas, pequenos animais, transformação de produtos como queijos, doces, pães. As mulheres são, ainda, as principais envolvidas com as questões da saúde e educação dos filhos e filhas, sendo estratégicas para a promoção de hábitos saudáveis no seio da família. Nas áreas de saúde, educação e serviço social (em que se lida com o cuidado das pessoas e com a preparação para a vida) a ampla maioria das trabalhadoras são mulheres: professoras primárias, agentes de saúde, enfermeiras, nutricionistas, assistentes sociais, etc.

Podemos afirmar então que as mulheres acumularam conhecimento e experiência em áreas estratégicas para a promoção de segurança alimentar. Entretanto, normalmente, seu conhecimento e sua importância como sujeitos políticos são pouco valorizados e reconhecidos. O número de mulheres que participam de processos de decisão e que estão em posição de destaque nas organizações públicas e da sociedade civil, ligados ao tema ainda é desproporcional à sua importância estratégica. Essa é outra das facetas das desigualdades de gênero existentes.

A condição das mulheres de responsáveis pelo cuidado da família (e, portanto, pelas tarefas de reprodução da sociedade) está profundamente ligada à identidade feminina, construída socialmente e permanentemente reforçada pelos estereótipos de gênero. O “enclausuramento” das mulheres nas tarefas do lar foi utilizado historicamente para a sua exclusão dos centros de decisão e de poder, relegando-as a ocupar um papel subordinado na sociedade como um todo. Reconhecer, portanto, a sua experiência nesse campo deve ser acompanhada da discussão de uma nova divisão sexual de tarefas e da necessária valorização da participação social e política das mulheres. De outra forma, essa pode se transformar em

---

<sup>52</sup> Outros grupos sociais discriminados tais como negros e populações indígenas também figuram entre os mais atingidos pela fome e por problemas nutricionais, não apenas por sua situação de pobreza, mas por suas condições gerais de sobrevivência.

uma armadilha, pois simplesmente dar visibilidade à responsabilidade das mulheres pode ser acompanhado da ideia de que esse seria o seu único ou principal papel social.

É preciso respeitar as diferenças entre mulheres e homens construídas socialmente e que imprimem diferentes identidades de gênero às pessoas, sem que isso reforce relações de desigualdades de poder hoje existentes. A questão que se coloca, portanto, é: como revalorizar as tarefas da reprodução da vida como sendo tarefas de toda a sociedade, importantes em qualquer proposta política de transformação social, sem que se reforce que sejam responsabilidade apenas das mulheres?

Exploraremos neste trabalho um aspecto específico das relações entre as questões de gênero e a segurança alimentar, em particular a imbricação entre a identidade de gênero e a invisibilidade do trabalho das mulheres no campo da alimentação. A segregação desse tema à esfera privada das famílias, aliada a uma deslegitimação da atuação política das mulheres leva a que as políticas de segurança alimentar, muitas vezes, não considerem ou minimizem as demandas e propostas que vem sendo construídas pelos diferentes movimentos e organizações de mulheres.

Do ponto de vista do consumo, por exemplo, espera-se que as mulheres deem conta da alimentação da família; no entanto, não se discute com quais recursos e em que condições – tempo, esforço pessoal, infraestrutura – isso ocorre. As alternativas que estão postas pela economia mercantil atendem a uma parcela pequena da população que pode pagar por uma alimentação diversificada, nutritiva, e ao mesmo tempo, prática, fácil de preparar. As classes mais abastadas, além de terem acesso a mais equipamentos (desde os eletrodomésticos até os restaurantes), também podem acionar outras mulheres para a realização dessas tarefas. A maioria das mulheres, no entanto, se equilibra em trabalhos precários para sobreviver, não tem acesso à alimentação de qualidade para si e para sua família, e vive sobrecarregada com as tarefas do cotidiano. Para essas mulheres, além das políticas de transferências de renda – necessárias muitas vezes, como condição de sobrevivência – políticas de segurança alimentar que amenizam o seu esforço cotidiano, tais como serviços de abastecimento, refeitórios coletivos, garantia de alimentação escolar permanente e de qualidade, fazem toda a diferença.

No que se refere à produção de alimentos, por outro lado, será necessário dar mais ouvidos às mulheres agricultoras, que historicamente tem sido as responsáveis pela produção voltada para a subsistência. Há muitos anos as camponesas vêm chamando a atenção para a destruição dos meios produtivos na agricultura (biodiversidade, água, recursos energéticos) promovida pela lógica produtivista dominante, que usa e abusa dos insumos externos e das energias não renováveis, e utiliza o meio ambiente como uma fonte inesgotável de riqueza, em nome de um aumento da produtividade e dos lucros de poucos.

Muitos movimentos de mulheres já têm incorporado essas discussões em suas pautas políticas, mostrando, por um lado, que existem questões específicas que atingem as mulheres e que não têm sido consideradas; e, por outro, que as mulheres, em função de suas atribuições históricas e experiências acumuladas, têm contribuições próprias a oferecer ao conjunto da sociedade para pensar estratégias de transformação. A incorporação dessas questões nas agendas públicas sobre segurança alimentar e nutricional pode contribuir também para o enfrentamento às desigualdades de gênero hoje existentes.

## **2. RETOMANDO O CONCEITO DE GÊNERO**

O conceito de relações de gênero ganhou força no final da década de 1970, como uma tentativa de desmistificar o determinismo biologicista que explicaria as diferenças entre homens e mulheres, afirmando o caráter histórico e social dessas relações. Mostrava que as relações patriarcais transcendiam ao capitalismo e a outros sistemas de produção, configurando-se como aspectos da exploração e da opressão específica entre os sexos, que se combinava com a exploração/opressão entre as classes; fenômenos semelhantes ocorrem com outras formas de hierarquização, que dão origem a estruturas específicas de dominação (em função de raça, de etnia, de religião, etc.). Teóricas ecofeministas mostraram que esses fenômenos ocorrem também nas relações dos seres humanos com o meio natural (postura androcentrista e antropocentrista de dominação da natureza) (PULEO, 2002).

As definições mais correntes sobre o conceito de gênero mostram que masculino e feminino são características sociais, construídas. Essas características partem de uma

diferença biológica real. Mas, para além dessa diferença, cria-se um sistema de hierarquias, onde um polo passa a ser dominante sobre o outro. Constitui-se assim uma relação de desigualdade.

Há dois elementos principais a serem considerados: a divisão sexual do trabalho (separação do que é considerado o papel social dos homens e o papel social das mulheres); e a hierarquização decorrente dessa separação, em que o masculino ganha predominância. Temos então diferenças materiais, por um lado, e valores simbólicos, por outro. Essas condições serão cimentadas por uma “naturalização” ideológica do que é ser homem ou mulher nessas sociedades. É fácil entendermos esse conceito se pensarmos, por exemplo, na questão do trabalho doméstico: ao mesmo tempo em que é um trabalho (e, portanto, exige tempo, dedicação, esforço físico e intelectual, planejamento, etc.) é uma atribuição geralmente relacionada com o “ser mulher”, que confere identidade às esposas/mães, que são valorizadas (e se auto-valorizam) de acordo com os parâmetros de seu contexto sociocultural, pela forma como conseguem dar conta ou não dessas tarefas.

Uma das teóricas pioneiras na discussão do conceito de gênero foi Scott (1990), para quem “gênero é um elemento constitutivo das relações sociais, baseado nas diferenças percebidas entre os sexos”. Para essa autora, gênero deve ser entendido, sobretudo, como uma manifestação das relações de poder, porque além de estruturar a percepção corrente da vida social, estabelece um acesso diferenciado a recursos materiais e simbólicos da sociedade, entre mulheres e homens<sup>53</sup>. As relações de gênero expressam, portanto, uma hierarquia que estrutura todo o sistema social.

---

<sup>53</sup> Recursos materiais são aqueles que promovem o bem estar das pessoas, tais como renda, propriedade, terra, capital. Recursos simbólicos se referem aos valores atribuídos às pessoas conforme a sua posição na hierarquia social. Diferenças entre o acesso aos recursos materiais e simbólicos também são encontradas entre outros grupos sociais, tais como entre negros e brancos, pobres e ricos, pessoas letradas e iletradas, etc. – e mesmo entre mulheres ou homens de diferentes classes entre si.

### 3. ALIMENTAÇÃO E TRABALHO DOMÉSTICO NA CONSTRUÇÃO DOS PAPÉIS SOCIAIS

Autoras identificadas com a Economia Feminista vêm mostrando como as questões relacionadas com a reprodução da vida humana, incluindo o trabalho doméstico, têm sido sistematicamente invisibilizadas nos estudos econômicos e nas discussões sobre desenvolvimento, como se fossem questões eminentemente da esfera privada, e não tivessem implicações sobre a forma como as sociedades se organizam e se reproduzem. Raciocínio semelhante é proposto por autoras ecofeministas com relação à forma como são tratados os problemas ambientais decorrentes das atividades humanas: como se fossem externalidades ao sistema, que não entram nos cálculos econômicos. Ignora-se a insustentabilidade do sistema produtivo (por não reconhecer-se a finitude dos recursos) da mesma forma como se ignora que a economia capitalista se assenta sobre o trabalho não pago realizado pelas mulheres, considerado, em princípio, “infinitamente elástico”.

Estamos falando do trabalho de gerenciamento e preparo da alimentação, de manutenção da casa, de educação dos filhos, de cuidado com idosos e enfermos, além dos demais membros adultos da família. É um trabalho distribuído desigualmente entre os gêneros, que recai, em sua maior parte, sobre as mulheres. Embora possa ser complementado pela contratação de trabalho assalariado, por estruturas públicas e privadas de prestação de serviços ou por trabalho social voluntário, a sua responsabilidade final sempre é das mulheres.

A invisibilidade do trabalho doméstico e das tarefas relacionadas com o cuidado e com a reprodução da vida reforça o não reconhecimento das mulheres como agentes econômicos que ocupam um lugar específico dentro do capitalismo, como se fosse possível se prescindir desse trabalho, fundamental para a manutenção e reprodução dos trabalhadores e de toda a sociedade.

Porém, não se explica facilmente que esse trabalho gratuito seja feito pelas mulheres para a sociedade como um todo, apenas com base em relações forçadas (como foi a escravidão, por exemplo). Hirata (2004, p. 44), vêm se perguntando há algum tempo “Por que o trabalho doméstico continua a ser realizado no interior da família e do casal, gratuita e

“voluntariamente” pelas mulheres? Por que mesmo aquelas que possuem uma consciência de gênero ‘consentem’ em reproduzir essa relação assimétrica?”.

Chegamos então à formação das identidades de gênero, e de como o trabalho doméstico está relacionado com o papel esperado das mulheres na família; e com a imbricação existente, em nossas sociedades, entre o sentimento amoroso e a necessidade de servir aos outros. Já comentamos como os papéis de gênero são estruturados em uma rígida dicotomia do que é esperado para os homens e para as mulheres. Algumas características (entre muitas) são apontadas como ideais: suavidade, docilidade, fragilidade, para as mulheres; e agressividade, assertividade, objetividade para os homens. Através dos processos educativos (não apenas na escola, mas também nas famílias e na sociedade em geral) as meninas e os meninos serão moldados para se transformarem em mulheres e homens que realizarão a história e reproduzirão os sistemas sociais. As brincadeiras infantis, a forma como as relações familiares aparecem nos livros escolares, o tratamento diferenciado dado a meninos e meninas, e tantos outros exemplos, mostram como os estereótipos de gênero são transmitidos e reforçados. As mulheres são levadas a acreditar que são mais frágeis, que necessitam apoio e proteção, e que a sua capacidade de sobrevivência dependerá de ter um homem ao seu lado; este, por sua vez, também receberá os estímulos para se sentir o mais forte, o dominador. Desnecessário lembrar que esses padrões se assentam na heterossexualidade compulsória como o ideal de “normalidade”, punindo-se e desencorajando-se comportamentos “desviantes”.

Existe uma vinculação estreita entre o “trabalho voluntário” exigido das mulheres e o componente afetivo, inerente a essas socializações. O cuidado com os demais passa a ser a forma, por excelência, de as mulheres expressarem amor; enquanto os homens não “sentem” da mesma forma. Em uma sociedade sexuada também os sentimentos serão construídos socialmente, e apropriados (e vivenciados) diferentemente conforme o gênero, a classe social, a raça, a etnia. Isso faz com que as relações afetivas possam esconder profundas desigualdades materiais e de poder (pelo acesso diferenciado aos bens econômicos e também simbólicos, que garantem a sobrevivência e o bem estar das pessoas), criando dependência para as mulheres dentro do casamento. A junção entre amor, afeto, trabalho voluntário e

dependência econômica, aliada à suposta inabilidade das mulheres para o mundo público, são componentes da sua dificuldade em deixar de ser “a rainha do lar”.

Outro aspecto importante para entendermos essas questões são os tipos de famílias existentes e as relações que se estabelecem dentro delas. Apesar de existir um modelo idealizado “médio” de família (homem provedor/mulher dona de casa, casal e filhos) ele corresponde muito pouco ao real. As famílias mais abastadas, historicamente podem ter a seu serviço muitos assalariados (principalmente assalariadas) que cuidam dos trabalhos domésticos; as famílias de classe média, com a entrada das mulheres no mercado de trabalho, também passam a utilizar o recurso de contratação de outra mulher para realização desse serviço (permanente ou eventual); enquanto nas famílias da classe trabalhadora, as mulheres sempre estiveram no mercado de trabalho, mesmo assumindo, cumulativamente, o trabalho doméstico. Encontraremos nesse grupo social muitos arranjos familiares/de vizinhança, etc., que articulam outras mulheres (parentes, amigas) para dar conta das necessidades de cuidado dos filhos para que as mães possam trabalhar fora de casa.

Um número crescente de famílias hoje, em todas as classes sociais, são monoparentais, e, nesse caso, a maioria é chefiada por mulheres, que precisam dar conta do orçamento doméstico contando apenas com a sua própria renda. Mulheres e homens idosos vivendo sozinhos, solteiros, separados, viúvos, também constituem, cada vez mais, famílias “individuais”, principalmente nos centros urbanos. A ideia de que a família é um refúgio para onde os maridos vêm em busca de paz e tranquilidade, quando voltam do seu trabalho no mundo público, é mais ficção que realidade. As políticas públicas precisam se adaptar a essas situações e não contar que sempre exista uma mulher em casa para resolver os problemas de alimentação e cuidado dos demais componentes da família.

#### **4. SOBERANIA E SEGURANÇA ALIMENTAR NAS PAUTAS POLÍTICAS DAS MULHERES**

Em diferentes regiões do mundo, desde a década de 1980, mulheres urbanas e rurais vêm se organizando para denunciar situações em que suas condições materiais de

sobrevivência vêm sendo ameaçadas. Camponesas indianas do Himalaia, africanas do Quênia, seringueiras, castanheiras e quebradeiras de coco babaçu do Norte do Brasil, pescadoras equatorianas, moradoras de periferias norte-americanas atingidas pela contaminação do solo e da água por indústrias químicas, têm criado movimentos em que questionam os pressupostos do desenvolvimento capitalista, que permite que grandes empresas, em nome do progresso, destruam os modos de produção e de vida de milhares de pessoas. Em muitas dessas situações, as mulheres são as principais afetadas, porque as condições de produção de alimentos, obtenção de água e lenha – suas atribuições de gênero – são as primeiras a serem destruídas; por outro lado, como são excluídas dos espaços de poder, suas questões têm pouco apelo e visibilidade política.

Em 1992, na Conferência Mundial Meio Ambiente e Desenvolvimento, a Eco-92, movimentos de mulheres de várias partes do mundo tornaram pública a sua desconformidade com os rumos que as políticas de desenvolvimento estavam tomando. As mulheres presentes nesses eventos defendiam "um olhar feminino sobre o mundo", faziam críticas ao consumo predatório dos países do Norte, que agravava a pobreza no Sul, e ressaltavam a importância das ações locais para a recuperação do meio ambiente. Além disso, denunciavam que as consequências da crise ambiental recaíam sobre aquelas mais pobres, sem poder de voz ou de intervenção sobre o andamento dos processos, marginalizadas dos espaços de decisão.

As mulheres participaram organizadas também de vários eventos internacionais onde se discutiu especificamente o tema da segurança alimentar, como as Cúpulas Mundiais de Alimentação promovidas pela FAO, em Roma, em 1996 e em 2002 (Roma+5). Por outro lado, em eventos específicos de mulheres como, a Conferência de Beijing em 1995 e sobre a questão ambiental, também os temas do acesso aos recursos produtivos e a discussão de modelos de consumo estiveram presentes em Joahnesburg, em 2002. Em todos esses eventos, declarações e recomendações aos governos no sentido de dar mais poder às mulheres foram firmadas, reconhecendo as suas desvantagens em relação aos homens quanto às condições para participar ativamente da definição das políticas em todos os níveis (SILIPRANDI, 2009).

Essas questões também estiveram presentes na pauta política de eventos organizados pela sociedade civil, como os Fóruns Sociais Mundiais, a partir de 2001, o Fórum de Soberania Alimentar, ocorrido em Havana em 2001, e o Fórum de Nyeleni realizado em Mali em 2007. Movimentos sociais internacionais como a Via Campesina e a Marcha Mundial de Mulheres têm dado crescente importância às questões de soberania e segurança alimentar de um ponto de vista das mulheres.

Existem demandas históricas que precisam ser encaminhadas como condição de empoderamento das mulheres, e que continuam na agenda até hoje. Dizem respeito ao acesso das mulheres aos recursos produtivos, a mudanças na divisão sexual do trabalho e à valorização social das mulheres. Exemplos dessas medidas: promover e aumentar a participação das mulheres em todas as políticas, programas e projetos de promoção do desenvolvimento; aumentar o acesso das mulheres a informações, como condição para melhorar a sua participação; enfrentar a questão do trabalho doméstico e oferecer mais infraestrutura para o cuidado dos filhos; garantir o acesso a políticas públicas de crédito, água, terra, emprego, equidade de renda; garantir os direitos sexuais e reprodutivos de homens e mulheres; eliminar todas as formas de discriminação; promover mudanças nos padrões que estigmatizam a imagem da mulher, assim como padrões de consumo depredadores; e valorizar o trabalho não remunerado das mulheres nas contas nacionais, reforçando a sua contribuição à economia.

Hoje os movimentos de mulheres têm chamado a atenção também para outros aspectos específicos das transformações recentes nos modelos produtivos que têm implicações sobre os temas de segurança e soberania alimentar, tais como o enfrentamento ao poder dos grandes conglomerados transnacionais da área de alimentação (que incluem as empresas controladoras das sementes, agrotóxicos, comercialização das commodities, distribuição de alimentos, muitas das quais, líderes dos setores bioquímicos e farmacêuticos). O modelo hegemônico, representando pelo poder dessas empresas, ameaça ao mesmo tempo à saúde das pessoas e do ambiente e compromete a capacidade dos países de implantar políticas autônomas de segurança alimentar e nutricional. As mulheres denunciam ainda que essas empresas progressivamente vêm mercantilizando e “medicalizando” a saúde das pessoas,

impondo às mulheres, por exemplo, contraceptivos invasivos, hormônios sintéticos para a menopausa, além de medidas de controle forçado da população – sem que todos os fatores de risco para a saúde das pessoas sejam avaliados.

Ao mesmo tempo, as mulheres vêm construindo, em vários países, em espaços urbanos e rurais, experiências alternativas de produção e distribuição de alimentos, baseadas em tecnologias brandas, ecológicas, e orientadas pela economia solidária e feminista. Nessas experiências, resgatam os conhecimentos e aportes históricos das mulheres na alimentação e no cuidado dos demais, em uma perspectiva emancipatória e coletiva, e defendem outro modelo produtivo e de consumo em que se alimentar adequadamente e de forma prazerosa não signifique uma sobrecarga de trabalho para as pessoas, e tampouco para as mulheres.

Muitos grupos de mulheres, de fato, focalizam a sua atuação na produção de alimentos (in natura ou transformados); no cultivo de pequenos animais; na preservação e na aclimação de espécies (por meio de bancos de sementes ou de conservação nas propriedades); na transmissão de conhecimentos sobre a produção e o uso de plantas medicinais, por exemplo. Muitas dessas atividades não são valorizadas socialmente, consideradas apenas “atividades complementares” aos cultivos comerciais, considerados “principais” e sob-responsabilidade dos homens.

Os movimentos de mulheres vêm trabalhando essas questões, por um lado, valorizando as experiências concretas das mulheres, nas casas, nas comunidades, buscando fortalecê-las como sujeitos dessas experiências; e, ainda, propondo a valorização da alimentação saudável e das questões da saúde das pessoas e do ambiente como parte de uma discussão mais geral sobre o sistema agroalimentar, propondo, em espaços mistos, formas de enfrentar esse modelo.

Não é uma discussão isolada, na qual as mulheres permanecem em um gueto, discutindo “coisas de mulher”. Elas se investem da condição de defensoras de um modelo produtivo centrado na produção de alimentos e sustentável ambientalmente, em função de que essas sempre foram tarefas suas na divisão do trabalho. Mas, avançam como já foi colocado, para o questionamento sobre as multinacionais do setor, posicionando-se quanto aos problemas gerados pela monopolização das sementes, o uso da terra para outros produtos que

não os alimentos, os agrotóxicos, a alimentação industrializada, entre outros temas de abrangência mais geral.

A forte politização com que essas lutas vêm sendo colocadas publicamente – com ações de enfrentamento a grandes empresas, a laboratórios transnacionais, disputas por políticas públicas, críticas a acordos comerciais internacionais – evidenciam que não se trata, para elas, de lutas menores, mas de embates de projetos em que as mulheres estão se posicionando a partir da sua condição de gênero, no sentido de uma transformação social mais ampla.

## REFERÊNCIAS

- CARRASCO, C. La sustentabilidad de la vida humana: ¿un asunto de mujeres? In: MAGDALENA, L. T. (Comp.). *Mujeres y trabajo: cambios impostergables*. Porto Alegre: REMTE, 2003.
- DEERE, C. D.; MAGDALENA, L. T. *O empoderamento da mulher: direitos à terra e direitos de propriedade na América Latina*. Porto Alegre: UFRGS, 2002.
- FOUGEYROLLAS-SCHWEBEL, D. Trabalho doméstico, serviços domésticos. In: FARIA, N.; NOBRE, M. (Orgs.). *O trabalho das mulheres: tendências contraditórias*. São Paulo: SOF, 1999.
- HIRATA, H. Trabalho doméstico: uma servidão voluntária? In: GODINHO, T.; SILVEIRA, M. L. (Orgs.). *Políticas públicas e igualdade de gênero*. São Paulo: Prefeitura Municipal, 2004.
- KERGOAT, D. Divisão sexual do trabalho e relações sociais de sexo. In: EMILIO, M. et al. (Orgs.) *Trabalho e cidadania ativa das mulheres: desafios para as políticas públicas*. São Paulo: Prefeitura Municipal, 2003.
- MARTÍNEZ, A. J. *El ecologismo de los pobres: conflictos ambientales y lenguajes de valoración*. Barcelona: Icaria/Antrazyt/FLACSO, 2004.
- NOBRE, M. Introdução à economia feminista. In: FARIA, N.; NOBRE, M. (Orgs.). *Economia feminista*. São Paulo: SOF, 2002.

\_\_\_\_\_; FARIA, N. Feminismo em movimento: temas e processos organizativos da marcha mundial de mulheres no fórum social mundial. *Estudos Feministas*, Florianópolis, v. 11, n. 2, p. 623-632, jul./dez. 2003.

PICCHIO, A. Visibilidad analítica y política del trabajo de reproducción social. In: CARRASCO, C. (Org.). *Mujeres y economía: nuevas perspectivas para viejos y nuevos problemas*. Barcelona: Icaria, 1999.

PULEO, A. Del ecofeminismo clásico al deconstrutivo: principales corrientes de un pensamiento poco conocido. In: AMORÓS, C.; DE MIGUEL, A. (Eds.). *Teoría feminista: de la ilustración a la globalización. De los debates sobre el género al multiculturalismo*. Madrid: Minerva, 2005.

\_\_\_\_\_. Feminismo y ecología. *El Ecologista*, n. 31, p.36-39, 2002.

SALAZAR, R. H. Mujer y medio ambiente: acuerdos internacionales. In: GARCIA, V. V. *Género, sustentabilidad y cambio social en el México rural*. México: Colegio de Postgraduados, 1999.

SCOTT, J. Gênero: uma categoria útil para os estudos históricos? *Educação e Realidade*, Porto Alegre, v. 16, n. 2, p. 5-22, dez. 1990.

SHIVA, V. *Abrazar la vida: mujer, ecología y supervivencia*. Montevideo: Instituto del Tercer Mundo, 1991.

\_\_\_\_\_. *Cosecha robada: el secuestro del suministro mundial de alimentos*. Barcelona: Paidós, 2003.

SILIPRANDI, E. Ecofeminismo: contribuições e limites para a abordagem de políticas ambientais. *Agroecologia e Desenvolvimento Rural Sustentável*, Porto Alegre, v. 1, n. 1, p. 61-71, jan./mar. 2000a.

\_\_\_\_\_. *Mulheres e agroecologia: a construção de novos sujeitos políticos na agricultura familiar*. 2009. 291 f. Tese (Doutorado em Desenvolvimento Sustentável)- Universidade de Brasília, Brasília, 2009.

\_\_\_\_\_. Mulheres rurais e políticas de desenvolvimento In: CONGRESSO MUNDIAL DE SOCIOLOGIA RURAL, 10., 2000, Rio de Janeiro; CONGRESSO BRASILEIRO DE ECONOMIA E SOCIOLOGIA RURAL, 38., 2000, Rio de Janeiro. *Sustentabilidade e*

*democratização das sociedades rurais da América Latina*. Rio de Janeiro: SOBER, 2000b. 1 CD-ROM.

\_\_\_\_\_. Políticas de alimentação e gênero: desafios para uma maior equidade. In: FARIA, N.; NOBRE, M. (Orgs.). *A produção do viver*. São Paulo: SOF, 2003.

Recebido o 10/02/2012 – Aceito o 20/03/2012

**Outros Temas**

---



# ariús

Revista de Ciências Humanas e Artes

ISSN 0103-9253 versão impressa – ISSN 2236-7101 versão online

## AVATARES DEL ESTUDIO SOBRE EL PENSAMIENTO SOCIAL

---

Cuauhtémoc Chávez Zavaleta<sup>54</sup>

### RESUMEN

En este trabajo se intenta una revisión de los estudios sobre el "pensamiento", distinguiendo entre aquellas tradiciones que se concibe como una propiedad del individuo, de aquellos que se clasifican como entidad social. Se establece un paralelismo entre los acontecimientos que han cruzado ambas tradiciones a lo largo de la historia, comenzando en la antigua Grecia, a través del renacimiento, haciendo una "parada obligada" *decimonónica* sobre la fertilidad y el siglo XX. Después del cual se produce un deterioro durante al menos 3 décadas de este siglo, para terminar con su resurgimiento en la década del 70, que permite el boceto del paisaje actual del tema que nos ocupa. Esta revisión trata de no ser exhaustiva, hemos considerado mejor elegir algunos autores representativos, para explicar el *modelo de la intersubjetividad* o llamar de la llamada *psicología interpretativa*.

**Palabras clave:** Pensamiento Social. Intersubjetividad. Psicología Social.

---

<sup>54</sup> Doutor em Psicologia Social e Ambiental. Professor da *Universidad Nacional Autónoma de México*. Email: [zavaleta@unam.mx](mailto:zavaleta@unam.mx).

## AVATARS OF THE STUDY OF SOCIAL THOUGHT

---

### ABSTRACT

In the present work is tried to make a revision of the studies about the ‘thought’, distinguishing between those traditions that have conceived it like a property of the individual, of that place it like a social entity . He draws a parallelism between the vicissitudes that in both traditions has crossed throughout the history, initiating in old Greece, transferring us to Renaissance, doing one forced “shutdown” in the decimononic fertility and the beginnings of the century XX, after which a decay comes at least during 3 decades intermediate of the century, to finish with its resurgence in the decade of the 70, that allows to outline the present panorama of the subject that occupies to us. In this revision we have not tried to be exhaustive, rather we have chosen a few authors of whom she has been said are representative, to give to account of the *model of the inter-subjectivity* or the call *interpretative psychology*.

**Keywords:** Social Thought. Intersubjectivity. Social Psychology.

### 1. INTRODUCCION

En el presente trabajo se intenta hacer una revisión de los estudios sobre el ‘pensamiento’, distinguiendo entre aquellas tradiciones que lo han concebido como una propiedad del individuo, de aquellas que lo colocan como una entidad social. Se trata de establecer un paralelismo entre las vicisitudes que en ambas tradiciones ha atravesado a lo largo de la historia, iniciando en la antigua Grecia, trasladándonos al renacimiento, haciendo una obligada “parada” en la fertilidad decimonónica y los inicios del siglo XX, después de la que viene un decaimiento al menos durante 3 décadas intermedias del siglo XX, para terminar con su resurgimiento en la década de los 70, que permite esbozar el panorama actual del tema que nos ocupa.

En dicha revisión no hemos intentado ser exhaustivos, más bien hemos elegido unos cuantos autores de los que se ha dicho son representativos, para dar cuenta del modelo de la intersubjetividad o la llamada psicología interpretativa (CISNEROS, 2000).

Desde que según Gómez (1985), *psycho* significa mente u actividad mental (del griego *psikho*- ‘alma’, de *psykhé* ‘alma, el yo, vida, aliento’, de *psýkhein*, ‘respirar’; ‘soplar’), resulta paradójico la inestabilidad que este tipo de fenómenos han tenido en las disciplinas que reclaman la potestad del estudio del psiquismo.

Ya sea que la *mente*, y por consiguiente el *pensamiento* considerado como una de sus funciones principales, sea visto como un atributo del individuo o se le coloque en el seno de lo social, y a pesar de las diversas versiones que se han propuesto, el desarrollo histórico de su estudio corre por líneas con cierto paralelismo. Aunque de poco interés en este documento, en el caso del pensamiento individual, según Mayer (1986), su estudio puede remontarse a la doctrina aristotélica del asociacionismo<sup>55</sup>, es decir a la filosofía griega clásica; vuelto a retomar en el siglo XVIII (asociacionistas-empiristas ingleses: John Locke, David Hume y George Berkeley, entre otros, todavía dentro de la filosofía); y sólo con un forma más sólida y ya francamente “inaugurada” la psicología, a finales del siglo XIX e inicios del XX con los trabajos de Wilhem Wundt<sup>56</sup>, del grupo de Wurzburg<sup>57</sup>, de la versión no asociacionista del pensamiento (implica complejos o ‘todos’ organizados) de Otto Selz en 1913, con la aparición de la psicología de la Gestalt en Alemania en la década de 1920, para concluir esta etapa. Lo que ocurre durante las siguientes cuatro décadas, es la desaparición del ‘*pensamiento*’ entre las investigaciones de los psicólogos, a causa del “boom” del conductismo, que si acaso lo aceptaba como concepto, se esforzaban por construir el objeto de manera que pudiera

---

<sup>55</sup> El planteamiento asociacionista supone que la vida mental puede ser explicada con base en las ideas (elementos) y asociaciones (lazos) entre ellas, por contigüidad, similitud o contraste (MAYER, 1986).

<sup>56</sup> Quien propiamente no estudia el pensamiento, pues desde una perspectiva positivista que considera que el objeto observado es independiente del observador (MANDLER; MANDLER, 1964, apud MAYER, 1986), el pensamiento como objeto por excelencia de la psicología, debería estudiarse de dos maneras: los procesos simples, como los reflejos, sensaciones y percepciones fisiológicas, podrían ser estudiados por métodos experimentales directos y los procesos psíquicos superiores, acerca de los cuales <<nada puede descubrirse en esos experimentos>> (WUNDT, 1873 apud MAYER, 1986).

<sup>57</sup> Watt (1905; ACH, 1905; KULPE, 1912 apud MAYER, 1986), “llevan” el ‘*pensamiento*’ al laboratorio, para estudiarlo con la introspección; sus hallazgos sirven para poner en tela de juicio al asociacionismo como principio de la actividad mental: atomismo, mecanización, empirismo y las imágenes como “átomos”.

estudiarse objetivamente<sup>58</sup>. Finalmente, a partir de los 60, se observa un renacimiento del interés en el cognoscitivismos psicológico.

Como tema central de nuestro trabajo, en el caso del ‘pensamiento’ entendido como una entidad social, supraindividual, “*independiente e incluso anterior a los individuos que componen los grupos*” (BLANCO, 1988), manifestando evidente oposición al individualismo, también parece tener sus raíces en la antigua Grecia, incluso previa al surgimiento de la filosofía, como lo sugiere Vico (1996), que caracteriza a las fabulas como “*verdaderas y fundadas historias de las costumbres de las antiquísimas gentes de Grecia*”; lo que actualmente podría ser reconocido como una manera de aproximarse al estudio del pensamiento social<sup>59</sup>. De hecho, pueden encontrarse ideas de este tipo en Jenófanes (570-478 a.C., apud GALLEGO-BADILLO, 1996), cuando indica la peculiaridad del pensamiento humano de ser determinado por su propia naturaleza – que es indiscutiblemente social-:

*Más los mortales piensan  
que, cual ellos, los dioses se engendraron;  
que los dioses, cual ellos, voz y traza y sentidos poseen.  
Pero si bueyes y leones,  
manos tuvieran  
y el pintar con ellas,  
y hacer las cosas que los hombres hacen,  
caballos a caballos, bueyes a bueyes,  
pintarán parecidas ideas de los dioses;  
y darían a cuerpos de dioses formas tales*

<sup>58</sup> Algunas direcciones que siguieron los intentos de operacionalización son el considerar al ‘pensamiento’ como una cadena de respuestas encubiertas (respuestas mediacionales). En este caso los datos objetivos resultaban ser la actividad muscular (WATSON, 1930) o la actividad cerebral (PENFIELD, 1958).

<sup>59</sup> Tal vez por ello Vico (1996, p. 74), afirme que “*la primera ciencia que debe conocerse es la mitología, o sea, la interpretación de las leyendas (puesto que, como se verá, todas las historias gentiles tienen sus orígenes legendarios), y puesto que los mitos constituyeron las primeras historias de las naciones gentiles*”. De ahí que afirme que “*si los poemas de Homero son historias civiles de las antiguas costumbres griegas, constituirían dos grandes tesoros del derecho natural de las gentes de Grecia*” (VICO, 1996, p. 108).

*que a las de ellos cobran semejanza*

(GARCÍA BACCA, 1978 apud GALLEGO-BADILLO, 1996).

Al respecto, agrega Vico (1996, p. 176), “*es digno de observación que en todas las lenguas la mayor parte de las expresiones en torno a las cosas inanimadas se han elaborado con elementos extraídos del cuerpo humano, de sus partes, así como de los sentimientos y las pasiones humanas.*”

Hasta aquí, las raíces profundas de esta tradición en el estudio del ‘pensamiento social’. Ahora, de acuerdo con Blanco (1988), deberíamos trasladarnos a la época del idealismo alemán, el cual podría quedar resumido en el pensamiento de Johann Gottlieb Fichte.

[...] el espíritu subjetivo (Einzelgeist) sólo adquiere sentido en relación con un Espíritu Objetivo que se materializa en rasgos, características, disposiciones y hasta manifestaciones psicológicas propias de pueblos, naciones y comunidades, el Volksgeist que, a su vez, no es sino un eslabón, un momento, un grado de un espíritu eternamente universal, el Weltgeist [...] (BLANCO, 1988, p. 27).

## **2. EL IDEALISMO**

Sin embargo, medio siglo antes, en Italia ya encontramos a quien reflexionara filosóficamente sobre el asunto del carácter social del pensamiento humano. Será Vico (1996), el que se esfuerce por describir como procesos sincrónicos el desarrollo de las lenguas (tres lenguas correspondientes a tres edades: la jeroglífica o secreta, la poética o simbólica y la epistolar o vulgar), del ‘pensamiento’ (desarrollo desde estados primitivos / “infantiles”, a unos “civil-izados” de comprender el mundo y los asuntos de la vida cotidiana: sentido común, según tres formas de conciencia o espíritu de los tiempos), de las instituciones (matrimonio/familia, leyes/derecho, religión), de las formas de propiedad (de la tierra), para la

constitución de las naciones; con lo que trata de dar cuenta del tránsito de la animalidad a la humanidad<sup>60</sup> (BERMUDO, 1996).

Para Giambattista Vico es en las naciones donde *se produce* el mundo, gracias a la ‘*providencia*’ mediada por los hombres, al parecer refiriéndose a las acciones legislativas que considera propias de la naturaleza social del hombre, como las primeras puestas en común y ampliación de las visiones de ese mundo, es decir, del ‘pensamiento social’. Se trata de la instauración del orden civil que constituye lo social en el medio a través del cual el hombre se hace a sí mismo (BERMUDO, 1996). Por ejemplo, en la “primera edad” de Giambattista Vico, los hombres vivieron entre ellos conmovidos y agitados por un terrible miedo a Júpiter y a cualquier divinidad del cielo que ellos mismos inventaron y en la que creían.

Entonces, si Vico (1996) considera que el ‘sentido común’ del género humano es el criterio “enseñado” a las naciones por la “providencia divina”, para garantizar la certeza en el derecho natural de las gentes (para hacer de las pasiones virtudes), y se trata de un “juicio sin reflexión alguna, comúnmente sentido por todo un orden, por todo un pueblo, por toda una nación o por todo el género humano, serán las hablas vulgares los testimonios más sólidas de las costumbres de los pueblos. Es aquí que notamos la propuesta viciana para estudiar el ‘pensamiento social’.

Posteriormente, regresando a Alemania, pero ahora ya en el siglo XIX, con la herencia del idealismo alemán, que posteriormente será identificada con ‘holismo sociológico’<sup>61</sup> (BRODBECK, 1958 apud BLANCO, 1988), es el neokantiano John Friederich

---

<sup>60</sup> La historia comienza con unos hombres que vivieron “*en soledad como fieras salvajes*, [...sólo guiados por...] *la búsqueda de su propia utilidad*, (VICO, 1996, p. 37), comenzaron a luchar por sobrevivir no sólo contra otros hombres, sino contra la naturaleza cuyas manifestaciones causaron su miedo, naciendo las ideas sobre divinidades, que los llevo al nomadismo, para terminar fijos en una tierra (gracias a los matrimonios, sepulturas y cultivo de la tierra), en la que el miedo deja su hegemonía al interés, y se posibilita la fundación de las naciones, en las que se busca “*vivir con justicia y a conservarse en sociedad*”, o sea realizar un “contrato social”. Son tres las jurisprudencias que en este transcurso determinan tres diferentes “naturalezas civiles”: la teología mística, la jurisprudencia heroica y la jurisprudencia de equidad natural.

<sup>61</sup> El holismo sociológico, sobre el que Brodbeck (1958 apud BLANCO, 1988), parece ofrecer la visión más acabada, supone que hay unos “todos” que tienen características propias, que emergen de la interacción de sus componentes y son diferentes a las de éstos tomados individualmente. Dichos “todos”, que pueden ser identificados con los grupos, son entidades supraindividuales (por ejemplo, neoliberalismo, mercantilismo, crisis económica, consumismo, sustentabilidad, cohesión, identidad colectiva, comunidad, estratificación, estabilidad,

Herbart en 1825, quien recobra, todavía desde la filosofía, la idea que estamos rastreando, a través de tres postulados: a) el sujeto aislado es una pura abstracción, mera entelequia; b) la psicología debe ser una de las relaciones entre los individuos; y c) hay paralelismo entre el psiquismo individual y el colectivo (BLANCO, 1988). En sus propias palabras:

el individuo no es nada fuera de la sociedad. No se conoce al individuo completamente aislado; sabemos que le faltaría la humanidad. No comprendemos completamente al individuo mientras lo sigamos considerando como una parte de la humanidad; lo reconoceremos mejor cuando miremos su figura agigantada en el Estado, en la nación” (BLANCO, 1988, p. 36).

Pero son Moritz Lazarus y Hermann Stenthal en 1860, según Blanco (1988), quienes, siguiendo planteamientos herbartianos, empiezan la exigencia de una psicología diferente a la individual, que se ocupe de lo social y de las ideas, de las representaciones y actividades que se derivan del intercambio psíquico entre los individuos y de la vida histórica de los pueblos. Se trata de una “psicología de los pueblos”, donde se puntualizan los elementos que rigen esta forma de psiquismo colectivo: el lenguaje, las costumbres y la religión; tratan de hacer una historia psicológica de la humanidad describiendo a los diferentes *Volksgeist*, es decir de su ‘pensamiento social’, idea que recuerda esos planteamientos vicianos. Lo importante es que esta manera filosófica de entender al ‘pensamiento’, con una naturaleza social, es la tradición donde puede ubicarse el surgimiento de la psicología social (análogo a la inauguración de la psicología individual con los pretendidos estudios del pensamiento de Wundt).

Nuevamente, reflexionando sobre las ideas de Herbart, tratando de traducir su pensamiento filosófico a uno psicosocial, Gustav Adolf Lindner en 1871, considera a la sociedad (Gesellschaft) como un ente simbólico, por encima del individuo y como característica central de su existencia. Reivindica una psicología social (como parte de la

---

unanimidad, pensamiento grupal). Dichas propiedades de eso “todos” definen las relaciones entre los individuos dentro de éstos.

psicología general), ocupada de la “*descripción y esclarecimiento de los hechos que se derivan de los intercambios psíquicos de los individuos, sobre los que se apoya la vida psíquica de una sociedad*” (LINDNER, 1871, p. 14 apud BLANCO, 1988). El “espíritu público” (*öffentlicher Geist*) o conciencia pública, se conforma a partir de vida psíquica social, que inunda los espíritus y conciencias individuales.

Hay que reconocer sin embargo, que a pesar de estos planteamientos, Gustav Adolf Lindner se propone el descubrimiento de leyes y mecanismos de la conciencia social (que se concretizan en el Estado). Dichas leyes mecanismos son análogos a los que rigen a la conciencia individual, al menos en siete asuntos: a) ambas tienen múltiples determinaciones internas, llamadas representaciones; b) la conciencia individual y la social son muchas veces estados contrapuestos; c) el estado interno de la conciencia individual se origina en el intercambio continuo de sus representaciones y las de otros, de manera que cada individuo recibe influencias de los otros estados internos de los otros individuos (dicho intercambio conforma la conciencia social), a los cuales también influye aunque de manera modesta; d) El espíritu individual y el Estado poseen un sistema externo de organización que posibilita los estados internos; en un caso es el sistema nervioso y muscular, en otro los medios de comunicación física (carreteras) y psíquica (lenguaje); e) Los intercambios internos ocurren ya sea por colaboración o bien por el conflicto (obstáculos); f) el individuo y el Estado son unidades, que son fruto de fuerzas de supervivencia; g) las representaciones sociales e individuales producen fenómenos secundarios, como la inteligencia, el sentimiento, la motivación, en el caso de los individuos, o la memoria colectiva o la fantasía social en el caso de la conciencia social.

Ese holismo sociológico o su recia influencia para ésta época, amén de las intenciones positivistas que sus representantes declaran en su afán de encontrar leyes que permitan explicar y predecir la actuación de los individuos a partir del conocimiento de la “dinámica grupal”, esta idea es acogida por prominentes personajes de las ciencias sociales: Karl Marx, afirmando que el hombre y lo que hace proviene de la actividad que desempeña en el proceso de producción; lo que Emilie Durkheim atribuiría a las normas e imposiciones sociales; o Dahreedorf a los papeles socialmente definidos (BLANCO, 1988).

El hombre es así concebido como un *homo sociologicus*, que Emile Durkheim coloca como materia del pensamiento sociológico, subrayando la sumisión del individuo a la sociedad: pues lo individual se origina en la vida colectiva, que tiene supremacía intelectual, moral y psicológica. La manera de ver al mundo es resultado de su inserción social, pues “*el grupo piensa, siente, obra de un modo completamente distinto que sus miembros, si estos estuvieran aislados*” (DURKHEIM, 1986, p. 116). Pero no sólo es una entidad independiente y primaria, tiene una existencia tan real e independiente como los propios hechos físicos. No podemos soslayar que se trata de un determinismo social, que dibuja una postura neo-idealista alemana, del Volksgeist y de la Volksseele (alma propia de los pueblos, de carácter psíquico y supraindividual). En este contexto, la noción de ‘representaciones colectivas’ corresponde a una fuerza impersonal, anónima, difusa que emana de la misma sociedad, compartidas por los individuos pertenecientes a una misma sociedad y son muy estables. Las diferencias entre las sociedades se explican por diferentes representaciones colectivas que orienta los pensamientos y las conductas de los individuos en un sentido específico propio (GUIMELLI, 2004).

Para este autor, incluso Tarde tiene una versión del ‘pensamiento social’, que puede ser relacionada con las ideas de ‘opinión pública’ y de ‘acción colectiva’. Su existencia como entidad supraindividual, se debe a los contactos interpersonales a través de conversaciones y de procesos imitativos (principios de la sociabilidad y la influencia social). No son elaborados por los propios individuos, sino heredados del grupo social (públicos).

Ya habiendo llegado a ubicar a la psicología social, como lo reclamara Celestin Bouglé en 1896, como un lugar conveniente para después entender el actual panorama del estudio del ‘pensamiento social’, en 1914, Hans Lorenz Stoltenberg, distingue entre una sociopsicología, que trataría de aclarar el papel que los otros juegan en la conciencia individual, a partir de las experiencias de intercambios o por las actitudes de los otros, centrándose en características externas al grupo; de una psicopsicología, que trataría de estudiar el alma del grupo, su interior, que se interesa en las manifestaciones psíquicas en cuanto están condicionadas por procesos o acontecimientos grupales (BLANCO, 1988).

Pero antes Raoul de la Grasserie en 1912, con su *psychologie sociologique* propuso estudiar los caracteres particulares de los pueblos y naciones, y la influencia que sobre el carácter y la personalidad individual ejercen las distintas organizaciones y unidades sociales como la familia, la comuna, la provincia, el Estado, la Confederación (BLANCO, 1988).

Y todavía antes Draghicesco en 1904, habla de ‘sociología psicológica’, interesada por la fenomenología de la conciencia, cuya causa está en la estructura de la sociedad, o en la evolución histórica, en la colectividad y en la vida en común. Se trata de una postura que rechaza el positivismo, toda vez que “*la conciencia es independiente de sus condiciones fisiológicas de la misma manera que la vida que se manifiesta en la célula es independiente de las sustancias químicas que la componen*” (BLANCO, 1988)

De manera más contundente, George Herbert Mead en 1905, sostiene que la conciencia es irreductible a la vida orgánica, pues su origen es social, supraindividual, y la disciplina encargada de su estudio puede llamarse Psicología de los Pueblos, Psicología Social, Sociología Psicológica o Psicología Sociológica, le da igual. Lo importante es que según Mead, existe una interacción entre el self (el *Yo* y el *Mi*) y la sociedad, que se puede denominar ‘intersubjetividad’, en la que quien se comunica puede comunicarse consigo mismo; y esta comunicación crea realidad (GUEVARA, 2005). Concretamente, en el pensamiento concurren tres interlocutores: el Yo (individuo específico), el Mí (alter, de naturaleza más general y societal) y el Otro (generalizado); es “acto social”, en el que el símbolo y su significado son propiedad de la situación interactiva. De ahí que afirme que la conciencia individual se origina en la interacción social en la que participan los individuos.

Otro caso similar es el de William Isaac Thomas en 1909, quien considera que la realidad tiene un estatuto intersubjetivo sensible a los significados que los actores le confieren, de manera que “si los hombres definen ciertas situaciones como reales, entonces éstas son reales en sus consecuencias” (CISNEROS, 2000). De esta manera, desde una tradición etnográfica intenta incorporar la cultura en la conducta individual y colectiva. Además propone un acercamiento al objeto, tal que es necesario reconstruir el tratamiento subjetivo a través de autorrepresentaciones biográficas, que son unidades narrativas de la experiencia humana.

Hasta aquí podemos decir que en la psicología social se habían conseguido grandes avances en la generación de “conceptos intermedios” necesarios para configurar una disciplina científica (BLANCO, 1988), tales como ‘intercambio psíquico’ ‘espíritu público’, ‘conciencia social’ o ‘pública’, ‘influencia recíproca’, ‘vida psíquica social’ (creados “desde dentro”, desde una psicología con marcado talante social), y resuelven el dilema de aplicar directamente teorías generales –como el marxismo–, a fenómenos concretos de la vida humana, y que se acomoden a estos.

### 3. LA MODERNIDAD

Lo que ocurre en adelante, no es tan afortunado. A partir de 1928 y 1935 se reconoce la aceptación de la actitud en la psicología social, una vez que se ha logrado despojarla de sus remanentes fisiológicos, sociológicos, estéticos, de su complejidad y se “demuestra” que se puede medir, quedando convertida en variable y se convierte en uno de los constructos más importantes y distintivos en la disciplina (JAVIEDES, 2004). La actitud llega para quedarse, pero desde esos momentos y hasta fines de los 50, su examen eclipsa el estudio del ‘pensamiento’<sup>62</sup>, tal y como paso con el conductismo en el caso de la psicología individual. Smith (1981 apud JAVIEDES, 2004, p. 400) afirma que:

[...] en los años cincuenta y antes, las veredas de la psicología social proporcionaban un refugio a los psicólogos desviados que no querían desistir de la idea de considerar a la gente pensante y concedora. Ahora los psicólogos cognitivos del procesamiento humano de la información son la avenida principal.

No hay que olvidar que el cognoscitivismo no es con mucho, el área donde más robustamente se ha estudiado el pensamiento. Sobre todo hay que ver la inquietud de Smith,

---

<sup>62</sup> Sin embargo, no hay que perder de vista que durante las décadas de los 30, la tradición de la psicología social de los grupos continua con un fuerte trabajo, principalmente en el tema de la “mente grupal”.

como la sentencia de que la psicología individualista prevalecerá, y lo hace hasta nuestros días, quizá ya no como principal fuerza hegemónica, pero sí con suficiente presencia. Hay que recordar que la permanencia del paradigma behaviorista y los modelos inspirados en el tratamiento computacional de la información dan del conocimiento una descripción formal que, situada en el nivel intraindividual, conserva su generalidad sólo a costa de la exclusión de sus propiedades expresivas, comunicativas y referenciales (JODELET, 2003).

Así ocurre, pues hasta la actualidad hemos visto la presencia de intentos por estudiar el ‘pensamiento social’ desde perspectivas cognoscitivistas. Tal es el caso de la atracción por el estudio de las creencias y las representaciones ideológicas, que se ha conducido por la misma dirección que en el estudio de las actitudes (DECONCHY, 1985). Es el caso de Adorno (1950), que aunque busca reveladores empíricos fechados y situados, de carácter cultural y ecológicos, significativos individualmente, se concentra en encontrar lazos repetitivos entre las diversas actitudes que conformarían la personalidad autoritaria, y el de Milton Rokeach en 1948, que amplía el modelo de Theodor W. Adorno, incorporando al sistema de creencias (conductas ideológicas), la labor intelectual (operaciones lógicas) del individuo a la hora de evaluar a otras personas, además de los invariantes alrededor de la conducta, encontrando que las leyes del funcionamiento de las interacciones sociales mínimas y puntuales (cara a cara) y las referidas a espacios sociales más amplios y con mayor carga ideológica no eran obligatoriamente los mismos (DECONCHY, 1985). Al menos se observa el reconocimiento de niveles superiores a los intraindividuales y a la mera interacción. En este sentido, Flament y Rouquette (2003), afirman que el pensamiento social puede describirse en términos de niveles de integración y variabilidad: mientras que lo ideológico tiene el mayor nivel de integración y la menor variabilidad, seguido de las representaciones sociales, mientras que las actitudes y más aún las opiniones son las de mayor variabilidad y con menor nivel de integración.

Como se quiera que sea, hay varios autores que en los setentas comienzan a hablar de una crisis en las ciencias sociales (PAEZ et al., 1992), particularmente en la psicología social. Gerardo Marín menciona a Gergen (1973; SCHLENKER, 1974; RODRÍGUEZ, 1976; MONTERO, 1978 apud MARÍN 1980), como ejemplos. Para Geertz (1980), se trata de un

‘giro cultural’, es decir una refiguración del pensamiento social, a lo que agregaríamos que al pensamiento se le piensa de manera diferente. Dicho movimiento, se caracteriza por una enorme mezcla de géneros en la ciencia social, muchos científicos sociales se han apartado de un ideal de explicación de leyes hacia la búsqueda de casos e interpretaciones, así como que las analogías que se trazan desde las humanidades están siendo útiles en la comprensión sociológica (GEERTZ, 1980). Estos primeros años (que algunos señalan como los 60 y otros los 70 o ambos) han sido prodigiosamente fecundos para las orientaciones simbólicas (CISNEROS, 2000), pues se ha mantenido:

[...] la tendencia a concebir la vida social como algo que está organizado en términos de símbolos (signos, representaciones, signifiants, darstellungen... la terminología es variada), cuyo significado (sentido, valor, signification, bedeuung) debemos captar si es que queremos comprender esa organización y formular sus principios, [e incluso] ha crecido hasta alcanzar proporciones formidables” (GEERTZ, 1980).

Es en este contexto, donde confluyen imprescindiblemente trabajos de la tradición comprensiva, el interaccionismo simbólico, la etnometodología, el construccionismo, la fenomenología, que entendemos el trabajo de Schütz (1962, 1977, 1979 apud CISNEROS, 2000) en su sociología comprensiva<sup>63</sup>, que reuniendo planteamientos comprensivos y fenomenológicos, pretende estudiar los ‘mundos de vida’, la vida cotidiana, a través de la

---

<sup>63</sup> Nos parece uno de los trabajos más destacados al respecto, lo cual ha sido ya afirmado por Cisneros (2000), en cuanto a que Alfred Schütz ha tenido influencia en importantes trabajos posteriores, entre los que menciona los de Richard Sennett, Niki Harré, Pierre Bordieu, Franco Ferraroti, Clifford Geertz, Michel Maffesoli, [Kenneth Gergen](#); lo mismo puede decirse de los trabajos de la psicología comunitaria, como una crítica rebelde y reconstructiva de los mundos posible que orientan la acción social. Igualmente Berger y Luckman (1968), reconocen la influencia de Alfred Schütz a la hora de definir la sociología del conocimiento, como la interesada en los mundos del sentido común de la vida cotidiana.

constitución del sentido en las manifestaciones del habla: el sentido común (que nos recuerda a Giambattista Vico), tratando/recomendando la adopción de una *epojé fenomenológica*<sup>64</sup>.

Según Cisneros (2000), habiendo abrevado simultáneamente de las obras de Edmund Husserl y Max Weber, Alfred Schütz trata de trascender el estudio sólo de la conciencia temporal interna, es decir la de los individuos como lo había hecho Edmund Husserl, para encontrar las formas y elementos de la construcción intersubjetiva del orden social, ya que estuvo convencido de que la realidad no dependía de las estructuras ontológicas de los objetos, si no de los significados e interpretación de la experiencia de los otros en la vida cotidiana; de cierta manera elabora una sociología del ser social en su dimensión anónima (sin individuos); plantea entonces la necesidad de la ‘comprensión’ en la cual se nota la presencia de Max Weber, sólo que diferenciada de la simple comprensión observacional, para ubicar la conducta corporal en un contexto más amplio de significado, es decir, de los motivos<sup>65</sup> o según Natanson (2003), sentido de la conducta, que puede entenderse según un <<por qué>>, es decir basados en antecedentes ambiente o predisposición del actor, que remite a objetivos con base en el pasado (ocultos y marginales a la conciencia) y a un <<para>>, que son los fines a lograr, que tienen que ver con el futuro fantaseado (subjetivo).

El interés de Alfred Schütz es el mundo intersubjetivo de la cultura. Supone que hay realidades múltiples<sup>66</sup>, de la misma manera que existen diferentes ámbitos de sentido, unos de los cuales son construidos en nuestras experiencias cotidianas, pues “el mundo de la vida cotidiana es la región de la realidad en que el hombre puede intervenir y que puede modificar

---

<sup>64</sup> Suspensión de nuestra creencia en la realidad del mundo (versiones privilegiadas de la estructura social) como mecanismo para superar la actitud natural, radicalizándose: ‘indiferencia metodológica’ (CISNEROS, 2000).

<sup>65</sup> De acuerdo con Cisneros (2000), Alfred Schütz propone que en un primer momento observamos la conducta corporal, a continuación la colocamos en un contexto más amplio de significado; para ello la nombramos. Sin embargo el contexto puede ser diferente para el observador que para el observado, por lo que es necesario que para comprender el sentido de la conducta (motivo) aquel haga una estructuración espacio-temporal del mundo social, en sus tres diferentes regiones: el mundo de los contemporáneos, el de los predecesores y el de los sucesores. Al respecto, Natanson (2003), dice que el mismo acto de reflexionar es posible únicamente si el objeto sobre el que se reflexiona forma parte del pasado; el presente vivido de nuestro sí-mismo, es inaccesible para la actitud reflexiva: nuestro conocimiento del otro es posible en un no-presente inmediato.

<sup>66</sup> De acuerdo con Natanson (2003), la idea de realidades múltiples es un replanteamiento de William James, que habla de subuniversos (físico, científico, religioso y deusuario), para referirse a ámbitos finitos de sentido construidos por sentido y no por la estructura ontológica de las “cosas”. Estos mundos de sentido, son la ‘realidad eminente’ en la que el individuo vive crédulamente, desde su ‘actitud natural’.

mientras opera en ella” (SCHÜTZ, 1977, p. 25 apud CISNEROS, 2000); es el escenario de la acción social<sup>67</sup> (NATANSON, 2003).

De una manera que se antoja pensar como “paráfrasis” de Giambattista Vico, Alfred Schütz supone que la ‘actitud natural’<sup>68</sup> de la vida cotidiana está determinada totalmente por un motivo pragmático, sin embargo, debido a que se considera la existencia de semejantes inteligentes y que los objetos poseen un carácter experimentable, también ocurre una reciprocidad de perspectivas a partir de los intercambios de puntos de vista y el establecimiento de congruencia entre los sistemas significantes o marco común de interpretación (CISNEROS, 2000). Así, mi mundo cotidiano no es mi mundo privado, es un mundo intersubjetivo, compartido por nos-otros. Incluso la naturaleza, el ámbito de las cosas del mundo exterior, puramente como tales, es intersubjetiva.

Según Natanson (2003) para Alfred Schütz, esa realidad existe antes de nosotros, en formas culturales e históricas de validez universal, que para ser constituidas como mundos de sentido es necesaria la convergencia de tres asuntos: a) las interpretaciones desde la propia situación biográfica, donde los predecesores juegan un papel importante; b) el acervo de conocimiento que está a la mano o acumulación de tipificaciones, donde nadie nos enseña que lo común es común y que lo familiar es familiar, por lo que el sentido común se expresa individualmente dependiendo de la situación exclusiva que ocupa el individuo en el mundo social; y c) las coordenadas de la matriz social que dan las tipificaciones de ubicación espacio temporal, considerando el conocimiento de los otros “sí-mismos”. Por eso, aunque el

---

<sup>67</sup> En el pensamiento de Schütz, la acción es la conducta humana proyectada por el actor de manera autoconsciente, dotada de propósito, a partir de la interpretación subjetiva del sentido (*Verstehen*, como interpretación comprensiva: postulado de Max Weber). Incluso se distingue del fantaseo al fantaseo con propósito (efectuación) y se reconoce que abstenerse de actuar es un tipo de acción. Vista ampliamente la acción social es el ejecutar cotidiano que permite insertarse en el mundo exterior al poder influir en las cosas, ser advertido por otros y actuar desde el sentido común a partir de la comunicación intersubjetiva. Por eso, la comprensión de la acción social, intenta develar el sentido que el actor asigna a su acción, pues el comportamiento manifiesto no es sino un fragmento de su conducta total.

<sup>68</sup> En la ‘actitud natural’ el hombre usa una *epojé* específica que no es la misma que la *epojé fenomenológica*. Pero aquél no suspende su creencia, más bien suspende la duda sobre la existencia. Es el cimient del mundo de sentido común. En tanto que la ‘actitud natural’ tiene un motivo pragmático: “dominar el mundo”, superar obstáculos o esbozar proyectos, todo ello acompañado de una ‘ansiedad fundamental’ (“se que moriré”, “temo morir”), por eso el comportamiento forma parte de sistemas interrelacionados de esperanzas, temores, necesidades, satisfacciones, oportunidades y riesgos (NATANSON, 2003).

individuo define su mundo desde su propia perspectiva, es, no obstante, un ser social, enraizado en una realidad intersubjetiva.

Es el Aquí (posición de mi cuerpo) y el Allí (el cuerpo de un semejante<sup>69</sup>), como posiciones del ego, lo que explica una realidad compartida:

[...] tomando mi cuerpo como origen de las coordenadas que delimitan <<mi>> mundo, puedo decir que la posición de mi cuerpo constituye mi Aquí, con relación al cual el cuerpo de un semejante se encuentra Allí. Compruebo que es posible modificar y trasladarme de Aquí hasta Allí. Habiéndome trasladado, el Allí se convierte entonces en Aquí. Pero el cuerpo de mi semejante sigue estando para mí Allí, que para él sigue siendo un Aquí. Aunque, en realidad, no puedo situarme directamente en la perspectiva del Aquí del otro, puedo atribuirle hipotéticamente una reciprocidad de perspectivas. De tal modo, los objetos y sucesos del mundo son comunes a ambos, porque desde Allí puedo percibir las mismas cosas que percibo desde Aquí, a pesar del cambio de perspectiva. (NATANSON, 2003, p. 20).

Es la esencia de la ‘intersubjetividad’ de Schütz: la captación de la subjetividad del alterego al mismo tiempo que se vive en el propio flujo de conciencia.

Otro caso que nos parece notable es el la ‘sociología del conocimiento’ de Berger y Luckmann (1968), que según Cisneros (2000) tiende un puente entre el estudio de lo individual y el entendimiento de las relaciones sociales. Su sociología del conocimiento, comparte los orígenes de esta tradición inaugurada por Max Scheler en los años veinte del siglo XX, de ocuparse “*de la relación entre el pensamiento humano y el contexto social donde se origina [...], es decir,] la determinación existencial del pensamiento en cuanto tal*” (BERGER; LUCKMANN, 1968, p. 17).

---

<sup>69</sup> Los semejantes son los predecesores, los contemporáneos, los asociados o los sucesores (NATANSON, 2003).

Ellos mismos reivindican su herencia marxista al considerar que la conciencia del hombre está determinada por su ser social: se funda en la actividad humana (el “trabajo” en el más amplio sentido de la palabra) y en las relaciones sociales provocadas por dicha actividad. Como parte de esa herencia marxista, también se interesaron en conceptos como ‘ideología’, retomado antes por Max Scheler y otro sociólogo del conocimiento que fue Karl Mannheim (1936-1963), que se muestra radical al respecto, pues no hay pensamiento humano (excepto las matemáticas y algunas partes de las ciencias naturales) que esté inmune a las influencias ideologizantes de su contexto social (BERGER; LUCKMANN, 1968), tema que ocuparía a otros autores posteriores como Theodor Geiger en 1953 y 1962 y Werner Stark en 1958. Pero en general, estos predecesores se centraron en el plano teórico sobre cuestiones epistemológicas y en el plano empírico en cuestiones de historia de las ideas.

En cambio, Beger y Luckmann (1968), proponen que la sociología del conocimiento se ocupe de todo lo que se considere “conocimiento en la sociedad”, ya que las formulaciones teóricas, ya sean científicas, o filosóficas, o aun mitológicas no agotan lo que es “real”. Es decir, en lugar de las ideas, la atención debe dirigirse al conocimiento del sentido común que constituye el “edificio” de significados sin el cual ninguna sociedad podría existir.

El tema del sentido común ya lo hemos visto antes, pero estos autores lo han referido más inmediatamente a la herencia que reciben de Schütz, la cual es decididamente amplia<sup>70</sup>. De manera que su principal interés es el análisis de la realidad de la vida cotidiana y del sentido común que orienta la conducta. La vida cotidiana se presenta como una realidad interpretada por los hombres y que para ellos tiene el significado subjetivo de un mundo coherente. Se origina en sus pensamientos y en sus acciones y está sustentado como real por éstos, pues los ‘hechos sociales’ son considerados como cosas (objetivación de los procesos subjetivos).

Pero el sentido común no es sólo subjetivo, sino intersubjetivo; es la conciencia de que hay un mundo compartido con otros y que por eso hay realidades múltiples, pues sólo hay

---

<sup>70</sup> Beger y Luckmann (1968) reconocen la influencia de otras corrientes de pensamiento que han pretendido integrar, por ejemplo los enfoques de George Herbert Mead y Emile Durkheim. Además, igual que Alfred Schütz, retoman la idea de la constitución de la realidad social por medio de significados subjetivos, provenientes de Max Weber.

conciencia de esto o aquello de la vida cotidiana<sup>71</sup>, que se presenta ya objetivada, principalmente a través del lenguaje<sup>72</sup>, que dispone de un orden por el cual adquiere significado para el individuo. Aunque el orden de la vida cotidiana también depende de la dimensión temporal y espacial, que es otra de las nociones de Alfred Schütz, ayuda a entender la organización que se hace en torno al “aquí” y el “ahora” del presente del individuo, en correspondencia con el “allí” del cuerpo de los semejantes (contemporáneos, asociados, predecesores y sucesores). En este sentido, también retoman el concepto de ‘actitud natural’, que es el motivo pragmático que domina a la conciencia, siendo conscientes de la ‘actitud natural’ de los otros y de la obligación a suspender las dudas acerca de su realidad (*epojé*)<sup>73</sup>, que permite mantener la correspondencia de *mis* significados y *sus* significados.

Finalmente, la reciprocidad de significados, es explicada de la misma manera en que lo hace Schütz, a través de esquemas tipificadores, compartidos en diferentes niveles de anonimato. En las situaciones “cara a cara” se proporciona evidencia directa de los semejantes, pero el anonimato aumenta cuando se pasa de la interacción con los ‘asociados’ (colocados en el *aquí* y el *ahora*), a los ‘contemporáneos’, los ‘predecesores’ o los ‘sucesores’, en donde hay abstracciones sumamente anónimas.

Terminaremos esta revisión de trabajos sobre la noción de un pensamiento de eminente carácter social, con uno que está más cerca de nuestro *aquí* y *ahora*. Se trata de la psicología colectiva de Pablo Fernández Christlieb, que Cisneros (2000) caracteriza como una

---

<sup>71</sup> Al respecto, estos autores hablan de ‘zonas limitadas de significado’, que son otras realidades diferentes a la de la vida cotidiana, y que lo son para la persona concreta: “*la realidad de la vida cotidiana siempre parece ser una zona de claridad detrás de la cual hay un trasfondo de sombras. Cuando unas zonas de realidad se iluminan, otras se oscurecen. No puedo saber todo lo que hay que saber de esa realidad.*” Berger y Luckmann (1968, p. 63)

<sup>72</sup> La expresividad humana es capaz de objetivarse, o sea, se manifiesta en productos de la actividad humana, que están al alcance tanto de sus productores como de los otros hombres, por ser elementos de un mundo común. Un caso especial de objetivación son los signos por su intención explícita de servir como indicio de significados subjetivos. Existen varios sistemas de signos (gesticuladores, movimientos corporales, artefactos materiales, pero es el lenguaje el sistema de signos más importante de la sociedad humana. Berger y Luckmann (1968), afirman que el lenguaje hace “más real” la subjetividad, no sólo para el interlocutor, sino también para sí mismo, y es capaz de hacer presente objetos que se hayan ausentes; tiene un facticidad externa al sí mismo y su efecto sobre éste es coercitivo; tipifica las experiencias, incluyéndolas en categorías amplias que tienen un significado para los otros

<sup>73</sup> Berger y Luckmann (1968) también hablan de la necesidad epistemológica de transitar de la ‘actitud natural’ a la actitud teórica del filósofo, que nos recuerda la *epojé fenomenológica* de Alfred Schütz.

psicología totalmente interpretativa por abordar temas como la intersubjetividad, las terciaridades, la zona pública, la vida cotidiana, el carácter simbólico de la realidad, el método interpretativo, una teoría global de la sociedad y la creación de la realidad que se analiza.

Fernández (2001), afirma que el pensamiento social o colectivo construye estructuras de pensamiento dentro de las cuales él mismo se desarrolla, como la historicidad; pero también construye estructuras “antehistóricas” y los mitos son la más general de estas estructuras, que permiten explicar su propia aparición y consisten en ciertas formas, orientaciones, numeraciones, trayectos dentro de un espacio denominado clásicamente “heterogéneo”, que es el de la vida cotidiana.

“*El pensamiento cotidiano utiliza indefectiblemente estructuras míticas de pensamiento*” (FERNÁNDEZ, 2001, p. 11). Con este tipo de estructuras son con las que se elaboran no sólo las versiones cotidianas de la vida, sino también las versiones artísticas y científicas. Son las que permiten una manera igual de pensar la realidad dentro de la misma cultura.

Para dicho autor, el pensamiento todo (religioso, científico, cotidiano, etc.), tiene una estructura mítica, en la que las analogías son usadas abundantemente para poder explicarse lo nuevo y construirle su origen *aposteriori*<sup>74</sup>. Es decir, en las sociedades se piensa míticamente, ordenando la realidad según una serie de orientaciones morales (vertical/horizontal, alto/bajo, derecho/izquierdo, dentro/limite/fuera, centro), trayectos de devenir (progresivo, estable, regresivo) y “números” que son la encarnación del orden (uno/unidad, dos/dilema, tres/retorno a la unidad, cuatro/consolidación de la unidad), que en la vida cotidiana se articulan en un espacio de índole cualitativa y heterogénea o “complejo de lugares” (READ, 1955, p. 91 apud FERNÁNDEZ, 2001) que les otorga sentido a las estancias, haceres,

---

<sup>74</sup> Fernández Christlieb considera que existe un conocimiento previo gracias al cual puede surgir el conocimiento. Éste constituye la antehistoria que es una estructura social anterior a la sociedad misma, en la que el tiempo y el espacio son los *aprioris* que permiten darle el orden al origen de la realidad. Pero “los *aprioris* se construyen *aposteriori*” (FERNÁNDEZ, 2001, p. 13). Es decir la creación del sentido ocurre una vez que de algo se ha inaugurado su existencia. Para él, los mitos cumplen esta función ordenadora para ordenar todo lo demás. Nuevamente nos vienen a la memoria los planteamientos vicianos.

intenciones y pesares; en otras palabras, ahí se acomodan los acontecimientos de pensamiento, sentimiento y hecho<sup>75</sup>.

#### 4. CONSIDERACIONES FINALES

A manera de conclusiones, diremos que si bien se ha definido al ‘pensamiento social’ como la interrelación entre nuestro sentido del ser y nuestros mundos sociales (MYERS, 2004), se ha hecho de una manera tan amplia que da plena cabida a la ambigüedad. La historia de su estudio, que hemos intentado esbozar, da cuenta de una gran cantidad de trabajos, de robustos fundamentos filosóficos, no siempre con claros acuerdos y sobre todo muy diferentes a los que han sustentado los estudios del pensamiento individual. Tampoco se ha visto un desarrollo continuo y progresivo, sino todo lo contrario, vemos que el foco de los estudiosos unas veces se centra en esta tradición, otras se cierne la sombra y otras renace con vigor.

Pensar el pensamiento no es una labor sencilla, pero a pesar de ello nuestra atención se vio atraída por varios de los asuntos de esta tarea. Una de las ideas que vemos sobresalir en diferentes épocas es que el ‘pensamiento social’, es una manera de abordar la vida psíquica de una manera muy diferente de como lo harían los psicólogos que ven la mente como propiedad del individuo. Éste habita el mundo en compañía de sus semejantes y para poder darle un sentido de acuerdo a su “actitud natural”, ha debido entablar relaciones intersubjetivas con ellos y lograr acuerdos sobre los signos y significados. Así, el pensamiento es una entidad supraindividual, que preexiste y seguirá existiendo a pesar del individuo (por ejemplo, la ideología).

El decir que se habita *el* mundo, no quiere decir que en este contexto se suponga *un solo* mundo. En la medida en que son las personas en interacción las que le dan sentido a su realidad, las realidades son múltiples. De entre ellas, la de la vida cotidiana es la de mayor

---

<sup>75</sup> Para Fernández (2001) el espacio también puede ser semejante a un laberinto en su desarrollo/transición para dejar de ser heterogéneo, en el cual es difícil para las personas saber en qué posición se encuentran. La pérdida de heterogeneidad, da como resultado un espacio homogéneo o mecánico, racionalizado, escindido de los objetos que lo habitan y la unidad mítica se disuelve (pensamiento científico moderno). Pero en la vida cotidiana y en el arte las personas parecen seguir pensando y sintiendo con cualidades míticas, y en el pensamiento posmoderno o cibernético ha habido un retorno a ese espacio cualitativo.

relevancia y el sentido común se ha señalado repetidamente como la vía para aproximarse a su estudio.

## REFERENCIAS

- BERGER, P.; LUCKMANN, T. *La construcción social de la realidad*. Buenos Aires: Amorrortu, 1968.
- BERMUDO, J. M. Introducción, Vico: soledad e imaginación. En: VICO, G. *Ciencia nueva*. Madrid: Planeta De Agostini, 1996.
- BLANCO A. A. *Cinco tradiciones en la psicología social*. Madrid: Ediciones Morata, 1988.
- CISNEROS P. C. La intersubjetividad y la tradición interpretativa en psicología social. *Estudios Sociológicos*, v. 18, n. 003, p. 527-537, 2000.
- DECONCHY, J. P. Sistemas de creencias y representaciones ideológicas. En: MOSCOVICI, S. *Psicología social*. México: Paidós, 1985. v. 2.
- FERNÁNDEZ, C. P. La estructura mítica del pensamiento social. *Atenea Digital*, n. 0, p. 11-30, 2001.
- FLAMENT, C.; ROUQUETTE M. L. *Anatomie des idées ordinaires: comment étudier les repretations sociales*. París: Armand Colin, 2003.
- GALLEGO-BADILLO, R. *Discurso sobre constructivismo: nuevas estructuras conceptuales, metodológicas y epistemológicas*. Bogotá: Magisterio, 1996.
- GEERTZ, C. Géneros confusos: la refiguración del pensamiento social. *American Scholar*, v. 49, n. 2, p. 165-179, 1980.
- GÓMEZ, S. G. *Breve diccionario etimológico de la lengua española*. México: FCE, 1985.
- GUEVARA, M. *Introducción a la teoría de las representaciones sociales*. Sinaloa: Universidad Autónoma de Sinaloa, 2005.
- GUIMELLI, C. *El pensamiento social*. México: Ediciones Coyoacán, 2004.
- JAVIEDES, R, M. de la L. Actitud y pensamiento. En: MENDOZA, J.; GONZÁLEZ, M. A. (Coords.). *Enfoques contemporáneos de la psicología social en México: de su génesis a la ciberpsicología*. Estado de México: Tecnológico de Monterrey, 2004.

JODELET, D. Pensamiento social e historicidad. *Relaciones*, v. 24, n. 93, p. 97-114, 2003.

NATANSON, M. Introducción. En: SCHÜTZ, A. *El problema de la realidad social*. Amorrortu: Buenos Aires, 2003.

MARÍN, G. Hacia una psicología social comunitaria. *Revista Latinoamericana de Psicología*, v. 12, n. 1, p. 171-180, 1980.

MAYER, R. E. *Pensamiento, resolución de problemas y cognición*. Barcelona: Paidós, 1986.

MYERS, D. G. *Exploraciones de la Psicología Social*. Madrid: Mc Graw Hill, 2004.

PAEZ, D. *et al. Teoría y método en psicología social*. Barcelona: Anthropos, 1992.

VICO, G. *Ciencia nueva*. Madrid: Planeta De Agostini, 1996.

Recibido o 17/12/2011 – Aceito o 10/03/2012



# ariús

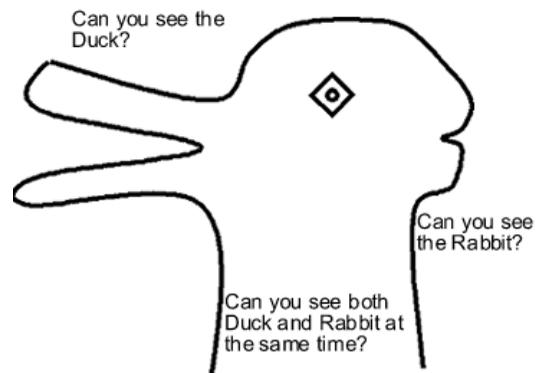
Revista de Ciências Humanas e Artes

ISSN 0103-9253 versão impressa – ISSN 2236-7101 versão online

Literárias

## El dibujo y la mirada

(ensayo breve sobre psicología de la percepción)



*“Son las personas las que ven, no sus ojos”.*

**(N.Russell Hanson)**

Lo miro desde hace rato,  
y si de mirar no dejo  
a veces parece un pato  
y otras veces un conejo.

Metamorfosis extraña  
con un curioso matiz:  
el pato no se hace araña  
ni el conejo, una lombriz.

Cada línea, cada punto  
sigue su existencia fiel:  
nada cambió en el papel,  
aquí no hay ningún difunto.

Y si el dibujo es el mismo  
en una y otra ocasión,  
¿qué exótico mecanismo  
los cambia en cada visión?

¡Desconcertante charada!  
De olvidarla ya no hay modo:  
pues si bien no cambió nada,  
en realidad cambió todo.

Misterio de la mirada,  
magia oscura de la mente:  
¿quien dijo que no hace nada  
el que mira solamente?

**Autor: Thomas Moro Simpson (*Sociedad Argentina de Análisis Filosófico*)**

**Fonte: Anal.filos. vol.31**



# ariús

Revista de Ciências Humanas e Artes

ISSN 0103-9253 versão impressa – ISSN 2236-7101 versão online

**Resenha**

---

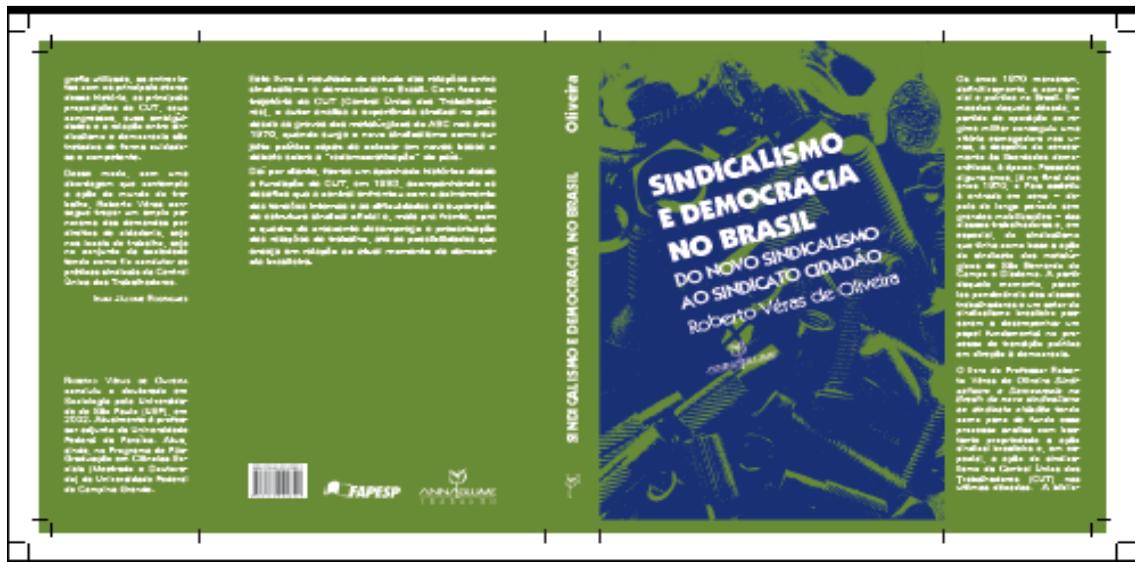
*Dra. Márcia de Paula Leite (Unicamp)*

**SINDICALISMO E DEMOCRACIA NO BRASIL (Do novo Sindicalismo ao sindicalismo cidadão) Roberto Vêras, Editorial ANNABLUME de São Paulo (ISBN 978-85-391-0289-1)**

Este importante livro percorrer a trajetória da Central Única dos Trabalhadores (CUT) desde o nascedouro do novo sindicalismo, passando por vários momentos de sua atuação, até o final dos anos 1990, quando se propõe como “CUT Cidadã”, constitui o objetivo central deste livro. Nesta trajetória, o autor dialoga com uma diversidade de autores existentes sobre o tema, a documentação da própria central e o conteúdo de entrevistas realizadas com líderes e militantes sindicais. Ao tempo vai imbricando a análise da atuação da CUT com o desvendamento das várias conjunturas que se revelam conforme o país vai vencendo o período autoritário e construindo a nova ordem democrática.

Examinando quase trinta anos da história do país, em um momento crucial da sua trajetória, este estudo traz à tona a movimentação sindical e o embate de forças políticas que desembocou no processo de criação da CUT. Assim como as dificuldades, conflitos e contradições, com os quais a Central se vê desafiada ao longo do período. Atuando, por um lado, enquanto um sujeito político capaz de intervir nos acontecimentos e, por outro, como

uma força política em formação, que vai reagindo aos acontecimentos, definindo e redefinindo seu perfil no próprio processo de lutas, enfrentando não só a dura realidade daqueles anos, como as contradições e conflitos internos.



A pesquisa começa, portanto, com a análise da atuação do Sindicato dos Metalúrgicos de São Bernardo do Campo, desvendando a construção prático-discursiva que antecedeu à emergência do novo sindicalismo no final dos anos 70 e revelando o sindicato como o espaço de elaboração da identidade coletiva dos trabalhadores. O grande mérito do trabalho já se evidencia neste primeiro momento: a capacidade de intercalar a análise dos fatos com as diferentes interpretações, retomando e atualizando a discussão acadêmica sobre o tema, ao tempo em que vai imprimindo a sua própria compreensão da história. E a história que se descortina de seu texto é uma rica recuperação das forças em movimento, o que lhe permite nos apresentar os atores em ação, o acontecer histórico sendo construído pelos atores em pleito: trabalhadores, empresariado, estado, sindicatos.

Este apostava ousadamente na organização de base, nas lutas massivas, na politização da agenda sindical e no que veio a se configurar como um projeto alternativo de sindicalismo no país, o qual foi sendo construído, contudo, sem renunciar ao suporte

institucional do sindicato oficial. Esta contradição é uns dos aspectos analisados detalhadamente no processo de construção de um novo sindicalismo.

Nesse processo, adverte o pesquisador, o movimento não só traz a questão social para o centro do debate, como inscreve sua interpretação sobre aquele momento e suas demandas nas lutas pela democratização do país. Emerge, portanto, como novo ator político, uma nova noção de democracia e um novo projeto, que amplia a noção de democracia então em discussão, nela inserindo a preocupação com a autonomia e a independência da classe trabalhadora perante o Estado e os demais atores políticos e sociais.

O autor chama a atenção para a correspondência entre os novos movimentos sociais e as novas abordagens teóricas, entendendo a história como um decurso aberto, em construção, no qual a ideia de processo assume uma importante centralidade, como Gramsci e Thompson, por exemplo. Nessa convergência, autores como Foucault, Castoriadis, Heller, Lefort, Habermas, Bobbio, Tocqueville e Arendt passaram a ser explorados de forma muito mais viva.

O seguinte momento explorado consiste no da criação da CUT. A fértil reconstituição desse processo permite ao doutor Roberto Véras explorar os conflitos internos ao movimento sindical, os quais se expressaram na atuação da Central desde seu início, ao mesmo tempo em que sublinha sua capacidade de mobilização, marcada pelas greves gerais por ela comandadas nos anos 80. Destaca também a proposta de socialismo democrático abraçada pela Central, em contraposição à transição conservadora proposta pelos setores da direita brasileira. Reafirma, todavia, que a principal contradição, já evidenciada pelo novo sindicalismo, se mantinha: o projeto de construção de uma organização sindical independente dos trabalhadores, alternativa à estrutura sindical oficial, utilizando-se das bases dessa mesma estrutura.

Sublinhe-se também a pormenorizada reconstituição da participação política da CUT, seja na *Campanha pelas Diretas Já*, que se inicia em 1984, seja no processo da Constituinte em 1988, assinalando a passagem, no final do período, de uma organização que se afirmara nos seus inícios como um movimento para a consolidação de uma central sindical, que se propunha como representação e direção de classe.

A inflexão desse movimento virá, de acordo com Vêras, com o final dos anos 80 e início dos 90, com a nova institucionalidade inaugurada com a Constituição de 1988, quando, não sem conflitos internos, a Central optou por ocupar os novos espaços institucionais, colocando em segundo plano a referência ao socialismo. Nesses anos, a CUT adquiriu um perfil mais contratualista, voltado à contratação coletiva e organicista, voltado à sua própria estruturação. Conforme o autor, nesse movimento, a *CUT direção* dá lugar à *CUT estrutura*.

A mudança de estratégia da ação baseada no confronto, insistentemente utilizado nos anos 80, para a negociação, que passará a marcar a atuação da Central a partir de então, se fortalecerá nos anos do governo de Fernando Henrique Cardoso. A análise do novo momento, aberto no início da década com a adoção dos princípios do neoliberalismo é, mais uma vez, meticulosa, discutindo detalhadamente as implicações da nova ordem sobre os trabalhadores, destacando a política anti-sindical, a flexibilização do trabalho, o aumento do desemprego, o ataque aos direitos trabalhistas, a precarização do trabalho.

É nesse quadro que o autor vai analisar o enorme desafio que se coloca à central: a oposição ao projeto neoliberal exigia que a resistência se fizesse por meio da construção de um projeto alternativo, em um momento em que o palco da disputa política vinha sofrendo uma tenaz ação desintegradora e os sujeitos políticos da oposição, como a própria CUT, vinham sofrendo uma perseverante investida deslegitimadora. Novamente, as contradições internas ocupam um lugar destacado na análise, assim como as diferentes interpretações sobre o papel da CUT a partir dos anos de 1993, na comemoração dos seus dez anos de existência.

Ressalte-se a detalhada análise da ideia de cidadania que a central vai alçando a primeiro plano em seu referencial discursivo até fazer a opção pelo princípio do sindicato cidadão, momento em que vai reafirmar o seu papel de sujeito social em luta pela cidadania e seu objetivo de procurar influir na formulação e gestão de políticas públicas que pudessem reverter o quadro adverso vivido pelos trabalhadores, logrando promover em alguns momentos importantes da luta, a reemergência da política. Mas os limites de sua prática também se evidenciavam: diante de um cenário de desmanche neoliberal, o sindicalismo CUT situava-se “no campo da resistência, embora não de modo suficiente para estabelecer-lhe um contraponto”, não conseguindo por em cheque a razão neoliberal, adverte Vêras.

Em uma análise equilibrada e despojada de posicionamentos dogmáticos, Vêras percorre um rico percurso que vai da recuperação dos fatos históricos ao debate sobre as diferentes interpretações teóricas dos acontecimentos em exame, sem se esquivar de deixar claro seu próprio posicionamento. Pode-se, nesse sentido, concordar ou discordar das conclusões desta análise; isso não é o importante em *Sindicalismo e Democracia no Brasil*. O que importa neste livro, que certamente se tornará uma referência para os estudos sindicais no Brasil, é o minucioso e criativo trabalho de reconstituição de quase trinta anos cruciais da história recente do Brasil, tendo como foco um de seus mais importantes atores políticos.



# ariús

Revista de Ciências Humanas e Artes

ISSN 0103-9253 versão impressa – ISSN 2236-7101 versão online

## Notícias

---

### **Mulheres negras são maioria entre jovens que não trabalham nem estudam**

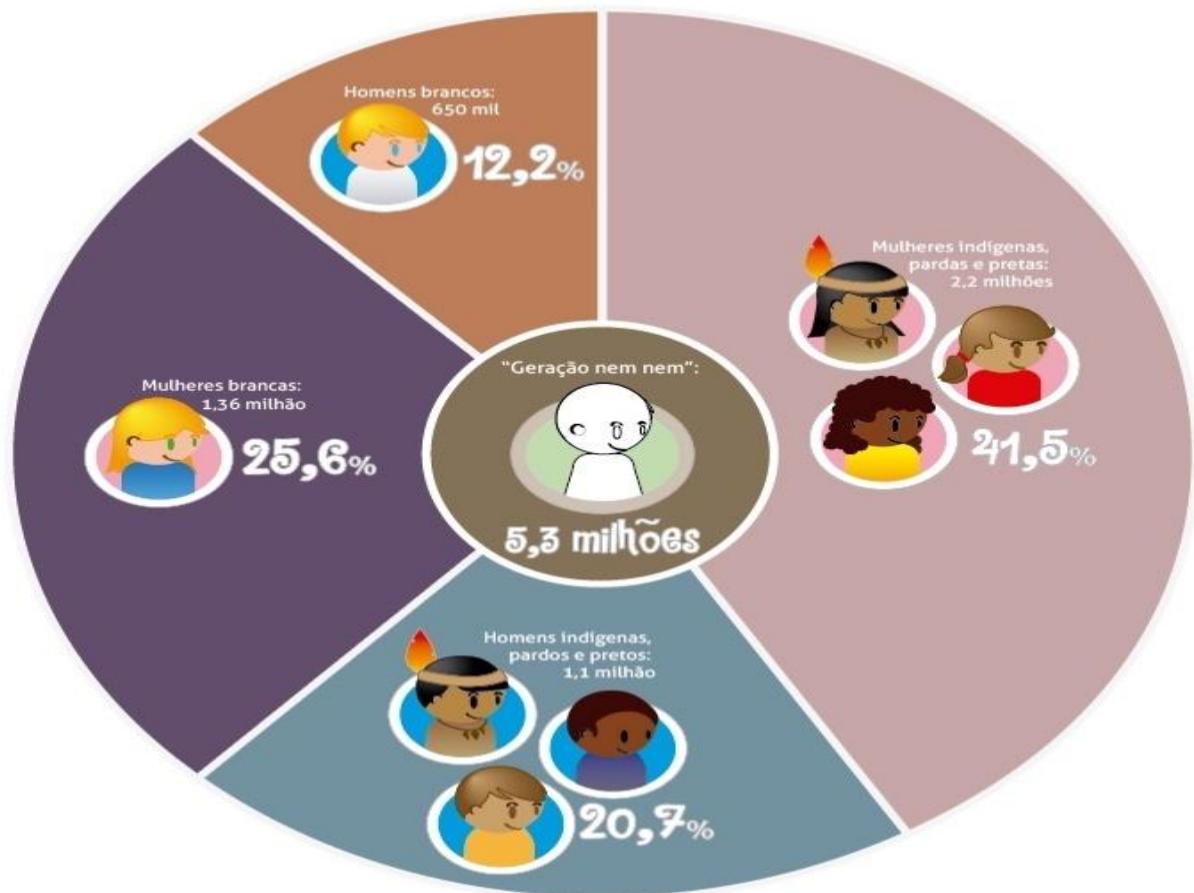
Mulheres pretas, pardas e indígenas são a maioria entre os 5,3 milhões de jovens de 18 a 25 anos que não trabalham nem estudam no país, a chamada “geração nem nem”. Cruzamento de dados inédito feito pelo Iesp (Instituto de Estudos Sociais e Políticos) da UERJ (Universidade do Estado do Rio de Janeiro), a pedido da Agência Brasil, revela que elas somam 2,2 milhões, ou seja, 41,5% desse grupo. Do total de jovens brasileiros nessa faixa etária (27,3 milhões), as negras e indígenas representam 8% - enquanto as brancas na mesma situação chegam a 5% (1,3 milhão).

Para o coordenador do levantamento, Adalberto Cardoso, que fez a pesquisa com base nos dados do Censo 2010, do IBGE (Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística), várias razões explica o abandono da educação formal e do mercado de trabalho por jovens. Entre elas, o casamento e a necessidade de começar a trabalhar cedo para sustentar a família. O 70% dos jovens “nem nem” estão entre os 40% mais pobres do país. A gravidez precoce é o principal motivo do abandono, mais do 50% dessas jovens têm filhos.

É o caso de Elma Luiza Celestina, 24 anos, moradora da Estrutural, na periferia de Brasília. A jovem deixou de estudar aos 16 anos, com o nascimento do primeiro filho. Ela continuou frequentando as aulas até terminar o 6o ano do ensino fundamental, mas engravidou novamente meses depois. Com isso, precisou adiar a volta às salas de aula. Desde

então, dedica-se quase exclusivamente aos filhos, conseguindo, raramente, alguns bicos como faxineira. Há sete meses, no entanto, quando o terceiro filho nasceu, não assume nenhum compromisso profissional e vive com dificuldade financeira.

## "Geração nem nem"



Fonte: Instituto de Estudos Sociais e Políticos (Iesp) da Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ) / Censo 2010

Info:ARTEDjor

“Como só tenho o 6º ano, não conseguia coisa muito boa, que ganhasse um bom dinheiro. Era mais para fazer faxina mesmo. Mas, agora, não tenho como [trabalhar]. Com três filhos é difícil sair para fazer qualquer coisa.” Elma vive apenas com a ajuda da mãe, 57 anos, para sustentar as três crianças. Os dois ex-maridos estão presos e não podem reforçar a

renda da casa. “O problema é que agora ela [minha mãe] também não está podendo trabalhar, porque está com problema no joelho. E, sem a ajuda dos pais das crianças, está bem difícil”, conta a jovem que não consegue fazer planos para o futuro.

“Se eu quiser coisa melhor, tenho que voltar a estudar, mas não sei se vou conseguir, porque com esses filhos todos como vou fazer?”, disse. Ela acredita que engravidou cedo por falta de orientação familiar. “Minha mãe não sabe nem escrever, não tinha como me orientar. Eu acabei engravidando, não me cuidei e engravidei de novo.”

A gravidez na adolescência também levou Lucineide Apolinário a abandonar os estudos. Aos 25 anos, a moradora da Estrutural está grávida do quarto filho e, sem ter com quem deixar as crianças, desistiu de trabalhar. O atual marido, que é pai apenas do bebê que ainda vai nascer, é ajudante de obras e, mesmo sem ter emprego fixo, assume sozinho as despesas da casa. O primeiro marido morreu há cerca de dois anos. A jovem cursou até a 7º ano do ensino fundamental e lamenta o casamento e a gravidez precoces. “Parei de estudar por causa das crianças. Casei aos 15 anos, arrumei filho muito cedo e veio um atrás do outro. Estava apaixonada, era ilusão de adolescente. O problema é que sobra muito para a mulher. A gente tem que se dividir em mil para dar conta dos filhos e da casa e não consegue pensar na gente”, diz.

Enquanto se prepara para dar à luz a mais um menino nos próximos dias, Lucineide diz que sonha em retomar os estudos “algum dia”. Ela espera que os filhos tenham uma história diferente da sua. “Ainda vai demorar um pouco, mas algum dia eu volto a estudar. Para conseguir um emprego melhor tem que estar pelo menos no 1º ano [do ensino médio] e eu quero voltar a trabalhar para poder dar um futuro melhor para os meus filhos, uma história bem diferente da minha”, diz.

Moradora do Morro do Juramento, na zona norte do Rio de Janeiro, Jéssica Regina Martelo, 22 anos, parou de estudar no 6º ano, quando passou a achar a escola menos interessante do que a vida real. A jovem conta que “era chato” ir à escola e que preferia ficar com as amigas. Órfã de pai e mãe, ela foi criada pelas irmãs e teve a primeira filha aos 17 anos. Envolvido com o tráfico, o companheiro morreu assassinado logo depois do nascimento da menina. Como não pôde contar com o apoio do pai da criança, acabou tendo que trabalhar

para se sustentar. Aos 19 anos, Jéssica teve a segunda filha, da união com Jony Felipe Coli, 24 anos, que também não estuda e já tinha dois filhos ao conhecê-la. Ele também não tem emprego formal tampouco estuda, embora cuide dos filhos do relacionamento anterior e que agora fazem parte da nova família. Para sustentar a casa, Jéssica faz bico. “Prefiro ser manicure por conta própria porque tenho mais tempo para cuidar das meninas e o dinheiro fica comigo e com elas, não com o salão.”

Além da gravidez, outro fator de peso para o abandono da escola, segundo o pesquisador da Uerj, é a falta de perspectiva de vida de jovens pretos, pardos e indígenas, maioria nas escolas públicas, em geral, de menor qualidade. Ele acredita que o estímulo à educação é fundamental para mudar a realidade desse grupo.

“Uma coisa perversa no sistema educacional do Brasil é o fato de pessoas deixarem a escola porque não têm a perspectiva de chegar ao ensino superior”, diz. “As ações afirmativas são importantes por isso. Têm o efeito de alimentar aspirações de pessoas que viam a universidade como uma barreira, mas que vão se sentir estimuladas a permanecer no ensino”, destaca.

Ao analisar os dados do levantamento, a professora da Universidade Federal da Bahia (UFBA) Rosângela Araújo diz que é preciso entender o que está por trás do comportamento das meninas. “Não é falta de informação. Tenho certeza de que a maioria conhece um preservativo. Mas tem uma questão da mudança de status, de menina para mulher. Elas podem não ver [o abandono escolar] como um passo atrás, mas no futuro, pode pesar.”

Segundo o levantamento, embora a taxa de jovens da “geração nem nem” no Brasil seja considerada alta (19,5% do total de pessoas de 18 a 25 anos), o índice não está distante do verificado em países com características demográficas semelhantes onde é comum que a mulher deixe de trabalhar e estudar para se casar. É o caso da Turquia e do México, segundo estudos da OCDE (Organização para a Cooperação e o Desenvolvimento Econômico), citados pelo pesquisador da Uerj.

A pesquisa também identificou entre os “nem nem” jovens com deficiência física grave e os que saíram da faculdade, mas ainda não estão empregados. Os dados completos

constam do estudo Juventude, Desigualdade e o Futuro do Rio de Janeiro, financiado pela Faperj (Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado do Rio de Janeiro) e deve ter um capítulo publicado em 2013.



# ariús

Revista de Ciências Humanas e Artes

ISSN 0103-9253 versão impressa – ISSN 2236-7101 versão online

**Resumos**

**Dossiê “Questões de gênero: feminilidade, masculinidade e homoafetividade”**

---

**A MULHER E A POLÍTICA NAS REVISTAS VEJA E REALIDADE: ANOS DE 1967, 1994 E 2010.** Woman and politics in magazines, veja and reality; years 1967, 1994 and 2010. (E. C. de Andrade Lima). UFCG- Brasil

## **RESUMO**

O presente artigo tem por objetivo analisar os dados de uma pesquisa realizada pelas revistas Realidade e Veja nos anos de 1967, 1994 e 2010, em suas edições especiais: "A mulher brasileira hoje", "Especial Mulher: a grande mudança no Brasil" e "Edição Veja Especial Mulher: as herdeiras de uma revolução", respectivamente. Além da análise dos dados da pesquisa realizada pela Editora Abril e IBOPE Inteligência intitulada: "Projeto Mulheres Maio de 2010", com vistas a apresentar a visão e a participação das mulheres na vida política brasileira. Através dos referidos dados, pretendemos apresentar um traçado histórico da forma como a mídia apresentou a percepção da mulher sobre a política e quais as suas contribuições para a construção de uma visão atual sobre a relação mulher e política e a inserção da mulher nos espaços de poder.

**Palavras-Chaves:** Mulher e Política; Cultura e Política; Mulher

## ABSTRACT

This article aims to analyze the data from a survey conducted by magazines Realidade and Veja for the years 1967, 1994 and 2010 in their special editions: "The Brazilian woman today," "Special Women: the big change in Brazil" and "Veja Special edition Woman: the heirs of a revolution", respectively. Besides the analysis of data from research conducted by Editora Abril and IBOPE Intelligence entitled "Women Project in May 2010", aiming to present the vision and participation of women in Brazilian politics. Through these data, we intend to present a track record of how the media presented the woman's perception of politics and what their contributions to the construction of a current view on the relationship between women and politics and the inclusion of women in positions of power.

**Keywords:** Women and Politics, Culture and Politics, Women

**IMAGEM, REPRESENTAÇÃO E MASCULINIDADE: CONSIDERAÇÕES SOBRE AS CAPAS DA G MAGAZINE.** Images, representations and masculinity; considerations on the covers of g magazine. (Rosilene Dias Montenegro e col.) UFCG-Brasil

## RESUMO

A partir de um olhar diferenciado daquele produzido e reproduzido pela medicina moderna, que normatiza a sexualidade humana sob a perspectiva do modelo heterossexual, as Ciências Sociais mudam o foco de análise para uma sexualidade objeto da cultura, relacionando-a diretamente com a formação das identidades. Essa “desnaturalização” volta-se às discussões sobre gênero, permitindo pensar as diversas manifestações das identidades sexuais (e suas dimensões política, social e cultural) tornando possível o desenvolvimento de uma reflexão crítica sobre o binarismo intrínseco à relação das categorias heterossexual/homossexual e sua inerente desigualdade. A escola, como instituição social normatizadora e produtora/reprodutora de um poder/saber sobre os corpos, pratica, neste contexto, uma pedagogia da sexualidade que tem como base o discurso hegemônico e binário das ciências

biológicas, não problematizando a identidade sexual enquanto constructo social e cultural em movimento. A identidade homossexual, nesse caso, acaba envolvida em um conjunto de representações que se baseiam na busca de suas causas psicossomáticas e patológicas, sem percebê-la como um elemento formador da identidade dos sujeitos ou como uma orientação sexual possível e saudável. O presente texto visa, portanto, problematizar teoricamente o papel da escola na construção da identidade sexual (homossexual) a partir de uma reflexão em torno dos sistemas simbólicos de representação construídos e disseminados nas práticas pedagógicas desta instituição. Para tanto, foram utilizadas como base uma pesquisa bibliográfica e documental focando, esta última, numa breve análise dos Parâmetros Curriculares Nacionais.

**Palavras-chave:** Identidade sexual, Educação, Homossexualidade.

## **ABSTRACT**

From a different angle than the one produced and reproduced by the modern medicine, which normatize human sexuality under the heterosexual model perspective, the social science changes the analyses focus to culture object sexuality, relating it directly with the identity formation. Those “denaturalization” turns into gender, allowing to think about the various sexual identities manifestations (and its political, social and cultural dimensions) making possible the development of a critical reflection about the binarism intrinsic to the heterosexual/homosexual categories relation and its inherent inequality. The school, as a normitizing social institution and producer/reproducer of a power/knowledge about the bodies, makes, in this context, a sexuality pedagogy which has the biologic science’s hegemonic and binary speech as a base, not questioning the sexual identity as a social and cultural element in movement. The homosexual identity, in this case, ends up involved in a representation entirety based in its psychosomatic and pathologic causes, without seeing it as an individual’s identity creator element or as a healthy and possible sexual orientation. The current text aims, hence, theoretically problematize the school paper in the sexual identity construction (homosexual) from a reflection about the representative symbolical systems

constructed and disseminated in these institution pedagogic practices. For this, has been used as a base, a bibliographic and documental research, focusing, this last, in a short analysis of the National Curricular Parameters.

**Keywords:** Sexual identity, Education, Homosexuality.

## **A CONSTRUÇÃO ESCOLAR DA (IN)DIFERENÇA: A IDENTIDADE HOMOSSEXUAL DIANTE DA PRODUÇÃO/REPRODUÇÃO DO SABER/PODER SOBRE A SEXUALIDADE NO AMBIENTE DA ESCOLA.**

School construction of the (in)difference: gay identity in face of the production/reproduction of power/knowledge about sexuality at school. (**Adriano de Sousa Barros**) PUC-SP-Brasil

### **RESUMO**

A partir de um olhar diferenciado daquele produzido e reproduzido pela medicina moderna, que normatiza a sexualidade humana sob a perspectiva do modelo heterossexual, as Ciências Sociais mudam o foco de análise para uma sexualidade objeto da cultura, relacionando-a diretamente com a formação das identidades. Essa “desnaturalização” volta-se às discussões sobre gênero, permitindo pensar as diversas manifestações das identidades sexuais (e suas dimensões política, social e cultural) tornado possível o desenvolvimento de uma reflexão crítica sobre o binarismo intrínseco à relação das categorias heterossexual/homossexual e sua inerente desigualdade. A escola, como instituição social normatizadora e produtora/reprodutora de um poder/saber sobre os corpos, pratica, neste contexto, uma pedagogia da sexualidade que tem como base o discurso hegemônico e binário das ciências biológicas, não problematizando a identidade sexual enquanto constructo social e cultural em movimento. A identidade homossexual, nesse caso, acaba envolvida em um conjunto de representações que se baseiam na busca de suas causas psicossomáticas e patológicas, sem percebê-la como um elemento formador da identidade dos sujeitos ou como uma orientação sexual possível e saudável. O presente texto visa, portanto, problematizar teoricamente o papel da escola na construção da identidade sexual (homossexual) a partir de uma reflexão em

torno dos sistemas simbólicos de representação construídos e disseminados nas práticas pedagógicas desta instituição. Para tanto, foram utilizadas como base uma pesquisa bibliográfica e documental focando, esta última, numa breve análise dos Parâmetros Curriculares Nacionais.

**Palavras-chave:** Identidade sexual, Educação, Homossexualidade.

## **ABSTRACT**

From a different angle than the one produced and reproduced by the modern medicine, which normalize human sexuality under the heterosexual model perspective, the social science changes the analyses focus to culture object sexuality, relating it directly with the identity formation. Those “denaturalization” turns into gender, allowing to think about the various sexual identities manifestations (and its political, social and cultural dimensions) making possible the development of a critical reflection about the binarism intrinsic to the heterosexual/homosexual categories relation and its inherent inequality. The school, as a normitizing social institution and producer/reproducer of a power/knowledge about the bodies, makes, in this context, a sexuality pedagogy which has the biologic science’s hegemonic and binary speech as a base, not questioning the sexual identity as a social and cultural element in movement. The homosexual identity, in this case, ends up involved in a representation entirety based in its psychosomatic and pathologic causes, without seeing it as an individual’s identity creator element or as a healthy and possible sexual orientation. The current text aims, hence, theoretically problematize the school paper in the sexual identity construction (homosexual) from a reflection about the representative symbolical systems constructed and disseminated in these institution pedagogic practices. For this, has been used as a base, a bibliographic and documental research, focusing, this last, in a short analysis of the National Curricular Parameters.

**Keywords:** Sexual identity, Education, Homosexuality.

**AS PERSONAGENS FEMININAS EM LYGIA FAGUNDES TELLES: ENCONTROS E DESENCONTROS ENTRE O EU E O MUNDO/ O EU E O OUTRO.** Feminine characters in Lygia Fagundes Telles; encounters and disencounters between the self and the world/the self and the other. (Elizabeth Pedrosa da Silva) UFCG-Brasil

## RESUMO

A escritora contemporânea Lygia Fagundes Telles (1923) vem construindo uma obra singular, caracterizada por um estilo marcado pela criação de climas envolventes, muitas vezes trágicos e mórbidos, no qual as personagens, sobretudo femininas, vivenciam dramas existenciais. Nesse contexto, o presente trabalho tem como objetivo principal discutir a narrativa da referida escritora, centrando a atenção nos contos *Pomba Enamorada ou uma história de amor*, *O Menino e Natal na Barca*, observando as formas de relacionamento das personagens consigo e com outro, a fim de analisar o fenômeno de construção da identidade na modernidade. Para tanto, recorreremos às contribuições teóricas de Holmfeldt (1988) e Moisés (1979, 2001) a fim de discutirmos o perfil dos contos produzidos nas décadas de 60 e 70, Giddens (2002) e Hall (1999) no que diz respeito à construção da identidade na contemporaneidade, bem como outros estudiosos no que se refere às especificidades estéticas da autora em estudo.

**Palavras-chave:** Conto, Personagens-femininas, Identidade

## ABSTRACT

The contemporary writer Lygia Fagundes Telles (1923) has built a unique work, characterized by a style marked by the creation of compelling climates, often tragic and morbid, in which the characters, especially women, experience existential dramas. In this context, this paper aims to discuss the main narrative of this writer, focusing attention on the *Pomba Enamorada ou uma história de amor*, *O Menino e Natal na Barca*, observing the forms of relationship with you and the other characters, the to analyze the phenomenon of identity construction in

modern times. For this purpose, we use the theoretical contributions of Holhfeldt (1988) and Moses (1979, 2001) to discuss the profile of the stories produced in the 60's and 70's, Giddens (2002) and Hall (1999) regarding the construction of identity in contemporary as well as other scholars with regard to the specific aesthetic of the author study.

Keywords: Story, Characters, Women, Identity

**IDENTIDADES DESVIANTES: DO MACRO AO MICROCOSMO.** Missing identities; from macro to microcosmos. (Alexey Dodsworth Magnavita de Carvalho) USP-Brasil

## RESUMO

As tentativas de diagnosticar as assim chamadas "aberrações sexuais" podem ser traçadas nos últimos dois mil anos da história ocidental. Se a ciência oficial contemporânea centra-se em genes e moléculas (o mundo microcósico), antigamente o foco era sobre os planetas e as estrelas (o mundo macrocósico). De acordo com Michel Foucault, essa obsessão em aprender, diagnosticar, esconde um intenso desejo de controlar e subjugar. Uma abordagem científica ingênua, ainda que bem intencionadas, é perigosa, porque muitas vezes ignora as forças políticas que usam o discurso científico para impor a sua vontade de poder. Para Foucault, ao invés de uma "scientia sexualis", precisamos de uma "ars erotica". A questão principal não é "por que eu sou o que eu sou?", Mas "como eu posso extrair prazer de minha própria existência?". A vida como uma obra de arte. O fim do mundo das essências.

**Palavras-chave:** sexualidade, diagnóstico, identidade

## ABSTRACT

The attempts to diagnose the so-called "sexual aberrations" can be traced in the last two thousand years of western history. If contemporary official science focuses on genes and molecules (the microcosmic world), formerly the focus was on the planets and stars (the macrocosmic world). According to Michel Foucault, this obsession to learn, to diagnose,

hides an intense desire to control and subdue. A naïve scientific approach, though well intentioned, is dangerous because it often ignores the political forces who use the scientific discourse to impose their will to power. For Foucault, rather than a "scientia sexualis", we need an "ars erotica". The main question is not "why am I what I am?", but "how can I extract pleasure of my own existence?". Life as a work of art. The end of the world of essences.

Keywords: sexuality, diagnosis, identity

**MULHERES “IMORAIS”, “ARRUACEIRAS” E “DESORDEIRAS”: JOGOS DISCURSIVOS DA IMPRENSA.** “Inmoral”, “troublemaker” and “disturbed” women: discursive games of the press. (Gilmária Salviano Ramos) UFSC-Brasil

## RESUMO

Neste artigo faço uma incursão pelos estudos de gênero, tendo como *locus* espacial, a cidade de Campina Grande/Paraíba, nas décadas de 1960-1970. Busco analisar modos de condutas e comportamentos de mulheres nomeados e/ou classificados como desviantes pelo jornal *Diário da Borborema*. Reconstituir imagens sobre mulheres que através de suas atitudes (re)significaram formas de percepção acerca de como deviam se portar ou agir naquela sociedade. Demonstrar um entrelaçamento de práticas consideradas desviantes; mulheres que não operacionalizam os princípios moralizantes tecidos pelos discursos jurídicos, noticiados pelo referido jornal.

**Palavras-chave:** Mulheres. Relações de Gênero. Discursos. Imprensa.

## ABSTRACT

On this article I make a foray into the gender studies having as a spatial locus the city of Campina Grande/Paraíba during the decades of 1960-1970. I aim to analyze the modes of conduct and behavior of women named and/or adverted as deviant by the news paper *Diário da Borborema*. I seek also to reconstruct images about women who through their attitudes (re)

signified forms of perception around of how they were supposed to behave or act in that society. I intend to demonstrate an interlacement of practices seen as deviants; women who did not behaved through the moralizing principles weaved by the legal discourse, reported by the referred news paper.

**Keyword:** Women. Genre Relations. Discourse. Press.

**A ALIMENTAÇÃO COMO UM TEMA POLÍTICO DAS MULHERES.** Feeling as a political matter for women. (Emma Siliprandi) NEPA/UNICAMP-Brasil

## RESUMO

O artigo trata das relações entre as questões de gênero e a segurança alimentar, a partir de uma análise das imbricações entre a identidade de gênero e a invisibilidade do trabalho das mulheres no campo da alimentação. Mostra como a segregação desse tema à esfera privada das famílias, aliada a uma deslegitimação da atuação política das mulheres leva a que as políticas de segurança alimentar, muitas vezes, não considerem ou minimizem as demandas e propostas que vem sendo construídas pelos diferentes movimentos e organizações de mulheres. Retoma-se como, nos últimos anos no Brasil, distintos movimentos de mulheres têm incorporado essas discussões em suas pautas políticas. Esses movimentos têm mostrando, por um lado, que existem questões específicas que atingem as mulheres e que não têm sido consideradas; e, por outro, que as mulheres, em função de suas atribuições históricas e experiências acumuladas, têm contribuições próprias a oferecer ao conjunto da sociedade para pensar estratégias de transformação.

**Palavras-chave:** Gênero. Identidades de gênero. Segurança alimentar. Movimentos de mulheres.

## ABSTRACT

The article deals with the relationship between gender and food security, from an analysis of

the relationship between gender identity and invisibility of women's work in the food system. Shows how the segregation of this issue to the private sphere of families, allied to a delegitimization of the political activity of women makes food security policies often do not consider or minimize the demands and proposals that have been built by different movements and organizations of women. It is explained how, in recent years in Brazil, various women's movements have incorporated these discussions into their political agendas. These movements are showing on the one hand, there are specific issues that affect women and which have not been considered by these policies; and, in the other hand, that women, because of their historical responsibilities and experiences accumulated have contributions to offer to the whole society in order to think about strategies of social transformation.

**Keywords:** Gender. Gender identity. Food security. Women movements.

**AVATARES DEL ESTUDIO SOBRE EL PENSAMIENTO SOCIAL.** Avatars of the study of social thought. (Cuauhtémoc Chávez Zavaleta) UNAM-México

## RESUMEN

En este trabajo se intenta una revisión de los estudios sobre el "pensamiento", distinguiendo entre aquellas tradiciones que se concibe como una propiedad del individuo, de aquellos que se clasifican como entidad social. Se establece un paralelismo entre los acontecimientos que han cruzado ambas tradiciones a lo largo de la historia, comenzando en la antigua Grecia, a través del renacimiento, haciendo una "parada obligada" *decimonónica* sobre la fertilidad y el siglo XX. Después del cual se produce un deterioro durante al menos 3 décadas de este siglo, para terminar con su resurgimiento en la década del 70, que permite el boceto del paisaje actual del tema que nos ocupa. Esta revisión trata de no ser exhaustiva, hemos considerado mejor elegir algunos autores representativos, para explicar el *modelo de la intersubjetividad* o llamar de la llamada *psicología interpretativa*.

**Palabras clave:** Pensamiento Social. Intersubjetividad. Psicología Social.

## ABSTRACT

In the present work is tried to make a revision of the studies about the ‘thought’, distinguishing between those traditions that have conceived it like a property of the individual, of that place it like a social entity . He draws a parallelism between the vicissitudes that in both traditions has crossed throughout the history, initiating in old Greece, transferring us to Renaissance, doing one forced “shutdown” in the decimononic fertility and the beginnings of the century XX, after which a decay comes at least during 3 decades intermediate of the century, to finish with its resurgence in the decade of the 70, that allows to outline the present panorama of the subject that occupies to us. In this revision we have not tried to be exhaustive, rather we have chosen a few authors of whom she has been said are representative, to give to account of the *model of the inter-subjectivity* or the call *interpretative psychology*.

**Keywords:** Social Thought. Intersubjectivity. Social Psychology.



# ariús

Revista de Ciências Humanas e Artes

ISSN 0103-9253 versão impressa – ISSN 2236-7101 versão online

## Instruções aos Autores

---

A **ARIÚS** é uma revista eletrônica que tem periodicidade semestral e aceita colaboração livre de trabalhos inéditos nas áreas de Ciências Humanas, Ciências Sociais Aplicadas e Artes, que se enquadrem nas seguintes categorias: (a) relatos de pesquisa; (b) estudos teóricos; (c) revisões críticas da literatura; (d) relatos de experiência; (e) entrevistas com autores/as de reconhecida experiência acadêmica e (f) resenhas. Os trabalhos encaminhados devem seguir as normas da ABNT em vigor.

Cada volume da revista contém, pelo menos: (a) um artigo de um **autor/a convidado** pelo conselho editorial; (b) um **dossiê** sobre um tema específico, coordenado por um editor convidado, composto por trabalhos de colaboradores que encaminhem artigos que se enquadrem na temática em discussão; (c) artigos originais por demanda livre (seção **Outros Temas**). A cada número, outras seções que contemplem demandas específicas podem ser organizadas a critério do corpo editorial.

Lembramos que a Revista Ariús **tem aderido** ao tipo de Licença CC **Creative Commons** (Atribuição não comercial- vedada a criação de obras derivadas 3.0 United States (CC BY –NC –ND 3.0), que é um tipo de Direitos de Autor Copy Left, típico das revistas eletrônicas acadêmicas.

A reprodução total ou parcial em outras publicações ou para qualquer outro fim, está condicionada ao tipo de Licença CC, anteriormente descrito. Isto é, deverá, obrigatoriamente, ser citada a fonte e seu conteúdo não poderá ser modificado.

Os artigos publicados são de inteira responsabilidade de seus autores e não representam necessariamente a opinião dos Editores, dos membros do Conselho Editorial, da Comissão Científica e dos revisores. Os trabalhos encaminhados não serão devolvidos.

Serão fornecidos gratuitamente ao autor principal de cada artigo 10 exemplares do seu artigo (fascículo) publicado na revista.

Os trabalhos serão avaliados por, no mínimo, dois membros do corpo científico ou *excepcionalmente* por pareceristas *ad hoc* ou membros do conselho editorial que sejam especialistas na temática do trabalho, mantendo se em sigilo a autoria dos textos. Os artigos encaminhados serão avaliados quanto ao rigor conceitual e metodológico da análise, originalidade, lógica argumentativa, correção e uso da linguagem, diálogo com a literatura da área, atualização das fontes citadas, relevância e atualização da temática, estrutura do texto, fidedignidade do resumo e do *abstract*, normalização.

Os colaboradores receberão comunicação justificada referente à: aceitação, aceitação condicionada (com sugestões para modificação ou melhoria do trabalho) ou não recomendação para a publicação. A comissão editorial reserva-se o direito de: (a) fazer pequenas modificações linguísticas e na diagramação dos trabalhos encaminhados, visando uma melhor apresentação, desde que não alterem o conteúdo dos mesmos; (b) recusar artigo ao qual foram submetidas ressalvas, caso essas não atendam às solicitações encaminhadas.

Cada artigo deverá ser encaminhado com resumo e *abstract*, juntamente com, no mínimo, três palavras-chave e *Keywords*. A revista receberá artigos redigidos em português, espanhol, inglês e francês. Os mesmos, caso sejam aprovados, serão publicados no idioma original ou quando solicitado pelo(s) autor(es) serão traduzidos, revisados pelos mesmos e publicados na língua portuguesa.

Os colaboradores deverão encaminhar uma cópia identificada do trabalho por e-mail para [editor\\_arius@ch.ufcg.edu.br](mailto:editor_arius@ch.ufcg.edu.br), solicitando aviso de recebimento (por e-mail), e concomitantemente três cópias impressas pelo correio, das quais duas não devem conter nenhuma identificação dos autores.

Nas cópias identificadas (uma por e-mail e uma impressa) colocar:

*No início do trabalho:* (a) título em maiúsculas, em português e inglês (em negrito); (b) nome do(s) autor(es) seguido da instituição onde trabalha(m).

*No final do trabalho (após as referências):* (a) nome do(s) autor(es); (b) maior titulação e instituição correspondente; (c) cargo e instituição onde trabalha(m); (d) endereço eletrônico; (e) endereço para correspondência e número do telefone.

*Quanto à formatação:* (a) página A4, fonte *Times New Roman*; (b) margens: 3,0 cm esquerda e superior; 2,5 cm direita e inferior; (c) espaço 1,5 para o corpo do trabalho e simples para resumo/abstract, notas de rodapé e citações com mais de três linhas; (d) parágrafos com recuo de 1,5 cm; (e) até no máximo 20 laudas, incluindo referências; o autor convidado excepcionalmente poderá apresentar um trabalho com até 25 laudas; as resenhas não deverão ultrapassar cinco laudas;

Quando o trabalho encaminhado for um relato de pesquisa, o texto deverá apresentar: introdução, metodologia, resultados juntamente com a discussão, conclusões e referências.

**Recomendamos especialmente** aos professores/pesquisadores que **também citem autores de revistas latino-americanas**, tal como aconselhado pelos expertos em edição científica dos países ibero-americanos.

As resenhas devem versar sobre livros atuais; no Brasil, no máximo até dois anos da primeira edição ou, no caso de títulos estrangeiros, até 5 anos da primeira publicação na língua original.

## MODELOS DE REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

(de acordo com as normas atualizadas da ABNT)

### Livros com até três autores

LAHIRE, B. *A Cultura dos indivíduos: os determinantes da ação*. Porto Alegre: Artmed, 2006.

COLLARES, C. A. L.; MOYSÉS, M. A. A. *Preconceitos no cotidiano escolar: ensino e medicalização*. São Paulo: Cortez, 1996.

MASTERS, W.; JOHNSON, W. V. E.; KOLODNY, R. C. *Heterossexualidade*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1997.

### **Livros com mais de três autores**

WORKEL, S. *et al.* *Social identity: international perspectives*. London: Sage, 1998.

### **Capítulos de livro**

AMOSSY, R. O *ethos* na intersecção das disciplinas: retórica, pragmática e sociologia dos campos. In: AMOSSY, R. (Org.). *Imagens de si no discurso: a construção do ethos*. São Paulo: Contexto, 2005. p. 119-144.

### **Artigos em publicações periódicas**

ROAZZI, A.; MONTEIRO, A. A representação social da mobilidade profissional em função de diferentes contextos urbanos e suas implicações para a evasão escolar. *Arquivos Brasileiros de Psicologia*, Rio de Janeiro, v. 47, n. 3, p. 41-73, abr./jun. 1995.

ROCHA, A. D. et al. Qualidade de vida, ponto de partida ou resultado final? *Ciência e Saúde Coletiva*, Rio de Janeiro, v. 5, n. 1, p. 63-73, jan./jun. 2000.

### **Artigos em publicações periódicas em meio eletrônico**

AQUINO, J. G.; MUSSI, M. C. As vicissitudes da formação docente em serviço: a proposta reflexiva em debate. *Educação e Pesquisa*, São Paulo, v. 27, n. 2, p. 211-227, jul. 2001. Disponível em: <<http://www.scielo.com.br>> Acesso em: 10 fev. 2007.

### **Trabalhos apresentados em eventos científicos**

LEITE, R. H. Informatização e violação da privacidade. In: CONFERÊNCIA NACIONAL DA ORDEM DOS ADVOGADOS DO BRASIL, 16., 1996, Fortaleza. *Anais...* Brasília: OAB, p. 431-439.

### **Trabalhos apresentados em eventos científicos em meio eletrônico**

PASSEGGI, M. da C. Memoriais de formação: processos de autoria e de (re)construção identitária. In: CONFERÊNCIA DE PESQUISA SÓCIO-CULTURAL. 3., 2000, Campinas.

*Anais eletrônicos...* Disponível em: <<http://www.fae.unicamp.br/br2000/trabs/1970.doc>>  
Acesso em: 25 dez. 2000.

### **Trabalhos acadêmicos (teses, dissertações e monografias)**

BARBOSA. T. M. N. *Ressignificação de gênero e da prática docente: aspectos discursivos, cognitivos e representacionais na voz da mulher professora*. 2002. 187 f. Dissertação (Mestrado em Educação) – Universidade Federal do Rio Grande do Norte, Natal, 2002.

### **Endereço para envio dos originais**

Ariús – Revista de Ciências Humanas e Artes

Centro de Humanidades – UFCG

Rua Aprígio Veloso, 882

Bairro Universitário

CEP 58.429-900 – Campina Grande – PB.

E-mail: [arius@ch.ufcg.edu.br](mailto:arius@ch.ufcg.edu.br)

E-mail: [editor\\_arius@ch.ufcg.edu.br](mailto:editor_arius@ch.ufcg.edu.br)

## **PUBLISHING GUIDELINES (Instructions to Authors)**

---

**ARIÚS** is published twice a year and accepts original and spontaneously contributions in the fields of Human Sciences, Applied Social Sciences and Arts, which fit in the following categories: (a) research reports; (b) theoretical studies; (c) critical reviews; (d) reports based on professional experience; (e) interviews with author(s) with renowned academic experience and (f) reviews. The articles should follow the current ABNT norms.

Each volume of the magazine contains, at least: (a) an article from an **author invited** by the editorial body; (b) a **dossier** on a specific theme, coordinated by an invited editor, composed by articles which fit it; (c) and other original articles (section **Other Themes**). In each issue other sections which fit specific interests may be organized according to the editorial body's criteria.

Remember that the Journal has adhered to Arius type CC Licence Creative Commons (Attribution-noncommercial forbidden to create derivative works 3.0 United Estates (CC BY-NC-ND 3.0), which is a type of Copyrights Copy Left, typical scholarly electronic journals.

Reproduction in whole or partial in other publications, or for any other purpose, is subject to the type of Licence CC, previously described. This is expected to be compulsorily quoted the source and its content may not be modified.

Originals will not be returned. The first author of each paper will be given 10 copies (fas.) of his article published in the journal.

All of the articles will be submitted to peer review by at least two members of the scientific board or, *exceptionally*, by *ad hoc* reviewers or members of the editorial board who are experts in the field of knowledge of the article. The anonymity of the articles is guaranteed. The submitted articles will be assessed according to their conceptual and methodological accuracy, originality, argumentative logic, use of the standard language, dialogue with the literature of the field, recently published sources, significance and today's relevance of the theme, reliability of the summary and *abstract*, norms.

Once the manuscripts are accepted, and before publication, the authors will receive information concerning: acceptance, conditioned acceptance (with suggestions, revisions or changes) or rejection. The editorial board has the right of: (a) making small linguistic and formatting changes in the submitted articles in order to enhance their presentation, as long as they do not change their content; (b) rejecting articles with suggestions, in case these suggestions were not accepted /forwarded to the reviewers.

Each article should include a summary in Portuguese, and an abstract in English, as well as at least three Keywords. They can be written in Portuguese, English, Spanish and French. The articles, if accepted, will be published in the original language they were written or, when requested by the author (s), will be translated, revised and published in Portuguese.

The authors should submit an identified copy of the article electronically for editor\_ariús@ch.edu.br, requesting a response (by e-mail), and at the same time mail three written copies. Two of them should not have any identification of the article's author(s).

In the identified copies (one mailed and another electronically sent) the author(s) should place:

*In the beginning of the article:* (a) title of article in upper case (bold style), in Portuguese and English; (b) name of the author(s) followed by the institution to which the author(s) is/are affiliated.

*At the end of the article (after references):* (a) name of the author(s); (b) highest academic degree/position and corresponding institution; (c) position and institution the author (s) is/are affiliated; (d) email address; (e) address and phone number.

*Format of article:* (a) A4 format, *Times New Roman* font; (b) margins: top 3 cm; bottom 2,5 cm; left 3 cm; right 2,5 cm; (c) space between lines: 1,5 cm for the article and single space for summary/abstract, footnotes and quotations with more than three lines; (d) paragraph indentation of 1, 5 cm; (e) maximum of 20 pages, including references; the invited author exceptionally can present an article with maximum of 25 pages; reviews should not have more than five pages.

Whenever the article is a research report it should present an introduction, methodology, results together with discussions, conclusions and references. .

We especially recommend the teachers / researchers also cite authors of Latin American journals, as advised by experts in scientific edition of Ibero-American countries.

Reviews should be on recently published books; if published in Brazil, maximum of two years after their publication. When the books are published elsewhere, maximum of five years after their publication in their original language.

## EXAMPLES OF REFERENCES

### **Book with maximum than three authors**

LAHIRE, B. *A Cultura dos indivíduos: os determinantes da ação*. Porto Alegre: Artmed, 2006.  
COLLARES, C. A. L.; MOYSÉS, M. A. A. *Preconceitos no cotidiano escolar: ensino e medicalização*. São Paulo: Cortez , 1996.

MASTERS, W.; JOHNSON, W. V. E.; KOLODNY, R. C. Heterossexualidade. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1997.

#### **Book with more than three authors**

WORKEL, S. *et al.* *Social identity: international perspectives*. London: Sage, 1998.

#### **Chapter of a Book**

AMOSSY, R. O *ethos* na intersecção das disciplinas: retórica, pragmática e sociologia dos campos. In: AMOSSY, R. (Org.). *Imagens de si no discurso: a construção do ethos*. São Paulo: Contexto, 2005. p. 119-144.

#### **Article published in a magazine**

ROAZZI, A.; MONTEIRO, A. A representação social da mobilidade profissional em função de diferentes contextos urbanos e suas implicações para a evasão escolar. *Arquivos Brasileiros de Psicologia*, Rio de Janeiro, v. 47, n. 3, p. 41-73, abr./jun. 1995.

ROCHA, A. D. et al. Qualidade de vida, ponto de partida ou resultado final? *Ciência e Saúde Coletiva*, Rio de Janeiro, v. 5, n. 1, p. 63-73, jan./jun. 2000.

#### **Article published in an online magazine**

AQUINO, J. G.; MUSSI, M. C. As vicissitudes da formação docente em serviço: a proposta reflexiva em debate. *Educação e Pesquisa*, São Paulo, v. 27, n. 2, p. 211-227, jul. 2001. Disponível em: < <http://www.scielo.com.br> > Acesso em: 10 fev. 2007.

#### **Paper presented in a congress and published in its proceedings**

LEITE, R. H. Informatização e violação da privacidade. In: CONFERÊNCIA NACIONAL DA ORDEM DOS ADVOGADOS DO BRASIL, 16., 1996, Fortaleza. *Anais...* Brasília: OAB, p. 431-439.

**Paper presented in a congress and published in its proceedings (electronic documents)**

PASSEGGI, M. da C. Memoriais de formação: processos de autoria e de (re)construção identitária. In: CONFERÊNCIA DE PESQUISA SÓCIO-CULTURAL. 3., 2000, Campinas. *Anais eletrônicos...* Disponível em: <<http://www.fae.unicamp.br/br2000/trabs/1970.doc>> Acesso em: 25 dez. 2000.

**Thesis, dissertations and papers**

BARBOSA. T. M. N. *Ressignificação de Gênero e da Prática Docente: aspectos discursivos, cognitivos e representacionais na voz da mulher professora*. 2002. 187 f. Dissertação (Mestrado em Educação) – Universidade Federal do Rio Grande do Norte, Natal, 2002.

**The articles should be mailed to:**

Ariús – Revista de Ciências Humanas e Artes

Centro de Humanidades – UFCG

Rua Aprígio Veloso, 882

Bairro Universitário

CEP 58.429-900 – Campina Grande – PB.

E-mail: [arius@ch.ufcg.edu.br](mailto:arius@ch.ufcg.edu.br)

E-mail: [editor\\_arius@ch.ufcg.edu.br](mailto:editor_arius@ch.ufcg.edu.br)



# ariús

Revista de Ciências Humanas e Artes

ISSN 0103-9253 versão impressa – ISSN 2236-7101 versão online

## Links Úteis

---

Associação Nacional de Pós-Graduandos: <http://www.anpg.org.br/>

Associação Universitária Ibero-Americana de Pós-Graduação: <http://www.auiip.org/>

Revista Ibero-Americana de Literatura: <http://www.pitt.edu/~hispan/iili/index.html>

Revista Internacional de Ciências Sociales y Humanidades:

<http://redalyc.uaemex.mx/src/inicio/HomRevRed.jsp?iCveEntRev=654>

Revista Estudios – Córdoba: <http://www.revistaestudios.unc.edu.ar/>

Revista Iberoamericana de Educación: <http://www.rieoei.org/index.php>

ONU: [www.onu-brasil.org.br/](http://www.onu-brasil.org.br/)

UNESCO: <http://www.unesco.org/new/pt/brasil/>

OIT: <http://www.oit.org.pe/index.php>

PNUD: <http://www.pnud.org.br/home/>

Latinobarómetro: <http://www.latinobarometro.org/latino/latinobarometro.jsp>

La Jornada (Jornal da UNAM): <http://www.jornada.unam.mx/ultimas/>



# ariús

Revista de Ciências Humanas e Artes

ISSN 0103-9253 versão impressa – ISSN 2236-7101 versão online